

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
VALÉRIA LOPES RIBEIRO

A EXPANSÃO CHINESA E SEUS IMPACTOS NA ÁFRICA NA PRIMEIRA
DÉCADA DO SÉCULO XXI

RIO DE JANEIRO

2013

Valéria Lopes Ribeiro

A EXPANSÃO CHINESA E SEUS IMPACTOS NA ÁFRICA NA PRIMEIRA
DÉCADA DO SÉCULO XXI

Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de DOUTOR em Economia Política Internacional.

Orientador: Carlos Aguiar de Medeiros

Rio de Janeiro

2013

Valéria Lopes Ribeiro

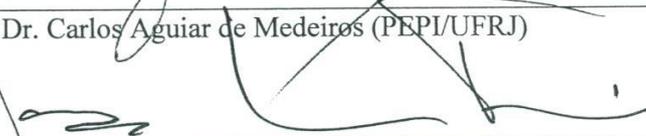
A EXPANSÃO CHINESA E SEUS IMPACTOS NA ÁFRICA NA PRIMEIRA
DÉCADA DO SÉCULO XXI

Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto
de Economia da Universidade Federal do Rio de
Janeiro como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de DOUTOR em Economia
Política Internacional

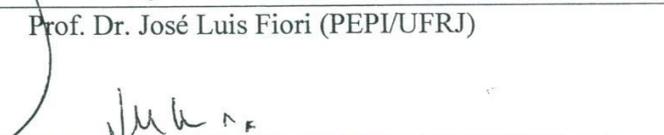
Aprovada em:



Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros (PEPI/UFRJ)



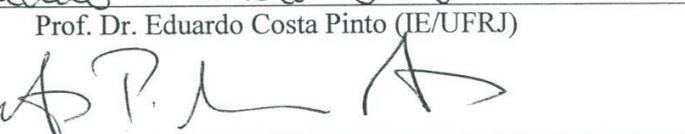
Prof. Dr. José Luis Fiori (PEPI/UFRJ)



Prof. Dr. Luis Carlos D. Prado (IE/UFRJ)



Prof. Dr. Eduardo Costa Pinto (IE/UFRJ)



Prof. Dr. Carlos Pinkusfeld Bastos (IE/UFRJ)

Rio de Janeiro
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

R484 Ribeiro, Valéria Lopes.

A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI / Valéria Lopes Ribeiro. – 2013.

216 f. : il. ; 31 cm.

Orientador: Carlos Aguiar de Medeiros.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

Bibliografia: f. 203-210.

1. Crescimento econômico – África. 2. Comércio internacional – China.
3. Relações internacionais – China. I. Medeiros, Carlos Aguiar de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 338.9

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao Prof. Carlos A. de Medeiros, orientador deste trabalho. Sua contribuição e dedicação foram fundamentais para moldar e engrandecer o tema proposto para elaboração desta tese.

Gostaria também de agradecer ao Corpo Docente do Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional (PEPI), na figura de Professores ilustres com os quais tive o prazer de partilhar momentos de grande aprendizado, entre eles o próprio Prof. Carlos A. de Medeiros, Professora Maria da Conceição Tavares, Prof. José Luís Fiori e Prof. Franklin Serrano entre outros. No PEPI tive a oportunidade de vivenciar uma proposta inovadora de construção do conhecimento e crítica no campo das Ciências Humanas.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) que ofereceu suporte financeiro para a realização do Doutorado durante os dois anos em que fui bolsista da instituição e também ao *Centre for Chinese Studies*, da Universidade de Stellenbosch, Cidade do Cabo, África do Sul, por me receber em Março de 2013 como pesquisadora visitante.

Em seguida agradeço com carinho à minha família e, em especial, à minha mãe, Agostinha Lopes da Cruz. Toda minha trajetória e também a de meus irmãos está ligada ao esforço desta mulher que dedicou sua vida à criação de oportunidades e caminhos para seus filhos. Agradeço também às minhas irmãs, principalmente a Ieda Ribeiro, que me apoiou de todas as formas ao longo dos anos de estudo, durante o Doutorado e na chegada ao Rio.

Agradeço aos colegas do Doutorado e Mestrado do PEPI, entre eles Pedro Gama, Taís Borges, Elisabeth e Havana Marinho. Agradeço também as grandes amigas que me acolheram com tanto carinho na chegada ao Rio de Janeiro: Laura Salomão, Débora Gaspar e Luiza Sidônio. Agradeço também aos amigos queridos Gabriel Rached, Carlos Jungsted, Fernando Prado e Manuela Oliveira. Todos tiveram importância fundamental nestes anos que passei no Rio ao longo do Doutorado.

Agradeço finalmente ao Bruno Meira, pelo amor, carinho e companheirismo nestes últimos dois anos e até os últimos dias de entrega da tese. Seu apoio foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

“Generalizou-se entre nós a descrença na possibilidade de mudarmos os destinos do nosso continente. Vale a pena perguntarmo-nos: o que está a acontecer? O que é preciso mudar dentro e fora de África?”

Mia Couto – escritor moçambicano

RESUMO: O objetivo da tese é analisar a repercussão nos países africanos da expansão chinesa recente relacionada à entrada do país em um novo ciclo expansivo caracterizado pela ampla utilização de artigos primários. A partir deste novo ciclo a China assume cada vez mais a posição de demandante mundial de artigos primários, contribuindo para mudanças fundamentais no comércio internacional e para a inserção dos países periféricos primários exportadores, entre eles os países africanos. Desde os anos 2000 observa-se uma retomada do crescimento das economias africanas que dá lugar ao cenário de crise e recessão das últimas décadas do século XX. O trabalho argumenta que a retomada do crescimento africano tem forte relação com as transformações da conjuntura externa causadas pela expansão chinesa na última década. Além disso, o quadro africano recente é também moldado pela aproximação da China através da expansão dos investimentos e fluxos financeiros para o continente. A partir da identificação das mudanças na África o trabalho discute ainda como os países do continente vêm se inserindo nesta nova conjuntura a partir de esforços internos de transformação econômica e social.

ABSTRACT: The aim of the thesis is to analyze the impact on African countries in recent Chinese expansion related to the country's entry into a new cycle of expansion characterized by the extensive use of primary articles. From the entry in this new cycle China increasingly takes the position of plaintiff global primary articles, contributing to fundamental changes in international trade and to the integration of primary exporters peripheral countries, among them African countries. Since the 2000s there has been a resumption of growth of African economies giving rise to the crisis and recession in the last decades of the twentieth century. The paper argues that a return to African growth has a strong relationship with the changes in the external environment caused by Chinese expansion in the last decade. Also the recent African context is shaped by the approach of China on the mainland through the expansion of investment and financial flows. From the identification of changes within the African last decade, work also discusses how the countries of the continent come to entering this new environment from internal forces of economic and social transformation

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – África e África Subsaariana: Taxa de crescimento anual do PIB (1971-1999)	52
Gráfico 2 – África Subsaariana: Taxa de crescimento das exportações, PIB e Investimentos (1965-1994).....	53
Gráfico 3 – África e África Subsaariana: Número de habitantes (milhões) (1960-2008)	53
Gráfico 4 – África: Dívida externa total a longo prazo (US\$ milhões) (1970-1995)	54
Gráfico 5 – África e África Subsaariana: Balanço de Pagamentos (milhões de dólares) (1980-1999) .	68
Gráfico 6 – China: PIB por setor (agricultura, serviços, indústria) participação no total (1952-2010)	80
Gráfico 7 – China: Crescimento Industrial / Produto Industrial Bruto (100 milhões de yuan) e participação no total (%) da indústria leve* e pesada** (2000-2010)	81
Gráfico 8 – China: Matrizes energéticas, participação no total de energia consumido (2010)	83
Gráfico 9 - China: Produção e Consumo de Petróleo (mil barris por dia) (1990-2010).....	84
Gráfico 10 – China: Principais países fornecedores de petróleo (mil barris por dia) 2011	86
Gráfico 11 – China: Importações de artigos minerais – Consumo aparente* (toneladas métricas) (2000-2009).....	88
Gráfico 12 - China: Importações de petróleo, minério e carvão - Consumo aparente - (toneladas métricas) (2000-2009)	89
Gráfico 13 - China: Valor total dos bens agrícolas importados 2000-2010.....	89
Gráfico 14 – África: Exportações totais (eixo esquerdo/bilhões dólares) e participação da China no total (eixo direito) (1995-2009)	99
Gráfico 15 – África: Taxa de crescimento anual das exportações para o Mundo e para (1995-2009) .	99
Gráfico 16 – África: Saldo Comercial com a China (1995-2009) bilhões dólares	100
Gráfico 17 – China: Importações a partir da África: Total importado/bilhões dólares (eixo esquerdo) e participação dos países africanos no total % (eixo direito) (2000-2011).....	101
Gráfico 18 – China: Importações a partir da África: participação dos produtos selecionados no total importado (2010)	103
Gráfico 19 – China: Exportações para a África: Total exportado (eixo esquerdo/bilhões de dólares) e participação dos países africanos no total % (eixo direito) (2000-2011).....	104
Gráfico 20 – África: Exportações totais para o Mundo (bilhões dólares/eixo direito) e participação de artigos primários e bens manufaturados no total exportado (eixo esquerdo) (1995-2009).....	106
Gráfico 21 – África: Exportações totais para a China (bilhões dólares/eixo direito) e participação de artigos primários e bens manufaturados no total exportado (eixo esquerdo) (1995-2009).....	106
Gráfico 22: África: Fluxo de Investimento Externo Direto (IDEs) - países da OECD e China* (2000-2010) (bilhões de dólares).....	110

Gráfico 23 – China: Fluxo de IDEs para a África – principais setores (2009).....	113
Gráfico 24 – Banco Mundial – distribuição da ajuda externa (2011)	119
Gráfico 25 – China: Valor estimado de acordos financeiros para projetos em infra-estrutura na África Subsaariana 2001-2001 (bilhões de dólares) (a) ; Distribuição dos acordos firmados por países da África Subsaariana (b)	122
Gráfico 26 – China: Ajuda externa para o Mundo (a); e ajuda externa para África (b)	128
Gráfico 27: Ajuda externa total para a África (ODA+OFF+privados) países da OECD e China (bilhões de dólares) (2009)	130
Gráfico 28 - Mundo, África e África Subsaariana: Taxa média de crescimento do PIB (2000-2010) (a); África e África Subsaariana: PIB (bilhões de dólares) (b) (1970-2010)	136
Gráfico 29 - África e África Subsaariana: Exportações, Importações totais para o Mundo e saldo comercial (1970-2010) (bilhões de dólares).....	139
Gráfico 30 - África: África e África Subsaariana: Fluxo de IDEs totais recebidos (bilhões de dólares) (1970-2010).....	139
Gráfico 31 – África: Formação Bruta de Capital Fixo e Gasto do Governo (1990-2010) (milhões de dólares)	140
Gráfico 32 - África do Sul: PIB a preços correntes 1980-2010 (bilhões de dólares) e taxa de crescimento do PIB (a); PIB per capita 1990-2010 (mil dólares) (b).....	144
Gráfico 33 - África do Sul: participação dos setores no PIB total (2000, 2011)	145
Gráfico 34 - África do Sul: Investimentos em infraestrutura % do PIB (1960-2010).....	150
Gráfico 35 - África do Sul: Renda Doméstica (bilhões de dólares) (a); Taxa de juros real e inflação (b) (1990-2010).....	151
Gráfico 36: África do Sul: exportações e importações totais (Mundo) e Saldo da Balança Comercial (bilhões de dólares) (1980-2012)	151
Gráfico 37 - África do Sul: Balanço de Pagamentos (bilhões de dólares) (1980-2010).....	152
Gráfico 38 - África do Sul: Exportações, Importações e Saldo Comercial com a China (bilhões de dólares) (1995-2011)	155
Gráfico 39 - África do Sul: Exportações totais (bilhões de dólares) e % de exportações de primários e manufaturados (a); Parcela da China nas exportações de primários (b) (2000-2011).....	156
Gráfico 40: China-África do Sul: Pauta exportadora e importadora, 2010.....	156
Gráfico 41 - África do Sul: Pauta importadora total 2011 (a); Participação dos países nas importações de artigos manufaturados (2011) (b); importações de bens de capital* do Mundo e da China 2001-2010 (c).....	157

Gráfico 42: Fluxos de entrada de Investimentos Direto Externo – África e África Subsaariana (lado esquerdo/bilhões de dólares) e África do Sul (lado direito/bilhões de dólares) 1980-2012.....	159
Gráfico 43 - África do Sul: Importações de manufaturados Mundo (bilhões dólares) e participação dos artigos têxteis no total (a); Importações totais de têxteis e participação dos têxteis chineses (b)	163
Gráfico 44 - África do Sul : Importações de Manufaturados (bilhões de dólares) participação dos móveis e roupas no total importado (a); Participação dos móveis e roupas chineses no total (b).....	164
Gráfico 45 - África do Sul: Exportações totais artigos primários e manufaturados (bilhões de dólares) e % dos têxteis nos manufaturados (a) 1995-2011; Exportações totais (milhões de dólares) de artigos têxteis, móveis e roupas e acessórios (2000-2011) (b).....	165
Gráfico 46 - África do Sul: Exportações de artigos de vestuário (roupas e têxteis) para o Mundo e para os EUA (bilhões de dólares) (1995-2011)	166
Gráfico 47 - China: Exportações de artigos têxteis e de vestuário para o Mundo e para os EUA (bilhões de dólares) 1995-2011.....	166
Gráfico 48 – Angola: Produto Interno Bruto: Taxa de crescimento, volume total (bilhões de dólares); PIB per capita (mil dólares) (1980-2010)	168
Gráfico 49 – Angola: Participação dos setores no PIB total (2006, 2011)	170
Gráfico 50 – Angola: Dívida Externa total (% no PNB e das exportações) (2000-2011) (a); Balanço de Pagamentos (bilhões de dólares) (1980-2010) (b)	172
Gráfico 51 - Angola: Taxa de juros real (a); Taxa de inflação a preços de consumo (b)	172
Gráfico 52 – Angola: Exportações, Importações e Saldo comercial (bilhões de dólares) (1980-2012) (a); participação dos produtos primários no total exportado % (b).....	173
Gráfico 53 – Angola: Exportações totais e participação da China no total exportado (bilhões de dólares) (1995-2011) (a); Exportações, importações e Saldo comercial Angola-China (bilhões de dólares) (b)	175
Gráfico 54 – Zâmbia: Taxa de crescimento anual do PIB, PIB total (bilhões de dólares) (1980-2010) (a); PIB per capita anual (b)	185
Gráfico 55 – Zâmbia: Participação dos setores no PIB total (2001,2011).....	185
Gráfico 56 – Zâmbia: Balanço de Pagamentos (bilhões de dólares) (980-2012) (a); Exportações, Importações e Saldo comercial (1980-2012) (b)	187
Gráfico 57 – Zâmbia: Exportações, Importações e saldo comercial com a China (bilhões de dólares) (1995-2011) (a); Total importado da China e participação dos produtos no total (%) (1995-2011) (b).....	189
Gráfico 58 - Zâmbia: Exportações totais (milhões de dólares) e % dos têxteis no total (a); Exportações totais de algodão, artigos têxteis e roupas e acessórios (milhões de dólares) (b) (1995-2010).....	193

Gráfico 59 - Zâmbia: Importações totais de têxteis e roupas e vestuário da China (milhões de dólares) (1995-2010).....	194
Gráfico 60 – Bens Primários: Petróleo e minérios diversos – Crescimento anual dos preços (1990-2012).....	213
Gráfico 61– Bens Primários: Bens agrícolas – Crescimento anual dos preços (1990-2012).....	213

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Variação dos preços dos bens primários (1990-2011) e participação da China no consumo global de bens primários (2012)	22
Tabela 2 - China – Participação dos setores no consumo nacional de petróleo (%).....	84
Tabela 3 – China: Fluxo de IDEs (para fora) para Mundo, África e países africanos (2003-2010) (bilhões de dólares)	111
Tabela 4 - China Eximbank – Portfólio (bilhões de dólares) (2006-2010).....	127
Tabela 5 – África: Ajuda externa oficial (ODA) - Países OECD e China (bilhões de dólares) 1999-2010	130
Tabela 6: África, África Subsaariana e países africanos: Taxa média de crescimento anual do PIB dos países africanos entre 2001-2011	137
Tabela 7 – Países africanos: PIB total (Paridade Poder de Compra - bilhões de dólares) (2010).....	138
Tabela 8 – Países africanos: PIB per capita 2010 (dólares)	138
Tabela 9 - África do Sul: PIB decomposto por Despesas/Gasto Interno (% no PIB e taxa de crescimento anual (1984-2010)	148
Tabela 10 – África do Sul: Indicadores de Pobreza e Desigualdade (1995-2010)	153
Tabela 11 – África do Sul - Fluxo de IDEs (entrada) totais*, países OCED e China** (milhões de dólares) 2000-2010.....	159
Tabela 12 – Angola: PIB decomposto Gasto e Despesas (% no PIB e taxa de crescimento anual) 1985-2010*	171
Tabela 13 - Angola: Indicadores de Pobreza e Desigualdade (1990-2010).....	174
Tabela 14 – Angola: fluxo de IDEs (entrada) total, países da OECD e China (bilhões de dólares) (2001-2011).....	179
Tabela 15 – Zâmbia: PIB decomposto – Gastos e Despesas Internas (% do PIB e taxa de crescimento) (1990-2010).....	186
Tabela 16 - Zâmbia: Indicadores de Pobreza e Desigualdade (1990-2010).....	188

Tabela 17– Zâmbia: Fluxo de IDEs (entrada) total, países da OECD e China* (milhões de dólares) (2002-2011).....	190
Tabela 18 – Zonas de Cooperação Econômicas e Comerciais na África aprovadas pelo Ministério do Comércio chinês	216

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro explicativo dos instrumentos de análise dos impactos da China na África.....	33
Quadro 2 - Países africanos: reservas minerais atuais (2013)	42
Quadro 3 - Lista das guerras civis africanas 1950-2005.....	56
Quadro 4 – China: Principais países importadores da África (2011).....	102
Quadro 5 – China: Principais países de destino das exportadores chinesas na África (2011)	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa África: Explorações minerais.....	41
Figura 2 - Mapa Angola: Projetos de construção de Rodovias e ferrovias com participação de empresas chinesas (2007).....	181

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC	African National Congress
BP	Balanço de Pagamentos
COMTRADE	Banco de estatísticas de Comércio de <i>Commodities</i>
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MPLA	Movimento para libertação de Angola
NBSC	National Bureau of Statistics of China
ODA	Assistência Oficial de Desenvolvimento
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OPEP	Organização dos países exportadores de petróleo
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
RPC	República Popular da China
SOEs	Empresas estatais chinesas
UNITA	União Nacional para independência total de Angola
ZEEs	Zonas econômicas especiais

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	16
II. A EXPANSÃO CHINESA E SEU IMPACTO NA ECONOMIA MUNDIAL.....	19
II.1. Introdução	19
II.2. Inserção externa dos países periféricos na economia internacional	22
II.3. A expansão chinesa e a nova complementaridade: oportunidades e desafios para as economias periféricas	28
II.4. Conclusões	35
III. ÁFRICA: OS LIMITES DO AVANÇO – DA PÓS-INDEPENDÊNCIA AOS ANOS RECENTES.....	37
III.1. Introdução	37
III.2. África: da herança imperialista à independência política - entraves ao avanço econômico e social.....	39
III.3. O período pós-independência: libertação política e estagnação econômica	46
III.3.1. Anos 70 – transformações da ordem econômica internacional: afirmação da hegemonia americana e impactos para os países africanos	48
III.4. Os conflitos internos e a acentuação da tragédia africana.....	56
III.5. Anos 80 e 90: os programas de ajuste estrutural na África	62
III.5.1. África do Sul: transição política conservadora.....	69
III.6. Conclusões	74
IV. CHINA - DEPENDÊNCIA DE MATÉRIAS-PRIMAS E ESTRATÉGIA POLÍTICA/INSTITUCIONAL PARA A ÁFRICA	76
IV.1. Introdução.....	76
IV.2. China: Trajetória de expansão e dependência de matérias-primas	76
IV.3. China: base energética e de recursos naturais	82
IV.4. China: Articulação política/institucional de expansão na África	90
IV.5. Conclusão	96
V. A EXPANSÃO CHINESA NA ÁFRICA: COMÉRCIO, INVESTIMENTOS E FLUXOS FINANCEIROS	97

V.1. Introdução	97
V.2. Comércio China-África: principais países e produtos	98
V.3. Investimentos chineses na África	107
V.3.1. Investimentos em Infraestrutura	118
V.4. Ajuda Externa	124
V.4.1. Migração	132
V.5. Conclusão	134
VI. A RETOMADA DO CRESCIMENTO AFRICANO E A CONTRIBUIÇÃO CHINESA – ÁFRICA DO SUL, ANGOLA E ZÂMBIA	136
VI.1. Introdução – África atual: expansão e crescimento econômico	136
VI.2. África do Sul	143
VI.2.1. China-África do Sul: comércio.....	154
VI.2.2. Investimentos	158
VI.2.3. Comércio China-África do Sul: análise setorial.....	162
VI.3. Angola	168
VI.3.1. Comércio China-Angola.....	174
VI.3.2. China e Angola: Fluxos financeiros e Investimentos.....	176
VI.4. Zâmbia	183
VI.4.1. Comércio China-Zâmbia	188
VI.4.2. Investimentos	190
VI.4.3. Impactos no setor têxtil	192
VI.5. Conclusões	195
VII. CONCLUSÕES	198
REFERÊNCIAS	203
FONTES DE DADOS	211
ANEXOS	212

I. INTRODUÇÃO

Na primeira década do século XXI a China deparou-se com um desafio importante para manutenção do crescimento econômico. Tal desafio relaciona-se à necessidade de atender a demanda interna por bens primários que cresce a partir da entrada do país em um novo ciclo de expansão baseado principalmente na indústria pesada.

A expansão da indústria foi a via pela qual a China conseguiu levar adiante o crescimento econômico desde os projetos industrializantes pós Revolução Comunista até as reformas implementadas por Deng Xiaoping. O grande contingente de população rural e a reduzida área agricultável impuseram a necessidade de expandir a indústria, principalmente aumentando a produtividade, seja para absorver o excedente, seja para aumentar a própria produtividade agrícola. Investimentos em infraestrutura e em máquinas e equipamentos foram o motor da atividade industrial. Como na proposição de Lewis (1954), a industrialização, tal como nos países do sudeste asiático, tornou-se a via obrigatória do desenvolvimento e a absorção do excedente rural nas atividades de maior produtividade configurou-se como o principal fator para a elevação do produto médio por ocupado. (MEDEIROS, 2009).

Atualmente a China é um país altamente industrializado (48% do PIB chinês em 2006, WDI) e desde 2001, no Décimo Plano Quinquenal, afirmou-se um novo ciclo expansivo impulsionado pelos investimentos em infraestrutura. Além da expansão da indústria pesada, observa-se o aumento da indústria automobilística e do consumo de automóveis no mercado interno.

Este ciclo atual de crescimento, marcado pela expansão dos investimentos em infraestrutura e indústria pesada, pressupõe uma ampliação da utilização de insumos primários, desde matérias-primas para indústria, como minério de ferro e cobre, até recursos energéticos essenciais, como o petróleo.

Diante desse imperativo relacionado ao acesso a bens primários, o governo chinês e as empresas estatais vêm promovendo diversas abordagens em regiões que dispõem de amplos recursos naturais, como a América Latina e a África. O interesse no acesso a recursos primários e energéticos vem motivando o estímulo à importação e expansão dos Investimentos Diretos em diversos países destas regiões. Destaca-se, por exemplo, a “fome” chinesa por petróleo, principalmente pela sua importância estratégica na produção industrial. Há vinte anos a China era o maior exportador de petróleo do Leste Asiático. Hoje o país é o segundo maior importador do mundo. O aumento da demanda chinesa fez com que em 2008,

pela primeira vez o consumo de energia (incluindo outras fontes além do petróleo) dos países fora da OECD superasse o consumo dos países daquela organização. (British Petroleum, 2009; Zweig e Bi; 2005; NBSC, 2007).

A expansão chinesa relacionada ao aumento dos fluxos de importação e Investimentos Diretos em áreas que dispõem de reservas energéticas e minerais tem gerado, por sua vez, implicações importantes para a economia internacional e os países periféricos, entre eles os países africanos.

Desde o início dos anos 2000 os países africanos têm visto suas exportações aumentarem substancialmente a partir do aumento da demanda chinesa. Além da expansão do volume exportado observa-se um aumento dos preços dos bens primários que favorece as exportações, instaurando uma conjuntura marcada pela melhora dos termos de troca. Além disso, as empresas chinesas expandem-se para diversos países da África, ampliando os fluxos financeiros e a ajuda externa ao continente.

Na primeira década do século XXI os países africanos apresentaram uma melhora dos resultados econômicos. O continente apresentou uma taxa de crescimento de quase 5% na década e a África Subsaariana cresceu a uma taxa de 5,5% ao ano. O aumento do volume exportado vem permitindo um relaxamento da vulnerabilidade externa dos países e melhora do quadro macroeconômico. Comparado com as últimas décadas do século XX, o quadro recente africano é promissor. Naquele período a África como um todo sofreu os efeitos adversos das transformações da ordem econômica internacional dos anos 70, a partir do esforço empreendido pelos Estados Unidos em retomar sua supremacia mundial. Nos anos 80 e 90 o continente foi ainda mais afetado pelos programas de ajuste estrutural implementados pelas instituições financeiras internacionais.

O objetivo deste trabalho é analisar como a expansão chinesa relacionada ao acesso a matérias-primas repercute nos países africanos, seja através das mudanças da conjuntura internacional e suas consequências para a inserção dos países periféricos primário exportadores, seja através da aproximação chinesa no continente por meio da expansão das relações comerciais, dos investimentos e da ajuda externa. Pretende-se investigar como os países da África vêm promovendo mudanças internas a partir de uma alteração importante da conjuntura relativa ao comércio externo e de uma mudança no quadro macroeconômico, assim como a partir da aproximação chinesa no continente.

O presente trabalho está dividido da seguinte forma: além desta introdução o item II aborda o tema da expansão chinesa e seu impacto na economia mundial. Neste item apresenta-se uma discussão sobre a inserção externa dos países periféricos e as possibilidades de desenvolvimento e a forma como a expansão chinesa vem transformando estas relações a partir dos anos 2000.

Em seguida, o item III faz uma recuperação da trajetória econômica e política da África, desde os processos de independência dos anos 60 até as últimas décadas do século XX. Discute-se neste item as dificuldades históricas dos países do continente em promover avanços econômicos e sociais e os efeitos adversos na África das transformações da ordem econômica internacional a partir dos anos 70, e da implementação dos programas de ajuste estruturais dos anos 80 e 90.

No item IV faz-se uma apresentação da trajetória de expansão econômica chinesa ao longo dos anos e do atual ciclo de expansão. Discute-se as limitações estruturais relacionadas à necessidade de recursos naturais para continuidade do crescimento e como, a partir daí, o país vem promovendo um esforço no sentido de ampliar as esferas institucionais de aproximação com os países africanos, detentores de diversos recursos primários.

O item V apresenta uma descrição do quadro geral da aproximação chinesa na África, relacionada ao intercâmbio de mercadorias, a expansão dos investimentos externos e o aumento dos fluxos financeiros. O objetivo é identificar as características principais desta aproximação, os principais países envolvidos, áreas e setores mais representativos.

O item VI traz uma análise mais detalhada da África na conjuntura recente. Destaca-se aqui a mudança no quadro macroeconômico dos países da região a partir da mudança da inserção externa. Em seguida analisa-se como os governos africanos vêm promovendo medidas internas no sentido de ampliar os efeitos positivos da melhora da conjuntura e como a entrada dos investimentos chineses repercute nas economias do continente.

O item VII traz as conclusões gerais do trabalho.

II. A EXPANSÃO CHINESA E SEU IMPACTO NA ECONOMIA MUNDIAL

II.1. Introdução

Na primeira década do século XXI a China manteve sua trajetória de expansão econômica, tendo sustentado uma taxa média de crescimento do PIB de cerca de 10% ao ano entre 2000 e 2012. Mesmo com a crise econômica de 2008 o país segue crescendo a taxas altas (10,4% em 2010, 9,2% em 2011 e 7,8% em 2012), seguindo uma trajetória de crescimento que já dura mais de 30 anos. (IMF, WORLD ECONOMIC OUTLOOK DATABASE, 2013).

Tamanho expansão tem sido resultado, em boa medida, da adoção de um padrão de desenvolvimento que se inicia ainda nos anos 50, baseado na acumulação de capital via industrialização e, mais especificamente nestes últimos anos, na expansão dos investimentos em infraestrutura e indústria pesada.¹

Características internas como o tamanho da população, a disponibilidade de terras agricultáveis e a base energética são fatores que impuseram à economia chinesa constrangimentos e desafios peculiares, que por sua vez moldaram a estratégia de desenvolvimento do país. (MEDEIROS, 2009).

Apesar das mudanças institucionais e transformações políticas ao longo dos anos, a manutenção do padrão de acumulação de capital a partir da indústria manteve-se sem interrupções. Esta centralidade da industrialização no padrão de acumulação deve-se a características específicas do país, como a ampla parcela da população ocupada na agricultura de alimentos, em uma área agricultável relativamente escassa e um amplo excedente de mão de obra rural. Nesse contexto, a via industrializante funcionou tanto como forma de absorver o excedente rural, como para impulsionar aumentos de produtividade na agricultura. (MEDEIROS, 2009).

Em 2012 a população chinesa chegou a um total de 1,3 bilhões de pessoas (IMF, 2012), entre estas 50,7% ainda vivem no campo, apesar do amplo processo de urbanização. O país possui uma reduzida área agricultável. Segundo Banco Mundial, em 2008 apenas 11% de toda a terra na China era agricultável. De acordo com Maddison, a disponibilidade de terra

¹ Como aponta Medeiros (2009) a via industrializante tem como principal indutor desde os anos 50 o investimento doméstico estatal. A partir deste período até hoje, os investimentos passaram por diversas mudanças na sua composição, nos seus efeitos de encadeamento e interações sobre o consumo, nas exportações e importações e na dinâmica macroeconômica. (MEDEIROS, 2009)

arável per capita no país era de 0.08 ha em 1993 (Maddison, 1995), sendo uma das mais baixas do mundo. Esta realidade, aliada ao alto contingente populacional residindo no campo e a alta participação do emprego agrícola no emprego total (39%) implicou, segundo Medeiros (2012), em um desafio importante de manter uma alta taxa de homem por terra, além da busca constante por elevação de produtividade na agricultura.

Como ressalta Bijian (2005), na China tanto as áreas agricultáveis como os recursos minerais são relativamente escassos frente às necessidades da estrutura produtiva, não obstante serem bastante significativos em números absolutos. Segundo o autor a quantidade de recursos hídricos per capita na China, por exemplo, é um quarto da média mundial e a média per capita de área cultivável para plantio é apenas 40% da média mundial. (BIJIAN, 2005).

Com relação aos recursos energéticos destaca-se que a partir de 1992 a China começa a apresentar um déficit entre produção e consumo de energia (incluindo carvão, petróleo, gás natural e outros). Principalmente a partir de 1997 o país aumenta consideravelmente as importações de bens energéticos. Entre 1992 e 2010 as importações desse tipo de bem, incluindo petróleo, gás e carvão, cresceram a uma taxa média de 31% ao ano. (UNComtrade, 2012).

Estas restrições estruturais, principalmente com relação às fontes energéticas e minerais, aproximam-se de seus limites a partir da última década, quando a China entra em um novo ciclo de expansão, baseado nos investimentos na indústria pesada e na infraestrutura. O novo ciclo vem sendo impulsionado por investimentos em autoestrada e construção residencial, associados ao processo de urbanização e as reformas sobre a comercialização das terras urbanas. Estes investimentos arrastaram o investimento na indústria pesada - ferro, aço, cimento, alumina, vidro e química - num amplo processo de substituição de importações e também de rápida diversificação de exportações, que também passaram por extraordinário crescimento. Além disso, o novo ciclo caracteriza-se pela expansão no mercado de automóveis, tanto na produção como no consumo. (MEDEIROS, 2009).

É a partir da identificação destes traços estruturais da economia chinesa e da entrada do país em um novo ciclo de crescimento que se deve partir para a análise dos recentes movimentos de expansão do país, refletido seja no aumento das importações de recursos naturais e suas implicações no comércio internacional, seja na expansão dos investimentos diretos chineses no mundo. O ciclo atual de crescimento, caracterizado pela expansão dos investimentos em infraestrutura e indústria pesada e também nos setores urbano/imobiliário

(além da expansão do mercado de automóveis), implica em ampla utilização de insumos primários, desde matérias-primas para indústria pesada, como cobre, ferro e aço, até recursos energéticos essenciais, como petróleo, os quais a China não dispõe suficientemente.

A partir destas necessidades internas, na última década a China vem ampliando sua participação nas importações mundiais não só de petróleo e gás, mas de diversos produtos primários. Em 2010 o país importou sozinho 40% de todo o cobre do mundo e 68% do minério de ferro. Já em 2005 o país respondia por 22,3% do total de alumina consumida no mundo e cerca de 47% do cimento mundial. Do total importado pelo mundo de algodão e aço, à China corresponderam 27% e 43%, respectivamente. (UNComtrade, 2007). Esta forte demanda chinesa vem promovendo uma alta dos preços dos produtos primários e uma expansão do volume exportado, principalmente dos bens minerais e agrícolas.

Além das importações de artigos primários, os Investimentos Diretos Externos (IDEs) chineses aumentaram substancialmente nos anos recentes, como se verá adiante. Parte significativa destes investimentos dirige-se justamente a países e regiões que dispõem de ampla oferta de recursos naturais e energéticos, como América Latina e África.²

No caso da África a postura da China é clara. Nos últimos anos o comércio com os países do continente e os IDEs dirigidos aos países africanos cresceram substancialmente, em um ritmo que se compara, e até mesmo supera, os investimentos dirigidos a outras partes do mundo. O montante importado pela China a partir dos países da África, principalmente de combustíveis minerais, como petróleo, vem aumentando significativamente.

A posição chinesa nos anos recentes de grande importadora de matérias-primas e investidora nos países periféricos instaura uma nova configuração na economia internacional e, conseqüentemente, coloca novas possibilidades para os países em desenvolvimento, incluindo as economias africanas.

O objetivo deste capítulo inicial é apresentar uma discussão relacionada aos efeitos do atual ciclo de expansão chinês na economia internacional e suas conseqüências para o desenvolvimento dos países periféricos. Além desta Introdução o capítulo está dividido da seguinte forma: o item II.2 traz alguns apontamentos teóricos sobre as mudanças da

² É importante ressaltar que tanto as transformações do padrão de desenvolvimento como as mudanças do perfil dos investimentos para fora são processos que o governo chinês procura conduzir mediante o planejamento dos principais objetivos e metas do país. Nos Planos Quinquenais o governo define objetivos que possam atender as necessidades da economia e os desafios da sustentação do crescimento. O avanço recente relacionado à expansão das empresas chinesas no exterior, através dos IDEs, é um fenômeno contemplado no âmbito do Plano Quinquenal mais recente. Este tema será tratada com mais detalhes no Capítulo IV relativo aos aspectos políticos e estratégicos da política externa chinesa para a África.

conjuntura externa e a inserção dos países periféricos; item II.3 apresenta a discussão sobre a expansão da China e seus impactos da economia internacional e para os países periféricos; o item II.4 apresenta algumas conclusões.

II.2. Inserção externa dos países periféricos na economia internacional

O crescimento da China nos anos recentes, marcado pela entrada do país em um novo ciclo de expansão, vem contribuindo para afirmação do país como pólo importante de demanda mundial por recursos primários, tanto minerais como agrícolas e energéticos. A esta atual posição soma-se outra, já fortemente estabelecida pelo país ao longo dos anos: a de grande produtor e exportador global de artigos manufaturados diversos.

O amplo consumo de recursos naturais para atender à demanda interna chinesa e a continuada produção manufatureira têm efeitos não apenas na transformação da economia do país, mas também na economia internacional, com impactos tanto sobre as economias avançadas como sobre os países em desenvolvimento.

A expansão crescente da demanda chinesa por primários apresenta-se nos anos recentes como um fator importante na explicação da alta nos preços internacionais de algumas matérias-primas e também do alto volume exportado destes bens, em um movimento que já dura ao menos uma década. A Tabela 1 apresenta a variação dos preços de alguns produtos primários nos anos 90 e nos anos 2000.

Tabela 1: Variação dos preços dos bens primários (1990-2011) e participação da China no consumo global de bens primários (2012)

	1990-1999	2001-2011	% da China no consumo global (2012)
Petróleo	-17,7	324,8	10,92
Minério de ferro	-12,5	233,8	65,3
Cobre	-35,0	401,7	30,0
Alumínio	-17,0	66,1	24,7
Zinco	-29,1	147,6	13,5
Níquel	-32,2	285,1	24,6
Soja	-18,3	176,1	50,3*
Café	20,6	292,9	0,5
Açúcar	-50,0	201,0	
Algodão	-24,2	207,2	37,8
Madeira	24,32	49,00	18,0

Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2013.

*incluindo sementes e frutos oleaginosos

Obs: Variação anual dos preços dos primários ao longo dos anos ver Anexo A.

Entre 2001 e 2011 observa-se o crescimento geral dos preços dos bens primários, não apenas dos combustíveis, como petróleo, mas também dos metais e minerais e produtos agrícolas como algodão, soja e madeira. Comparado aos anos 90 os preços aumentam consideravelmente na primeira década do século XXI.

Como ressalta Jenkins (2011) a China tem papel importante na alta dos preços dos bens primários, uma vez que a participação do país na demanda global deste tipo de produto é alta, principalmente para alguns produtos primários específicos. Embora a participação da China no consumo global de petróleo, por exemplo, não seja considerável (10,93%), a participação do país no consumo global de minério de ferro e alguns artigos minerais como cobre, alumínio e zinco é considerável.

Desse modo, o efeito China, isto é, o impacto da maior demanda do país no aumento dos preços internacionais, pode ser observado para preços de produtos minerais e também para preços de produtos primários como soja e sementes oleaginosas, dada a alta participação da China no consumo global. (JENKINS, 2011).

Considera-se, nesse sentido, que o aumento da demanda chinesa por bens primários tem implicações importantes para a conjuntura externa, pois contribui para o aumento dos preços de alguns artigos primários comercializados internacionalmente, produzidos principalmente por países periféricos, além de contribuir para o aumento do volume total exportado destes bens.³

Além do efeito China sobre os preços dos bens primários, outro efeito importante do crescimento do país na economia internacional se dá via custo dos artigos manufaturados. O grande volume e as melhores condições de custo da produção chinesa contribuem para a manutenção dos preços internacionais de bens manufaturados a níveis baixos. Este efeito ocorre a partir da dificuldade dos países produtores de bens industrializados em manter a níveis elevados os preços nominais em dólar dos artigos industrializados, dada a forte

³ É importante ressaltar, como faz Jenkins (2011), que a demanda chinesa não é o único fator que afeta o aumento dos preços dos bens primários nos últimos anos. Outros mercados de produtos básicos também cresceram a partir da demanda de outros países, em produtos primários que a China não importa. Fatores ligados a oferta como clima, custos de insumo, descoberta de novas reservas também influenciam nos preços dos bens primários. Além disso, fatores de ordem especulativa também tem contribuição para o aumento dos preços dos bens primários. Apesar de todos estes fatores é possível afirmar que o efeito China tem papel explicativo importante no aumento dos preços dos bens primários, principalmente no caso dos minérios, já que a demanda chinesa deste tipo de produto é considerável.

competição com o custo em dólar mais barato do trabalho na produção industrial chinesa voltada para exportação. Esta competição com a produção chinesa faz com que o poder de barganha dos trabalhadores dos países centrais fique reduzido, contribuindo para manter em níveis baixos os preços internacionais dos artigos manufaturados. Entre 1994 e 2001 a taxa de crescimento anual dos preços dos bens manufaturados foi de -0,8%. Entre 2002 e 2009 a taxa de crescimento foi de 2,7%, contra 12,4% de crescimento dos preços do petróleo e 6,7% de aumento dos preços de artigos primários. (MEDEIROS; SERRANO; FREITAS, 2013).

A partir destas considerações é possível afirmar que a expansão chinesa mais recente contribui para o aumento dos preços relativos dos artigos primários e para uma reversão nos termos de intercâmbio, principalmente a partir dos anos 2000. Isso ocorre tanto pelo efeito da demanda chinesa no aumento dos preços dos bens primários como pelo efeito custo na manutenção dos preços dos bens manufaturados a níveis baixos. Além disso, a demanda chinesa contribui como fator importante no aumento substancial do volume exportado dos bens primários.

Esta alteração dos termos de troca tem promovido mudanças importantes na conjuntura internacional e na forma de inserção das economias periféricas primário-exportadoras, como se verá no item II.3.

Como se sabe, na literatura econômica - a partir de um enfoque estruturalista⁴, principalmente segundo Prebisch (1949) - o debate sobre a inserção das economias periféricas e as possibilidades de desenvolvimento esteve sempre vinculado a uma postura bastante crítica com relação aos limites do crescimento baseado na especialização primário exportadora. (PREBISCH, 1949).

Tendo como foco o processo de transição das economias latino americanas nos anos 50, a ideia força de Prebisch destaca a forma específica por meio da qual as economias periféricas transitam lentamente rumo à modernização e industrialização a partir de condições distintas e de um processo produtivo que se dá sobre uma estrutura econômica e institucional diversa daquela observada nos países do centro. A trajetória histórica das economias latino americanas, marcada pelo período exportador, condiciona a estrutura interna destas

⁴ O enfoque estruturalista apresenta-se como um conjunto de ideias e proposições metodológicas que surge a partir da contribuição de autores latino-americanos por volta dos anos 50, reunidos em torno da formação da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina). O enfoque surge principalmente como uma forma específica de análise das trajetórias de crescimento e desenvolvimento dos países (principalmente as economias periféricas) que se apresenta de maneira crítica às concepções de cunho liberal na Teoria do Desenvolvimento (aqui desde os clássicos - Ricardo e a teoria das vantagens comparativas – até as teorias de crescimento neoclássicas e as teses da modernização).

economias bem como seu processo de avanço estrutural e inserção internacional. (RODRIGUEZ, 2009; BIELSHOVISKY, 2000).

O diagnóstico de Prebisch estava dirigido, portanto, à identificação de uma heterogeneidade estrutural presente nas economias periféricas que era inibidora da acumulação de capital e impedia a incorporação da oferta de trabalho abundante. Ao lado desse diagnóstico Prebisch identificou os limites da inserção externa dos países latino-americanos, dada a especialização na exportação de primários e da tendência observada à época de deterioração dos termos de troca.⁵ A especialização produtiva e a heterogeneidade estrutural limitariam as possibilidades de avanço e acumulação de capital, implicando em permanente desequilíbrio externo, manutenção do desemprego e inflação. (BIELSHOVISKY 2000; PREBISCH, 1949).

Ainda segundo Prebisch as estruturas produtivas heterogêneas, caracterizadas por graus diversos de produtividade aliada à ausência de integração setorial fazia com que a produção latino-americana ficasse refém de uma pauta exportadora com demanda internacional pouco dinâmica, enquanto que a necessidade de importar impunha grandes exigências de divisas. Essa estrutura implicava em forte restrição externa, limitando as possibilidades de avanço. (PREBISCH, 1949).

A partir daí, contrariamente a visão tradicional do desenvolvimento, o enfoque estruturalista de Prebisch resulta em um imperativo político/normativo relacionado à necessidade de superar a condição periférica mediante um processo induzido de diversificação produtiva via industrialização, com forte atuação do Estado.

Um ponto importante da análise de Prebisch é a identificação de que o problema da restrição externa e da ausência de divisas resulta da forma de inserção dos países periféricos em uma conjuntura marcada pela presença de um único centro cíclico principal, os Estados Unidos. Prebisch estava, portanto, tratando de um momento de transição, não apenas com relação à transformação das estruturas produtivas das economias primário exportadoras (rumo à industrialização), mas também com relação à transição do centro cíclico principal, que passava da Inglaterra para os Estados Unidos a partir do fim da Segunda-Guerra mundial.

⁵ A tese da deterioração dos termos de troca relacionava-se, como se sabe, ao fato de que os ganhos de produtividade da produção dos artigos industrializados nos países centrais não se revertiam em queda dos preços destes bens, devido as fortes pressões exercidas por uma classe trabalhadora organizada que impedia reduções de salário. Por outro lado, nas periferias, condições estruturais como a baixa produtividade faziam com que o preço dos bens primários exportados se mantivesse baixo. Haveria assim uma posição desfavorável da periferia com relação aos termos de troca no comércio internacional, que implicaria para os países periféricos em desequilíbrio do balanço de pagamentos e ausência de divisas necessárias para ampliar as importações. (PREBISCH, 1949).

Até o momento do pós-guerra, quando os Estados Unidos afirmam-se como centro cíclico principal, a Inglaterra havia assumido esta posição durante um longo período caracterizado, sobretudo, pela montagem de uma extensa rede de comércio internacional a partir do centro inglês e onde os países periféricos tinham papel fundamental de fornecedores de uma demanda crescente por matérias-primas.

A Inglaterra, país de dimensões reduzidas e baixa produção de artigos primários, e que havia passado por um amplo processo de avanço industrial nos séculos XVIII, expande a partir do século XIX a oferta de bens industrializados (e serviços financeiros) comercializados em todo o mundo, ampliando seu controle sobre as redes de comércio internacional e absorvendo a oferta de artigos primários produzidos a partir de países periféricos diversos, latino americanos, africanos e asiáticos.

Nessa conjuntura internacional, que percorre boa parte do século XIX e a primeira metade do século XX, observa-se um sentido de complementaridade entre o pólo principal inglês, produtor de artigos manufaturados e uma série de países periféricos, fornecedores de matérias-primas. Este sentido de complementaridade refere-se aqui a determinada conjuntura onde o centro cíclico principal, especializado na produção industrial, contribui para a expansão da demanda por matérias-primas produzidas nas periferias, promovendo uma relação de intercâmbio favorável aos países primários exportadores.

O sentido de complementaridade não implica, no entanto, em um desenvolvimento harmônico e, ao contrário, encobre diferenças fundamentais entre países periféricos e centrais. Mesmo diante do sentido de complementaridade observado na conjuntura referida acima, poucos países conseguiram promover alterações em suas estruturas internas especializadas e heterogêneas ou qualquer avanço das condições internas⁶. Para a maior parte dos países a conjuntura sob hegemonia inglesa, ainda que permitisse maior complementaridade, não foi seguida de uma expansão do mercado interno e nem de melhorias econômicas ou sociais. Observa-se na maior parte dos casos a manutenção de um caráter estritamente exploratório nas relações entre as economias centrais e periféricas, ou, como no caso da totalidade dos países africanos, entre as metrópoles e as colônias.

Na África o período do século XIX, sob hegemonia inglesa, é caracterizado pela presença da própria Inglaterra e de outras potências europeias como Portugal e França

⁶ No caso das economias latino-americanas destaca-se o caso da Argentina como país que consegue inserir-se de forma mais eficaz na conjuntura externa centrada no centro cíclico inglês. O país, primário exportador, avança durante o século XIX a partir do aproveitamento das rendas de exportação para expansão do mercado doméstico.

dominando diversos territórios litorâneos do continente e monopolizando o comércio de produtos primários a partir de economias bastante especializadas. Além dos territórios controlados pelas potências estrangeiras uma vasta área permanecia ocupada por diversos controles locais autônomos que exportavam produtos primários.

Nesse contexto, as relações entre os países do centro e os países do continente africano são marcadas pelo caráter estritamente exploratório, ainda que em um contexto de complementaridade no comércio internacional. A prova mais visível dessa realidade é o fato de ser justamente no final do século XIX o momento de ápice do colonialismo na África, com os países europeus definindo as bases de uma expansão territorial e um controle físico dos territórios do continente na Conferência de Berlim, de 1884-1885. Nesta ocasião cristaliza-se o caráter exploratório das relações inglesas e europeias com os territórios africanos produtores de artigos primários. Mesmo enfrentando forte resistência por parte da população africana, com a Conferência de Berlim as regras de comércio passam a ser totalmente definidas pelas lideranças coloniais, administradas posteriormente por uma elite local que pouco faria para aproveitar qualquer tipo de conjuntura favorável para promoção do desenvolvimento local a partir do uso das rendas de exportação. (BOAHEN, 2010).

Nesse sentido, na conjuntura internacional em que a Inglaterra se mantém como centro cíclico principal, tanto os países da América Latina (com algumas exceções) e principalmente a grande parte da África permaneceriam como economias pouco diversificadas e que não avançam a partir de processos de expansão internos.

A partir dos anos 50 e com o fim da Segunda-Guerra mundial os Estados Unidos avançam econômica e militarmente, assumindo a liderança do comércio internacional e afirmando-se como novo centro cíclico principal, em substituição à Inglaterra.

A partir desta nova configuração centrada na liderança norte-americana, observa-se gradativamente a alteração do sentido de complementaridade presente no período anterior, na medida em que o novo pólo, ao contrário do inglês, apresenta-se ao mesmo tempo como grande produtor e exportador de artigos industrializados e também como produtor de artigos primários, tanto combustíveis como minerais e agrícolas.

Nessa nova conjuntura, com os Estados Unidos avançando na produção doméstica de diversas matérias-primas, os países periféricos passam a ser confrontados com a concorrência externa dos bens primários e, mais ainda, com a queda dos termos de intercâmbio proporcionada pela alta dos preços dos bens industrializados relativamente aos preços dos bens primários, tal como descrito por Prebisch (1949). Com a ascensão dos Estados Unidos

como centro cíclico principal chega ao fim, portanto, o sentido de complementaridade anteriormente observado no auge da hegemonia inglesa.

É justamente a partir desta mudança que Prebisch analisa a inserção externa dos países periféricos, evidenciando dois aspectos principais: primeiro a afirmação dos Estados Unidos como centro cíclico principal; e, segundo, a alteração do sentido de complementaridade característico do período anterior, que dá lugar a uma conjuntura muito mais competitiva. É a partir destas considerações que o autor argentino defenderá como prioridade a industrialização e a diversificação produtiva das economias periféricas primário-exportadoras.

Quando Prebisch analisa as economias periféricas caracterizadas pela heterogeneidade estrutural e as dificuldades de crescimento e acumulação de capital, ele está considerando que estas condições estruturais devem ser percebidas a partir da análise da inserção destes países em uma determinada conjuntura que, nos anos 50, está mudando com a entrada dos EUA como pólo principal. Nessa nova conjuntura, a insistência na especialização produtiva não pode levar nenhuma economia periférica a uma trajetória de expansão, dadas as limitações impostas pela deterioração dos termos de intercâmbio e restrição do Balanço de Pagamentos, que impossibilitam os processos de acumulação de capital, investimento e diversificação produtiva.

É a partir daí que a necessidade de diversificação produtiva e esforço em ampliar a base exportadora no sentido de artigos mais industrializados apresenta-se como o único caminho para uma melhor inserção dos países periféricos. Prebisch, portanto, ao defender a diversificação produtiva baseia-se não em uma superioridade em si da tecnologia da indústria, mas na impossibilidade de um país periférico crescer a taxas elevadas naquela conjuntura, a partir de uma especialização na produção de bens primários.

II.3. A expansão chinesa e a nova complementaridade: oportunidades e desafios para as economias periféricas

A partir destas considerações, passados mais de 50 anos desde as publicações de Prebisch, observa-se nos anos recentes a formação de uma nova conjuntura na economia internacional, que permite novas interpretações a respeito da inserção dos países periféricos.

Desde os anos 2000 tem se observado tanto o aumento das taxas de crescimento econômico dos países periféricos (ou em desenvolvimento) como uma maior contribuição

destes países para o crescimento do PIB global e do comércio mundial, quando comparados à contribuição dos países centrais, como os Estados Unidos e os países da Europa.

Países como China, Brasil, Rússia e Índia vem expandindo seu comércio externo e suas taxas de crescimento, através de uma ampliação de seus mercados domésticos e da intensificação do comércio realizado entre estes próprios países.

Nos últimos anos o ritmo de crescimento dos países periféricos tem sido maior quando comparado ao ritmo lento de crescimento (e até de crescimento negativo) das economias avançadas. De 1990 até 2000, a taxa média anual de crescimento das economias avançadas foi de 2,8% ao ano, enquanto a taxa dos países em desenvolvimento foi de 3,8%. De 2001 a 2010 a taxa média anual de crescimento das economias avançadas foi de 1,8%. Nos países em desenvolvimento esta taxa foi 6.3%. (IMF, 2013). No comércio internacional a participação dos países em desenvolvimento também supera as economias avançadas. De 2001 a 2010 as importações nas economias avançadas cresceram a uma taxa de 4,1% ao ano e as exportações a 3,8%. Já as economias em desenvolvimento apresentaram crescimento de 8,8% nas importações e 7,1% nas exportações. (IMF, 2013).

Essa nova conjuntura pode ser compreendida, segundo Medeiros, Serrano e Freitas (2013), a partir de três fatores: um deles é o aumento dos preços das *commodities* que tem levado a uma melhora dos termos de troca para os países periféricos primário exportadores; o outro é o acesso mais amplo aos fluxos de capitais para a periferia; e, por último, a ampliação das políticas de acumulação de reservas e expansão do mercado interno, principalmente no caso da China. Estes fatores, combinados à adoção de políticas anticíclicas empreendidas em diversos países, inclusive como uma forma de enfrentamento a crise dos anos 90, vem permitindo um relaxamento da restrição do Balanço de Pagamentos que se apresenta como fundamental para expansão do crescimento do PIB e do PIB per capita nos países em desenvolvimento. (MEDEIROS; SERRANO; FREITAS, 2013).

Esta realidade permite identificar uma tendência a partir da qual a taxa de crescimento dos países periféricos passa a ser mais autônoma com relação ao crescimento dos países industrializados, dado o relaxamento da restrição externa, a capacidade de expansão dos mercados domésticos e intensificação do comércio entre os próprios países em desenvolvimento, o comércio “Sul-Sul”.

Vale ressaltar que esta nova configuração e seus impactos para os países periféricos contrastam fortemente com a conjuntura observada nas últimas décadas do século XX. Nos anos 80 e 90, com exceção dos países asiáticos, a quase totalidade dos países periféricos, da

América Latina e África, por exemplo, apresentaram não apenas baixíssimas taxas de crescimento, como também uma ampla restrição externa imposta por crises de dívida e pela abertura financeira nos anos 90, tornando aquelas economias amplamente dependentes das economias centrais.

Em forte contraste com este período (e com a conjuntura do pós-guerra), observa-se nos anos recentes uma nova configuração da economia internacional marcada pela presença de pólos autônomos de crescimento que surgem em paralelo ao “centro cíclico principal”. Nessa nova configuração observa-se: o baixo crescimento das economias industrializadas; a alta liquidez internacional, mesmo depois da crise de 2008; a manutenção da taxa de juros dos EUA em níveis baixos; os preços altos das *commodities* em dólar; e por fim a reversão dos termos de troca. (MEDEIROS et al, 2013).

Boa parte destas transformações deve-se a expansão da China, principalmente pela contribuição do país na reversão dos termos de intercâmbio. Como apresentando anteriormente, tanto via efeito demanda por bens primários (que contribui para o aumento dos preços e do volume exportado) como pelo efeito custo que barateia os preços de artigos industrializados em todo o mundo, a expansão chinesa contribui como fator importante para o aumento dos preços relativos dos bens primários e, portanto, para a reversão dos termos de troca favoravelmente aos países periféricos primário exportadores. Além disso, a China se apresenta atualmente como uma fonte importante de Investimentos Diretos Externos realizados na última década e dirigidos aos países periféricos primários exportadores.

O crescimento da economia chinesa, a partir da entrada do país em um novo ciclo de crescimento, contribuiu na última década para uma mudança importante na configuração externa colocando o país como importante “centro cíclico” novo para produtores de matérias-primas.

Essa nova conjuntura permite que se fale da formação de um sentido de complementaridade na economia internacional, estabelecido entre as economias periféricas e os pólos centrais e que se diferencia bastante do ambiente competitivo observado no período anterior (a partir dos anos 50 com pólo central nos Estados Unidos).

Ao contrário do período anterior, a expansão da China tem permitido um aumento dos preços dos bens primários e do volume exportado, que se reflete em aumentos consideráveis das rendas de exportação e em um relaxamento da restrição externa para países periféricos primários exportadores.

Neste novo cenário, onde a expansão chinesa tem papel fundamental, observa-se uma conjuntura externa marcada por uma alteração e melhoria do quadro macroeconômico para diversos países periféricos, na medida em que possibilita maior equilíbrio do Balanço de Pagamentos e o relaxamento da restrição externa.

A partir desta nova conjuntura identifica-se um sentido de complementaridade entre os países periféricos e os centros, assim como se observava no período em que predominou a supremacia inglesa. O sentido de complementaridade se dá na medida em que a inserção dos países periféricos no comércio internacional ocorre em um ambiente mais favorável em que se ampliam as possibilidades para transformações de ordem interna.

Esta maior possibilidade de transformação interna se apresenta na medida em que a melhora do quadro macroeconômico e o crescimento baseado nas exportações amplia a margem de atuação das economias periféricas. Se a partir dessa conjuntura houver uma ampliação da atuação dos governos na diversificação produtiva, no aumento dos gastos públicos para ampliar o mercado interno e uma maior difusão dos investimentos (em infraestrutura, por exemplo) amplia-se a possibilidade destes países obterem avanços estruturais internos.

É importante ressaltar que a melhor conjuntura, embora promotora de melhores condições macroeconômicas, não garante por si só a mudança estrutural. É preciso diferenciar estes dois aspectos, ou seja, o aspecto macroeconômico e o aspecto estrutural.

Embora os países periféricos possam se beneficiar da nova configuração da economia internacional, isto só será uma oportunidade para um maior desenvolvimento se houver um esforço interno de construção de economias mais diversificadas e com maiores potenciais de acumulação de capital.

Com relação aos países africanos, tema central do presente trabalho, observa-se a partir dos anos 2000 uma expansão das taxas de crescimento econômico de diversos países, a partir de uma expansão das exportações de artigos primários e melhoria do Balanço de Pagamentos. Os países africanos ampliam suas exportações em um contexto de alta dos preços de artigos energéticos e minerais, os quais são fortemente demandados pela China.

Cada vez mais os países da África tornam-se parceiros comerciais da China e em alguns casos substituem o intercâmbio com os países centrais em favor das relações com aquele país. Mesmo não exportando diretamente para a China os países do continente beneficiam-se de uma melhora dos preços de bens primários. Além desta melhor posição com relação ao comércio, os países africanos vêm se tornando o destino de grandes volumes de

investimentos realizados pela China, nas mais diversas áreas e setores, como será visto ao longo deste trabalho.

A partir desta nova conjuntura e da posição chinesa nos anos recentes, a questão essencial que se pretende discutir é até que ponto a melhora do quadro macroeconômico dos países africanos, aliada a expansão dos investimentos e ajuda chinesa, vem permitindo aos países do continente deslocar a estrutura de especialização ou criar novas oportunidades de desenvolvimento via expansão do mercado interno. A partir daí pretende-se discutir até que ponto a nova configuração externa se diferencia de períodos anteriores marcados pelo caráter estritamente exploratório das relações das potências ocidentais com a África.

Como dito, em que pese a configuração externa favorável, as possibilidades de avanço, mesmo que não estruturais, dependem fundamentalmente da adoção de políticas autônomas voltadas para a promoção do desenvolvimento. No caso dos países africanos tem-se um legado histórico em que os governos são quase na sua maioria caracterizados por acomodar-se a uma estrutura econômica primário-exportadora e pela ausência de uma atuação voltada para o desenvolvimento econômico e social, a partir da não utilização das rendas de exportação de produtos primários. Destaca-se assim que as possibilidades de avanço dependem de diversos fatores relacionados às disputas internas dentro das economias e da relação de diversos grupos de interesse com o Estado. (MEDEIROS, 2010).

Por vezes, por mais que o Estado atue, por exemplo, voltado para o desenvolvimento econômico, por meio da ampliação de investimentos e alteração do nível de demanda efetiva, ele se depara com desafios internos sociais e econômicos que emanam de conflitos políticos e sociais. As trajetórias de crescimento e desenvolvimento dependem tanto de articulações internas como também da relação do Estado com um quadro mais amplo e articulações externas que restringem (ou não) quadros macroeconômicos e possibilidades de atuação no nível dos Estados. (MEDEIROS, 2010)

Nesse sentido, as possibilidades de avanço das economias africanas devem ser analisadas mediante a identificação da forma como os Estados (a partir de suas interconexões internas) vêm atuando, aproveitando (ou não) a conjuntura mais favorável para promoção de algum tipo de transformação.

Para considerar estas dimensões estruturais uma formulação possível é feita por Kaplinsky (Kaplinsky et al, 2007, 2008, 2009). O autor investiga como os países africanos, em especial os países da África Subsaariana, vêm se beneficiando (ou não) da nova conjuntura externa de melhora dos termos de troca e da aproximação da China via comércio,

investimentos e ajuda. Segundo o autor, através da identificação de alguns canais através dos quais os impactos são transmitidos, tais como: os fluxos comerciais; fluxos de IDEs; e fluxo de ajuda financeira é possível ter uma dimensão de como os países africanos vem se inserindo neste novo contexto. (KAPLINSKY et al, 2007; 2008; 2009).

Em cada um dos três canais apresentados por Kaplinsky (comércio, investimento e ajuda) as relações entre a China e os países africanos podem ocorrer tanto de maneira complementar como competitiva, ou os dois. No caso do comércio, por exemplo, os africanos beneficiam-se do aumento das exportações de primários para China e esta, por sua vez, exporta para os países africanos bens de consumo baratos e também bens de capital, instaurando uma relação de complementaridade, já que ambos os países estariam se beneficiando.

Mas ao mesmo tempo, as exportações chinesas para África de bens de consumo podem prejudicar produtores locais em determinados setores, dada a competição com a indústria local, com impactos na redução do emprego, por exemplo. Nesse caso haveria uma relação competitiva e não complementar.

Além da diferenciação entre relações complementares ou competitivas é possível ainda identificar uma distinção entre canais de impacto diretos ou indiretos. O impacto direto se daria através das relações bilaterais de comércio, como no exemplo acima. Este tipo de impacto pode ser medido identificando os fluxos de comércio entre os dois, dividido entre setores e países ao longo do tempo.

Já o impacto indireto se daria como resultado das relações da China com outros mercados, em outros países, que afeta indiretamente os países da África. No caso do comércio a demanda chinesa por *commodities* leva a aumentos de preços a nível global, o que faz com que países que não necessariamente exportem para a China beneficiem-se deste aumento geral dos preços em todos os mercados. Mas ao mesmo tempo as exportações africanas competem com as chinesas em outros mercados, prejudicando as primeiras. O quadro 1 apresenta estas classificações propostas por Kaplinsky na análise dos impactos da China nos países da África Subsaariana.

Quadro 1 – Quadro explicativo dos instrumentos de análise dos impactos da China na África

Canal		Impacto	
		Direto	Indireto
Comércio	Complementaridade		
	Competitividade		
Produção e IDE		Direto	Indireto
	Complementaridade		
Ajuda	Complementaridade		
	Competitividade		

Fonte: Kaplinsky et al, (2008)

A partir desta classificação Kaplinsky et al (2008) alcançam alguns resultados sobre as relações entre a China e os países africanos. Discute-se criticamente, por exemplo, o senso de otimismo colocado a partir deste aumento das exportações e saldos africanos, como algo que geraria necessariamente impactos positivos. Este otimismo é questionado a partir da análise dos canais de impacto propostos por Kaplinsky, que permitem observar que algumas regiões da África tem tido suas manufaturas e indústrias da área têxtil e vestuário afetadas a partir da substituição da produção local pela importação dos produtos baratos chineses, além de estarem reduzindo suas exportações para terceiros mercados⁷. (KAPLINSKY et al, 2008).

De um lado as importações chinesas aumentam o poder de compra do consumidor africano, mas ao mesmo tempo o impacto negativo é grande. Muitas fábricas africanas foram prejudicadas pelo avanço das importações chinesas, segundo Kaplinsky (2008). Houve perda de empregos e um forte impacto em termos de pobreza.

Com relação ao canal dos Investimentos existem também posições controversas. Ao mesmo tempo em que os Investimentos chineses expandem-se para diversos países, via construção de empresas-filiais e grandes montantes de recursos e empréstimos destinados a projetos de infraestrutura, tem-se que muitos investimentos são ligados à exploração de recursos, o que é visto como uma forma de exploração. Além do que alguns projetos na área de construção são questionáveis em termos de impacto no desenvolvimento econômico, como projetos de construção de estádios e prédios de governo.

Ainda que Kaplinsky consiga identificar os efeitos causados nos países africanos pela aproximação chinesa através da observação de alguns canais de impacto é preciso somar à sua

⁷ Por exemplo, ao se observar o setor de vestuário e têxtil dos países da África Subsaariana observa-se que houve uma redução das exportações a partir de 2000. Os produtos chineses tem muito mais vantagem que os africanos em terceiros mercados, como os Estados Unidos. O impacto da diminuição das exportações africanas é grande principalmente em países onde o comércio externo tem um papel fundamental na composição do PIB, gerando consequências negativas para o emprego e a pobreza. (KAPLINSKY et al 2007, 2008, 2009).

análise uma investigação que consiga captar a forma como os governos africanos vêm atuando a partir da nova configuração externa que se apresenta principalmente por meio do aumento dos preços das *commodities* e das rendas de exportação.

A própria possibilidade de expansão da capacidade de gasto do governo, dada a melhora do Balanço de Pagamentos resultante do aumento das exportações é algo considerável para os países africanos, marcados por uma trajetória histórica de dificuldade de ampliação do gasto público e dos investimentos e de momentos em que os termos de troca eram desfavoráveis, características que convergiram para a manutenção de um quadro de baixo crescimento.⁸

Nesse contexto a aproximação chinesa deve ser vista, tal como descrito anteriormente, como fator importante no estabelecimento de uma conjuntura externa mais favorável a expansão das economias periféricas africanas.

É preciso identificar, portanto, de que maneira esta melhora das condições macroeconômicas vem se revertendo em mudanças internas, a partir tanto da capacidade de ampliação do gasto interno e dos investimentos, como dos efeitos causados pelos próprios investimentos chineses na África.

A maneira como os governos africanos atuam no sentido de criar e estimular os efeitos mercado como expansão dos investimentos, distribuição de renda, políticas setoriais, deve ser investigada para captar os impactos reais que a China causa nos países africanos.

II.4. Conclusões

A trajetória de expansão da China promoveu transformações fundamentais no país a partir de um esforço empreendido pelo Estado através de um amplo planejamento centrado principalmente nos investimentos. Desde o final dos anos 70 até os anos mais recentes o país vem apresentando um crescimento sustentado, mesmo diante da crise de 2008 e da pequena desaceleração.

A partir dos anos 2000, quando a China entra em seu mais recente ciclo de crescimento fundado na indústria pesada, a expansão do país vem promovendo mudanças substanciais na economia internacional. Cada vez mais a China se apresenta como um pólo importante do comércio internacional, principalmente para os recursos naturais e artigos

⁸ Como se verá no Capítulo III, o período que antecede a atual conjuntura – os anos 80 e 90 do século XX - é marcado por uma grave crise econômica que assola todos os países periféricos e mais ainda os países africanos.

manufaturados. Esta posição vem promovendo transformações na forma de inserção das economias periféricas primário exportadoras, a partir de uma reversão dos termos de intercâmbio, que tem permitido a ampliação das rendas de exportação e um relaxamento da restrição externa para aqueles países.

Estas transformações, como visto, instauram uma complementaridade entre os países periféricos e os países centrais, na medida em que permite uma alteração do quadro macroeconômico dos países periféricos. A partir deste novo quadro observa-se uma abertura importante de possibilidades de avanço para os países periféricos primário exportadores.

Os países africanos, assim como outros países periféricos, vêm-se nos anos recentes diante desta nova conjuntura, marcada pela maior autonomia no que se refere ao comércio externo e as possibilidades de expansão. Observa-se a partir dos anos 2000 uma expansão das taxas de crescimento econômico de diversos países do continente, a partir do aumento das exportações de artigos primários e melhoria no Balanço de Pagamentos.

Cada vez mais os países da África tornam-se parceiros comerciais da China, exportando artigos primários, bens energéticos estratégicos (como petróleo) e artigos minerais e agrícolas diversos. Além disso, os países africanos vêm se tornando o destino de grandes volumes de investimentos realizados pela China.

Como se discutiu ao longo deste capítulo, a questão essencial que se pretende discutir neste trabalho é até que ponto a melhora do quadro macroeconômico dos países periféricos africanos, aliada a expansão dos investimentos e ajuda chineses, vem permitindo aos países do continente deslocar a estrutura de especialização ou criar novas oportunidades de desenvolvimento via expansão do mercado interno e melhoria da renda.

III. ÁFRICA: OS LIMITES DO AVANÇO – DA PÓS-INDEPENDÊNCIA AOS ANOS RECENTES

III.1. Introdução

Na primeira década do século XXI e até mais recentemente tem se observado entre meios acadêmicos e jornalísticos internacionais certa retomada do interesse pelo continente africano e uma mudança de percepção com relação aos aspectos econômicos e políticos⁹. A recuperação das taxas de crescimento econômico de alguns países ao longo dos últimos anos foi certamente um fenômeno importante para isso. Entre 2000 e 2009 a taxa média de crescimento anual do PIB africano foi de 4.6%, contra os apenas 2,5% registrados na década anterior. Países como Angola e Serra Leoa, por exemplo, cresceram neste período a taxas anuais de 10,9 e 9.7% respectivamente, contra um crescimento ínfimo na década anterior de 1% no caso de Angola e de -4,3%, em Serra Leoa. (IMF, World Economic Outlook Database, 2013).

O melhor desempenho vem acompanhado de uma redução nos níveis de pobreza e de queda da mortalidade infantil em muitos países. Apesar dos grandes desafios que o continente ainda enfrenta, segundo o Banco Mundial, pela primeira vez desde 1981, menos da metade da população africana (47%) vive com menos de 1,25 dólares por dia. Em 1981 essa taxa era de 51%. Na África Subsaariana a parcela das pessoas que vivem nessa condição caiu cerca de dez pontos percentuais desde 1999. Os dados sobre mortalidade mostram que entre 1990 e 2009 a mortalidade materna caiu cerca de 26%, queda acompanhada pelos índices de mortalidade infantil. (WORLD BANK, AFRICAN REGIONAL BRIEF, 2012).

Melhora nos níveis de renda per capita são seguidas pelo aumento da urbanização e dos índices de escolaridade (secundária), bem como a ampliação do acesso a bens de consumo como celulares e televisores. Nos anos recentes cerca de 40% da população africana vive nas cidades (parcela que era de apenas 28% nos anos 80). (WORLD BANK, AFRICAN REGIONAL BRIEF, 2012).

No aspecto político a ascensão recente dos movimentos de contestação a regimes conservadores no norte do continente, em países como Egito, Líbia e Tunísia tem ressaltado o

⁹ Em artigo recente da revista *The Economist* (Special report “Emerging Africa” Março de 2013), por exemplo, destaca-se o crescimento das economias africanas e a melhora do ambiente político.

debate sobre a evolução das democracias africanas e da melhora do ambiente político e institucional como um todo, com a redução dos conflitos internos e expansão de regimes democráticos, ainda que permaneçam tensões importantes tanto do Norte da África como em países como Sudão e Mali.

Além disso, a entrada de Investimentos Diretos Externos na região tem feito ressurgir em diversos âmbitos discussões relacionadas às questões africanas, tais como a aproximação cada vez maior de países em desenvolvimento, a vasta disponibilidade de recursos naturais, o crescimento econômico e o desenvolvimento.

O retrato da África na primeira década do século XXI contrasta bastante com a situação observada em períodos anteriores, tanto no período colonial como nas últimas décadas do século XX. Como se sabe, desde as primeiras aproximações dos países estrangeiros na África e o estabelecimento de regimes coloniais, a maior parte do continente tem grande dificuldade em avançar econômica e socialmente, encontrando-se na maior parte das vezes refém de uma estrutura econômica especializada na exportação de recursos primários (através de uma agricultura com baixa produtividade), sofrendo os efeitos adversos das variações dos preços dos bens exportáveis e um ambiente político marcado por disputas internas e guerras civis.

Mesmo depois da conquista da independência a partir dos anos 60, poucos países africanos conseguiram avançar. Já nos anos 80 e 90, assim como grande parte dos demais países em desenvolvimento, os países africanos sofreram as consequências negativas das transformações da economia mundial, principalmente a partir dos programas de ajuste estrutural implementados pelas instituições financeiras internacionais.

Nos anos 80 o continente africano cresceu em média apenas 2.9% e a África Subsaariana 2.2%. A taxa média de crescimento do PIB per capita real no continente foi de 0.1% e na África Subsaariana de -0,7%. O continente recebeu cerca de 22 bilhões de dólares em IDEs, que representa apenas 2,37% dos IDEs mundiais. (World Bank, World Development Indicators, Database, 2012). A África como um todo, especialmente a África Subsaariana (e os países não exportadores de petróleo) viram suas economias entrarem em forte recessão. Dificuldades que aliadas ao aumento da população e aos conflitos internos fizeram com que a tragédia africana se estabelecesse.

É principalmente quando se compara a África atual com a África das últimas décadas do século XX que o desempenho recente aparece como um fenômeno instigante e ao mesmo tempo promissor. Frente à situação de crise dos anos 80, a retomada do crescimento e a

reinscrição da África na economia mundial podem apontar um sinal de otimismo e de possíveis oportunidades para o desenvolvimento e superação das limitações estruturais do continente.

Uma das marcas do período atual é a aproximação dos países em desenvolvimento na África, principalmente da China. O aumento da demanda chinesa por bens primários e recursos naturais tem surtido efeito nas exportações africanas, assim como a expansão dos investimentos diretos no continente. Estas são questões essenciais para o presente trabalho, mas que devem ser precedidas da discussão sobre o passado recente africano, seu quadro político e econômico e a forma como os países da região inseriam-se na economia internacional em períodos anteriores.

Desse modo, o objetivo deste capítulo é apresentar um retrato do continente africano desde o período da independência da maior parte das economias do continente até os anos 90, ressaltando os esforços de transformação econômica e as mudanças políticas comuns observadas na maior parte dos países, principalmente da África Subsaariana. Além disso, pretende-se analisar a forma como o continente esteve inserido na economia mundial em momentos precedentes e como os países da região foram afetados pelos efeitos adversos de conjunturas anteriores, principalmente das últimas décadas do século XX em que predominou a liderança norte-americana como centro cíclico principal.

III.2. África: da herança imperialista à independência política - entraves ao avanço econômico e social

O continente africano superou em 2009 os mais de 1 bilhão de habitantes (dos quais cerca de 853 milhões na África Subsaariana) residindo em uma área total de cerca de 28 milhões de quilômetros quadrados. Sua população representa cerca de 15% da população mundial e sua área total a coloca como terceiro maior continente do mundo (atrás da Ásia e da América).

Os 54 países africanos são classificados de diferentes maneiras, que se referem principalmente à posição geográfica que cada um ocupa no continente¹⁰. As instituições

¹⁰ Alguns organismos internacionais costumam dividir o continente em regiões como: África setentrional (Marrocos, Tunísia, Argélia, Líbia, Egito, Sudão); Chifre da África (Etiópia, Eritreia, Somália, Djibouti); África Ocidental (Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo); África Equatorial do Oeste (Congo, Gabão, Chade); África Oriental (Camarões, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Seychelles, Moçambique, Somália e

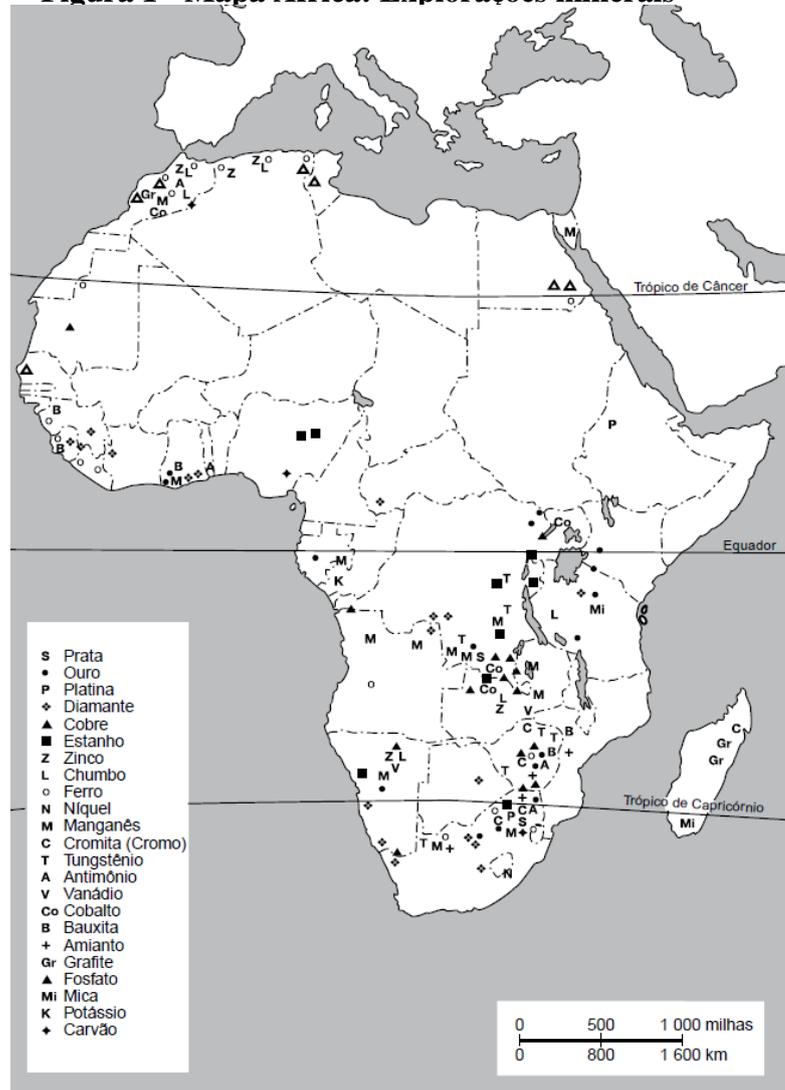
bilaterais como Banco Mundial e FMI, em suas bases estatísticas dividem o continente em apenas duas regiões, segundo sua posição em relação ao deserto do Saara: a África no Norte (Marrocos, Tunísia, Líbia, Argélia, Djibuti, Egito) e a África Subsaariana, que inclui todos os países africanos situados abaixo do deserto do Saara, entre 44 e 48 países¹¹ (FMI, World Economic Outlook Database, 2013; World Bank, World Development Indicators, Database, 2013).

O continente africano como um todo dispõe de vastos recursos naturais e minerais. Alguns países detêm a maior parte das reservas mundiais de diversos artigos minerais, como bauxita, cobalto, diamante e magnésio. Em 2009 a África detinha 38% das reservas mundiais de crômio (em reservas na África do Sul, Madagascar, Sudão e Zimbábue), 49% das reservas mundiais de diamantes, situadas na República Democrática do Congo, Botsuana, Angola, África do Sul e Namíbia. Além disso, a África lidera a produção de cobalto, com 51% da oferta mundial, em reservas situadas no Marrocos, África do Sul, República Democrática do Congo, Zâmbia e Zimbábue. 28% do magnésio mundial encontra-se em reservas na África do Sul, Gabão e Gana. Ainda que não esteja na África as maiores reservas de petróleo, o continente possui cerca de 13% das reservas mundiais. (U.S. Geological Survey, 2009; UK Minerals, 2013). A Figura 1 e o Quadro 2 apresentam as reservas minerais e os locais de exploração na África.

Tanzânia, Burundi, Ruanda e Uganda, Zimbabue, Zâmbia e Malawi); e África Austral (África do Sul, Angola, Botsuana, Namíbia e Suazilândia) (MAZRUI, 2011).

¹¹ Segundo o Banco Mundial a África Subsaariana corresponde aos 47 países seguintes: Angola, Malawi, Benin, Mali, Botsuana, Mauritania, Burkina Faso, Ilhas Maurício, Burundi, Moçambique, Camarões, Namíbia, Capbo Verde, Niger, República Centro Africana, Nigéria, Chade, Ruanda, Comores, Sao Tomé e Príncipe, Congo, Senegal, República do Congo, Seychelles, Costa do Marfim, Serra Leoa, Eritréia, Somália, Etiópia, África do Sul, Gabão, Sudão do Sul, Gambia, Sudão, Gana, Swaziland, Guiné-Bissau, Togo, Kenia, Uganda, Lesotho, Zâmbia, Libéria, Zimbabue, Madagascar. (World Bank, 2013)

Figura 1 - Mapa África: Explorações minerais



Fonte: R. S. Harrison-Church e colaboradores, 1971, p. 99 apud MAZRUI, 2010.

Quadro 2 - Países africanos: reservas minerais atuais (2013)

Argélia	Egito	Quênia	Moçambique	África do Sul	Tunísia
Minério de aço	Alumínio primário	Diamante	Bauxita	Alumínio	Barita
Gipsita	Carvão	Fluorite	Alumínio	Antimônio	Gipsita
Ferro gusa	Cobre	Ouro	Bentonite	Amianto	Minério de aço
Aço Bruto	Feldspato	Gipsita	Berilo	Bentonite	Ferro gusa
Petróleo, cru	Gipsita	Caulim	Carvão	Crômio	Aço bruto
Gás Natural	Minério de aço	Lead	Sal	Carvão	Lead
Zinco	Ferro gusa	Sal	Tântalo e Nióbio	Cobalto	Petróleo, cru
	Ligas de ferro	Sódio		Cobre	Gás natural
Angola	Caulim		Namíbia	Diamante	Fosfato
Diamante	Petróleo, cru	Lesoto	Arsênio	Feldspar	Sal
Petróleo, cru	Gás Natural	Diamante	Carvão	Fluorpar	Prata
Gás natural	Fosfato		Diamante	Ouro	Zinco
Sal	Sal	Líbia	Fluorpar	Minério de aço	
	Sulphuer	Gipsita	Ouro	Aço bruto	Uganda
Benin	Titânio	Ferro gusa	Lead	Ferro gusa	Berilo
Sal		Aço bruto	Manganês	Caulim	Cobalto
	Guiné Equatorial	Petróleo, cru	Sal	Lead	Ouro
Botsuana	Petróleo, cru	Gás Natural	Prata	Manganês	Minério de aço
Carvão	Gás Natural	Sal	Enxofre	Mica	Sal
Cobalto			Zinco	Níquel	Tântalo
Cobre	Eritréia	Madagascar	Urânio	Perlita	Tungstênio
Diamante	Ouro	Berilo		Petróleo, cru	
Níquel	Gipsita	Crômio	Níger	Gás natural	Zâmbia
Sal	Caulim	Carvão	Carvão	Fostato	Berilo
Carbonato de Sódio	Sal	Ouro	Ouro	Platina	Carvão
		Grafite	Gipsita	Sal	Cobalto
Burkina Faso	Etiópia	Mica	Sal	Silimanite	Cobre
Ouro	Diamante	Sal	Urânio	Prata	Ouro
Tântalo e Nióbio	Ouro	Tântalo e nióbio		Sulpur	Selênio
	Gipsita		Nigéria	Talco	Surpur
Camarões	Caulim	Malawi	Barita	Titânio	Zinco
Alumínio	Sal	Carvão	Carvão	Urânio	
Diamante	Prata		Minério de aço	Vanádio	Zimbábue
Ouro	Tântalo	Mali	Aço bruto	Vermiculita	Arbestos
Petróleo, cru	Sódio	Gipsita	Caulim	Zinco	Barila
		Minério de aço	Lead		Crômio
Cabo Verde	Gabão	Sal	Petróleo, cru	Sudão	Carvão
Sal	Zircônio		Gás Natural	Crômio	Cobalto
		Mauritius	Tântalo e Nióbio	Ouro	Cobre
República Centro Africana	Gana	Sal	Estanho	Gipsita	Diamante
Diamante	Bauxita			Petróleo, cru	Feldspato
	Alumínio primário	Marrocos	Ruanda	Sal	Ouro
Chade	Diamante	Barita	Tântalo e Nióbio	Prata	Grafite
Petróleo, cru	Ouro	Bentonite	Estanho		Minério de aço
	Manganês	Carvão	Tungstênio	Suízálândia	Ferro gusa
República Dem. do Congo	Petróleo, cru	Cobre		Carvão	Aço bruto
Carvão	Sal	Feldspato	Senegal		Ferro liga
Cobalto	Prata	Fluorpar	Bentonite	Tanzânia	Lead
Cobalto, metal		Ouro	Ouro	Bauxita	Lítio
Cobre, minas	Guiné	Gipsita	Fosfato	Carvão	Magnésio
Cobre refinado	Bauxita	Minério de aço	Sal	Cobre	Níquel
Diamante	Alumínio primário	Ferro gusa		Diamante	Platina
Petróleo, cru	Diamante	Aço bruto	Serra Leoa	Ouro	Silimanite
Prata, minas		Lead	Diamante	Gipsita	Prata
		Manganês	Sal	Fostato	Talco
		Mercurio	Titânio	Sal	Tantânio
		Petróleo, cru		Prata	
		Gás Natural			

Fonte: World Mineral Production 2007-2011. Minerals UK (British Geological Survey)

A vasta disponibilidade de recursos naturais é uma característica importante para os países africanos. Desde pelo menos os séculos XIV e XV o continente se insere em redes de comércio internacional através do fornecimento de recursos naturais, principalmente minerais, a países (principalmente europeus) que estabeleceram o domínio colonial da região¹². Além dos recursos minerais, como se sabe a história africana é marcada pela prática de comercialização de pessoas, por meio da intensa atividade de tráfico de escravos.

Como sugere Bond (2007) a inserção africana no comércio internacional desde pelo menos cinco séculos deu-se de forma subordinada na medida em que a entrada do continente na rede de comércio mundial fez-se sob a coordenação de países estrangeiros que de diversas maneiras procuraram estabelecer vantagens nas relações com os países africanos, muitas vezes ajudados por grupos políticos internos que se beneficiavam destes compromissos. Segundo o autor o legado histórico do continente africano é o de “pilhagem”, termo a que se refere quando identifica o legado que incluiria: comércio forçado, escravidão, tomada de terras, regimes de tributação perversos, extração de metais preciosos e divisão do território por potências estrangeiras. (BOND, 2007).

O processo de colonização e a forma como cada metrópole europeia relacionou-se com suas colônias, bem como a maneira pela qual os governos africanos conduziram este processo, deram-se de forma específica em cada país. No entanto, de um modo geral é possível identificar uma dificuldade histórica da maior parte dos países em transformar sua estrutura produtiva e promover aumentos nos níveis de renda, principalmente na África Subsaariana.

A especialização das economias africanas – produtoras de artigos primários – e a alta dependência com relação ao comércio externo fizeram os países africanos, já no século XX, reféns de mudanças nas condições externas. No período entre guerras, por exemplo, a diminuição da demanda por produtos minerais e agrícolas provocou uma crise no setor de extração mineral do continente. Além da alta dependência externa, eram diversas as

¹² As primeiras colônias foram estabelecidas ainda nos séculos XIV, por Portugal, seguido por diversos outros países europeus. No final do século XIX uma nova onda de colonização marcou a história africana. Descoberta de diamantes no Sul da África, em 1867, e de ouro e cobre na Rodésia (atuais Zâmbia e Zimbábue) em 1889 despertaram o interesse das nações europeias. A França inicia em 1830, na Argélia, o que seria reconhecido na história como “a partilha da África”. A Bélgica ocuparia o Congo, em 1876; a Inglaterra conquistaria a Rodésia, Nigéria, Costa do Marfim, Serra Leoa, África do Sul. Alemanha e Itália também entrariam incorporando territórios como Camarões, Líbia, Somália. A Conferência de Berlim, convocada pelo chanceler alemão Otto von Bismarck ficaria marcada apenas como momento de legitimação e definição das fronteiras daquilo que havia sido definido por meio de invasões e ocupações. (PAZZINATO e SENISE, 2008).

limitações impostas pelas regras e condições definidas pelas metrópoles europeias no comércio dos produtos primários, o que levou à dificuldade em estabelecer uma autonomia na gestão dos lucros advindos da venda dos seus recursos naturais.

Com relação à industrialização, principalmente na África Subsaariana, verifica-se ao longo de todo período de colonização e até os anos 60 fortes limitações para criação de uma base industrial. Tais limitações resultam tanto de pressões externas por parte daqueles que se beneficiavam com a exportação de artigos manufaturados para o continente (criando barreiras para expansão da indústria local); como também internas, pela falta de estímulos para produção doméstica diante da dificuldade em competir com os preços bem mais baixos dos artigos externos. Grandes proprietários agrícolas e donos de recursos minerais não tinham interesse em desenvolver manufaturas e indústrias, preferindo exportar recursos primários. (Coulson, 1982; Forrest, 1982 apud MENDES et al, 2011).

Mesmo com todas estas limitações para avançar na industrialização, alguns impulsos surgiram a partir justamente das rendas de exportação de artigos primários. Rendas e impostos das atividades agrícolas dirigidas ao governo formaram a base para um primeiro e tímido avanço ocorrido por volta dos anos 20 em países como Congo Belga (atual República Democrática do Congo), Congo, Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e no Quênia, que começaram a desenvolver manufaturas de produtos primários processados, como têxteis e cigarros¹³. (MENDES et al, 2011).

Ainda assim, antes dos anos 60 o processo de industrialização que se daria principalmente via substituição de importações foi tímido e voltado principalmente para a indústria de extração mineral e processamento de bens agrícolas. Até essa década os países da África Subsaariana não tinham conseguido formar sequer uma base de indústria, com exceção do Zimbábue e da África do Sul. (MENDES et al, 2011).

Por volta dos anos 60, os países africanos iniciaram um processo de mobilização política pela independência e o fim da dominação das potências estrangeiras. A partir da segunda metade do século XX, principalmente com o fim da Segunda Guerra mundial, a crise das principais potências europeias envolvidas na guerra contribuiu para que as então colônias africanas iniciassem esse processo que levaria ao início da descolonização.

Como afirma Mazrui (2010) o processo de libertação e constituição dos Estados

¹³ Até mesmo alguns mercados comuns comerciais foram criados, como o do leste africano, reunindo Congo, Zimbábue, Quênia, Tanzânia, Uganda, e Zaire.

africanos dar-se-ia nesse momento através do rompimento das relações com o regime colonial europeu e também com relação aos governos dominados por minorias brancas, ambos representando o esforço de superação das relações de dependência.

O renascimento do nacionalismo africano e as lutas em prol da independência desdobram-se em várias etapas, que correspondem à forma que vai assumindo as lutas nos vários países a partir do fim da Segunda Guerra mundial até os anos 60. Na primeira fase, que antecede o fim da grande guerra, houve em diversos países africanos uma agitação das elites em favor de uma maior autonomia. Neste período associações culturais e grupos organizados (africanos e afrodescendentes residentes em outros países) começavam a se organizar e propor alternativas à dominação estrangeira, através de lutas não violentas. (MAZRUIU, 2010).

Com a Segunda Guerra, países europeus como Inglaterra e França, tradicionais metrópoles das colônias africanas, viram-se enfraquecidos diante do avanço alemão e da ascensão dos Estados Unidos e da URSS. O enfraquecimento daqueles países e ainda a pressão exercida pelas novas potências tiveram papel importante no processo de descolonização.

Mas a grande força por trás do processo de independência eram os próprios africanos que aos poucos começaram a se organizar e a se armar melhor. Com o fim da guerra, já nos anos 50 organizações africanas esforçaram-se para coordenar a luta estabelecendo campanhas de massa que se estenderam por todo o continente. Lutas não violentas começam a surgir principalmente na África do Sul, contra as legislações racistas do *apartheid* e em prol de maior autonomia e liberdade. Apesar dos esforços as experiências de independência da Argélia e em Angola (e mais tarde na própria África do Sul) deixariam clara a dificuldade em torno do processo de uma libertação política pacífica.

A partir dos anos 60 inicia-se a última fase do processo de descolonização, caracterizado pelo combate armado. Embora a articulação interna de grupos nacionais seja fundamental nesse momento, ressalta-se o papel exercido pelos países estrangeiros que se envolveram na luta através do suporte oferecido aos africanos nas lutas de independência. Destaca-se a importância fundamental da URSS e aliados, através do fornecimento de armas modernas a diversos países, como o Zimbábue e Angola, com a intervenção das tropas cubanas na luta pela defesa da soberania deste último país (o maior apoio externo empregado em guerras de libertação africana). Como contraponto, dado o contexto da Guerra-Fria, os Estados Unidos também se apresentam oferecendo apoio a países alinhados com o Ocidente – principalmente por meio da aliança com a África do Sul no continente. (MAZRUI, 2010).

No início dos anos 50 tem-se a independência das colônias italianas (Líbia e Etiópia), na segunda metade da década as colônias francesas Marrocos, Tunísia e Guiné e também colônias britânicas como Sudão e Gana conquistam a independência. O ano de 1960 concentra grande parte das independências africanas: as colônias francesas como Camarões, Senegal, colônias belgas como o Zaire (atual República Democrática do Congo) e ainda as britânicas, como a Nigéria. Nos anos 70 países como Moçambique e Angola conquistam a independência, restando apenas o Zimbábue e a Namíbia que apenas seriam independentes nos anos 80 e 90, respectivamente. (MAZRUI, 2010).

Infelizmente as guerras de independência africanas não resultaram no estabelecimento de um ambiente político estável. Pelo contrário, como veremos em seguida, o vácuo de poder deixado pelas potências coloniais instaura entre os países africanos um ambiente de conflito, disputas internas e guerras civis intermináveis, que contribuem para a manutenção da situação de baixo crescimento e pobreza dos anos que seguiriam.

III.3. O período pós-independência: libertação política e estagnação econômica

Embora os processos de independência não tenham se refletido no fim da dependência econômica da África com relação às economias centrais e nem na estabilidade política, os governos africanos, ao assumirem condições mais autônomas de gestão nacional buscaram adotar medidas voltadas ao desenvolvimento pela via do investimento e da industrialização. A partir dos anos 60 muitos governos buscaram combater a pobreza e enfrentar a herança colonial por meio da atuação do Estado em diversas frentes. (MKANDAWIRE e SOLUDO, 1998; 2003).

Por mais que o Banco Mundial tenha se esforçado nos anos 80 para pintar um quadro extremamente negativo dos governos africanos pós-independência, marcados, segundo a instituição, pela corrupção e despotismo de elites locais, o fato é que muitas medidas dirigidas ao avanço da industrialização foram implementadas, principalmente através da substituição de importações e da atuação do Estado.

No início dos anos 60 a África continuava altamente dependente das exportações de primários. Os governos assumiram economias fracas e pobres e finanças públicas comprometidas. Além da herança de condições estruturais precárias alia-se nesse momento a queda dos termos de troca dos produtos primários exportados, que reduz as rendas de exportação e a capacidade de importar. A falta de instrumentos adequados de financiamento

interno dificulta a expansão dos investimentos. Ainda assim, a partir de uma ideologia anticolonial e da busca pela resolução dos problemas econômicos surge certo ímpeto para uma nova fase de industrialização. (MKANDAWIRE E SOLUDO 2003; WANGWE E SEMBOJA, 2003).

Grande parte dos governos nacionalistas procurou mudar a estrutura econômica primário exportadora (com baixa produtividade agrícola) usando a substituição de importações como suporte para expandir e diversificar a base de produção. A política de substituição de importações dar-se-ia na primeira metade da década sem rompimento com o capital estrangeiro, que seria neste momento a base para expansão da indústria. Houve aumento dos investimentos estatais e criação de incentivos para atrair capital estrangeiro para atividades comerciais e de manufatura: isenções de impostos, preferências ao crédito, baixa taxa alfandegária e diferenciais de câmbio para investidores. (STEIN, 1992).

Apesar do esforço a opção pela abertura ao capital estrangeiro não promoveu as melhorias esperadas. As empresas estrangeiras que foram para África adotaram um modelo capital intensivo de produção que não incorporava a mão de obra e voltado para produção em larga escala que não podia ser absorvida pelo restrito mercado africano. (MENDES et al, 2011). Ao invés de investir em novos setores de manufatura e indústria, as empresas acabaram voltando-se para atividades ligadas a exploração de minérios e petróleo. O déficit do Balanço de Pagamentos (já comprometido pelos déficits nas transações correntes causados por problemas estruturais) aumenta ainda mais, dada a alta demanda pela importação de máquinas e mão de obra especializada, além de um fluxo negativo de lucros das empresas estrangeiras.

A partir destas dificuldades, na segunda metade dos anos 60 o Estado insere-se mais no desenvolvimento e no projeto de industrialização via substituição de importações, que passou a ser realizado exclusivamente pelo governo, com forte investimento público, estatizações e voltado para geração de empregos e para o mercado interno. Esta nova fase foi marcada por um controle muito mais amplo da substituição de importações via taxas múltiplas de cambio, controle de preços, além de uma ampla política de investimento ligada à manufatura, infraestrutura e desenvolvimento industrial. Houve a criação de uma série de agências com objetivo de controlar o capital estrangeiro e ampliar a poupança doméstica. (MENDES et al,2011; WANGWE E SEMBOJA, 2003)

Como ressaltam Mkandawire e Soludo (1998) a história da África pós-colonial revela uma das mais respeitáveis taxas de crescimento durante quase uma década. Incluindo milagres econômicos em alguns países antes da crise do petróleo na metade dos anos 70. Entre 1965 e

1974, a taxa de crescimento do produto anual per capita média foi de 2.6%.

III.3.1. Anos 70 – transformações da ordem econômica internacional: afirmação da hegemonia americana e impactos para os países africanos

Apesar do avanço dos anos 60 e embora diversos países tenham experimentado processos de industrialização e ampliação dos investimentos estatais, o pequeno *boom* começaria a apresentar sinais de enfraquecimento a partir dos anos 70 com as mudanças na ordem internacional e os choques do petróleo.

Os países africanos, assim como as periferias de todo o mundo, sentem os efeitos de uma série de transformações ocorridas ao longo da década e que repercutem de maneira negativa para os países da periferia. Muitos destes efeitos geram consequências ao longo dos anos 80 e 90 e culminam na implementação de políticas de ajuste estrutural pelo Banco Mundial, justificadas como a única saída para reverter uma situação de forte crise, principalmente de endividamento, que marcaria a periferia mundial já no início dos anos 80.

O agravamento da situação africana dos anos 70 e 80 resulta, em grande medida, deste contexto internacional que se transforma a partir das ações empreendidas pelo governo americano com objetivo de reafirmar sua posição hegemônica no mundo. Os Estados Unidos, centro cíclico principal desde o final da Segunda Guerra mundial, esforçam-se nos anos 70 para sustentar esta posição em meio à situação de crise interna que se instala desde o fim dos anos 60 e que se acentua no início dos anos 70. A partir dos esforços de reversão da crise os Estados Unidos dão início a um movimento de rompimento com as estruturas que haviam permitido a manutenção de certa estabilidade da ordem econômica internacional do pós-guerra, principalmente sob o acordo de Bretton Woods¹⁴.

No final dos anos 60 e início dos 70 a economia americana entra em um momento bastante delicado, com a expansão do déficit no Balanço de Pagamentos (resultante da maior competitividade no comércio internacional e dos gastos com a guerra do Vietnã) e uma grande desconfiança em relação ao dólar na arena internacional. Além disso, observa-se um

¹⁴ A construção da supremacia americana consolida-se já de forma definitiva ainda durante o período em que vigorou o regime de Bretton Woods, ainda nas décadas de 40 e 50. A posição do dólar, como única moeda que podia garantir sua livre conversibilidade ao ouro é a prova disso. A moeda americana se transforma nesse período em meio de pagamento e de reservas internacional. Como apontam Braga e Cintra (2004, p.259) “o acordo de Bretton Woods concretizou a hegemonia dos EUA em âmbito monetário internacional. Isso deitou raízes tão poderosas que nem mesmo o declínio daquelas regras reduziu o domínio do dólar nem o controle americano sobre o FMI e o Bird.”

movimento de expansão do setor bancário americano, operando cada vez mais totalmente fora do controle dos bancos centrais, em particular do Federal Reserve (FED).

Como se sabe a partir desse quadro de dificuldade em sustentar a posição do dólar e da própria supremacia da economia americana, em 1971 Nixon anuncia a Nova Política Econômica (NPE), acabando com o lastro em dólar, bloqueando transações americanas com ouro. As decisões de Nixon, atreladas as que se seguiram relativas ao fim dos controles de capitais, levaram a desvalorização do dólar e (finalmente em 76) ao fim do regime de Bretton Woods.

É importante ressaltar que o fim do regime de paridades fixas tem consequências fundamentais para desestruturação de um regime monetário que havia permitido um amplo grau de autonomia aos países no controle dos seus Balanços de Pagamentos e da política nacional. Como aponta Tavares (1997, p. 32) “a especulação em moedas que se desata depois da ruptura do sistema de paridades fixas, torna inoperantes os mecanismos de ajustamento monetário do Balanço de Pagamentos”. Além disso, o fim das paridades fixas leva a um aumento expressivo dos processos de especulação e fluxos de capital financeiro no mundo, e “essa nova situação de desequilíbrio monetário e cambial, à qual se agrega o excedente de petrodólares, permite uma expansão ainda maior do mercado interbancário”. (TAVARES,1997, p. 32).

Para os países periféricos, o fim do regime de paridade fixas e a expansão dos instrumentos e serviços financeiros repercute tanto através da crescente dificuldade em manter a estabilidade do Balanço de Pagamentos (dentro de um novo contexto marcado pela flexibilização cambial), como através do aumento da oferta de crédito privado internacional que resulta do fim do regime de Bretton Woods. Por meio de condições de financiamento até mais favoráveis que em períodos anteriores, as instituições financeiras internacionais privadas expandem consideravelmente o crédito aos países periféricos, a partir de taxas de juros flutuantes. Este movimento, ainda que tenha contribuído para reverter os problemas causados pelo choque do petróleo, em 1973, fez também com que os países periféricos, incluindo os africanos, se endividassem fortemente junto as instituições financeiras privadas, em uma situação que se agravaria ainda mais no fim da década. (MOFFIT, 1984).

Apesar do rompimento com o acordo de Bretton Woods a economia americana não resolve seus desequilíbrios internos. A inflação e as baixas taxas de juros contribuam para a permanência do déficit e da desconfiança em relação ao dólar. Foi então que, já em 1979, Paul Volcker conclui o processo de recuperação do papel do dólar como moeda internacional

através da diplomacia do dólar forte, elevando os juros americanos, numa tentativa clara de atrair fundos para ativos denominados em dólar, recuperando assim o papel da moeda americana no mundo.

As consequências dessa medida são de grande importância tanto para a reversão do risco de ruptura da supremacia americana como para a estrutura e dinâmica da economia mundial. No campo monetário, o fim do regime de paridades fixas e a diplomacia do dólar forte de Volcker provocam diversas consequências. A forte valorização do dólar que se segue ao aumento dos juros força a desvalorização de todas as moedas internacionais frente à moeda americana, além de provocar uma forte recessão, tanto nos EUA como no mundo, que se estende até 1983. A recessão é ainda mais grave nos países periféricos, latino-americanos e africanos principalmente, que tem suas dívidas fortemente aumentadas com a alta dos juros.

Já no final dos anos 70 as economias periféricas encontram-se altamente endividadas. No início dos anos 80 chega-se ao ápice da dívida com os fluxos de capitais internacionais diminuindo e o consequente agravamento do Balanço de Pagamentos, comprometido com os serviços da dívida.¹⁵

No continente africano os problemas do Balanço de Pagamentos se acentuavam enfraquecendo o processo de substituição de importações, que continua, mas agora com base no endividamento externo. É importante ressaltar que até meados dos anos 70 os estados africanos continuam expandindo investimentos, em um movimento que começa ainda no período pós-independência, através do Estado e principalmente por meio das empresas estatais, dado que grande parte do capital privado havia saído depois da independência. O Investimento, portanto, existia, ainda que não tenha sido suficiente para atender as necessidades do continente. (STEIN, 1992).

Mas logo após o primeiro choque do petróleo, em 1973, e do rompimento do regime de paridades fixas a capacidade dos países africanos de investir começa a diminuir, com a

¹⁵ Para os EUA, apesar da recessão, a supervalorização do dólar permite que o FED retome o controle do sistema bancário privado internacional e articule em seu proveito os interesses do “rebanho disperso”, como sugere Tavares (1985). Isto significa que, o diferencial de taxas de juros fez com que o investimento nos ativos americanos (títulos do Tesouro) se tornasse irresistível para os capitais internacionais que haviam migrado para fora dos EUA, desde os anos 60. A partir daí “a dívida interna americana (...) se transformou em dívida externa (expansão da posição devedora líquida americana) através de sua absorção por investidores estrangeiros, a partir da elevação da taxa de juros e da valorização do dólar.” (BRAGA e CINTRA, 2004, p. 266). A capacidade de reafirmação da supremacia americana se dá nesse sentido, através da submissão de seus concorrentes e aliados à aceitação do dólar não apenas como moeda chave nas transações comerciais, mas também como moeda de referência do sistema financeiro internacional.

grande maioria dos países passando a financiar o investimento externamente, a partir do crescente fluxo de capitais internacionais. (MKANDAWIRE, 1998).

No final da década o segundo choque do petróleo complica ainda mais a situação do Balanço de Pagamentos dos países africanos, impossibilitando a importação de bens de capital e intermediários, comprometendo amplamente as tentativas de avanço industrial através da expansão dos investimentos. O aumento da taxa de juros americana compromete ainda mais o Balanço de Pagamentos na medida em que eleva a dívida dos países.

Desse modo, a partir dos anos 70 o continente africano, assim como diversas economias periféricas, vêem-se diante de um contexto internacional muito pouco favorável a sustentação do equilíbrio interno macroeconômico e expansão de suas economias. As medidas tomadas pela economia americana como resposta a ameaça de perda de posição global fizeram com que se alterasse profundamente o ambiente de relativa estabilidade que marcara o período pós-guerra, dando lugar a um ambiente internacional marcado pelos processos de expansão financeira e desequilíbrio macroeconômico¹⁶. A partir daí, com a desregulamentação cambial e financeira atingindo todo o mundo, nas décadas seguintes o capital financeiro “tem voado para todos os portos num jogo de cassino em que ganhadores e perdedores só têm contribuído para reforçar a posição financeira do dólar” (TAVARES e MELIN, 1997, p.63).

A situação criada a partir destas transformações coloca os EUA numa posição extremamente favorável, principalmente pelo fato de que agora o país tem ampla facilidade de rolagem da dívida, sem que existam restrições lógicas a permanência do déficit no Balanço de Pagamentos.

Contrariamente, para os outros países, tanto da periferia como as economias avançadas a situação é de dificuldade em manter políticas fiscais e monetárias expansivas, dada a posição submissa que todos passam a assumir diante da política monetária americana, e ainda mais dentro de uma conjuntura de câmbios flexíveis e aumento dos fluxos de capitais

¹⁶ Segundo Tavares (1985), o esforço de centralização do dólar como moeda de referência do sistema financeiro se alia a própria expansão da globalização financeira que surge a partir da desregulamentação dos mercados de capitais, porque o fortalecimento da posição do dólar no comércio internacional leva a que os governos dos países, diante da necessidade de reciclar suas reservas em dólar, principalmente aquelas resultantes de exportações de empresas, permitam a reciclagem privada das reservas em dólar através do setor financeiro internacional (já que a reciclagem pela via pública implicaria em processos de valorização cambial). A partir daí empresas com excedentes em dólar investem em ativos financeiros cada vez mais diversificados. Esse movimento faz com que haja uma expansão do uso da moeda americana, ampliando sua influência como referência básica não só nas transações comerciais, mas também no sistema financeiro internacional.

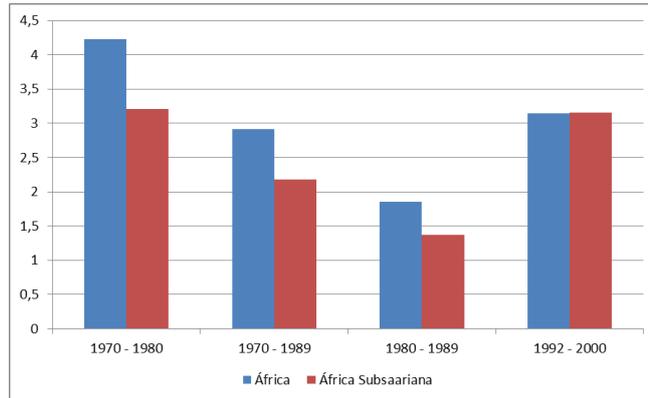
especulativos.

É nesse contexto, de afirmação da hegemonia americana a partir de um enquadramento global das economias que deve ser entendida a crise africana dos anos 80 e 90. Os países africanos, especializadas na produção de recursos primários e amplamente dependentes das exportações, vêm suas economias entrarem em forte recessão na medida em que a crise se acentua nas economias centrais – e se agrava com as crises do petróleo. A queda das rendas de exportação piora o Balanço de Pagamentos, já comprometido pelo aumento da dívida externa. Soma-se ainda, no caso africano, um forte aumento demográfico e uma série de problemas estruturais históricos.

Mkandawire e Soludo (1998) reforçam que a crise por que passa o continente africano a partir dos anos 70 pode ser esboçada a partir das crises do petróleo de 1973 e 1979, que precipita a recessão nos países desenvolvidos e leva a queda da demanda por bens primários. O primeiro sinal da crise para a África ainda no início da década teria sido, portanto, o aumento do déficit em conta corrente, que é seguido pela opção de muitos países em recorrer ao financiamento externo, em um quadro de ampla oferta de crédito decorrente da flexibilização cambial. Aqueles que não o fizeram logo de início, optaram pelo financiamento via déficit fiscal.

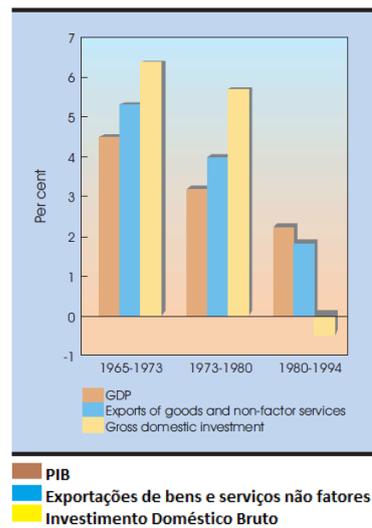
De 1974 a 1979 os países da África cresceram a uma taxa de 3.5% ao ano e a 0.7% de crescimento do PIB per capita. Já de 1980 a 1985 a taxa de crescimento do PIB ficou em 1.8% e o PIB per capita de -1.1%. (Mkandawire, 1998). O baixo crescimento aliado ao aumento populacional e aos problemas de déficit e endividamento externo fizeram do quadro africano das últimas décadas do século XX um retrato de recessão e pobreza extrema. O continente apresenta piores resultados econômicos, mesmo com relação aos países em desenvolvimento. Em todas as áreas como agricultura, indústria, investimentos e exportações observa-se forte declínio das taxas de crescimento entre os anos 70 e 80. Mkandawire ressalta que o crescimento que se verificava no período pós-independência deu lugar a partir do primeiro choque do petróleo a uma das maiores recessões do mundo. Os gráficos abaixo apresentam alguns dados da situação das economias africanas a partir dos anos 70.

Gráfico 1 – África e África Subsaariana: Taxa de crescimento anual do PIB (1971-1999)



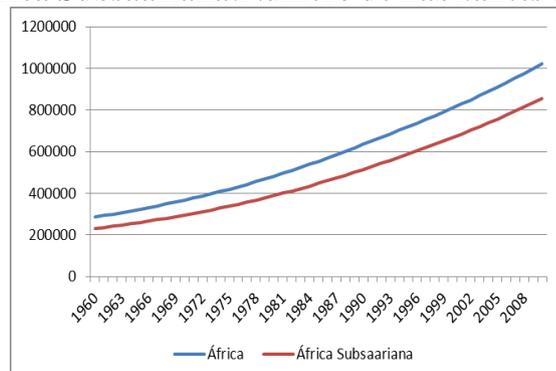
Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2013.

Gráfico 2 – África Subsaariana: Taxa de crescimento das exportações, PIB e Investimentos (1965-1994)

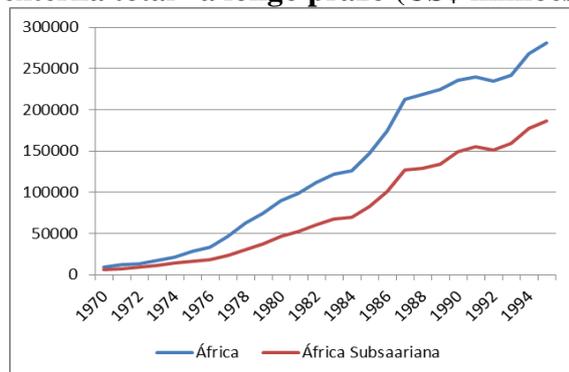


Fonte: Unctad, TDR, 1998.

Gráfico 3 – África e África Subsaariana: Número de habitantes (milhões) (1960-2008)



Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2013

Gráfico 4 - África: Dívida externa total a longo prazo (US\$ milhões) (1970-1995)

Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2013

Já no início da década de 70 o aumento do preço do petróleo e a subsequente recessão dos países desenvolvidos teve um impacto negativo nas exportações africanas, com exceção dos países produtores de petróleo. A taxa de crescimento das exportações caiu para 4% (na década anterior estava em mais de 5%).

O choque dos preços do petróleo beneficiou apenas os países produtores e a maioria dos países africanos viu suas exportações diminuírem, além de um encarecimento das importações devido ao aumento dos preços dos bens industrializados. Houve de fato, como apontado anteriormente, uma deterioração dos termos de troca para grande parte dos países africanos principalmente a partir da segunda metade dos anos 70. A queda dos preços dos bens exportados reduziu o volume e as rendas das exportações, tornando mais caras as importações.

Depois de 1977 os termos de troca dos países não produtores de petróleo da África Subsaariana declinaram a cada ano até 1994. Os preços das mercadorias exportadas pelos países dessa região caíram substancialmente nos anos 80. Entre 1977 e 1993 os termos de troca caíram mais de 1/3. Segundo Akyuz e Gore (2001) em 1993 os países da África Subsaariana precisariam aumentar o volume de suas exportações em mais de 50% para conseguirem importar o mesmo volume de bens. (AKYUZ e GORE, 2001).

A dificuldade, portanto, em manter a estabilidade do Balanço de Pagamentos, devido aos problemas estruturais da Balança Comercial e a já tradicional ausência de mecanismos internos de financiamento alia-se neste momento a deterioração dos termos de troca que promove o incentivo a continuidade da política de financiamento externo. O aumento da expansão financeira já nesse período fez com que os créditos bancários aumentassem e passassem a ser usados como forma de compensar as perdas resultantes na deterioração dos

termos de troca. Isso levou ao aumento do endividamento externo dos países africanos e da instabilidade.

A dificuldade africana em avançar economicamente após os processos de independência reside também, segundo Akyuz e Gore (2001), na forma como não se conseguiu instaurar um processo contínuo de crescimento e acumulação internos, mediante aumento dos investimentos e diversificação das exportações. Os países africanos apresentam alta dependência das exportações e de exportações de mercadorias primárias no produto. Países como Angola e Botswana apresentavam nos anos 80 um alto índice de participação das exportações no PIB (34,8% e 62%, respectivamente). Esta dependência, aliada a dificuldade em conduzir um processo sustentado de acumulação de capital, como visto, leva a uma dependência das flutuações dos preços internacionais.

Os problemas africanos e as dificuldades em alavancar processos de acumulação de capital encontram explicação, nesse sentido, em limitações de ordem interna relacionadas à dificuldade em promover transformações do mercado doméstico.

Um dos graves problemas do período se refere, por exemplo, ao precário desempenho do setor agrícola. A ausência de uma política de investimentos na modernização agrícola frente à alta demanda por alimentos decorrente do aumento populacional contribui para agravar a situação de pobreza extrema. (UNCTAD, 1998). Os investimentos dirigidos à promoção da industrialização dos países e o avanço nesse setor não foram acompanhados de uma política de melhorias na agricultura que pudesse levar a aumentos de renda e garantia de demanda interna e a formação de poupança doméstica¹⁷.

No caso da indústria nota-se que o processo de substituição de importações não conseguiu promover avanços nas exportações de produtos manufaturados, nem gerar melhorias na produtividade nas indústrias locais. Os investimentos concentraram-se quase que totalmente no setor público (na tentativa de romper com o financiamento externo) enquanto que os investimentos do setor privado eram muito baixos.

A partir dos efeitos da crise dos anos 70, no final dos anos 80 e ao longo dos anos 90 os países africanos veem-se reféns de uma situação econômica trágica, em um quadro de queda do crescimento econômico, aumento populacional, endividamento crescente, baixos

¹⁷ No momento da independência os esforços no sentido de alavancar a industrialização pressupunham uma melhoria na produção agrícola. Mas estas melhorias demandavam uma política forte de investimentos que pudesse contrabalançar a situação da agricultura, realizada em grande parte dos países africanos através de técnicas rudimentares, nenhuma tecnologia e melhoramentos que promovessem aumentos de produtividade. (AKYUZ e GORE, 2001)

saldos comerciais e poucos investimentos externos dirigidos à região. Como sugere Wondji (2010) nos anos 80 e 90 a “África, minada pelas suas crises políticas e pela fraqueza dos seus resultados econômicos, encontra-se de mais em mais abandonada”.

III.4. Os conflitos internos e a acentuação da tragédia africana

O quadro de recessão africana que vai se construindo desde os anos 70 e ao longo dos anos 80 e 90 agrava-se a partir da instauração de uma série de conflitos internos e disputas políticas que são a marca do continente nesse período. Estas disputas envolveram grande parte do continente em um ambiente de guerras civis prolongadas, que contribuíram para agravar ainda mais o quadro de recessão e pobreza extrema da África.

Desde os anos 50, e principalmente a partir dos anos 60 (e até os anos 2000 em alguns casos) os países africanos foram palco de sucessivos e sangrentos conflitos armados que destruíram a já precária infraestrutura e devastaram diversas cidades africanas, instaurando um ambiente de instabilidade política, guerras, fome e doenças. A quantidade de conflitos é enorme distribuí-se por diversos países em toda a África. As principais guerras civis africanas são listadas abaixo:

Quadro 3 - Lista das guerras civis africanas 1950-2005

Argélia	1954-1962; 1992-2005
Chad	1966-1990
Nigéria	1967-1970; Guerra de Delta 2000-2006
Sudão	1956-1972; 1983-2005 ; Darfur 2003
Republica central africana	1996-2003
Etiópia/Eritreia	1998-2000 (guerra de fronteira)
Somália	1987-2006
Serra Leoa	1991-2002
Libéria	1989-1997; 2002-2002
Costa do Marfim	1999-2005
Congo/Brazzaville	1997
Etiópia	1961-1991
Congo	1960-1965; 1996-1997; 1998-2003 “Grande Guerra da África”
Uganda	1966-1999; <i>Lord's resistance army</i> 1987-2006
Ruanda	1963-1994 (com intervalos)

Burundi	1962-1972 (com intervalos)
Angola	1975-2002
Zimbabue	1982-1987
Moçambique	1975-1992
África do Sul	1960-1994

Fonte: ARNOLD, Guy. "Historical dictionary of civil wars in Africa".

Segundo Arnold (2008) os conflitos na África nesse período nascem principalmente a partir das guerras de libertação pró-independência contra as potências coloniais como Inglaterra, França e Portugal a partir dos anos 60. Apesar das especificidades, de um modo geral as guerras alastram-se pelos países a partir de forças nacionais que se unem na luta pela independência, mas que depois de conquistada a libertação política disputam internamente quem irá exercer o poder. Outro ponto importante é que as diversas guerras entre partidos e grupos políticos mesclam-se a disputas por questões territoriais entre países vizinhos, questões ligadas a divergências religiosas, étnicas e ideológicas. Muitos fatores vão se misturando as disputas em meio à situação de caos econômico e de vácuo político deixado pelas potências ocidentais (que ainda assim permanecem presentes apoiando determinados grupos principalmente no contexto da Guerra Fria).

De um ponto de vista mais amplo, os conflitos africanos do período resultam, segundo Elaigwu (2010), de um longo processo difuso e conturbado de constituição dos Estados Nacionais na África. Segundo o autor, os conflitos africanos são marcados por uma dupla crise: uma crise de identidade e uma crise de autoridade. As raízes da crise de identidade estão na era colonial, quando a criação dos Estados e divisões territoriais deu-se completamente a partir de cima, moldada a partir de interesses das potências europeias no âmbito das disputas principalmente do final do século XIX, com a demarcação de fronteiras que em nada coincidiam com identificações culturais, étnicas e religiosas comuns, resultando em demarcações territoriais que atualmente só podem ser chamadas de Estados por uma imposição.

A esta crise de identidade alia-se o que o autor chama de crise de autoridade, que se relaciona a dificuldade crescente em criar Estados que sejam legitimados a partir de um aparato econômico e social e não apenas pela força.¹⁸

¹⁸ Elaigwu (2010) ressalta que, antes da colonização, a maioria das sociedades africanas mobilizava os seus exércitos somente em caso de necessidade, apenas para enfrentar conflitos. Mas o colonialismo criou um aparato militar dotado de meios de destruição importados, muito avançados comparativamente ao restante da infraestrutura. Desse modo os países africanos foram dotados de uma força militar que não corresponde a uma

A guerra civil da Nigéria, por exemplo, ilustra bem estas questões. Durante a segunda metade do século XIX a Inglaterra expande seus domínios na região, criando não apenas uma, mas várias estruturas coloniais, que apenas são unificadas em uma mesma colônia na Primeira Guerra mundial, em 1914. Consequentemente no período pós-independência, o vácuo de poder vai sendo preenchido por uma disputa entre administradores britânicos na Nigéria e a elite nativa que vão rivalizando a partir da defesa de interesses de cada uma das regiões do país: Norte, Oeste e Leste, cada uma marcada por diferenças étnicas e tribais (Hausa-Fulani no Norte, Yoruba no Oeste e Ibos no Sul). Mais tarde várias regiões passam a reivindicar autonomia (como a região de Biafra no sul) dando início a conflitos internos a partir dos anos 60 que culminam em guerras civis. (ARNOLD, 2008).

As dificuldades para o surgimento de Estados, portanto, do ponto de vista da democracia formal e instituições estáveis, guarda raízes históricas, marcadas mais uma vez pelo processo de colonização e exploração comercial dos países africanos. Na segunda metade do século XX essa trajetória culmina nas lutas de independência em meio à carência de estruturas econômicas e ao vácuo político, dando lugar a conflitos e disputas que acabam por criar o ambiente propício à instabilidade e a deflagração de disputas políticas que estão fortemente ligadas em muitos casos a contornos étnicos e religiosos.

No caso do Sudão observa-se processo semelhante ao da Nigéria. A longa guerra civil do país que opôs o Sudão do Norte e Sudão do Sul engloba questões que se mesclam a disputas religiosas e étnicas, com o Norte muçumano - ou de ascendência árabe - lutando contra uma minoria do sul formada por negros (*nilotic groups*) que eram cristãos ou seguiam várias religiões africanas, mas não muçumanos. Existiam também rivalidades históricas raciais entre o Norte e Sul, com o Norte utilizando a população do Sul como escravos. Além de tudo isso, a concentração do poder político e o controle da riqueza do país esteve sempre com o Norte, desde a independência da dominação egípcio-britânica em 1956, embora grande parte das reservas de petróleo esteja no Sul. As disputas resultaram em uma guerra civil marcada pela luta do sul em separar-se do norte, que dura cerca de 46 anos. A primeira disputa durou de 1956 a 1972 e matou 500 mil pessoas e depois de 1983 a 2005 com cerca de 2 milhões de civis mortos, principalmente do sul. (ARNOLD, 2008).

Outras guerras, em Angola e Moçambique, por exemplo, nascem também a partir das

ampliação da autoridade do Estado, legitimada por uma estrutura econômica e social. As tensões entre grupos civis e militares intensificam-se a partir dessa crise de autoridade.

lutas de independência e vão se instaurando a partir de disputas políticas e ideológicas internas, mas que passariam a receber forte aporte material das potências estrangeiras no contexto da Guerra Fria. O apoio estrangeiro dá sustentação às disputas que se estendem ao longo dos anos 90 mesmo com o fim do conflito bipolar.

O caso de Angola reflete bem esta realidade. O país sofreu uma prolongada guerra civil nos anos que seguem a independência em 1975. A semente deste conflito que devastou o país surgiu durante a luta de independência travada contra Portugal a partir de 1961. Já em 1956, vários grupos vão surgindo, como o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), de orientação socialista, sob a liderança de Agostinho Neto. Em 1966 outro movimento foi criado, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), criada sob a liderança de Jonas Savimbi e alinhado ao ocidente. Estes dois grupos foram fundamentais na luta contra o exército de Portugal na região. Após a independência em 1975 os portugueses foram retirando-se, dando lugar às disputas entre aqueles dois partidos (e mais o FNLA Frente Nacional de Libertação de Angola) que representavam, além das diferenças ideológicas, diferenças étnicas e geográficas.

As lutas entre estes três grupos foram travadas por todo o país ao longo de vários anos com os grupos políticos rivais obtendo apoio técnico e militar das potências estrangeiras. A União Soviética oferece equipamento militar e 16 mil tropas cubanas para o MPLA para sustentar o governo que o grupo controlava nessa época, formado por 12 a 15 províncias. Já as potências ocidentais, principalmente os Estados Unidos, mas também a França, deram apoio a UNITA e a FNLA. Países africanos como Zâmbia e África do Sul também apoiaram os partidos contrários ao marxista MPLA, alinhando-se aos ocidentais no contexto da Guerra Fria na região. A África do Sul inclusive participa de diversos conflitos na África nesse período sempre ao lado das potências ocidentais. Ao longo dos anos 80 o UNITA lutou e ganhou cada vez mais espaço no país, contra o MPLA e apoiado por forte aporte americano, através da participação intensa da África do Sul.

Em 1990, após 15 anos de guerra, Angola estava devastada: cidades e infraestrutura haviam sido destruídas, receitas haviam se reduzido a quase nada e o país apresentava baixíssimas taxas de crescimento. Morte de cerca de 600 mil angolanos foram contabilizadas e mais de 400 mil refugiados. O país passou a importar 50% do alimento consumido e receber ajuda humanitária. Segundo Arnold (2008) cerca de 20 mil pessoas perderam membros nas milhares de minas terrestres espalhadas pelo país. O conflito só termina em 2002 com a morte de Jonas Savimbi, líder do UNITA e a chegada do MPLA ao poder.

Em outro caso, o de Moçambique, observa-se processo semelhante onde as potências estrangeiras envolvem-se nos conflitos internos. No país as lutas começam quando o governo independente da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), liderado por Samora Machel, estabelece um Estado de tipo marxista. No final da década de 70 o governo moçambicano apoia o movimento de libertação da vizinha Rodésia (atual Zimbábue), permitindo que os movimentos de libertação do país vizinho utilizassem bases em território moçambicano. A partir daí, em retaliação, a Rodésia armou e treinou a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), grupo que iria se contrapor fortemente à FRELIMO, organizando inúmeros ataques em Moçambique. Os dois grupos, FRELIMO e Renamo iniciam uma luta que duraria quase vinte anos. Quando terminou a luta na Rodésia, a África do Sul entra na disputa contra a FRELIMO e passa a apoiar a Renamo. Ao longo dos anos 80 a guerra civil sofreu uma escalada e o conflito tornou-se brutal. Os sistemas de saúde e educativo entraram em colapso e, em muitas regiões, a produção agrícola simplesmente desapareceu. A grande seca de meados da década provocou uma terrível fome. Por volta de 1990, um milhão de pessoas havia morrido, e cerca de 1 milhão e meio de pessoas tinham abandonado os campos e 4 ou 5 milhões tinham deixado o país. (ARNOLD, 2008).

A partir dos anos 90 a política sul-africana muda radicalmente e o fim do bloco soviético faz com que a Frelimo perca força. A guerra vai até 1992 quando a Renamo e a Frelimo avançam nas negociações de paz estabelecendo planos para eleições multipartidárias sob a supervisão das Nações Unidas. Mesmo com fim da guerra em 1992 os anos 90 são marcados pela dificuldade em reconstruir áreas urbanas e agrícolas e infraestrutura.

Na África do Sul as disputas começam com mais intensidade a partir da segunda metade dos anos 70, através de uma forte resistência contra uma ditadura composta por uma minoria branca que desde a entrada no governo em 1948 havia implementado uma política de segregação racial e de destruição da democracia no país. O processo de industrialização pelo qual passava o país, erguia-se a partir de uma estrutura de dominação bastante complexa, baseada em forças que se unem na legitimação da ditadura racista. Trabalhadores brancos, o capital nacional e o Estado fortalecido na sua burocracia, aliados a conexões externas que se beneficiavam do regime, como empresas e governos internacionais ocidentais, formavam os grupos desta coalizão conservadora. (BARBOSA e TEPASSÊ, 2009; KLEIN, 2010).

O regime do *Apartheid*, institucionalizado em 1948 quando o Partido Nacional assume o poder, promovia medidas de segregação física, limitando o acesso da população negra a determinadas áreas nas cidades sul africanas e criava uma série de privilégios à população

branca no acesso a emprego e benefícios. Estas medidas são implementadas a partir da aprovação de diversas leis racistas tais como a Lei de Registro da População, segundo a qual cada indivíduo seria classificado de acordo com sua “raça” e a Lei de Áreas por Grupos, que dividia “raças” e tribos entre áreas urbanas e rurais. (BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

O governo sul africano eleito em 1948 apresenta-se amplamente contrário ao estabelecimento de uma política de convívio inter-racial, proposta pelo ANC (African National Congress) partido criado ainda em 1912 a partir da luta em defesa da população negra.

Os conflitos no país intensificam-se a partir da luta da população pela libertação da ditadura branca dentro do país nos anos 60. As resistências mais violentas contra o regime começam quando a ditadura do Partido Nacional intensifica sua ação violenta contra a população negra e as resistências até então pacíficas.

Na segunda metade dos anos 70 até as eleições em 1994 a África do Sul convive com uma intensa violência que se instaura a partir dos conflitos entre os grupos de resistência e o Partido Nacional, principalmente nos anos 80. Em 1985 declara-se estado de emergência em 36 distritos (*black townships*), milhares de pessoas foram presas e a violência continuou principalmente nas *townships*, localidades das cidades do país onde se formaram grupos locais autônomos. O fim dos conflitos só foi alcançado quando pressões internas e também externas levaram ao fim do regime do *apartheid* em 1987, apesar dos conflitos terem continuado com as disputas políticas no início dos anos 90. A paz só é alcançada de fato quando nas eleições de 1994 Nelson Mandela, representante do ANC, conquista a vitória eleitoral, como se verá mais detalhadamente em seguida.

As guerras civis africanas apresentam assim diversos contornos e especificidades que dependem das características e trajetórias histórias dos diversos países do continente. De maneira geral é possível afirmar que os conflitos contribuíram fortemente para agravar o quadro de recessão e baixo crescimento econômico dos anos 70 e que resultarão na implementação de políticas restritivas e liberais. O aumento populacional une-se a um quadro de instabilidade econômica e política e de mortes de milhares de pessoas envolvidas nas guerras ou refugiadas pelos conflitos, compondo um dos quadros mais trágicos da história contemporânea mundial.

III.5. Anos 80 e 90: os programas de ajuste estrutural na África

No final dos anos 70 o problema do endividamento dos países periféricos se agrava. Observa-se, segundo Moffit (1984), uma queda da lucratividade dos empréstimos bancários realizados pelas instituições privadas internacionais, dada a quantidade de recursos disponíveis. Os bancos privados que haviam ampliado fortemente o crédito aos países do terceiro mundo nos anos 70, mudam sua política e passam a emprestar menos e com piores condições. Diversos países entram a partir daí em um período de endividamento dando início a crise da dívida¹⁹.

Esta dificuldade crescente das economias periféricas em sustentar suas dívidas faz com que muitos países recorram às instituições bilaterais, como o FMI, para conseguir honrar seus compromissos. Segundo Moffit (1984), a crise da dívida global deu ao FMI uma nova vida e também um novo formato. O fundo torna-se prestador de última instância para as economias periféricas e a partir da ampliação do crédito a instituição passa a exigir uma série de condicionalidades aos países devedores. O foco destas condicionalidades estava na necessidade de estabilização das economias através da implementação de medidas como desvalorização cambial – para ajustar a Balança Comercial – liberalização das entradas e saídas de divisas da Conta de Capital; política monetária restritiva (via aumento de taxa de juros); política fiscal também restritiva com fim dos subsídios e corte de despesas. (COELHO,2002, p.149).

O mesmo movimento vai ocorrer com o Banco Mundial. A instituição, criada em 1944 na Conferência de Bretton Woods, era parte do esforço empreendido pelas principais potências (EUA e Inglaterra) no pós Segunda Guerra em criar mecanismos de apoio à reconstrução dos países destruídos pela guerra, assim como instrumentos de intermediação financeira que pudessem contribuir para uma ordem financeira internacional mais estável. Desde sua fundação o Banco atuava como um órgão que captava recursos nos mercados internacionais de capitais para realização de empréstimos e apoio em projetos de assistência técnica ao desenvolvimento em países de rendas médias (BIRD) e em países mais pobres (AID) captando também a partir de um fundo criado com contribuições de diversos países. (COELHO, 2002; RACHED,2008).

¹⁹ Com a decisão da moratória mexicana em 1982 a situação se agrava. A dívida do país passa de 20 bilhões para 80 bilhões em 1982 junto as instituições bancárias, muitas delas americanas.

O Banco Mundial, portanto, que havia sido criado no contexto do pós guerra e vinha se estabelecendo em um ambiente de estabilidade do sistema financeiro internacional, atuava de forma alinhada a estratégica americana de expandir sua influência e promover a reconstrução dos países atingidos pela guerra e países em desenvolvimento. Ainda que o Banco sempre tenha expressado o poder dos EUA, que era inclusive seu acionista majoritário, atuou como importante fonte de crédito para países periféricos e instrumento de assistência a projetos de desenvolvimento econômico e social, inclusive em projetos ligados a infraestrutura.(COELHO, 2002).

Mas a partir das mudanças na ordem financeira internacional nos anos 70, e principalmente a partir dos anos 80, o Banco Mundial irá atuar cada vez mais como uma instituição financeira e completamente alinhado aos interesses privados e ao governo americano. O Banco vai se adaptando ao novo contexto e restringindo sua ação à expansão de créditos e financiamentos ligados a partir de agora a solução dos problemas de endividamento dos países periféricos, à necessidade em manter a estabilidade interna das economias e a projetos mais focalizados ligados as áreas de educação, saúde e combate a pobreza e menos a projetos ligados a infraestrutura.

Segundo Coelho (2002), com a eleição de Anne Kruger para a presidência do Banco em 1982, a instituição passa a atuar de acordo com a nova ordem liberal que vai se afirmando a partir das mudanças ocorridas nos anos 70. Dentro desta nova ordem, a preocupação do Banco gira em torno da necessidade em manter um ambiente de estabilidade macroeconômica das economias principalmente através da resolução dos problemas de dívida e desequilíbrio no Balanço de Pagamentos, para que assim as economias pudessem recompor-se e abrir-se ao mercado externo, buscando expandir exportações e atrair investimentos e capitais.

O que se desenha neste momento de fato é um consenso (neoclássico ou neoliberal) de que o antigo modelo de substituição de importações voltado para dentro, implementado em grande parte das economias periféricas deveria ser substituído por um modelo de promoção das exportações, voltado para fora, marcado pela liberalização comercial e desregulamentação da economia. Isto porque aquele modelo voltado para dentro, que contava com forte presença do Estado, teria sido responsável pelos desequilíbrios das economias, com o endividamento e o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos²⁰. Desse modo a preocupação com a estabilidade e

²⁰ Como sugerem Medeiros e Serrado (2001) a versão neoclássica do crescimento liderado pelas exportações, difundida pelo Banco Mundial, enfatiza não propriamente o papel das exportações no crescimento, mas a

a liberalização dos mercados torna-se central na ação do Banco Mundial.

É a partir daí que as economias avançadas, principalmente a economia americana, passam a pressionar as instituições bilaterais, principalmente o Banco Mundial, no sentido de facilitar a implementação de medidas de livre mercado²¹.

É nesse contexto que ganha destaque as políticas de condicionalidade exigidas pelo Banco Mundial para concessão de empréstimos. Estas condicionalidades envolvem diversas medidas voltadas para manutenção da estabilidade das economias, como austeridade fiscal, reforma financeira, privatização de serviços públicos. Todas estas medidas inserem-se no quadro dos Programas de Ajuste Estrutural que ganham grande expressão a partir dos anos 80. (COELHO, 2002).

Os Programas de Ajuste Estrutural (SAPs) são dirigidos principalmente para a redução do desequilíbrio fiscal e restabelecimento do equilíbrio macroeconômico. Medidas como a privatização de empresas estatais, liberalização comercial, controle orçamentário e corte de gastos sociais através de medidas de austeridade fiscal, eliminação de controles de preços e subsídios estatais, abertura dos mercados de capitais como forma de aumentar a entrada de recursos externos e desenvolvimento de legislação que assegure os direitos dos investidores externos são implementadas em diversos países periféricos, latino americanos e africanos. (COELHO, 2002).

No caso dos países africanos, a partir dos anos 80 os Programas de Ajuste começam a ser implementados a partir de um diagnóstico próprio do quadro econômico e dos problemas do continente feito pelas instituições bilaterais, como Banco Mundial e FMI. Segundo estes, os Estados pós-coloniais africanos eram o centro e o coração da crise econômica que devastava o continente. Acreditava-se que o governo tinha sido capturado por uma elite política e burocrática que havia criado Estados muito intervencionistas e centralizados e que não acreditavam no mercado, dando pouco incentivo a iniciativa privada. (MKANDAWIRE e SOLUDO, 1998).

Apresentou-se um diagnóstico que condenava o Estado em si mesmo,

importância da neutralidade de incentivos (tarifas, taxa real de câmbio, etc.) e de abertura externa (importações) para a alocação eficiente de recursos. (MEDEIROS & SERRANO, In: FIORI & MEDEIROS, 2001, p. 105)

²¹ Já nos anos 90 essa mudança em direção a disseminação dos princípios liberais para as economias periféricas será de certa forma institucionalizada e sintetizada no Consenso de Washington. Em 1989 Williamson (1989) usou o termo pela primeira vez para descrever o pacote de reformas baseadas no desenvolvimento do setor privado, liberalização do comércio e do sistema financeiro e desregulamentação dos mercados que seriam implementados pelo Banco Mundial e FMI em países em desenvolvimento para que estes pudessem receber ajudas e investimentos.

responsabilizando-o pelas políticas que haviam sido implementadas nas décadas anteriores, de caráter muito estatizante e desconsiderando, portanto os fatores externos responsáveis pela crise africana, tais como o fim do sistema de Bretton Woods, a crise dos países centrais e o aumento do endividamento.

Para o Banco Mundial, com os dois choques do petróleo e o passado de erros nas políticas internas a crise africana se intensifica e tornam-se urgentes as políticas de ajustamento. Segundo Mkandawire e Soludo (1998), o avanço do processo de ajuste materializou-se na África mediante a implementação dos ajustes estruturais que tinham como pano de fundo duas ideias fundamentais : 1) leitura teórica dominada pela visão neoclássica e descrença no neo keynesianismo como base para diagnósticos econômicos, evidenciando a eficiência do mercado para alocação de recursos; 2) ataque ao Estado e sua suposta ineficiência, a partir de uma crítica aos modelos centralizados e estatizantes.

A partir desse pano de fundo os programas de ajustamento foram implementados a partir de dois componentes principais: medidas macroeconômicas de estabilização de curto e médio prazo, realizadas pelo FMI para restaurar balanças internas e externas; e as políticas de cunho liberal propriamente ditas, que deveriam ser implementadas nas áreas industriais, comerciais, financeiras e ainda agricultura e educação. Para o Banco Mundial estes componentes fariam com que o ambiente competitivo fosse restaurado, contribuindo para alocação eficiente de recursos, ajustando os preços e criando um clima favorável para os negócios. (WORLD BANK, 1994).

Na área industrial as políticas deveriam se dirigir para o desmantelamento da política de substituição de importações, priorizando a obtenção de habilidade empresarial, gerencial e técnica. (World Bank, 1994). Incentivos deveriam ser focados não na criação de mecanismos de proteção a indústria, mas de treinamento e aperfeiçoamento tecnológico. O empreendedorismo africano seria criado através de aumentos na regulação dos negócios, melhoria do ambiente político, expansão do acesso ao crédito, encorajamento de serviços de subcontratação. A estrutura produtiva africana seria mudada com o alcance do equilíbrio macroeconômico. (WORLD BANK, 1994).

Na área comercial os SAPs dirigiram-se para a eliminação das taxas e barreiras comerciais às importações, desregulamentação, promoção e incentivo às exportações de produtos primários. A ideia era de que as medidas protecionistas no comércio feitas anteriormente e a presença de monopólios estatais haviam criado um desincentivo ao comércio externo africano, sendo necessária a liberalização dos mercados. (WORLD BANK,

1994 apud OYEJIDE, 2013).

Na agricultura a determinação era incentivar as economias africanas a explorar suas vantagens comparativas. Segundo o Banco Mundial o desempenho ruim e os problemas da Balança Comercial africana eram causados por uma política de preços perseguida pelos governos locais através de taxas e impostos a produtores. A recomendação do Banco girou em torno do “*getting prices right*”. Melhorar os termos de troca através da eliminação das várias taxas de exportação, remoção de proteção a atividades não agrícolas e câmbio livre. (WORLD BANK, 1994).

Na área financeira seguiu-se a mesma lógica voltada para o mercado. A defesa da ideia de que a estabilização dos preços e equilíbrio fiscal e comercial, através de seus efeitos sobre as taxas de juros, geram incentivos ao crescimento, agindo sobre a poupança interna, investimentos e alocação de recursos.

Seguindo estas determinações das instituições bilaterais os governos africanos a partir dos anos 80 procuraram implementar diversas medidas de ajustamento, diminuindo a participação do Estado mediante redução dos investimentos, desregulamentação nos setores financeiros e agrícola e liberalização comercial. Os empréstimos concedidos pelo FMI a diversos países que enfrentavam problemas de endividamento – desde o final dos anos 70 – funcionaram como instrumento de coerção para imposição de políticas restritivas e de ajustamento nos países africanos. O Banco Mundial entrava no apoio a implementação das SAPs em políticas em diversas áreas.

Entre 1980 e 1982 o continente africano foi receptor de cerca de 23% do total de empréstimos para ajustamento feito pelo Banco Mundial. Entre 1983 e 1986 a África recebeu 26% dos empréstimos, ficando atrás apenas na América Latina (com 35%). (WORLD BANK, COELHO, 2002).

Após a adoção de uma série de medidas de liberalização e ajustamento em diversos países africanos e com bastante intensidade em países como Zâmbia, Nigéria, Níger, Gana, Tanzânia entre outros, já na segunda metade dos anos 90 parecia claro que, apesar de todas as determinações que foram seguidas em maior ou menor grau, os resultados, ao invés de resolver as deficiências africanas, contribuíram para piorar ainda mais o quadro.

As políticas de ajuste estrutural não se converteram em uma melhoria dos níveis de crescimento econômico. Nas diversas áreas em que foram implementadas, as políticas não foram bem sucedidas em seu objetivo de reverter os problemas africanos, seja na área agrícola, industrial ou comercial. Nem os problemas de endividamento e Balanço de

Pagamentos foram resolvidos. A maior parte das economias apresentou baixo crescimento, altos índices de inflação, manutenção da dívida e agravamento da situação de pobreza extrema.

Segundo documento da Unctad (1998) a principal deficiência dos programas de ajuste estrutural foi sua incapacidade de restaurar o investimento. Na verdade houve uma redução do investimento que contribuiu para o baixo crescimento. Mesmo que algumas economias tenham apresentado alguma melhora, os países que mais promoveram ajustes estruturais não correspondem àqueles que apresentam melhores desempenhos nos anos 90²². As políticas de ajuste voltadas a um reordenamento das economias africanas se refletiram muito mais em uma redução dos gastos e investimentos públicos que deterioraram ainda mais a situação africana.(UNCTAD, TDR, 1998).

Nos anos 80 e 90 a África e a África Subsaariana apresentam baixo crescimento do PIB e mais ainda do PIB per capita. Nos anos 90 a taxa de crescimento do PIB africano foi de 2,5% e do PIB per capita de 0,1%. Na África Subsaariana a taxa de crescimento foi de apenas 2,1% e o PIB per capita foi negativo nos anos 80 (-0,7%) e nos anos 90 (-0,6%). Ainda na África Subsaariana a inflação se mantém em níveis elevados e chega a 27,36% nos anos 90 e a dívida externa representa 61.7% do PIB. Países como Angola e África do Sul apresentam um nível baixíssimo de PIB per capita nos anos 90 (-1,9% em Angola e -0,8% da África do Sul). (IMF, 2013).

Em diversos setores observa-se o baixo desempenho dos países africanos. Como ressalta Mkandawire (1998), na agricultura, por exemplo, onde houve um esforço em melhorar o sistema de preços através da adoção de medidas liberais como o fim dos subsídios e do controle estatal, não houve melhora nos níveis de produtividade. A participação da agricultura no valor agregado no PIB se manteve em cerca de 18% na África Subsaariana e 17% na África (World Bank, 2013).

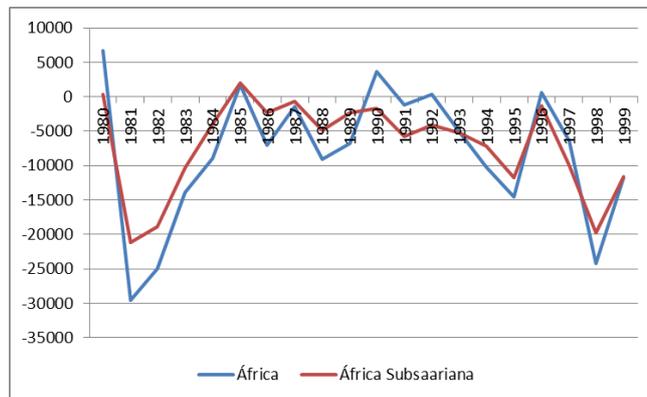
Com relação à indústria observam-se poucos avanços. A participação do valor agregado da indústria no PIB se manteve nos anos 80 e 90 em cerca de 24.9% na África Subsaariana (excluindo a África do Sul). (World Bank,2013). Não houve avanços na diversificação da produção manufatureira mesmo diante da abertura ao comércio externo e

²² Em 1993 o Banco Mundial introduziu uma classificação que reunia os principais países que adotaram as medidas de ajustamento e suas performances econômicas. Dentre os 15 países que mais haviam promovido ajustes (Burundi, Gambia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Madagascar, Malawi, Mautitania, Namíbia, Nigéria, Uganda, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabue) apenas 3 estavam entre aqueles que apresentam melhores performances (Leshoto, Nigéria e Uganda). (UNCTAD, 1998).

medidas de privatização e liberalização de preços adotadas.

Com relação ao comércio externo, apesar do fim das barreiras a importação e a liberalização do comércio, não houve grande melhoria do saldo comercial. Entre 1981 e 1989 a taxa de crescimento das exportações da África Subsaariana foi de -1.8%, entre 1990 e 1999 de 3.8%. As exportações continuaram especializadas em bens primários. As importações aumentaram mais nos anos 90, levando a um déficit na conta comercial ao longo de toda a década. O gráfico 5 apresenta o Balanço de Pagamentos da África e África Subsaariana nos anos 80 e 90.

Gráfico 5 – África e África Subsaariana: Balanço de Pagamentos (milhões de dólares) (1980-1999)



Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2013.

O quadro africano que se visualiza nos anos 80 e 90 é de baixo crescimento per capita, baixo investimento, inflação e dívida externa em alta. A maior parte dos países, mesmo tendo adotado as medidas de condicionalidades exigidas pelo Banco Mundial não conseguiu reverter os problemas instaurados desde os anos 70, ligados tanto aos efeitos da deterioração dos termos de troca, como ao endividamento crescente. Nos anos 80 e 90 a situação se agrava devido às políticas restritivas impostas pelas instituições bilaterais. Além da queda dos investimentos, a redução da ajuda financeira internacional a partir dos anos 90 contribui ainda mais para a situação de pobreza e desigualdade.

A maior parte das economias africanas continuou apresentando dados alarmantes de pobreza. Nos anos 90 a maior parte dos países da África Subsaariana, incluindo países como Burkina Faso, Burundi, República Centro Africana, Moçambique, Mali, Níger e Nigéria tinham mais de 60% da sua população vivendo com menos de 1,25 dólares por dia. Na República Centro Africana 86.2% da população vive nesta situação nos anos 90. Mesmo países mais desenvolvidos como África do Sul apresenta um índice elevado de pobreza nos

anos 90, com 21,4% da população vivendo com menos de 1,25 dólares e 39,2% da população vivendo com menos de 2 dólares por dia. (World Bank, World Development Indicators, 2013).

Além da pobreza extrema os dados de nutrição e doenças são ainda mais graves. Segundo a UNICEF em cada grupo de dez países submetidos a programas de ajuste estrutural, seis registraram uma baixa do nível nutricional e um crescimento das doenças transmissíveis (principalmente a AIDS) e cinco conheceram uma regressão no âmbito educacional. A redução dos gastos em saúde e educação acentuaram as dificuldades de uma população que crescia e demandava serviços sociais. (WONDJI, 2010).

Mesmo diante deste quadro, após as décadas de 80 e 90 o Banco Mundial continuou acreditando que as reformas e os programas de ajustamento funcionaram. Apenas em documentos do final dos anos 90 a instituição reconhece que muitas políticas não funcionaram como se esperava no continente africano. Mas ao invés de reconhecer que as políticas eram erradas, o Banco afirmava que o erro esteve na aplicação incorreta das políticas. (MKANDAWIRE e SOLUDO, 2003).

A vitória da adoção das políticas de ajuste estrutural – e sua derrota em termos de crescimento das economias africanas – refletiu nos anos 90 a afirmação da ordem liberal, levada adiante a partir das mudanças da ordem financeira internacional, da ampliação do sistema financeiro e, principalmente, da vitoriosa trajetória americana rumo à expansão global de sua hegemonia. Com a queda do muro de Berlim, em 1989 e depois do Consenso de Washington, os anos 90 representaram para os EUA uma década de crescimento, expansão e afirmação de sua supremacia econômica e militar.

Na maior parte das economias, entretanto, a década foi marcada pela assimilação dos preceitos do livre mercado, a redução do papel do Estado na economia e uma dificuldade crescente em sustentar projetos de desenvolvimento nacionais. A onda neoliberal atinge todos os países e, no caso das economias periféricas, coincide com períodos fundamentais de transição e abertura democrática, como no caso de países da América Latina (Brasil e Chile) e também as economias africanas, como a África do Sul.

III.5.1. África do Sul: transição política conservadora

Na África do Sul os anos 90 são marcados justamente pelo estabelecimento do regime democrático (com o fim do regime ditatorial do *apartheid*) e também pelo enquadramento do país à nova ordem neoliberal via adoção de medidas de ajuste e liberalização. No país a

atuação das instituições bilaterais como FMI e Banco Mundial e as políticas pró-mercado misturam-se a um processo complexo de disputa política do período de transição democrática. Nestas disputas terá papel fundamental os esforços das instituições bilaterais de articulação interna, tanto em torno da elite branca do país como em torno de membros do partido ANC que entram no governo.

Nos anos 90 o país encontra-se submerso em uma forte crise econômica que resulta das limitações internas e também da repercussão da crise dos anos 70 e 80. Desde 1984 a economia sul africana começa a apresentar sinais de crise. Com o fim da conversibilidade e a liberalização do mercado de capitais, o ouro – o qual o país possuía em grande escala – vai perdendo seu papel de reserva de valor, limitando o financiamento interno. Além disso, aumentam as pressões internacionais contra o regime do *apartheid* levando a um bloqueio por parte de grupos externos de rolagem da dívida do país que, a essa altura, havia alcançado grandes patamares, devido à alta dos juros e a liberalização do mercado de capitais. O agravamento da dívida levou a uma depreciação do rand e à fuga de capitais do país, levando a decisão de não pagamento das amortizações da dívida. (BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

Para complicar ainda mais a situação, sanções econômicas impostas por países contrários ao regime limitavam a expansão das exportações, já enfraquecidas pelo contexto de crise e termos de troca desfavoráveis. Um déficit fiscal se agravava e a economia estava estagnada. A taxa de crescimento do PIB no fim dos anos 80 vai se aproximando de zero e em 1992 fica em -2%.

Além da crise econômica pressões sociais aumentavam desde o início dos anos 80 a partir de uma renovação da luta pelos direitos civis a partir do ANC e de outros grupos.

Em meio à crise, em 1994, o principal líder da ANC, Nelson Mandela, é eleito democraticamente após anos de conflitos na luta contra o Partido Nacional, que governa desde 1948 e ao longo de todo período de ditadura do regime político de segregação racial.

No ano da eleição de Mandela a população sul africana estava cheia de esperanças pelo fim do regime de opressão e pela adoção de um modelo econômico democrático que beneficiasse a maioria da população pobre do país.

A chegada do ANC ao poder representava um momento único em um país que clamava por transformação social e igualdade de direitos. Não se tratava, portanto, apenas de esperanças com relação à igualdade de direitos políticos, mas de anseios por melhorias econômicas, distribuição de renda, acesso a serviços públicos para a maioria da população que até aquele momento tinha sido excluída do projeto de industrialização e modernização, não

apenas durante o período do Apartheid mas desde a fundação do país pela colonização holandesa e inglesa.²³

A proposta de transformações profundas sociais e econômicas era amplamente defendida pelo ANC. Ainda em 1955 o partido se compromete com um projeto amplo de transformação através da elaboração de um documento que percorreria toda trajetória de lutas do país na segunda metade do século XX: a Carta da Liberdade²⁴.

Tanto na Carta da Liberdade como no comunicado de Mandela, e também no sentimento de todos os membros da resistência sul africana, havia o consenso de que o regime do *apartheid* não era apenas um regime político que restringia o direito de voto e de circulação da maioria negra, mas sim

um sistema econômico que usa o racismo para fortalecer um arranjo altamente lucrativo: uma pequena elite branca se tornara capaz de retirar lucros fabulosos das minas, fazendas e fábricas sul-africanas, porque a maioria negra era impedida de possuir terras e forçada a trabalhar por salários muito inferiores ao valor de seu trabalho. (KLEIN, 2008, p. 235).

Apesar de todo o sentimento de esperança, a chegada ao poder do ANC e a vitória de Mandela nos anos 90 mostraria que esse projeto mais amplo de liberdade estaria fadado ao fracasso. O fim do regime de segregação e a ampliação do direito de voto para a maioria da população não seria acompanhando de transformações de ordem econômica, e, muito ao contrário, a elite sul africana empreenderia um amplo esforço de minar qualquer projeto de

²³ A história da colonização da África do Sul é representativa da maneira como a Inglaterra reforça seu domínio a partir do século XIX. É justamente no início desse século que o país vence as disputas contra a Holanda, que até então havia dominado a região. A partir da vitória inglesa o país implementa um regime de colonização baseado na extração de recursos naturais, através do estabelecimento de uma minoria branca que administrava o país. O ponto que diferencia a trajetória sul africana é que a elite branca irá, em determinado momento, rebelar-se contra a dominação inglesa, reivindicando seus direitos de domínio sobre o território. Estas disputas culminam na tradicional guerra dos bóeres (1880 e 1881; 1899 e 1902), onde colonos brancos – principalmente de origem holandesa e francesa – rebelam-se contra a dominação inglesa e lutam pela independência do país. Ao longo de toda esta trajetória, o país que conta com 80% de população negra, nunca incluiu esta maioria nos processos políticos nem na expansão econômica. A população de maioria negra sempre seguiu recebendo piores salários e observando a expansão do país que iria se tornar o mais industrializado da África e também um dos países mais desiguais do mundo.

²⁴ Neste documento, criado a partir de uma série de questionários aplicados nos bairros mais pobres do país, reuniam-se as principais demandas da população tais como direito ao trabalho, moradia, liberdade de pensamento. Esta ampliação de direitos só poderia ser feita, segundo membros da ANC, a partir de um projeto que centralizasse no Estado a riqueza do país, através da nacionalização das empresas de mineração, bancos e indústrias, que haviam historicamente monopolizado a riqueza nas mãos da minoria branca. Em 1990 Mandela recém saído da prisão apresenta um comunicado no qual mantém o compromisso com a Carta da Liberdade e com transformação econômica por meio da nacionalização dos bancos, das minas, das indústrias como única maneira de fortalecer e distribuir as riquezas do país.

mudança e distribuição de riqueza, apoiada nas forças que emanavam agora da conjuntura liberal.

O que aconteceu na África do Sul, tal como em diversos outros países, foi que a elite do país procurou fortalecer seus laços com as instituições financeiras internacionais apoiando o processo de implementação da ortodoxia de livre mercado. Na África do Sul, a liderança do ANC foi convencida de que não deveria utilizar a oportunidade política para transformar o país. Membros do Partido Nacional esforçaram-se em intensificar as negociações com o ANC, principalmente aquelas relacionadas às questões políticas da transição, que recebiam grande destaque público. Por outro lado, procurou-se tratar as questões econômicas como questões de menor importância. O esforço de De Klerk, então um dos principais líderes do Partido Nacional, foi convencer os membros do ANC de que existiria apenas uma saída para o governo com relação aos assuntos econômicos: adequar-se a um ambiente econômico onde a forma de administração seria técnica, através de ferramentas políticas como acordos de livre comércio, programas de ajuste estrutural e, principalmente, pela transferência do controle das decisões econômicas para especialistas imparciais: muitos deles economistas e funcionários do FMI, Banco Mundial e GATT. (KLEIN, 2008; BOND, 2009).

Este discurso, segundo o qual as questões econômicas eram menores e que o ambiente econômico deveria ser conduzido por uma administração técnica e supostamente imparcial foi amplamente comprado por membros do ANC e funcionou perfeitamente como maneira de abafar qualquer tentativa de implementação de medidas mais estruturais, previstas nas propostas históricas do ANC, como a nacionalização dos bancos e a distribuição de renda.

Na realidade a África do Sul estava internalizando um modelo econômico e político que ia de encontro à nova ordem liberal e as prerrogativas das instituições financeiras bilaterais. Nos anos seguintes ao fim do apartheid o governo da ANC levaria adiante uma política de viés fortemente ortodoxo e pró mercado.

O principal documento do plano econômico do governo de Mandela – o *Reconstruction and Development Programme* (RDP) – elaborado pelos membros da ANC apresentava um sinalização para a comunidade financeira internacional de que o país estava acatando as decisões de adesão ao projeto neoliberal, atendendo a um só tempo as pressões da elite do país e das instituições bilaterais. O programa RDP previa algumas ações distributivas, como a ampliação da oferta de serviços sociais e infraestrutura, mas não apresentava uma estratégia macroeconômica clara, a não ser uma defesa da necessidade de aumentos de

produtividade para uma melhor inserção no mercado externo. (BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

Já em 1996, a orientação ortodoxa do recém eleito ANC ficaria mais evidente com a criação de um novo programa de ações econômicas, o GEAR (*Growth, Employment and Redistribution*). O programa previa a adoção de medidas fundamentais para a adequação do país aos preceitos neoliberais: estabilização macroeconômica, liberalização financeira e comercial como prioridade para o crescimento, redução da pobreza e geração de emprego. Flexibilização cambial, fortalecimento dos direitos de propriedade e melhoria do ambiente de negócios foram algumas das estratégias implementadas, assim como uma política fiscal e monetária austera, combate a inflação, privatização de serviços públicos e independência do Banco Central. (Ncube et. al, 2011; Barbosa e Tepassê, 2009). De fato o foco do GEAR era a redução do déficit fiscal, vista como pré-condição para a queda dos juros que por sua vez resultaria na expansão dos investimentos locais e estrangeiros. Os processos de privatização entravam dentro dessa busca pelo controle fiscal e contenção da dívida pública.

As medidas implementadas com o GEAR foram bem aceitas pela maior parte da sociedade sul africana e tiveram repercussão no combate a inflação e na redução do déficit fiscal. Mas a política fortemente restritiva impediu a expansão dos investimentos, do consumo e do mercado de trabalho, acentuando os desequilíbrios internos sociais, além de não ter resolvido os problemas do Balanço de Pagamentos (dada a atração de capitais externos de curto prazo) e nem contribuído para melhora da conta corrente via aumento das exportações.

De fato, as medidas adotadas por meio do GEAR impediram que o governo sul africano levasse adiante as transformações econômicas previstas pelos membros do ANC ainda nos anos 50 e durante todo o período em que lutaram contra os líderes do Partido Nacional. Os membros do ANC, principalmente Thabo Mbeki, que se tornou presidente do país posteriormente, foram convencidos da impossibilidade de lutar por um projeto mais amplo de transformação e acabaram apoiando as medidas liberais que, segundo as instituições bilaterais, seriam fundamentais para manter a estabilidade interna e atrair os fluxos de capitais e investimentos necessários ao avanço econômico do país.

Assim como para a maior parte dos países africanos os resultados da adoção dos SAPs e das medidas liberais não se converteram no crescimento econômico da África do Sul. Ainda que o país tenha apresentado alguma melhora, até mesmo em função da entrada em um regime democrático, problemas históricos como desemprego e forte concentração de renda permanecem gritantes no país. Mesmo com o fim do regime da *apartheid*, desde 1990 a

expectativa de vida do país caiu cerca de 13 anos e a taxa de desemprego que era de 16% em 1995 passou para 23,3% em 1999.

Embora tenha se observado uma melhora das contas públicas, com o déficit fiscal caindo para apenas 3% do PIB a partir do final nos anos 90, problemas de geração de emprego persistiriam em um quadro de dificuldade de expansão dos gastos do governo. A baixa expansão das exportações de bens primários ainda na segunda metade dos anos 90 repercutiu negativamente na economia do país. (Ncube et al, 2012).

Segundo Barbosa e Tepassê (2009), a adoção do regime liberal tornou difícil a expansão da indústria e a implementação de políticas industriais. O processo de privatização, embora tenha se caracterizado pela manutenção de empresas de setores estratégicos, como os de defesa, telecomunicações e energia, contribuiu para o aumento do desemprego e elevação de tarifas de serviços básicos, principalmente de telefonia e eletricidade. As iniciativas de política industrial também foram limitadas devido à ampla liberalização comercial que reduziu tarifas e impediu o avanço de indústrias domésticas, com algumas exceções como as do setor automotivo. (BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

A concentração de renda aumentou no país desde os anos 80, contribuindo para que a África do Sul se afirmasse como um dos países mais desiguais do mundo. A distribuição funcional da renda revela que houve um aumento da desigualdade nos anos 90. No início dos anos 80 a participação dos salários no produto era de 60%, caindo para 55% em 1997. Assim como em toda a África, a distribuição pessoal da renda piorou nos anos 90. O índice de Gini na África do Sul passou de 0.567 em 1995 para 0.577 em 2000. A desigualdade permanece refletindo as diferenças inter-raciais, com a população negra compondo o grupo dos mais pobres - o índice de Gini da população negra é de 0,56 enquanto o da população branca é de 0.45. (UNCTAD, TDE, 2012).

Entre 1995 e 2000 os índices de pobreza também aumentaram. Em 1995 21.43% da população vivia com menos de 1,25 dólares por dia. No anos 2000 essa parcela da população aumentou para 26%. (World Bank, 2013).

III.6. Conclusões

Neste capítulo procurou-se analisar a realidade africana através de uma recuperação da história recente do continente, principalmente a partir dos processos de independência política dos anos 60. Como foi possível perceber, a trajetória da maior parte dos países esteve ligada

ao enfrentamento, muitas vezes mal sucedido, de limitações estruturais ligadas a uma base econômica pouco diversificada resultante do passado colonial marcado por séculos de exploração comercial.

Algumas tentativas de avançar existiram, mas foram limitadas tanto pela ausência de um esforço interno de melhor gestão da política e investimentos (como o caso da agricultura), mas principalmente pela forma a partir da qual o continente se inseriu no contexto internacional, sofrendo impacto direto de conjunturas externas desfavoráveis, principalmente a partir dos anos 70.

Nos anos 80, os países africanos sofreram as consequências dos processos de ajustamento implementados pelas instituições bilaterais, seguindo determinações de corte de gastos e investimentos, políticas restritivas que não tiveram o impacto esperado e comprometeram ainda mais a situação de recessão do período. Alia-se a crise das duas décadas a sequência de guerras e conflitos internos devastadores.

O que se conclui da análise do período relativo às últimas décadas do século XX é a constatação da existência de uma forte restrição externa para a expansão africana, materializada pelo cenário de estagnação e dívida resultante dos choques do petróleo e pela atuação do Banco Mundial e FMI voltada para aplicação de políticas de ajuste. Uma vez implementadas, tais políticas comprometeram ainda mais a capacidade dos governos africanos de agir. A crença no livre mercado proposta pelos programas de ajustamento estrutural rompeu com qualquer perspectiva nacionalista e pró-desenvolvimentista que era sugerida no período pós-independência. A crítica ao Estado e a defesa da liberalização comercial minaram qualquer projeto de desenvolvimento com participação do Estado e a implementação das políticas de ajustamento não se converteram em melhores resultados para os africanos.

É principalmente diante desse passado recente de forte recessão e pobreza que os resultados da última década parecem promissores.

IV. CHINA - DEPENDÊNCIA DE MATÉRIAS-PRIMAS E ESTRATÉGIA POLÍTICA/INSTITUCIONAL PARA A ÁFRICA

IV.1. Introdução

A atual estrutura econômica chinesa é resultado de uma longa trajetória de expansão material articulada desde o período de fundação da República Popular, em 1949. A partir de condições estruturais específicas e um esforço de planejamento estatal o país promoveu uma série de medidas voltadas a expansão econômica principalmente pela via da industrialização. Mais recentemente a continuidade do crescimento depende em grande medida da garantia de acesso a recursos energéticos e primários necessários ao atendimento da expansão da indústria pesada, da construção, da urbanização e do aumento do consumo de bens, como o automóvel.

A partir deste imperativo o governo chinês vem empreendendo um esforço bastante amplo para criação de esferas de articulação política em prol da expansão de suas empresas, além de procurar fortalecer as relações de cooperação entre o país e diversas partes do mundo em desenvolvimento, entre eles os países africanos, detentores de vastos recursos naturais e energéticos.

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais características da estrutura econômica chinesa e as bases de seu mais recente ciclo de expansão econômica. Em seguida, pretende-se analisar as articulações políticas e institucionais empreendidas pela China para estreitar os laços de cooperação com os países africanos.

IV.2. China: Trajetória de expansão e dependência de matérias-primas

Neste início de século a China vem apresentando taxas de crescimento ainda expressivas, apesar da mais recente queda nos indicadores mundiais depois da crise de 2008. Na última década o país cresceu a uma taxa média de 10% ao ano e uma média de 15% de crescimento do PIB per capita, resultado que mantêm a trajetória de expansão que já dura mais de 30 anos. (IMF, World Economic Outlook Database, 2013)

Como ressalta Medeiros (2009) desde a fundação da República Popular da China (RPC) em 1949 observa-se a continuidade de dois processos na trajetória do país: um deles é

a persistência da industrialização como motor do crescimento econômico; o outro é a mudança institucional, que se relaciona com a passagem de uma economia centralmente planejada para um capitalismo de Estado. Esses dois processos seriam superpostos, ou seja, a transição institucional ocorreu sem que a industrialização, que sustenta o crescimento do país tivesse sido interrompida. Este é um marco importante da trajetória chinesa, ainda mais quando comparada a outras economias que passaram por uma forte transição, como a russa. (MEDEIROS, 2009).

Desse modo, quando se pretende identificar os aspectos essenciais da base produtiva chinesa é importante ter em mente que ela resulta de um esforço de planejamento voltado para o crescimento que começa ainda nos anos 50 e que não sofre interrupção, ainda que tenha passado por grandes alterações, principalmente com as reformas implementadas por Deng Xiaoping, a partir de 1978. Nesse sentido, para compreensão do atual ciclo de expansão é fundamental recuperar, ainda que de maneira breve, a trajetória de crescimento do país ao longo dos anos.

Desde os anos 50 até mais recentemente, tendo como motor principal a industrialização, o processo de expansão da economia chinesa passou por vários momentos. Todos estes momentos foram precedidos de um planejamento estatal que garantiu a manutenção da estabilidade política, principalmente no momento da abertura do país e da transição para uma economia capitalista. Transição esta cuja marca principal é o gradualismo e a preocupação pela manutenção de uma estrutura de propriedade ainda centrada no Estado.

Nos anos 50, após a criação da República Popular da China, Mao Tsé Tung aprofunda as relações com a URSS após o bloqueio imposto ao país pelos Estados Unidos por conta da Guerra da Coreia. Já nesse período o Partido Comunista Chinês (PCC) estabelece as metas de desenvolvimento e expansão econômica do país, apoiado neste momento em um projeto socialista. Nas palavras de Mao: *“China should have become a strong socialist industrial country capable of making a bigger contribution”*. (MAO, apud GITTINGS 2006, p. 90 apud BLANKENDAL, 2008).

Com a criação da RPC medidas como a distribuição de terras foram adotadas e no primeiro Plano Quinquenal (1953-1957) são estabelecidas as metas para o crescimento econômico fundado na indústria pesada (por meio de investimentos estatais) e nos baixos preços dos bens agrícolas, possibilitando com isso a transferência de recursos para áreas urbanas, formando as bases da primeira industrialização do país. (BLANKENDAL, 2008).

A partir de 1958 até 62 (segundo Plano Quinquenal) cria-se com o Grande Salto à Frente uma estratégia de industrialização ainda mais centrada na indústria pesada e que procurou seguir a direção de uma maior descentralização das decisões do partido, deixando as localidades (comunas) com mais autonomia na produção de grãos, enquanto o Estado dirigia seus investimentos para a continuidade dos projetos de industrialização.

Como resultado do período do Grande Salto à Frente, a partir de 1966 e até 1979 há uma forte desorganização da agricultura e baixo crescimento econômico. O governo chinês promove então a Revolução Cultural, um período marcado pela violência e por uma postura contra ofensiva de Mao, diante de posições críticas dentro do Partido. Os resultados do período em termos econômicos revelam que, apesar dos grandes investimentos na construção de ferrovias, minas de ferro e aço e barragens, os problemas ligados principalmente a baixa produtividade da agricultura impediram a maior dinamização da economia. (FAIRBANK apud RIBEIRO, 2008).

Com os desequilíbrios internos, nos anos 70 a China começa a apresentar déficits no balanço de pagamentos, decorrentes de um aumento das importações de máquinas e equipamentos japoneses e também de grãos dos Estados Unidos, dada a baixa produtividade agrícola do período. Esses déficits criam uma forte restrição ao crescimento e será a base para implementação das reformas a partir do fim da década. (MEDEIROS, 2009.)

Apesar dos desequilíbrios, os resultados do período mostram que houve expansão econômica. Entre 1952 e 1978 o crescimento do PIB foi de 4.4% ao ano e de 2.3% do PIB per capita. O crescimento foi amplamente liderado pela indústria que cresceu a uma taxa de 9.6% contra uma taxa de apenas 2.2% da agricultura. Em consequência, a indústria que respondia em 1952 por apenas 9.9% do PIB chinês atingiu em 1978 34.7%. Esta grande mudança estrutural levou a um declínio substancial da participação da agricultura no produto, de 59% para 33%. A taxa de crescimento chinesa foi liderada pela taxa de investimento fixo não residencial realizada pelas empresas estatais que passou de 11% do início dos 1950 para 20% no final dos 1970. (MEDEIROS, 2009).

Nos primeiros anos a partir de 1979 a economia chinesa vai passar pelo que se pode chamar, segundo Gittings (2006) de reajustamento, com a nova liderança do partido, Deng Xiaoping, implementando reformas que tentariam remediar os desequilíbrios da economia. Entre as reformas incentivos ao aumento do consumo, a busca pelo crescimento dos preços agrícolas e o foco importante nas necessidades de infraestrutura de energia, transporte e comunicações. (GITTINGS 2006, p. 102 apud BLANKENDAL,2008).

Na Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do PCC, realizado em 1978, as exigências das Quatro Modernizações propostas por Deng Xiaoping foram apresentadas. Nesta ocasião decisões importantes foram tomadas, que definiriam o começo de uma nova concepção de socialismo por parte do PCC. Entre estas decisões estavam a retomada das relações diplomáticas com os EUA, a partir de 1979, e outras medidas relacionadas às Modernizações, como o início da abertura comercial.

Durante os próximos planos quinquenais: Quinto Plano Quinquenal (1976-1980), Sexto Plano (1981-1985) e Sétimo Plano (1986-1990), as metas de crescimento econômico estiveram ligadas também a industrialização, mas o foco principal estava na implementação das reformas que poderiam levar à modernização e ao desenvolvimento do país, incluindo reforma agrícola, abertura comercial (reforma cambial), incentivo à incorporação tecnológica. Ao longo dos anos 80 houve o que se pode chamar de uma mudança nas “estruturas sociais de acumulação”, com a dissolução das comunas, a comercialização do direito de uso das terras e a privatização do excedente social, a criação das empresas de vilas e municípios (EVMs) que passam a produzir bens de consumo leves. Estas mudanças na agricultura e a criação das EVMs criaram um forte impulso no setor agrícola e no mercado doméstico, expandindo o emprego em atividades rurais. (RIBEIRO, 2008).

O programa de abertura comercial ocorre a partir da criação das Zonas Econômicas Especiais, criadas em algumas regiões escolhidas para abertura do mercado para importação e para empresas estrangeiras (via *joint ventures* principalmente), enquanto a grande parte do mercado chinês continuava protegido das importações. Com a criação das ZEEs as exportações expandiram-se fortemente, a partir de empresas estrangeiras e também de empresas nacionais incentivadas por fortes investimentos estatais.

Nos anos 90 intensifica-se a política de abertura com a expressiva entrada de IDEs, aprofundamento das reformas liberalizantes, diversificação das exportações e expansão da indústria pesada. A produtividade da indústria aumenta, mas agora acompanhada pela da agricultura. Segundo Medeiros (2009) este novo ciclo econômico da metade dos anos 90 em diante foi puxado por uma grande aceleração da taxa de investimento em capital fixo tanto das empresas estatais quanto das empresas privadas e forte expansão do consumo.

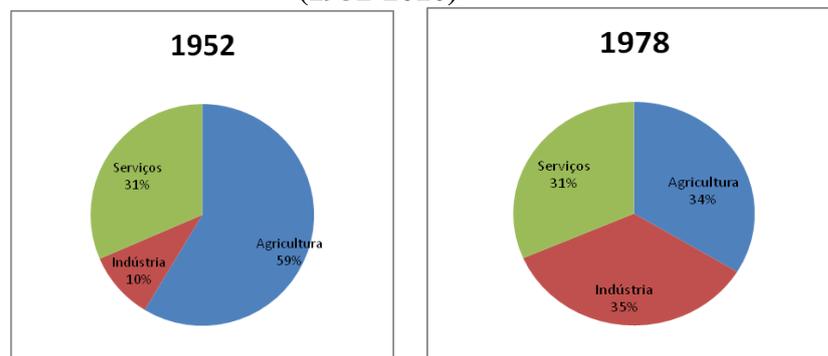
Após esta longa trajetória, a partir dos anos 2000 a China entra em um novo ciclo de crescimento, caracterizado pela expansão da inserção externa, das medidas de redução da desigualdade, expansão da capacidade de inovação, mas também de um esforço de ampliação da indústria pesada, da urbanização e consumo de bens duráveis, como o automóvel. No

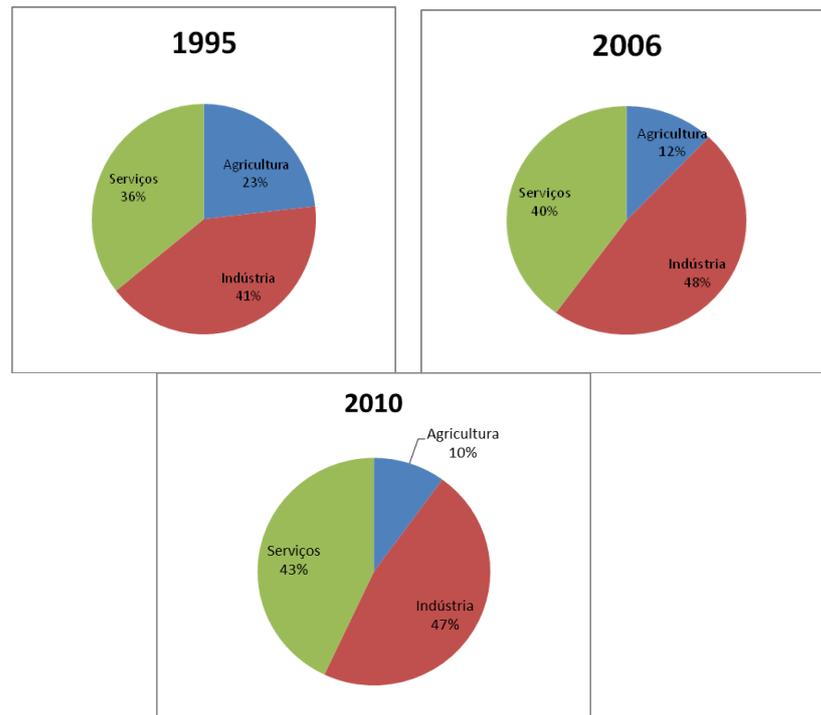
Décimo Plano Quinquenal (2001-2005) uma série de medidas foram propostas voltadas ao fortalecimento da competitividade internacional, busca de crescimento da indústria, crescimento na infraestrutura, expansão da capacidade de inovação, aumento dos níveis de urbanização e renda da população rural e urbana. No Décimo Primeiro Plano (2006-2010) as prioridades giram em torno da sustentação do crescimento através dos altos investimentos na indústria e na infraestrutura urbana, além na ênfase no desenvolvimento rural e em programas sociais. (CHINAVIEW, 2006).

A partir dos objetivos propostos nos dois planos, o crescimento vem sendo impulsionado pelos investimentos em infraestrutura, principalmente em rodovias e construção residencial, associados ao processo de urbanização. Estes investimentos impulsionaram o investimento na indústria pesada e a utilização de artigos primários como o ferro, aço, cimento, alumina e outros. (MEDEIROS, 2011).

Na primeira década do novo milênio a economia chinesa apresenta-se de maneira amplamente distinta daquela do período de criação da República Popular. A China hoje é um país cada vez mais urbano, embora a população rural seja representativa. A distribuição do Produto é cada vez mais centrada na indústria e no setor de serviços e a expansão da indústria pesada é, como visto, a marca dos anos recentes. Como dito anteriormente, ao lado dos investimentos da indústria pesada a China se apresenta também como o terceiro maior mercado de automóvel e quarto produtor mundial.

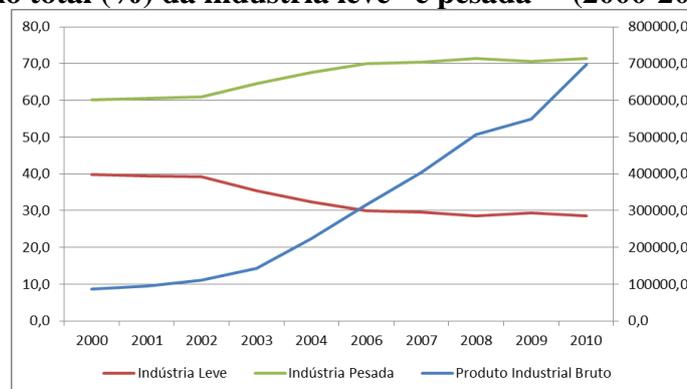
Gráfico 6 – China: PIB por setor (agricultura, serviços, indústria) participação no total (1952-2010)





Fonte: Maddison (1995); ano 2010 = World Bank, WDI, 2013

Gráfico 7 – China: Crescimento Industrial / Produto Industrial Bruto (100 milhões de yuan) e participação no total (%) da indústria leve* e pesada (2000-2010)**



Fonte: *China Statistical Yearbook*, 2006

* Indústria leve: indústrias de alimento, bebidas, têxteis, fumo, calçados, bens de consumo em geral; ** Indústria pesada: indústrias produtoras de bens de capital, petróleo, carvão, cimento química, siderurgia, máquinas e equipamento.

Como resultado deste novo ciclo de expansão, principalmente dada a importância da indústria e infraestrutura e o consumo de automóveis a economia chinesa é cada vez mais dependente de recursos primários essenciais, como petróleo, minério, aço e diversos artigos minerais. Como afirma Blankendal (2008), com o crescimento da economia chinesa focado no rápido crescimento industrial houve um expressivo aumento da demanda de energia. Esta

demanda leva o país a intensificar os investimentos em fontes alternativas e principalmente a buscar o acesso a regiões produtoras em todo o mundo. Segundo o autor o crescimento da economia chinesa terá efeito inevitável na demanda futura de energia do país, visto que a indústria pesada é o setor onde mais se usa energia e é um dos principais setores que dirige o crescimento da economia chinesa atualmente.(BLANKENDAL, 2008).

No Décimo Segundo Plano Quinquenal (2011-2015), além das metas para manutenção de preços estáveis, criação de empregos e redução das desigualdades sociais o governo chinês compromete-se com a aceleração da estratégia de tornar a China um país global, apoiando todos os tipos de empresas a investir fora do país, mediante a oferta de apoio financeiro e coordenação. Políticas de cooperação e acordos bilaterais com diversos países, incluindo os africanos, são propostos pelo governo no âmbito do Plano Quinquenal. (*China Economic Net*, 2011).

IV.3. China: base energética e de recursos naturais

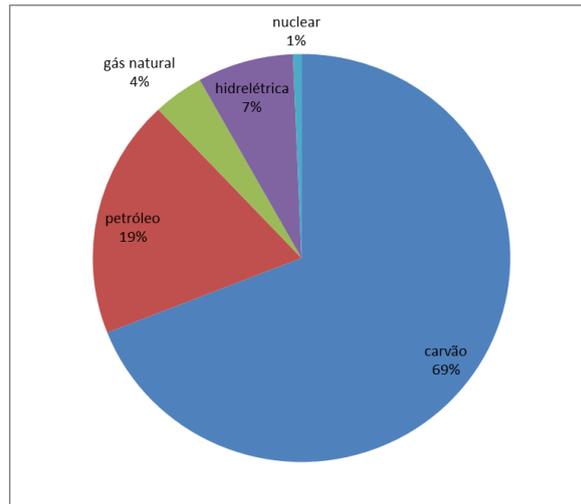
Cada vez mais os países de fora da OECD são responsáveis pelo consumo de energia no mundo, principalmente a Ásia. A China ocupa posição central nesse grupo, é o segundo maior consumidor de petróleo do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (EIA, 2012). Com o crescimento do país nos últimos anos a demanda por energia aumenta, não apenas de petróleo, mas de gás natural e carvão. Além da alta demanda por recursos minerais e agrícolas.

A base energética chinesa é dividida em três matrizes: o carvão, o petróleo e o gás natural. Até o início dos anos 90 a China era um grande exportador de petróleo, após este período torna-se o segundo maior importador do mundo. As importações de gás natural também crescem nos últimos anos e o carvão continua como a principal matriz energética do país, que é o maior produtor do mundo deste recurso, apesar do petróleo ocupar cada vez mais o lugar do carvão.

O carvão representava em 2010 69% do total de consumo de energia na China; o petróleo é o segundo com 19% do consumo total e outras fontes as quais a China vem buscando se diversificar contam com o restante: recursos hidrelétricos (7%), gás natural (4%), energia nuclear (1%) e outros recursos (0,3). Há uma meta seguida pelo governo (e presente no Décimo Segundo Plano Quinquenal) de aumentar o uso de energia não fóssil para 11,4 %

até 2015. As projeções prevêm que a parcela de consumo de carvão deve cair para cerca de 59% em 2035 devido aos objetivos de redução da emissão de carbono. (U.S. ENERGY ADMINISTRATION EIA, 2012).

Gráfico 8 – China: Matrizes energéticas, participação no total de energia consumido (2010)



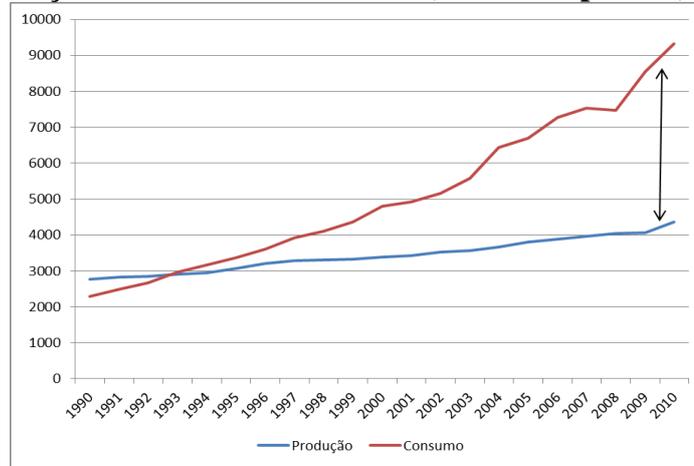
Fonte: EIA U. S. Energy Information Administration , International Statistics, 2013.

Embora a China seja grande produtora de petróleo, nas últimas décadas a demanda aumenta substancialmente e transforma o país no segundo maior importador mundial. Até 1992 o país apresentava superávit (entre consumo e produção). Neste ano o superávit era de 109 mil barris por dia sendo o consumo de 2736 mil b/d²⁵. A partir de 1993 observa-se um déficit de 155 mil barris por dia, com o consumo aumentando mais que a produção. Em 1993 o consumo em toneladas já é de 145 milhões contra uma produção de 144 milhões. Nos dias atuais o déficit entre produção e consumo de petróleo já é bem maior. Em 2010 o déficit chega a 234.7 milhões de toneladas. (BRITISH PETROLEUM STATISTIC REVIEW, 2012)

No caso do gás natural também já se observa um déficit. Em 2010 a produção chinesa foi de 94.8 bilhões de metros cúbicos e o consumo de 107.6 metros cúbicos. Até mesmo no caso do carvão o consumo total já começa a se aproximar da produção total (superávit de apenas 178,5 milhões de toneladas).²⁶

²⁵ Neste ano a produção em toneladas pela China foi de 142 milhões e o consumo de 132, 4 milhões. (BP Statistic Review, 2012)

²⁶ O gás natural representa a menor parcela do consumo de energia na China, mas tem crescido e o país vem expandindo a infraestrutura para ter acesso ao gás. As principais reservas estão localizadas no Oriente Médio e na Eurásia.

Gráfico 9 - China: Produção e Consumo de Petróleo (mil barris por dia) (1990-2010)

Fonte: EIA International Statistics, 2013.

Como visto anteriormente, o aumento da demanda chinesa por petróleo relaciona-se fortemente a um processo de crescimento econômico que alcança um novo ciclo a partir dos anos 2000, baseado na indústria pesada, urbanização e consumo. O país que apresenta vasta população e transforma sua base produtiva torna imprescindível o uso dos combustíveis para utilização na indústria. Outro fator essencial do aumento do consumo do petróleo na China é a expansão da frota de carros, estando o setor de transporte responsável por um terço do consumo de petróleo no país.

Tabela 2 - China – Participação dos setores no consumo nacional de petróleo (%)

	1995	2000	2003	2004	2005
Transportes	19	26	29	30	20
Utilitários	9	6	6	7	5
Manufaturas	17	12	11	11	11
Químicos	14	14	13	13	15
Mineração	15	18	18	19	19
Agricultura	8	7	7	6	6
Construção	1	1	2	2	2
Outros	17	16	14	12	13

Fonte: Jonathan & Cornelius (2007) apud Blankendal (2008).

O crescimento da economia chinesa centrado na expansão da indústria e diversificação dos meios de transporte cria, segundo Blankendal(2008) as condições para que o país saia em busca de fontes de energia externas, principalmente através das grandes estatais.

As empresas estatais chinesas de petróleo são as que mais se expandem externamente e são as maiores empresas do país, são as “big SOEs” (*State Owner Enterprises*). Estas

empresas atuam em operações de produção, refino, manufatura de petrolíferos e derivados. Dentro da China as SOEs tem diversificado suas operações, tanto na extração como na construção de bases de armazenamento do petróleo criadas como estratégia de segurança, dada a maior dependência externa. As três grandes empresas de petróleo chinesas são: a China National Petroleum Corporation (CNPC), a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e a China Petrochemical Corporation (Sinopec). Inicialmente a CNPC operava no Norte da China, a Sinopec no Sul e a CNOOC seria voltada para as operações externas. Todas elas são grandes conglomerados que possuem uma série de subdivisões. A CNPC e a Sinopec são hoje as maiores empresas estatais chinesas. (SHAMBAUGH, 2013)

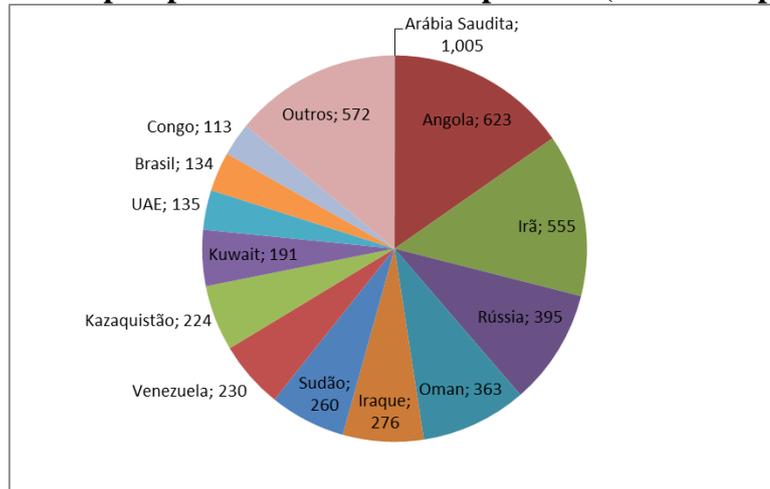
Em 1998 como parte de uma reorganização do Conselho de Estado chinês, as três empresas de petróleo foram incorporadas, integradas verticalmente. A ideia era torná-las mais competitivas e eficientes e voltadas para a busca de lucro, tendo condições de operar mais globalmente. Com a incorporação a CNPC fica voltada para exploração e produção e começa a operar também no “*downstream*”, ou seja, em operações de refino, distribuição e venda. A empresa também passou a expandir-se para fora comprando direitos de exploração de petróleo em diversos países, incluindo na África (Argélia, Angola, Chade, Níger, Nigéria e Sudão) e também na Ásia, América do Norte e América Latina.

A estatal Sinopec se expandiu e cresceu depois da incorporação, diversificando suas operações para além do petróleo, nas áreas de químicos, gás natural e produtos relacionados, operando fora da China em diversos países e também na África, principalmente em Angola onde é a única empresa a ter direitos de exploração do petróleo em águas profundas. (SHAMBAUGH, 2013). A empresa CNOOC se especializou em operações de perfuração fora da China, expandindo-se para América Latina, Ásia e África. Além das três grandes, outra empresa importante de petróleo é a Sinochem, que também se diversificou em outros setores como produtos químicos e agricultura (fertilizantes, pesticidas) e também setor financeiro.

Todas estas empresas chinesas operam cada vez mais fora do país, a partir da maior dependência do petróleo externo. A busca pela segurança energética tem tido uma forte influência na política externa da China em diversas partes do mundo. As grandes estatais chinesas buscam operar em países com amplas reservas minerais, mas que não são tão visados e onde as companhias estrangeiras não querem se expor, como o Sudão, na África e o Irã no Oriente Médio. O objetivo é diversificar as fontes de fornecimento de petróleo, para não ficar dependente de apenas um país ou região. Embora o maior fornecedor das importações

chinesas de petróleo ainda seja o Oriente Médio (Arábia Saudita), países como Angola, Irã e Kazaquistão são estratégicos para o fornecimento de petróleo à China.

Gráfico 10 – China: Principais países fornecedores de petróleo (mil barris por dia) 2011



Fonte: EIA , FACTS Global Energy

A busca pela diversificação das áreas de fornecimento visa também uma estratégia geopolítica, não apenas para China, mas para muitos países. Muitas regiões produtoras de petróleo e também regiões por onde ele é transportado em direção às fontes de consumo são regiões turbulentas e voláteis, como o golfo pérsico e a Ásia Central. No caso da China, as rotas pelas quais o petróleo destas regiões chega ao país, os “*chokepoints*”, são regiões muito visadas e disputadas por países que buscam manter o fornecimento do petróleo e os preços estáveis. Para China o estreito de Malacca é fundamental, é por onde a maior parte do petróleo vindo do Oriente Médio e África passa pelo mar. (BLANKENDAL, 2008).

Com relação à base mineral chinesa percebe-se que, embora o país possua vasto território e diversas reservas, assim como no caso da energia, o crescimento industrial vem impulsionando a demanda e fazendo com que apesar da vasta produção interna as importações aumentem substancialmente. No setor de mineração a China tem peso importante e influencia o mercado global, haja visto o aumento dos preços destes artigos nos últimos anos. Metais, carvão, cobre, ouro, minério de ferro, aço, manganês, crômio e diversos outros são artigos que a China produz mas que necessita cada vez mais, aumentando substancialmente sua dependência com relação à oferta global.

O país vem liderando como o maior importador de diversos destes bens nos últimos anos. Em 2010, por exemplo, a China importou 40% de todo o cobre do mundo e 68% da oferta mundial de minério de ferro.

O país é líder na produção de diversos artigos minerais como o minério de ferro. É o maior produtor e importador deste produto com a produção doméstica crescendo a 247% em 10 anos enquanto as importações cresceram a 700% no mesmo período. O país tem ainda cerca de 21 bilhões de toneladas de minério de aço em reservas. É o maior produtor com 37% do produto mundial, mas também é o líder mundial em importação de minério de aço. Em 2008 a produção foi de 824 milhões de toneladas. As importações nesse ano foram de 444 milhões de toneladas, crescimento de mais de 700% desde 1999. (BRITISH GEOLOGICAL SURVEY, 2010).

A China também dispõe de grandes reservas de aço bruto e ferro gusa. A produção de aço bruto cresce cerca de 300% desde 1999. Enquanto o consumo mundial cai o consumo chinês cresce cerca de 2,9%. A produção do país tem capacidade de 700 milhões de toneladas por ano. A Baosteel é uma das maiores empresas chinesa de aço e controla 10% do mercado mundial. Nos últimos anos da década de 2000 tanto a Baosteel como outras empresas firmaram acordos de investimentos estrangeiros para construção de *joint ventures* na área de exploração de aço em diversos países como Austrália, Brasil (com a empresa Vale do rio Doce) e Canadá.

O mesmo movimento ocorre com empresas de exploração de níquel. A China dispõe de grandes reservas (5 milhões de toneladas) mas expande investimentos em projetos na Ásia, África (Zâmbia), América Central e Austrália.

A China ainda possui amplas reservas de ouro, prata e cobre. No caso do cobre o país tem 5,5% das reservas mundiais, mas é também o maior consumidor de cobre do mundo. Possui ainda as segundas maiores reservas mundiais de chumbo e zinco. No caso da bauxita, a produção doméstica de 21,6 milhões de toneladas de 2008 não foi suficiente para atender a demanda e o país importou 25 milhões de toneladas. A China também tem reservas de estanho em minas em Yunnan e Guangxi. Apesar da produção o país também importa. (BRITISH GEOLOGICAL SURVEY, 2010).

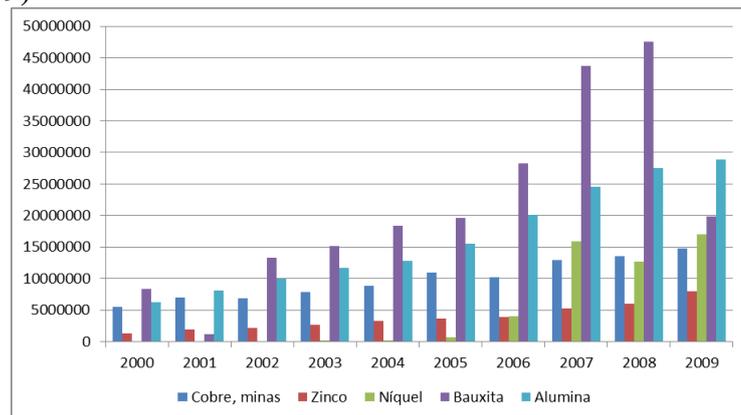
Além de todas estas reservas a China é a maior produtora mundial das chamadas terras raras. Produz mais de $\frac{3}{4}$ destas terras e é o maior exportador. Tratam-se de regiões que possuem uma categoria de 17 elementos metálicos raros como o antimônio, molibdênio, titânio, vanádio e fluorita, essenciais para fabricação de aparelhos eletrônicos e sistemas de comunicação intensivos em tecnologia. As reservas chinesas de terras raras básicas alcançaram 27 milhões de toneladas e ainda 89 milhões de toneladas de terras raras de óxido, que representa 30,7% e 59,3% da oferta mundial. A China é um grande exportador e isso o

coloca como central na geopolítica internacional. O país vem sendo acusado por outros de agir contra as regras da OMC por estabelecer limites para exportação destes produtos, na tentativa de controlar preços. (BRITISH GEOLOGICAL SURVEY, 2010).

As empresas de mineração chinesas são mais descentralizadas do que as de petróleo e incluem tanto estatais como privadas (e híbridas) e também empresas de províncias e não apenas nacionais. A estatal China Minmetals Corporation é a maior e mais importante do setor, é hoje a sexta maior empresa de metais do mundo operando em 26 países com 168 mil empregados e com ativo de 31 bilhões de dólares. Outras como a Like MinMetals, a China Non-Ferrous Metals Mining Corporation são estatais e Baosteel, Chinalco, Sinosteel, Wuhan Iron Steel são híbridas. (SHAMBAUGH, 2013).

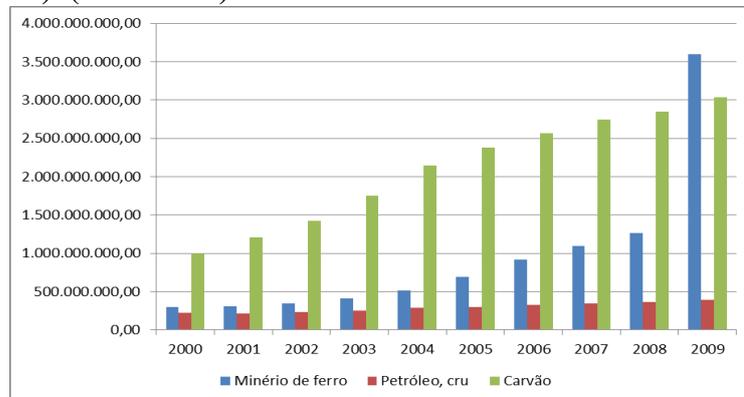
Um dado importante das empresas de mineração, segundo SHAMBAUGH (2013) é que elas não estão simplesmente comprando minérios no mercado internacional, estão também adquirindo minas por todo mundo, alugando, criando empresas junto com estrangeiras e fazendo acordos de exploração junto a governos. Segundo o autor, o setor de mineração é um dos quais a China exerce um amplo poder. O Gráfico 11 apresenta o Consumo aparente da China de alguns artigos primários como petróleo e minerais e mostra como apesar da larga produção interna as importações tem sido crescentes.

Gráfico 11 – China: Importações de artigos minerais – Consumo aparente* (toneladas métricas) (2000-2009)



Fonte: elaboração própria a partir do World Mineral Statistics Data, UK Minerals, 2013
 * Consumo aparente = produção+(importação - exportação)

Grafico 12 - China: Importações de petróleo, minério e carvão - Consumo aparente - (toneladas métricas) (2000-2009)



Fonte: elaboração própria a partir do World Mineral Statistics Data, UK Minerals, 2013

Embora a China possua grandes reservas minerais, no que se refere a quantidade de terras disponíveis para agricultura, o país possui uma das menores taxas do mundo. A disponibilidade de terra arável por habitante é de 0,08. Esse valor é baixo dado às dimensões do país. Se comparado aos Estados Unidos por exemplo, que dispõe de 0,51 de terra arável por habitante, a terra arável na China é pequena. (World Bank, 2013). Esse fato levou o país a priorizar a industrialização como motor do crescimento e se esforçar para aumentar a produtividade na agricultura, embora estes esforços ainda não tenham resultado em níveis de produtividade próximos aos dos países desenvolvidos. As importações chinesas de produtos agrícolas também aumentam consideravelmente na última década, segundo dados da FAO

Gráfico 13 - China: Valor total dos bens agrícolas importados 2000-2010



Fonte: FAOSTAT, 2013.

Como resultado dessa ampla demanda por energia (petróleo), minérios e bens agrícolas a China vem expandindo suas importações ao redor do mundo e também os

investimentos na construção de empresas de exploração e extração. Como discutido no Capítulo 2, os países africanos apresentam grandes atrativos aos chineses, dadas as amplas reservas de diversos artigos de energia (petróleo), minerais e agrícolas. Países como Angola, África do Sul, Zâmbia e República Democrática do Congo possuem grandes reservas de petróleo e diversos minérios, além da disponibilidade de grande quantidade de terra agricultável.

IV.4. China: Articulação política/institucional de expansão na África

Como apontado anteriormente o novo ciclo de expansão econômica chinesa impõe a necessidade cada vez maior de acesso a bens energéticos e primários (minerais). A partir daí ganha destaque a estratégia do país de aproximar-se de países em desenvolvimento que possuem grandes reservas de bens energéticos, minerais e agrícolas, como América Latina e África.

A aproximação da China em países em desenvolvimento não é fato recente e remete ao período da fundação da República Popular nos anos 50. De lá pra cá a ajuda financeira e diversos projetos de cooperação foram firmados entre a China e diversos países da Ásia e África, principalmente.

Mais recentemente a política externa chinesa intensifica suas propostas e projetos para os países em desenvolvimento. Como afirma Taylor (2009), a política externa chinesa voltada para os países em desenvolvimento que se desenha nos dias atuais começa a ser revisada logo após dos eventos na praça Tian'anmen, em 1989. (Taylor, 2009). O momento é marcado por uma forte crise com os países ocidentais, que criticavam as políticas autoritárias implementadas pelo regime chinês. Segundo Taylor nessa conjuntura a China volta-se para os países em desenvolvimento, como os africanos, que apóiam a política do país dada a neutralidade com relação a políticas autoritárias e direitos humanos.

Ao longo dos anos 90 a África vai se afirmando como um grande foco da política externa chinesa, principalmente após os programas de reforma estrutural econômica implementados em diversos países. Naquele momento a China vê nos países africanos grandes possibilidades de expansão comercial via exportação de produtos manufaturados.

Nos anos mais recentes, dada a necessidade de acesso a bens primários, o foco da China volta-se para os investimentos e importações ligados as áreas de recursos primários.

Observa-se um grande esforço empreendido por parte do governo central chinês em criar e desenvolver uma série de âmbitos políticos e institucionais por meio dos quais as relações sino-africanas são discutidas e consolidadas.

A maior expressão deste esforço foi o FOCAC, Fórum de Cooperação China-África, que em 2009 já completa quatro edições. Como explica Taylor, o FOCAC é uma plataforma para consulta e diálogo criada em 2000, e que acontece a cada 3 anos, alternativamente na China e na África. O Fórum seria uma espécie de tentativa de institucionalização das relações sino-africanas, uma formalização de um relacionamento que já dura mais de cinquenta anos. (TAYLOR, 2011).

De fato a história contemporânea das relações entre China e África inicia-se ainda nos anos 50. Desde esse período até os anos recentes, alguns autores dividem as relações sino-africanas em algumas fases. (QIANG, 2008; YOUFA, 2011; AREMU, 2009).

A primeira fase começa com a Conferência de Bandung, em 1955, que reuniu países asiáticos e africanos motivados pela busca de instrumentos de apoio e cooperação que pudessem confrontar os movimentos colonialistas e imperialistas das grandes potências, principalmente EUA e URSS. Nesta conferência a China definiu os princípios (*Five Principles of Peaceful Coexistence*) que moldariam todos os discursos diplomáticos do país com o resto do mundo e também para a África, não apenas naquele período, mas até hoje. Os princípios são: respeito mútuo a soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência em assuntos internos, igualdade e vantagens recíprocas e coexistência pacífica. (OLIVEIRA, 2007; AREMU, 2009).

Nos anos 50 e 60 as relações sino africanas caracterizam-se pelo apoio dado pelo Governo chinês a diversos movimentos de luta pela libertação nacional e independência. O apoio deu-se por meio da doação de armas e também treinamento de guerrilha às forças nacionalistas de libertação e também na ajuda financeira a criação de infraestrutura nos países envolvidos em conflitos. Países como Zimbábue, Angola e Moçambique receberam suporte moral e material da então República Popular da China durante o período em que forças internas lutavam pela libertação nacional. (Qiang, 2008). Com relação à infra-estrutura a marca deste período foi o apoio chinês à construção da rodovia Tamzam, que liga a Zâmbia à Tanzânia.²⁷

²⁷ De acordo com Youfa (2011) o objetivo da construção da rodovia era estabelecer um canal de ligação da Zâmbia, localizada no interior africano, e Oceano Índico, passando pela Tanzânia; a rodovia funcionaria também como um canal de escoamento de minerais extraídos no interior da Tanzânia. Os dois países firmaram um acordo

Por trás destes primeiros esforços diplomáticos da China na África está uma conjuntura internacional marcada pelo embargo americano à China, que se segue ao fim da Guerra da Coreia. Acuados pelo bloqueio americano, os chineses passam a promover relações diplomáticas nos países africanos como forma de ampliar suas áreas de influências no mundo dominado pelas duas potências globais, EUA e URSS. Além disso, os objetivos diplomáticos externos baseavam-se na preocupação da China em conter o avanço diplomático de Taiwan no mundo²⁸. (YOUFA, 2011).

A segunda fase das relações China África, a partir dos anos 70, é marcada pelas consequências positivas do apoio dado pelo governo chinês no período anterior aos processos de libertação e também à infra-estrutura. Neste período a China conquista o apoio dos países africanos à Resolução 2758 das Nações Unidas, de 1972, que aprovaria o reconhecimento legítimo da China em detrimento ao de Taiwan em todas as instâncias da instituição. Dos 76 países que votaram a favor da representação chinesa, 26 eram africanos. (YOUFA, 2011).

No final dos anos 70 e 80 observa-se certa diminuição do apoio direto chinês na África, muito em função da aproximação das instituições internacionais (FMI e Banco Mundial) nos países africanos, e também devido às transformações políticas internas na China, marcadas por disputas políticas (contestação e movimentos dissidentes internos) e a transição econômica. (QIANG, 2008).

Já nos anos 90, no bojo da política de portas abertas e a política do “Going Out”, as relações com a África são retomadas. Esforços por parte do governo no sentido de estimular a cooperação comercial e a expansão dos Investimentos são incentivados. (QIANG,2008).

A terceira (e atual) fase das relações diplomáticas chinesas inicia-se nos anos 2000²⁹. A partir deste ano e ao longo de toda a década as esferas institucionais criadas para consolidar

para a construção da rodovia e pediram apoio junto ao governo americano, mas não foram bem sucedidos e recorreram então ao apoio chinês. Como ressaltam Kaplinsky e Morris (2009), o projeto da construção da rodovia surgiu também como uma tentativa de libertar a África Central da dependência da infra-estrutura de transporte da África do Sul, onde prevalecia na época o regime Apartheid. A negociação para a construção da rodovia começa em 1966 e a construção em 1970.

²⁸ Uma marca de todas as fases da diplomacia chinesa na África é a busca pela contenção das aproximações de Taiwan. Segundo Aremu (2009) este esforço fez com que o reconhecimento diplomático de Taiwan se reduzisse a apenas alguns pequenos países da África como Burkina Faso, Malawie, Sao Tome e Principe, Zambia e Swazaland.

²⁹ Neste período, segundo Qiang (2008) os países africanos estão voltados ao atendimento dos Objetivos do Milênio, na luta pela redução da pobreza e desenvolvimento econômico, estabelecimento da paz e estabilidade política, por meio da criação de Organizações de Cooperação como a NEPAD (*New Partnership for African Development*) e a União Africana (UN)..

as relações sino-africanas são amplamente fortalecidas, principalmente, como mencionado, por meio da criação do FOCAC.

Na primeira Conferência Ministerial do FOCAC, realizada em Outubro de 2000, estiveram presentes representantes de 54 países africanos. O primeiro encontro tinha 3 objetivos: fazer uma revisão da ordem global e situar a posição da China; discutir estratégias de política externa chinesa; melhorar a posição dos países subdesenvolvidos no cenário global. Segundo Taylor (2009) havia uma intenção por parte do governo chinês de deixar clara sua posição com relação ao debate sobre direitos humanos. O país demonstrou aos africanos a postura de respeito mútuo e não condicionalidades, conquistando assim sua posição junto à elite africana. Além disso, a China anunciou diversas medidas como redução ou cancelamento de débitos de países africanos, ajuda financeira e o apoio a companhias chinesas que investissem na África.

Na segunda Conferência, em 2003 na Etiópia, a China propôs o aumento da ajuda à África, a promoção da cooperação na esfera de recursos humanos e a concessão de tarifas zero a diversos produtos exportados pelos países africanos para China. (White Paper, 2010). Para o setor de comércio e serviços vários países africanos assinaram acordos de cooperação de apoio ao turismo na África, com políticas de promoção de infraestrutura realizadas pelo governo chinês. Na área agrícola, foram anunciados investimentos chineses por meio do Addis Ababa Action Plan (2004-2006) em que a China apoiaria o setor de agro-infraestrutura, segurança alimentar e manufatura agrícola. O EximBank, banco de financiamento chinês, daria suporte a companhias que quisessem desenvolver projetos de desenvolvimento da agricultura em cooperação com africanos. Além disso, a China financiou a construção de rodovias e ferrovias em diversos países africanos e criou *joint ventures* que facilitariam os investimentos. (CISSÉ, 2012)

No terceiro encontro do FOCAC, em 2006 em Pequim, a China anunciou oito pontos que seriam a base para o fortalecimento das relações comerciais e desenvolvimento dos países africanos, incluindo: concessão de 3 bilhões de dólares em empréstimos preferenciais; 2 bilhões em créditos de compra (*buyers credits*) para países africanos; abertura do mercado chinês, aumentando de 190 para 440 o número de itens exportados da África que tem tarifa zero; cancelamentos de dívidas no valor de 1,4 bilhões; treinamento de 15 mil profissionais africanos; aumento de duas vezes número de vagas para alunos africanos em universidades chinesas; envio de 100 profissionais agrícolas e 300 voluntários para apoio técnico à África; construção de 3 hospitais e 100 escolas rurais. Além disso, foi criado um fundo de

desenvolvimento para aumentar os investimentos de companhias chinesas na África e o governo chinês declarou seu apoio a União Africana e propôs aumento das ZEEs nos países africanos e de criação de centros de tecnologia agrícola. (TAYLOR, 2009; WHITE PAPER, 2010).

O ano da realização da terceira conferência do FOCAC coincide com a publicação do *China White Paper* dirigido à África. Trata-se de um documento que formaliza o engajamento sino-africano e estabelece os termos gerais e contornos da política oficial dirigida à África. Segundo o documento os princípios gerais e objetivos da política chinesa para África são: sinceridade, amizade e igualdade, seguindo os cinco princípios de coexistência pacífica; suporte ao desenvolvimento africano por meio de várias formas de cooperação econômica, cultural e social. O governo chinês se compromete a adotar medidas mais efetivas para facilitar a entrada de produtos africanos com taxas zero no mercado chinês; suporte a investimentos, empréstimos, cooperação financeira, agrícola; infraestrutura, educação, cultura, pesquisa e tecnologia. (WHITE PAPER, 2006).

Também como resultado das decisões no âmbito do terceiro FOCAC de 2006 foi criado, em 2007, uma esfera importante de apoio à cooperação China-Africa: o China-Africa Development Fund (CADFund). Trata-se de um fundo de desenvolvimento que começaria com cerca de 5 bilhões de dólares financiados pelo China Development Bank e que seria utilizado para incentivar e apoiar as empresas chinesas a investir na África. O CADFund opera a partir de regras do mercado e não como um órgão de ajuda do governo. Investe em projetos juntamente com as empresas, assumindo riscos e exigindo benefícios do investimento, promovendo uma expansão dos recursos disponíveis das empresas. O fundo promove também investimentos de capital, apoio a gestão e consultoria. O foco são empresas da área de agricultura, manufatura e infraestrutura, e também empresas da área de recursos naturais, como as petrolíferas e minerais. (CHINA DEVELOPMENT BANK, 2013).

Mais recentemente, em 2009, ocorreu a quarta conferência do FOCAC, no Cairo. Na ocasião o governo chinês declarou outros oito pontos que seriam agregados ao programa FOCAC. Nesta ocasião novas áreas e setores foram contemplados, como a cooperação na área ambiental. A China propõe parceria com a África no desenvolvimento de projetos ligados ao uso de energia nova, prevenção e controle de desertificação. Além disso, o governo chinês demonstra uma preocupação maior com apoio em setores agrícolas que contemplam preocupações com crescimento sustentável.

Em 2010 o governo chinês publica o White Paper “China-Africa Economic and Trade Cooperation”. Nesse documento o governo descreve as ações de cooperação econômicas já implementadas a partir das medidas propostas nos quatro Fóruns anteriores. Apresenta os resultados do aumento do comércio sino-africano resultante das medidas de redução de tarifas e do aumento dos investimentos chineses. O documento destaca os investimentos feitos em infraestrutura e a manutenção do volume de empréstimos concedidos e cancelamentos de dívidas a governos africanos. Destaca-se o a manutenção dos programas de cooperação nas áreas de educação³⁰ e programas de treinamento técnico realizados pelos chineses em diversas áreas como agricultura (envio de técnicos 104 técnicos agrícolas em 2009 para cerca de 33 países africanos que ajudam no desenvolvimento de projetos e oferecem cursos³¹) construção (assistência em projetos de habitação de baixo custo, escavação de poços para abastecimento de água, tratamento de esgoto³²) saúde (construção de hospitais, envio de médicos) e ajuda humanitária. Destacam-se ainda os projetos de cooperação sino-africanas em novas áreas como bancária, turismo, aviação civil e proteção ambiental.

Apesar de todo o esforço institucional empreendido pelo governo chinês e dos diversos projetos de cooperação já realizados, para Taylor (2009) é difícil afirmar que existe uma única política externa chinesa dirigida à África. Isto se deve ao fato de que, para o autor, é praticamente impossível falar na China como uma entidade única, monolítica, de modo que a política chinesa na África é colocada em prática não por uma entidade única, mas por uma crescente gama de atores que perseguem diversos interesses e objetivos.

A política externa é articulada a partir de Pequim, do governo central do PCC, no sentido de atender aos objetivos de crescimento econômico e aumento da cooperação seguindo os Cinco Princípios de respeito mútuo. Mas de fato nem toda política atualmente na China é exercida e conduzida por um único interesse. Há atualmente no país uma série de

³⁰ No final de 2009 107 escolas foram construídas na África com a assistência chinesa e 29.465 estudantes africanos foram recebidos por escolas chinesas. Até 2010 o governo chinês concedeu 5 mil bolsas por ano para estudantes africanos .

³¹ Segundo o documento a China cooperou com a United Nations Food and Agriculture Organization e assinou um acordo (South-South Tripartite Agreement) com a Mauritania, Gana, Etiópia, Gabão, Serra Leoa, Mali e Nigéria, enviando para estes países mais de 600 técnicos e experts em agricultura. No fim de 2009 a China havia enviado 312 jovens voluntários para África, que realizavam serviços voluntários, oferecendo aulas de chinês, medicina e saúde pública, educação física e informática. (China-Africa Economic and Trade Cooperation,p. 2010)

³² *Low-cost housing projects in Seychelles, Mozambique, Angola and Ethiopia have improved the dwelling conditions of the local people. The well-digging projects in Nigeria, Senegal and Equatorial Guinea, the water supply systems in Tanzania and Niger have solved the drinking-water problem for many people. The national television center in Equatorial Guinea has made the transmission and coverage of local television signals possible*

interesses, advindos de grupos dentro do PCC, burocracias de províncias e municípios, e também de empresas estatais, que tem objetivos distintos quando se trata das relações com os africanos. Embora o governo central tenha uma política para a África, essa política é mediada por interesses econômicos de corporações estatais e privadas assim como de localidades políticas que podem não necessariamente compartilhar da mesma visão que Pequim, é o que Taylor chama de “*fragmented authoritarianism*”. (TAYLOR, 2009).

IV.5. Conclusão

A trajetória chinesa de expansão econômica alcança na primeira década do século XXI um novo ciclo, marcado pela forte dependência de recursos primários, necessários a continuidade do crescimento industrial do país.

Embora a estrutura interna da economia do país disponha de diversos recursos energéticos e minerais, as necessidades são crescentes, fazendo com que o acesso aos recursos externos seja cada vez mais urgentes.

A partir deste quadro a China procura articular politicamente a expansão das empresas do país, criando âmbitos de fortalecimento das relações de cooperação, que, no caso dos africanos fica evidente na construção do FOCAC. Neste âmbito o governo chinês procurar articular e planejar as medidas de aproximação e cooperação nas mais diversas áreas e levar adiante o fortalecimento das relações entre a China e os países africanos.

V. A EXPANSÃO CHINESA NA ÁFRICA: COMÉRCIO, INVESTIMENTOS E FLUXOS FINANCEIROS

V.1. Introdução

A China é atualmente a segunda maior economia do mundo, com PIB total alcançando os 12,4 trilhões de dólares em 2012³³. Essa posição refere-se principalmente ao peso da economia do país no comércio mundial. A China é responsável por 8% do fluxo de comércio global e vem ao longo dos últimos anos afirmando-se como superpotência exportadora (responsável por 9% das exportações globais) e também como grande importadora mundial, principalmente de produtos primários. O comércio externo tem sido um pilar fundamental do crescimento econômico do país desde o período de transição em que Deng Xiaoping implementa uma série de reformas, incluindo a criação de zonas econômicas especiais, no início dos anos 80.

A expansão das exportações e o atendimento à demanda por importações de bens primários são fundamentais para a continuidade do crescimento e manutenção da estabilidade interna do país e para a própria legitimidade do poder do Partido Comunista Chinês. (TAYLOR, 2009).

Embora os principais parceiros comerciais ainda sejam as economias centrais como Estados Unidos, Europa e Japão, para onde a China exporta a maior parte dos artigos manufaturados, os países em desenvolvimento vem ampliando suas relações comerciais com a China, tanto através da expansão das importações de produtos manufaturados, como através do aumento das exportações de artigos primários.

Além de se afirmar cada vez mais como um pólo fundamental do comércio mundial, a China vem se tornando um grande investidor global. Mesmo que os investimentos do país correspondam a uma parte pequena dos IDEs globais (o país é o 50º maior investidor externo) o ritmo dos investimentos chineses aumenta consideravelmente nos últimos anos. Em 2010 o fluxo de IDE totais chineses para o mundo foi de US\$ 68.811,31 bilhões de dólares. (MOFCOM, 2010).

Entre os países em desenvolvimento, os países africanos vêm se afirmando ao longo dos últimos anos como grandes parceiros comerciais da China. Principalmente a partir de

³³ Atrás dos EUA com 15,7 trilhões de dólares em 2012, baseado no produto doméstico bruto, segundo a Paridade de Poder de compra. (IMF, World Economic Outlook Database, 2013).

2000 as exportações africanas para a China aumentam substancialmente, contribuindo para a expansão das rendas de exportação de diversos países.

Os investimentos diretos chineses na África também vêm crescendo, mesmo que ainda representem uma parcela pequena dos IDEs chineses totais (US\$ 2,0 bilhões de dólares em 2010). Em 2003 os investimentos na África somavam apenas US\$ 73 milhões de dólares. De 2004 para 2010 o crescimento dos IDEs foi de mais de 500%. (*Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*, vários anos).

Além de parceiros comerciais e de receptores dos IDEs, os países africanos também vem se estabelecendo como importante destino de grandes quantidades de fluxos financeiros chineses, através de créditos e empréstimos concedidos aos governos africanos a partir das instituições financeiras chinesas, como o EximBank.

Seja a partir das relações comerciais ou financeiras, o fato indiscutível é que a China vem se aproximando cada vez mais dos países africanos nos últimos anos. A partir de um imperativo interno relacionado à necessidade de acesso aos bens primários, a China articula-se internamente a partir de esforços do governo, das instituições financeiras e das empresas estatais para aproximar-se cada vez mais da África.

Este capítulo procura discutir os traços gerais desta aproximação, através de uma descrição das relações comerciais sino-africanas, dos fluxos de investimentos diretos e fluxos financeiros chineses na África. O objetivo é descrever os traços gerais das relações comerciais e financeiras, procurando identificar os principais países com os quais a China vem ampliando suas relações comerciais, quais os produtos transacionados, as principais áreas e setores que recebem investimentos chineses, assim como os montantes de ajuda externa. O Capítulo está dividido da seguinte forma: além desta introdução o item V.2 analisa as relações comerciais sino-africanas; o item V.3 traz uma análise dos investimentos diretos, os principais setores e uma descrição dos investimentos em infraestrutura; o item V.4 apresenta os fluxos financeiros; o item V.5 traz as conclusões.

V.2. Comércio China-África: principais países e produtos

Como apontado anteriormente, a África vem se apresentando nos últimos anos como uma grande fronteira de expansão do comércio e dos investimento chineses. O comércio entre toda a África e a China (importações e exportações somadas) cresceu de US\$ 10,6 bilhões no

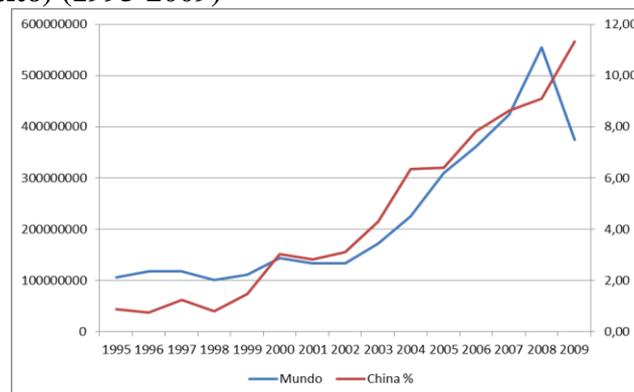
ano 2000 para US\$ 152 bilhões em 2011. Em 2008 a China já era o terceiro maior parceiro comercial da África, atrás dos Estados Unidos e da Europa e em 2009 a China tornou-se o principal parceiro comercial da África. (NBSC, UNComtrade, 2010; *White Paper*, 2010).

A posição que a China vem ocupando como parceira comercial não é restrita ao continente africano. Como se sabe, países da América Latina, como o Brasil, também aumentaram seu comércio com a China, ao mesmo tempo em que reduziram o comércio com as economias centrais, contribuindo para a intensificação do comércio sul-sul e para ampliação do grau de autonomia dos países em desenvolvimento em relação às economias centrais.

No caso da África este processo de substituição da parceria comercial vem se dando de maneira crescente. Na década de 90, as exportações africanas para a Europa correspondiam a 40% do total exportado; em 2009 a participação caiu para 31%.

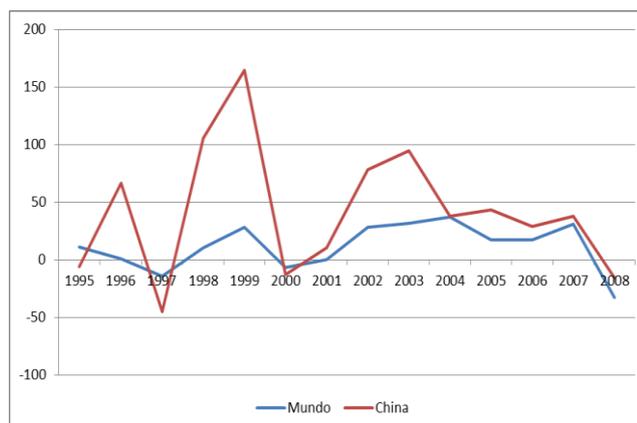
No caso das exportações para China, que nos anos 90 eram praticamente inexistentes, em 2009 elas já representam 11% do total. É um aumento substancial que ocorre em um período bastante curto. (IMF, 2013; NCUBE et al, 2010; *The African Development Bank Group*, 2010). Os gráficos 14 e 15 mostram o crescimento das exportações totais africanas para o mundo, a participação das exportações chinesas neste total e a taxa de crescimento das exportações para o Mundo e para a China.

Gráfico 14 – África: Exportações totais (eixo esquerdo/bilhões dólares) e participação da China no total (eixo direito) (1995-2009)



Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2011.

Gráfico 15 – África: Taxa de crescimento anual das exportações para o Mundo e para a China (1995-2009)

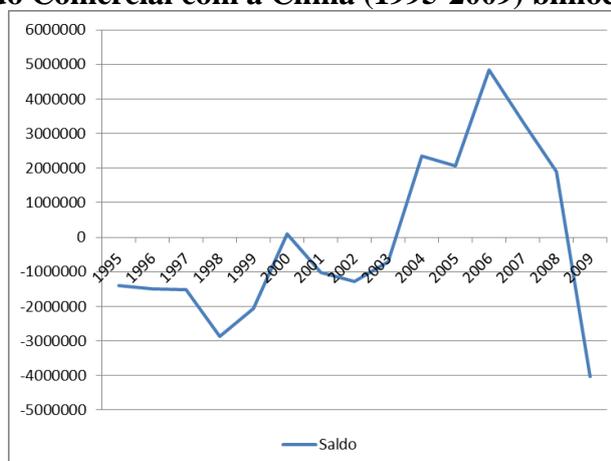


Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2011

No caso das importações observa-se o mesmo fenômeno, ou seja, a China como importante parceira comercial. Nos anos 90 a participação chinesa era quase nula no total das importações africanas e a Ásia participava com cerca de 10%. Já em 2008 12% das importações africanas são provenientes apenas da China e cerca de 20% da Ásia (sem a China), fato que também acompanha um declínio das importações europeias e norte-americanas.

O resultado do comércio africano com a China traduz-se em saldos positivos para a África, principalmente a partir de 2003. Se até esse ano as importações superaram as exportações, levando a déficits na balança comercial (com exceção do ano 2000), a partir de 2003 até 2009 as exportações crescem mais, resultando em saldos positivos que alcançam 50 bilhões de dólares. (UNCTAD, 2011).

Gráfico 16 – África: Saldo Comercial com a China (1995-2009) bilhões dólares



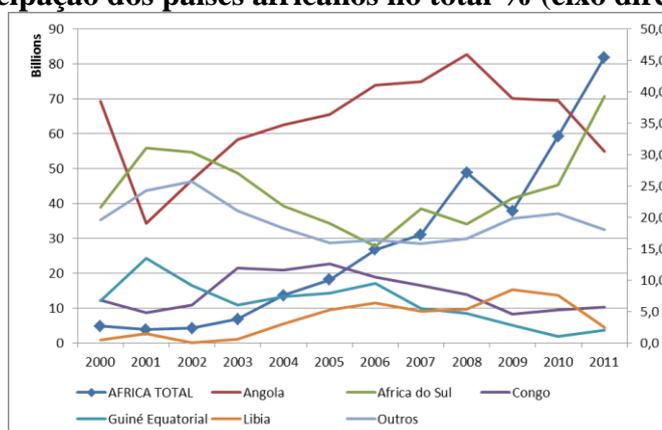
Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2011

Embora do ponto de vista da China a parcela do comércio africano ainda seja pequena quando comparada ao comércio total no mundo (em 2007 as importações chinesas a partir da África somam apenas 4% do total importado de todo o mundo), o ritmo de crescimento do comércio com a África impressiona.

De 2002 a 2009 as importações chinesas a partir dos países africanos cresceram em média 35%. Em 2002 a China importava de todos os países africanos juntos cerca de US\$ 5,4 bilhões; em 2007 o total importado chegou US\$ 36,3 bilhões. Em 2010 o valor passou para mais de US\$ 67,0 bilhões de dólares. No caso das exportações chinesas para a África observa-se também uma média de crescimento de cerca de 31% entre 2002 e 2010. (NBSC; UNComtrade, 2010).

Apesar do crescimento expressivo do comércio entre a China e África, os fluxos são bastante concentrados em alguns países, principalmente no caso das importações. Como se observa no Gráfico 17, entre 2000 e 2011 países como África do Sul e Angola lideraram o ranking dos países dos quais a China importa.

Gráfico 17 – China: Importações a partir da África: Total importado/bilhões dólares (eixo esquerdo) e participação dos países africanos no total % (eixo direito) (2000-2011)



Fonte: UNComtrade, 2013

Como se observa do total importado pela China a partir da África nestes anos, os países apresentados no gráfico responderam, em média, por quase 80% de todas as importações. Angola lidera como o país com a maior participação nas importações, seguida pela África do Sul. Países como Congo e Guiné Equatorial também aparecem com participações consideráveis ao longo dos anos.³⁴

³⁴ Embora o Sudão não apareça neste Gráfico (a plataforma UNComtrade não apresenta os dados relativos ao Sudão nem o Sudão do Sul) ele aparece nas estatísticas chinesas (*National Bureau of Statistics of China*) como o

Já em 2000 a parcela das importações a partir de Angola no total importado correspondia a 38%, ao lado da África do Sul, com 21%. A longo da década as importações angolanas aumentam, enquanto outros como o Sudão vêem sua participação diminuir. No caso da África do Sul embora tenha se observado uma pequena queda, em 2006 observa-se uma retomada da posição do país. Em 2011 o país já supera Angola como maior fonte das importações chinesas no continente. As importações a partir da África do Sul representam em 2011 39% do total importado.

Como se percebe as importações chinesas a partir da África são concentradas nestes três países: **Angola, África do Sul e Congo (ou Sudão, segundo as estatísticas chinesas)**. Embora haja muita variação ao longo dos anos eles mantêm a liderança no ranking dos maiores parceiros importadores na África. Além deles, países como Guiné Equatorial, Líbia e Nigéria também apresentam parcela importante das importações.

Embora representem pequena parcela das importações, países como Zâmbia e Argélia não podem ser desconsiderados, principalmente pelo potencial que eles apresentam com relação à disponibilidade de recursos naturais e energéticos, como petróleo, no caso da Nigéria e cobre, no caso da Zâmbia. Como veremos no item V.3, estes pequenos países tem sido destino de grande parte dos investimentos diretos chineses, dirigidos à exploração mineral e também a projetos de construção e infraestrutura.

Ainda assim não há dúvida de que as importações africanas são bastante concentradas. Em 2011 estes países juntos: Angola, África do Sul, Líbia, Nigéria, Sudão (considerando os dados chineses) e Congo responderam por cerca de 82% de todas as importações chinesas no continente africano. (UNComtrade, 2011). O quadro 4 resume estes resultados

Quadro 4 – China: Principais países importadores da África (2011)

Angola	30,5%
África do Sul	39,3%
Sudão	10 %
Líbia, Congo, Nigéria Guiné Equatorial	12.2%
Outros	8 %

Fonte: UNComtrade, 2013.

terceiro país do qual a China mais importa. Desde o ano 2000 o país aparece com cerca de 20% e nos anos mais recentes com cerca de 11% de participação nas importações totais chinesas na África. (National Bureau of Statistics of China, NBSC)

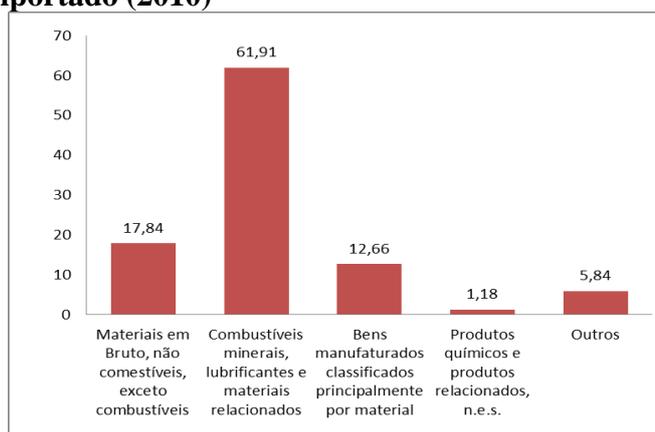
A alta concentração das importações chinesas a partir da África não se dá apenas com relação aos países de origem, mas também com relação aos produtos importados. As importações são principalmente de bens primários e recursos energéticos/combustíveis minerais, como petróleo, insumos essenciais no novo ciclo de expansão do país.

Do total importado pela China de toda a África em 2010, 61,9% representa os “Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados”. Nesta classificação encontram-se artigos como carvão, petróleo e gás natural ³⁵.

Além dos combustíveis minerais, os “materiais em bruto/crus”, respondem por 17,8% do total importado pela China da África em 2010. Nesta classificação encontram-se artigos diversos utilizados como matéria-prima para fabricação industrial, desde algodão, madeira, couros, peles, óleo de sementes, borracha, papel e celulose, fibras têxteis, adubo, até fertilizantes, minerais ferrosos e não ferrosos. (UNComtrade, 2011).

Como se percebe quase 80% do total das importações chinesas a partir da África representam artigos primários, principalmente combustíveis minerais. Como mostra o Gráfico 18, outros tipos de produtos mais manufaturados correspondem a uma parte ainda pequena das importações.

Gráfico 18 – China: Importações a partir da África: participação dos produtos selecionados no total importado (2010)



Fonte: UNComtrade, 2011.

Os artigos manufaturados correspondem a apenas 12% das importações a partir da África. Ainda assim, apesar de serem considerados manufaturados, a maior parte são os materiais crus levemente processados (fibras têxteis, por exemplo), muito inferiores em

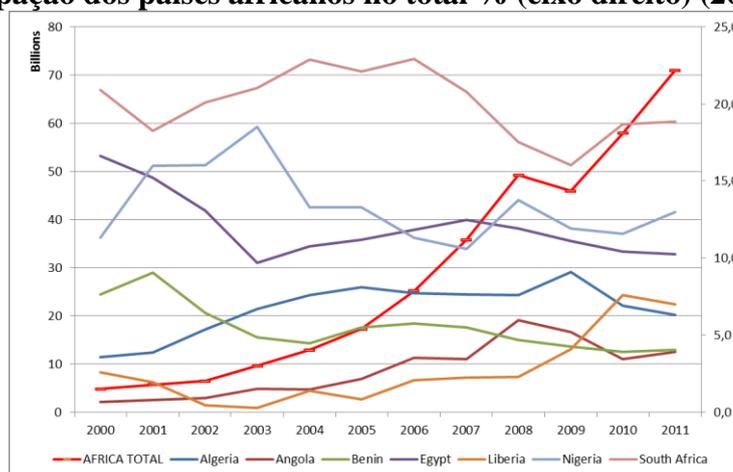
³⁵ Esta classificação corresponde ao item 3 na Classificação SITC Rev. 3, a partir dos dados das Nações Unidas (UNComtrade). Para uma visualização detalhada das *commodities* da Classificação SITC Rev. 3 veja Anexo B.

relação aos artigos manufaturados mais elaborados, como roupas, brinquedos ou artigos eletrônicos, que por sua vez são quase nulos nas importações chinesas a partir da África.

De um modo geral, como se percebe na pauta importadora chinesa a partir dos países africanos, confirma-se o interesse no consumo de recursos primários e energéticos, dos quais a África dispõe em quantidades abundantes.³⁶

Com relação às exportações chinesas para a África, observa-se que há uma maior diversificação, principalmente com relação ao maior número de países envolvidos no comércio. O gráfico a seguir apresenta os maiores parceiros exportadores da China na África.

Gráfico 19 – China: Exportações para a África: Total exportado (eixo esquerdo/bilhões de dólares) e participação dos países africanos no total % (eixo direito) (2000-2011)



Fonte: UNComtrade 2013.

Um primeiro dado importante é que as exportações chinesas para a África estão bem mais distribuídas entre os países africanos, comparado às importações, ou seja, as exportações chinesas estão mais “diluídas” em vários países africanos, todos sendo receptores de pelo menos uma pequena parcela do total exportado. A China torna-se gradativamente um grande fornecedor de artigos manufaturados para a África, em detrimento da posição tradicionalmente ocupada pelas economias centrais. Desde bens de consumo leves, como os têxteis, partes e componentes e equipamentos de transporte até bens duráveis como máquinas, carros, vans, caminhões são hoje comuns em diversos países africanos.

³⁶ Com relação ao petróleo, por exemplo, ainda que a região do Oriente Médio seja a principal ofertante de petróleo mundial, com o maior número de reservas (com destaque para a Arábia Saudita), a África vem aumentando sua participação como produtora, especialmente em países como o Angola, Sudão e a Nigéria. Em 2008 o continente africano já atinge 10% do total de 1258 milhões de barris produzidos mundialmente; em 1988 a participação do continente era de 5,9% (*British Petroleum*, 2009).

Mas ainda assim o total exportado concentra-se, ainda que com menos intensidade em alguns países tais como África do Sul, Nigéria e Egito. Em 2011 do total exportado pela China (cerca de 70 bilhões de dólares) 18,8% correspondia a África do Sul, 13% a Nigéria e 10% ao Egito. Países como Argélia e Libéria representam cerca de 7% das exportações totais chinesas cada um. (UNComtrade, 2010).

De uma maneira geral a África do Sul é o país africano que mais exporta para China “materiais em bruto/crus”. Em 2010 do valor total importado pela China de toda a África desse tipo de produto (cerca de US\$ 11 bilhões) à África do Sul correspondem 56%. Países como Mauritânia, República Democrática do Congo e Gabão também contribuem para o fornecimento destes tipos de produto, mas com uma parte pequena se comparado à África do Sul.³⁷

Por outro lado, as poucas exportações africanas de produtos manufaturados para China também são provenientes da África do Sul. Do total importado deste tipo de produto em 2010, à África do Sul correspondia 45%; a Zâmbia 29%.³⁸

Quadro 5 – China: Principais países de destino das exportadores chinesas na África (2011)

África do Sul 18,8%
Nigéria 13 %
Egito 10,3%
Argélia 6,3%
Libéria 7%
Outros 44,6 %

Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2011

Com relação à pauta exportadora, os dados revelem o predomínio das exportações de máquinas e produtos manufaturados. Em 2010 do valor total exportado pela China para a África, 42,16% correspondiam a máquinas e equipamentos e material de transporte; 19,16% do total representam artigos manufaturados diversos; e 5,68% a produtos químicos e conexos. (UNCOMTRADE, 2010).

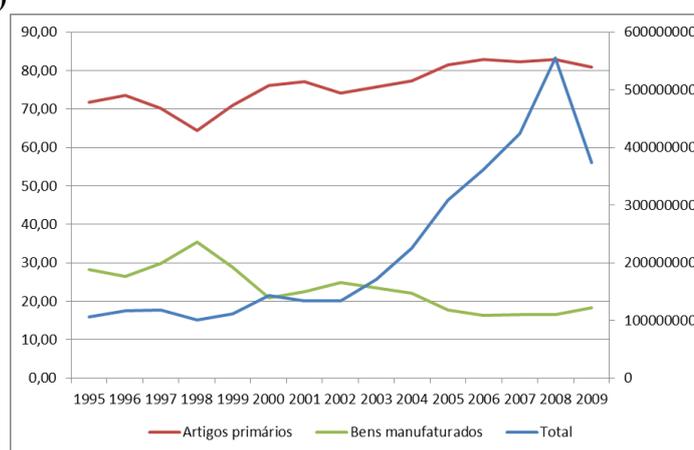
³⁷ No capítulo VI as relações China-África do Sul serão tratadas com mais detalhes, bem como os impactos da expansão chinesa no país.

³⁸ No caso dos combustíveis minerais, que como vimos respondem por cerca de 63% das importações chinesas na África em 2010, observa-se que a Angola lidera, com quase 55% do valor total importado (US\$ 41 bi).

Segundo Ncube et al (2010) o volume representativo de exportações chinesas de artigos manufaturados para a África tem relação com o comércio de bens de consumo leves, como brinquedos eletrônicos e artigos têxteis, que inclusive tem contribuído para aumentar o nível de consumo dos países africanos, em função dos baixos preços chineses. Já no caso do substancial montante de exportações de máquinas e equipamentos e materiais de transporte, os autores ressaltam que há uma forte relação com o aumento das firmas chinesas no setor de infraestrutura (especialmente de telecomunicações), construção de ferrovias e construção civil. (NCUBE et al, 2010).

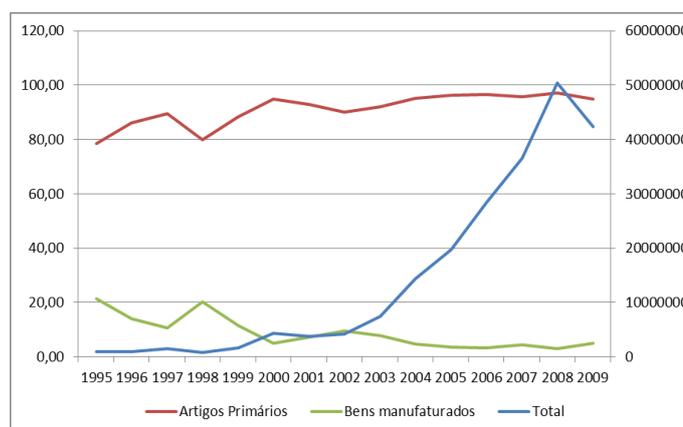
De um modo geral, a quadro do comércio China-África revela um aumento expressivo das exportações africanas para a China (em 2010 a China já ocupa certa de 11% do total). O perfil destas exportações é principalmente de artigos primários e baixa participação dos bens manufaturados. Quando se compara as exportações africanas para o resto do Mundo, percebe-se que a participação dos bens manufaturados é mais significativa do que as exportações deste tipo para a China. O que reflete justamente o perfil das exportações altamente concentradas em bens primários, como mostram os gráficos abaixo.

Gráfico 20 – África: Exportações totais para o Mundo (bilhões dólares/eixo direito) e participação de artigos primários e bens manufaturados no total exportado (eixo esquerdo) (1995-2009)



Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2011.

Gráfico 21 – África: Exportações totais para a China (bilhões dólares/eixo direito) e participação de artigos primários e bens manufaturados no total exportado (eixo esquerdo) (1995-2009)



Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2011.

Nos dois casos (exportações para o Mundo e para a China) predominam os artigos primários. No entanto, nas exportações africanas para o Mundo há uma participação maior de bens manufaturados (cerca de 20% do total) em comparação à parcela deste tipo de bem nas exportações africanas para a China. As exportações para a China de manufaturados representam menos de 10% do total exportado.

V.3. Investimentos chineses na África

Ao longo de mais de trinta anos a China foi a receptora de uma quantidade crescente de investimentos externos, absorvendo um total de mais de 1 trilhão de dólares de IDEs entre 1979 e 2010. Agora, após a consolidação do crescimento econômico, a situação se inverte e os chineses avançam expandindo seus próprios investimentos externos, com as empresas do país expandindo-se para diversas partes do mundo, apoiadas em um volume substancial de reservas acumuladas (cerca de 3,2 trilhões) e com o apoio do governo. (SHAMBAUGH, 2013).

Os investimentos externos chineses têm início ainda no período da implantação das reformas políticas dos anos 70. De acordo com Yang (2003), os primeiros sinais de investimentos externos começam em Novembro de 1979, quando a empresa *Beijing Friendship Commercial Service Company* instala uma *joint venture* em Tóquio. Neste período os investidores eram basicamente empresas comerciais, especializadas em comércio exterior e corporações tecnológicas filiadas a governos de províncias e cidades. A política de abertura empreendida pelo governo chinês do período estimulou estas empresas, que aproveitaram as vantagens e autonomia concedida pelo governo central, além de relações empresariais

privadas que já existiam entre os chineses e países da região asiática. (YANG, 2003; RIBEIRO, 2010).

Após esse período inicial, mais políticas estimularam os investimentos externos. Em 1985, O Ministério de Economia e Comércio Exterior aprovou uma resolução, afirmando que empresas com condições financeiras, tecnológicas e empresariais capazes de expandir-se externamente seriam apoiadas pelo governo. Mesmo sem uma política declarada de expansão, entre 1979 e 1985 existiam cerca de 189 projetos de investimento externo aprovados que representavam um total de 200 milhões de dólares. (SHAMBAUGH, 2013).

No início dos anos 90, no Décimo Quarto Congresso do PCC, Jiang Zemin, presidente do país desde 1983, fez um discurso afirmando que o Partido iria garantir as empresas do país condições para operações externas. O discurso de apoio a expansão continua nos anos seguintes e em 1996, voltando de uma visita à África, Jiang fez um discurso importante e encorajou as firmas chinesas a saírem, cunhando pela primeira vez a expressão “*go out*”. (SHAMBAUGH, 2013).

Após a postura do governo de apoio à expansão, grandes empresas e conglomerados começaram a se expandir. A China National Chemical Import and Export Corporate (SINOCHEM) foi uma das primeiras a receber aprovação pelo Conselho de Estado para fazer experimentos externos. Depois desse movimento, não apenas empresas de comércio expandiram-se, mas também empresas ligadas a setores manufatureiros, como a Capital Steel and Iron Corporation (SHOUGANG).

A partir dos anos 90 muitos governos locais e empresas foram estimulados a investir fora do país. Em 1992 os IDEs somavam um total de 913 milhões, em 1994 o total já passava de 4 bilhões de dólares. Em 2006 o fluxo de IDE's chineses para fora atingiu US\$21.16 bilhões (e de estoques US\$90.63 bilhões).

De acordo com o Ministério do Comércio chinês em 2010 o fluxo de IDEs para fora representou mais de 68 bilhões de dólares e o estoque acumulado foi de 317.2 bilhões. Cerca de 12 mil empresas nacionais estabeleceram-se em 177 países. (MOFCOM). Apesar da participação da China nos IDEs mundiais ser baixa, a expansão dos investimentos chineses é aspecto de grande relevância para a economia mundial, principalmente porque os fluxos de IDEs dirigidos a países em desenvolvimento crescem ao longo dos anos ³⁹.

³⁹ Na lista dos maiores receptores de investimentos chineses estão Hong Kong, que em 2010 recebeu 38,5 bilhões de dólares, seguido pelas Ilhas Virgens (6 bilhões) e as ilhas Cayman (3 bilhões). Segundo Shambaugh (2013), isso é um fato importante dos investimentos chineses. Estes países são de fato paraísos fiscais, para onde

A África e a América Latina têm sido um destino importante dos Investimentos chineses. Os IDEs para a África, embora sejam parte pequena do montante total (9,8% em 2008) vem apresentando um volume crescente principalmente a partir dos anos 2000. De 2003 a 2009 o fluxo de IDEs chineses para a África cresceu a uma média de 122% ao ano.

Segundo Kaplinsky et al (2009), os IDEs chineses na África podem ser divididos em três fases principais ao longo dos anos. A primeira fase começa a partir da Conferência de Bandung de 1955 e caracteriza-se pelos investimentos que surgem a partir do governo chinês, guiado por um interesse de caráter mais ideológico, a partir da rivalidade do país com a União Soviética. Nesse período a China oferecia apoio e suporte em processos de descolonização, inclusive com apoio militar e de infraestrutura. (KAPLINSKY e MORRIS, 2009, p. 1).

A segunda fase começa nos anos 90, a partir do crescimento do comércio chinês com a região e o aumento da demanda por recursos naturais. Nesta fase predominam as empresas estatais (SOEs) que entram na África como investidoras e como prestadoras de serviços realizados pelo governo chinês em setores de infra-estrutura e construção. (Cheng e Ma, 2007 apud Kaplinsky e Morris, 2008). As estatais são os maiores agentes dos IDEs até os dias mais recentes e são as que investem em setores relacionados à extração de recursos e infraestrutura. Além das gigantes do petróleo, as maiores empresas chinesas com investimentos no exterior são do ramo de extração mineral, como a Aluminum Corporation of China e também da área de construção, como a China State Construction Engineering Corporation (CSCEC) e a China National Construction & Agricultural Machinery. (*Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment, 2008*).

Na fase atual observa-se também, além das estatais, um movimento de expansão de empresas de pequeno e médio porte, predominantemente do setor privado. Seriam empresas de diversos tipos, que surgem na China e se expandem para a África, ou mesmo que iniciam suas atividades nos países africanos a partir de iniciativas de empregados das grandes estatais ou de migrantes. Estas empresas geralmente operam em setores de manufatura e comunicação e também comércio. (KAPLINSKY e MORRIS, 2009).

Muitos investimentos diretos chineses tem se dirigido aos países africanos por meio também de Zonas Econômicas Especiais. Segundo Brautigam et al (2010), as ZEEs tem sido um importante canal para os investimentos chineses na África. Como se sabe, a própria China

os IDEs chineses vão e a partir de lá são dirigidos para diversos lugares. Estes locais seriam utilizados como centros ou plataformas para investimentos que são dirigidos a outros países. Segundo o autor os chineses tem uma preferência por estas localidades dadas as facilidades de serviços financeiros e infraestrutura para realizar os IDEs. (SHAMBAUGH, 2013).

empreendeu um amplo processo de criação de ZEEs em seu território ainda no período de abertura e reforma econômica, com objetivo de atrair empresas estrangeiras e adquirir divisas e suporte tecnológico. (BRAUTIGAM et al, 2010; NCUBE et al, 2010; COWALOOSUR, 2010; *WHITE PAPER*, 2010).

A iniciativa de criação das ZEEs africanas começa em 2006, quando o Governo chinês anunciou que iria apoiar a criação de cerca de 50 zonas de cooperação econômica e comercial na África. Segundo os autores, das 19 zonas aprovadas, 5 estão na África Subsaariana: na Etiópia, Mauritius, Nigéria e Zâmbia. Dois outros projetos estão ocorrendo na Argélia e Egito. Existem também outras zonas industriais chinesas que são iniciativas privadas sem um suporte oficial do governo, em países como Botsuana, Serra Leoa e África do Sul. (BRAUTIGAM et al, 2010).

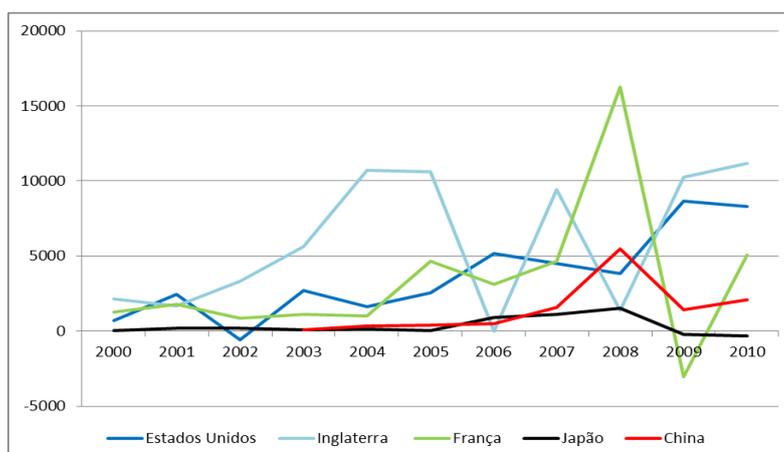
Em uma das ZEEs da Nigéria, por exemplo, que começou a ser criada em 2004, cerca de 500 milhões de dólares estão sendo investidos em indústrias de materiais de construção e cerâmica, ferragens, móveis, processamento de madeira, medicina, computadores e iluminação. Na Etiópia e em Mauritius investimentos de cerca de quase 1 bilhão de dólares estão sendo feitos com foco em indústrias de manufatura (têxtil, vestuário, máquinas, de alta tecnologia), comércio, e serviços (turismo, finanças). (BRAUTIGAM et al, 2010).⁴⁰

Cowaloosur (2010) ressalta que, embora a maior parte dos IDEs dirigidos às ZEEs africanas estejam concentradas em regiões que dispõem de amplos recursos naturais, alguns projetos em países como o Mauritius, ligados a setores de manufatura e serviços seriam uma demonstração de que o investimento chinês não está apenas relacionado ao interesse por extração de matérias-primas. (COWALOOSUR, 2010).

Comparativamente aos países da OECD, que vem reduzindo ou variando muito seus investimentos no continente africano, a China mantém um nível crescente de Investimentos na última década. Em 2008 o país chegou a ultrapassar os EUA, a Inglaterra e o Japão no volume de IDEs dirigidos aos países africanos. O gráfico abaixo apresenta os dados relativos aos IDEs dirigidos a África a partir de alguns países da OECD e da China.

Gráfico 22: África: Fluxo de Investimento Externo Direto (IDEs) - países da OECD e China* (2000-2010) (bilhões de dólares)

⁴⁰ Veja o anexo C, com Tabela que apresenta lista das ZEEs africanas.



Fonte: OECD Stat Extracts 2012; **Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment* (vários anos)

Segundo a maioria dos autores, os IDEs chineses são bastante diferentes dos investimentos provenientes de países ocidentais. Enquanto empresas norte-americanas e europeias, por exemplo, na maioria privadas, investem na África voltadas para atender objetivos de curto prazo ligados à lucratividade, os IDEs chineses teriam um perfil fundado sobretudo em objetivos de longo prazo, realizados por meio de grandes empresas estatais, amparadas por uma estrutura de crédito e financiamento que lhes dá a possibilidade de trabalhar com horizontes mais amplos de investimento e com objetivos de lucratividade não imediatos. Além disso, os investimentos chineses, mesmo concentrados em projetos ligados a exploração de recursos naturais tem sido também dirigidos a grandes projetos de infraestrutura, como se verá em seguida.

Assim como o comércio, os IDEs dirigidos à África são bastante concentrados em alguns países. Embora a China esteja presente em quase todos os 53 países africanos os dados mostram que, entre o ano de 2003 e 2009, alguns poucos países receberam a maior parte do total de Investimentos. Os maiores destinos dos IDEs chineses no continente ao longo da última década foram África do Sul (48,9%), Nigéria (9,2%), Zâmbia (5,2%) Argélia (6.7%).

Tabela 3 – China: Fluxo de IDEs (para fora) para Mundo, África e países africanos (2003-2010) (bilhões de dólares)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total África	% no Total África
Mundo	285465	549799	1226117	1763397	26,50609	55,90717	56,52899	6881131	10706048	
África	7481	31742	39168	51986	157431	549055	143887	211199	1191949	100
África do Sul	886	1781	4747	4074	45441	480786	4159	41117	582991	48,9
Nigéria	2440	4552	5330	6779	39035	16256	17186	18489	110067	9,2
Argélia	247	1121	8487	9893	14592	4225	22876	18600	80041	6,7
Zâmbia	553	223	1009	8744	11934	21397	11180	7505	62545	5,2
Rep. Dem. Congo		1191	507	3676	5727	2399	22716	23619	59835	5,0
Sudão		14670	9113	5079	6540	-6314	1930	3096	34114	2,9
Niger		153	576	794	10083		3987	19625	35218	3,0
Egito	210	572	1331	885	2498	1457	13386	5165	25504	2,1
Madagascar	-	1364	14	117	1324	6116	4256	3358	16549	1,4
Etiópia			493	2395	1328	971	7429	5853	18469	1,5
Angola				2239	4119	-957	831	10111	16343	1,4
Outros										11,85

Fonte: NBSC; *Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment* (2006, 2008 e 2009).

Como é possível observar, entre 2003 e 2010 a África do Sul, Nigéria, Argélia e Zâmbia lideraram como os principais destinos dos Investimentos chineses. Embora haja muita variação entre os anos, estes países aparecem como maiores receptores dos IDEs na década. É interessante observar que Angola não aparece entre os maiores receptores dos IDEs chineses, ainda que mantenha liderança como parceira comercial nas importações. Outro dado interessante é que no ano de 2008 a África do Sul recebeu uma quantidade muito grande de Investimentos, cerca de 87% do total daquele ano, permitindo que o país assumisse a liderança no somatório total entre 2003 e 2009.

Com relação ao tipo de investimento que predomina (os principais setores que recebem os Investimentos chineses) destaca-se uma diversidade, incluindo setores de mineração, manufatura, construção, infraestrutura e ainda agricultura e pesca ⁴¹.

De acordo com relatório da UNCTAD (2007), de 1979 até o ano 2000 os investimentos chineses na África estiveram ligados principalmente a setores de manufatura, extração de recursos, construção e serviços. Neste período foram registrados 499 projetos entre a China e os países africanos, que somam investimentos de 681 milhões de dólares. Deste total, cerca de 46% dos Investimentos foram dirigidos ao setor de manufatura (entre eles têxteis, com cerca de um terço de todo o montante de IDEs; e também setores de maquinários, eletrodomésticos e indústrias leves). Além do setor de manufatura, do total dos

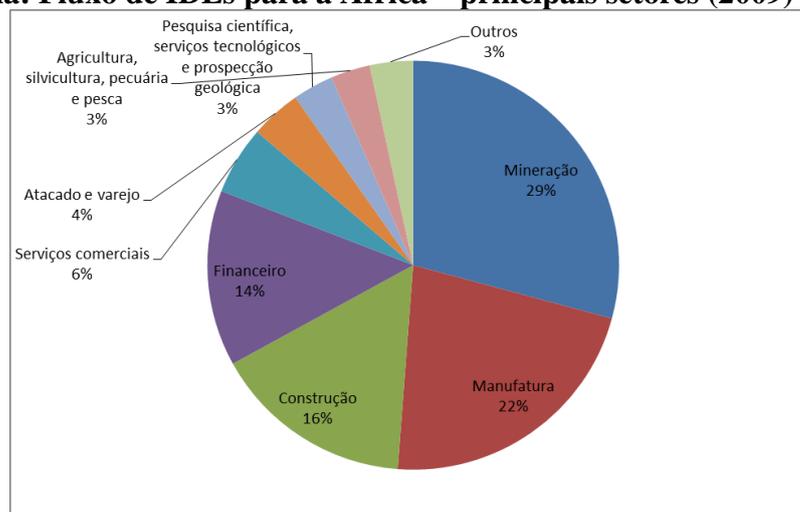
⁴¹ As estatísticas sobre IDEs oferecidas pelo Ministério de Comércio chinês não apresenta a classificação dos Investimentos por setores. Os dados utilizados aqui são de fontes secundárias e de documentos fornecidos pelo Governo chinês.

IDEs entre aqueles anos, 27% eram destinados ao setor de extração de recursos e 18% setor de serviços, principalmente construção.(UNCTAD, 2007).

Mais recentemente, de acordo com Kiggundu (2008), os principais fluxos de IDEs chineses na África no ano de 2006 englobavam o setor de minérios, com 40.74% do total; serviços de negócios, com 21.58%; setor financeiro, com 16.4%; setor de transportes e telecomunicações, com 6.57%; comércio, 6.57%; artigos manufaturados com 4.33%. (KIGGUNDU, 2008).

Já em 2009, de acordo com documento oficial do governo Chinês (White Paper, 2010) os principais investimentos chineses na África eram relacionados a setores de exploração mineral, setor financeiro, manufatura, construção, turismo, agricultura, florestas, agricultura e pesca. (White Paper/Gov. China, 2011). O gráfico 10 apresenta a distribuição dos IDEs por setor em 2009.

Gráfico 23 – China: Fluxo de IDEs para a África – principais setores (2009)



Fonte: White Paper. *Chinese Government's Official Web Portal*, 2011

Mineração, manufatura e construção aparecem entre os setores mais contemplados com IDEs chineses na África (cerca de 67% somados). Além destes o setor financeiro também é representativo.

Blankendal (2008) afirma que os investimentos chineses na África englobam desde investimentos relacionados ao petróleo e minérios diversos, e também a área de manufatura, com empresas que vão para a África em busca de mercados consumidores de produtos chineses de baixo custo, além de grandes empresas de construção, infraestrutura, e também agricultura e ainda investimentos militares.

Na área de **mineração** um setor fundamental que atrai a maior parte dos investimentos chineses é o de energia/petróleo. Até o ano 2000 a China restringia sua aproximação na África ao Sudão, com a China National Petroleum Corporation CNPC liderando na exploração do petróleo. Mais recentemente as empresas chinesas operam em quase 20 países africanos tanto em setores de petróleo como derivados e vem se posicionando de forma estratégica, disputando mercados até então ocupados por empresas ocidentais ou da própria região. (ERA, 2009).

A partir dos anos 2000 a China entra na indústria petrolífera africana em países como Angola e Nigéria e também em países menos explorados, como Chade, Mauritania, Níger e Guiné Equatorial. À frente da política de expansão chinesa no setor petrolífero, como visto, estão as grandes estatais chinesas.

Em Angola os investimentos chineses têm representado importante impulso para expansão das exportações do país, como se verá em detalhes no item VI deste trabalho. No caso da Nigéria, o impacto da entrada das empresas chinesas também é visível. O país é um dos maiores da África e um dos mais ricos, além de ter um papel político influente na região da África Ocidental. Para os chineses é um local estratégico na região do Golfo da Guiné, além de ser um grande mercado consumidor de cerca de 130 milhões de pessoas e, principalmente, possui vastas reservas de petróleo. Vários contratos foram firmados entre as empresas chinesas e a Nigéria, incluindo exploração de petróleo, criação de *joint ventures* e exploração de mercados relacionados, como o de gás. Em 2005, por exemplo, a CNPC venceu quatro licenças de exploração de petróleo nigerianas depois de o governo chinês ter se oferecido para construir uma usina hidrelétrica em Mambila, localizada no estado nigeriano Plateu Satate. (Executive Research Associates-ERA, 2009). Em 2006, a Chinese oil Company CNOOC Ltd, anunciou a compra de 2,3 bilhões de dólares de 45% da Nigérias OML em campos de petróleo em águas profundas.

Os casos relativos à entrada das empresas petrolíferas no continente africano demonstram a forma como a China vem se aproximando, amparada pelo governo e instituições financeiras, como se verá no item seguinte.

Outro setor importante da área de mineração é o de extração de minérios, tais como o minério de ferro, aço, o cobre, bauxita e diversos outros. Esse setor é onde a China tem de fato um poder fundamental. Isto porque o país é um dos maiores importadores do mundo, determinando preços e influenciando o volume exportado de diversos países. Existe na China uma preocupação do governo voltada para a garantia de oferta de longo prazo dos minérios e

não apenas de compra e importação, dada a ampla necessidade do país em garantir os recursos para ampliação do crescimento industrial. O apoio a empresas que procuram engajar-se em investimentos externos na área de mineração é claro por parte do governo chinês, dada a identificação da necessidade de controle da cadeia de fornecimento, mais do que apenas importar o minério.

Na região central e sul da África Subsaariana é possível encontrar vastas reservas de minérios como cobre, aço, ouro, manganês e outros, em países como África do Sul, Tanzânia, Moçambique e, principalmente, na Zâmbia, que dispõe de amplas reservas de cobre e ainda carvão e manganês e que será analisada no item VI.

Além da Zâmbia outro país onde o setor de mineração tem sido bastante contemplado pelos investimentos chineses é a República Democrática do Congo (RDC). O país foi cenário de um dos maiores acordos realizados até agora entre China e África envolvendo contratos de exploração de minérios. Chamado de “contrato do século” o acordo teve ampla repercussão em todo o mundo e despertou discussões e julgamentos sobre o papel que a China vem exercendo nos países africanos.

No final de 2007 a China anunciou a realização de empréstimos de cerca de 5 bilhões de dólares à República Democrática do Congo para o desenvolvimento de infraestrutura no país. A este empréstimo seguiu-se outro de 3,5 bilhões para realização de investimentos em projetos de mineração, em janeiro de 2008. No total a China concedeu financiamento de cerca de 9 bilhões de dólares à RDC, destinados a infra-estrutura, construção, melhoramento de vias de transporte rodoviário e ferroviário e também para melhorias nos projetos de mineração. Todos estes empréstimos ocorreram em troca de concessões para que empresas chinesas pudessem explorar minas de cobre e cobalto. A China ganhou o direito de extrair cerca de 10 milhões de toneladas de cobre e 420 toneladas de cobalto nos próximos 15 anos.

Os contratos firmados entre os chineses e congolese previam algumas condicionalidades, entre elas a exigência de que apenas 1 em cada 5 trabalhadores das minas exploradas poderiam ser chineses e 10% do trabalho deveria ser subcontratado por companhias congolese, além disso em cada projeto deveria haver uma porcentagem de metade dos investimentos para transferência de tecnologia e treinamento de pessoal congolês. Estipulou-se ainda uma porcentagem destinada a gastos em atividades sociais e custos ambientais. (EXECUTIVE RESEARCH ASSOCIATES-ERA, 2009).

O acordo causou controvérsia e discussão tanto no Ocidente, principalmente através do FMI como também dentro da RDC. O FMI manifestou-se de forma contrária ao acordo,

alegando os riscos da contratação de empréstimo de tão grande porte⁴². Já setores da sociedade congoleza e parlamentares divergiram sobre os impactos que seriam causados pela liberação da exploração chinesa dos minérios do país. Políticos da oposição criticaram o acordo, chamando-o de incoerente e tendencioso. Jean-Lucien Mbusa, membro do parlamento e do partido de oposição no Congo - Movement for the Liberation of the Congo (MLC) - disse que “o acordo força o país a vender sua herança nacional com consequências desastrosas para as gerações futuras”. (Stephanie Wolters, MAIL AND GUARDIAN, 2009; LEE, 2009).

Já para outros, como o Ministro Pierre Lumbi, o acordo viabilizaria uma ajuda importante para a reconstrução do país cuja trajetória é marcada por décadas de regimes ditatoriais e guerras civis que o deixaram em péssimas condições sociais e econômicas. Chamando a ajuda chinesa de “Plano Marshall chinês”, Lumbi ressalta que o dinheiro dirigido à reconstrução e infraestrutura seria fundamental para contribuir no crescimento do país. (MAIL AND GUARDIAN).

De qualquer modo o acordo foi firmado em 2008, envolvendo um grupo de empresas chinesas (China Railway Engineering Corporation, Sinohydro Corporation e Metalurgico Group Corporation) que passaria a controlar 68% da nova *joint venture* criada na RDC, a Sicomin. O resto do controle da empresa seria da Gecamines (estatal) e do próprio governo da RDC.

Outros casos relacionados ao setor de mineração podem ser apontados, como o caso da Guiné. Quando em 2008 o país começou a rever suas concessões de exploração de aço e bauxita, tradicionalmente nas mãos de grandes corporações ocidentais, como a Rio Tinto (Inglaterra/Austrália), a China chega ao país. Após uma série de conversas e visitas entre membros dos dois países, oferece-se uma série de apoios e investimentos que fazem a diferença na disputa pelas concessões e direitos de exploração.

Além das áreas de energia e mineração, a área de manufatura corresponde a boa parte do destino dos IDEs chineses na África. Um setor importante aqui é o de telecomunicações. A expansão nesse setor tem se dado mediante a expansão de empresas chinesas que buscam principalmente mercados consumidores para seus produtos, além de posições como fornecedoras de partes e componentes de outras firmas na África.

⁴² Segundo Paul Lee (2009) o ocidente expressou seu desacordo com o contrato sino-congoles através do FMI. Afinal, segundo o autor, o FMI domina a atividade econômica da República Democrática do Congo porque é credor de uma dívida adquirida pelo país ainda no âmbito da política dos anos 80 no chamado HIPC, ou "Highly Indebted Poor Countries". Segundo Lee a política do FMI tem sido criticada na medida em que limita a ação dos países devedores que tem que cumprir uma série de exigências como devedor. (LEE, 2009).

Empresas como a Huawei, Alcatel Shanghai, China Mobile e ZTE vem se expandindo para países africanos, tanto como fornecedores de produtos finais (como celulares) como também fornecedores de partes e componentes. Os maiores mercados africanos para as companhias chinesas da área de telecom são Argélia, Egito, Tunísia, Marrocos e África do Sul, eles são responsáveis por 60% do total de ativos da área de telecom. Outros dois que estão crescendo em importância são a Nigéria e Angola. A localização destes países na região costeira africana representa para alguns uma intenção chinesa em aproximar-se de uma região estratégica do ponto de vista da segurança e geopolítica. (ERA, 2009).

Além dos setores de mineração e manufatura, a agricultura também se apresenta como área importante do envolvimento chinês nos países africanos. Apesar dos chineses produzirem quase o total daquilo que consomem o país está se aproximando do limite no que se refere à segurança alimentar, que seria cerca de 120 milhões de hectares de área agricultável. (*The Economist*, 2008, p. 54.). Um fenômeno recente que vem ocorrendo é a expulsão de milhares de camponeses de suas terras devido ao rápido processo de urbanização e crescimento das cidades. Essa nova pressão explica em grande medida a atração que os países africanos têm oferecido em termos de possibilidades de cultivo agrícola. (BRAUTIGAM, 2009).

Segundo Brautigam e Xiaoyang (2009), mais de 44 países africanos tem recebido projetos de ajuda e cooperação com o governo chinês e os chineses têm desenvolvido mais de 90 fazendas através dessa ajuda. Os projetos de agricultura tem representado cerca de um quinto de um total de 900 projetos chave entre China-Africa desenvolvidos pela China entre 1960 e 2006. Ao longo dos anos diversos programas e políticas têm sido desenvolvidos pelo governo no sentido de facilitar e apoiar a expansão da agricultura chinesa para além das fronteiras do país. O Ministério do Comércio Exterior e Cooperação Econômica, o Ministério das Relações Externas e o Ministério da Agricultura chineses começaram a realizar uma série de atividades para promover e divulgar as possibilidades de agricultura na África, dando ênfase para a disposição do governo em apoiar as empresas a se expandir. Este apoio se dá através de facilidades de empréstimos e assistência técnica.

Os investidores têm feito contratos de *joint ventures* no processamento de peixes no Gabão e na Namíbia, por exemplo. Além disso, arrendamento de terras por investidores chineses em países como Zâmbia, Tanzânia e Zimbábue tem sido comuns. Investimentos na construção de indústrias manufatureiras (têxteis e agrícolas) ocorrem, segundo Blankendal, com objetivos não apenas na demanda africana de bens de consumo, mas também a demanda

de outros países. A África serviria assim como um canal, uma plataforma de exportação. (BLANKENDAL, 2008, pg. 52).

Em 2006 o China Development Bank e o Ministério da Agricultura anunciaram um acordo para trabalhar juntos e encorajar projetos que utilizassem recursos de terra e água em outros países. O China EximBank prometeu oferecer suporte financeiro e assistência para projetos de agricultura na África. Ao mesmo tempo em que a China oferece total apoio para as empresas investirem na África, explorando recursos naturais importantes, promove-se uma série de programas de apoio, formação e assistência técnica aos países africanos. Entre 2003 e 2008 por exemplo, o FOCAC treinou cerca de 4 mil africanos que foram a China para cursos relacionados à agricultura. Além da construção de centros de pesquisa e melhoramentos nos países africanos. (BRAUTIGAM e XIAOYANG, 2009).

V.3.1. Investimentos em Infraestrutura

Para a África a área de infraestrutura é chave no processo de aproximação da China. Os investimentos chineses, sejam eles nas áreas de mineração, petróleo ou telecomunicações estão ligados a expansão dos investimentos em infraestrutura realizados pelas próprias empresas chinesas ou pelos africanos, mediante montantes expressivos de financiamentos que surgem a partir do EximBank.

A possibilidade de ampliação da infraestrutura em países com alta carência do mínimo de infraestrutura de transporte, energia e construção se coloca como componente chave das negociações envolvendo governo africanos e da estratégia chinesa de acessar mercados e fontes de recursos primários.

A China declarou no âmbito das reuniões das Nações Unidas para os Objetivos do Milênio que o setor de infraestrutura era central no seu programa de ajuda na África (BRAUTIGAM, 2009). Diferentemente dos países ocidentais que cada vez mais direcionam a ajuda externa para áreas de assistência social e humanitárias, os chineses tem no fomento a projetos de infra-estrutura parte importante de sua estratégia na África.

Em relatório mais recente, o Banco Mundial divulgou a ajuda realizada pelo Banco a África em 2012. Esta ajuda está distribuída da seguinte forma entre as diversas áreas: cerca de 43% do total de recursos são destinados as áreas de saneamento, tratamento de água, saúde e outros serviços sociais e agricultura. Outros 25% destinam-se a administração pública e

justiça, restando uma pequena parte para área de infraestrutura (5% para transporte). (WORLD BANK ANUAL REPORT 2012). O Gráfico 24 apresenta a distribuição da ajuda realizada pelo Banco Mundial em 2012.

Gráfico 24 – Banco Mundial – distribuição da ajuda externa (2011)



Fonte: World Bank Annual Report, 2012.

Em 2006 no âmbito dos debates em torno do FOCAC, o governo chinês deixa claro que a área de infraestrutura seria essencial nos projetos em torno da cooperação com a África. No “*African Policy Paper*” o governo apresenta ao mundo os objetivos da política chinesa na África e as medidas realizadas para perseguir estes objetivos, sempre com o discurso de que o objetivo primordial é aumentar os laços de cooperação e contribuir para o desenvolvimento econômico dos países africanos.

The Chinese Government will step up China-Africa cooperation in transportation, communication, water conservancy, electricity and other infrastructures. It will vigorously encourage Chinese enterprises to participate in the building of infrastructure in African countries, scale up their contracts, and gradually establish multilateral and bilateral mechanisms on contractual projects. Efforts will be made to strengthen technology and management cooperation, focusing on the capacity-building of African nations. (AFRICAN POLICY PAPER, 2006. Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China).

As declarações que demonstram a disposição do governo chinês em avançar nos projetos de cooperação em infraestrutura na África também podem ser observadas no Beijing Action Plan (2007-2009) elaborado em 2006 .

Bearing in mind the crucial role of infrastructure in Africa's development and the great potential for cooperation between the two sides with China's technology and development expertise applicable to Africa, the two sides agreed to keep infrastructure building, particularly transportation, telecommunications, water conservancy and power generation facilities, as a key area of cooperation. The

Chinese Government will give continued encouragement and support to Chinese companies in participating in Africa's infrastructure development while focusing on technical and managerial cooperation with African countries to help improve their capacity for self-development. The African side pledged to further open the infrastructure sector. It welcomes Chinese enterprises' participation in infrastructure development in Africa and will provide them with necessary support and facilitation in this regard. (BEIJING ACTION PLAN (2007-2009) FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION.

Os projetos de infraestrutura conduzidos pelos chineses na África relacionam-se a diversos segmentos como construção de rodovias e aeroportos, hospitais, prédios de governos, escolas, hidrelétricas e represas. Grande parte destes investimentos foram viabilizados pelo EximBank mediante apoio financeiro. Os investimentos africanos em infraestrutura estão entre os maiores projetos do Eximbank no mundo.

Em 2010, por exemplo, um dos maiores projetos de Cooperação Internacional que recebeu apoio do Exim Bank foi o *Brazzaville International Airport*, na República Democrática do Congo. Neste ano a primeira fase do Aeroporto foi completada, mediante um pacote de empréstimo concedido pelo Exim Bank. O projeto tem sido visto como um modelo de aeroporto no país. (EXIMBANK ANNUAL REPORT, 2011).

Outro Projeto do Exim Bank de 2010 na África foi o Benguela Central Hospital, em Angola. Com suporte do Exim Bank o hospital central Benguela foi completado e colocado em uso. Benguela é a maior cidade da Angola Central. O término do projeto ofereceu várias contribuições para a melhoria dos serviços públicos de saúde locais. (EXIMBANK ANNUAL REPORT, 2011).

Já em 2011, segundo o Eximbank, um dos maiores projetos do Banco foi o Oriental Industrial Park, na Etiópia. Tratou-se de um investimento externo que aprovou empréstimos a empresa chinesa Jiangsu Qiyuan Group. O empréstimo foi usado na construção da primeira fase do Oriental Industrial Park, uma zona de cooperação econômica e comercial. O parque é visto como parte de um programa maior de redução da pobreza e desenvolvimento sustentável do governo da Etiópia e um dos mais importantes projetos dentro do plano de desenvolvimento industrial. Ainda em 2011, outro grande projeto do Banco foi a reconstrução de 36 km de rodovias em Kigali, Ruanda. O banco aprovou um empréstimo com juros baixos e prazos longos para pagamentos que facilitou a reconstrução da rodovia em Ruanda.

Medir com exatidão o quanto a China se envolve em projetos de infra-estrutura na África não é tarefa fácil. Como será discutido posteriormente os dados relativos à aproximação chinesa na África são muitas vezes não declarados e são grandes as dificuldades

de medir o montante de recursos destinados especificamente a investimentos em infraestrutura.

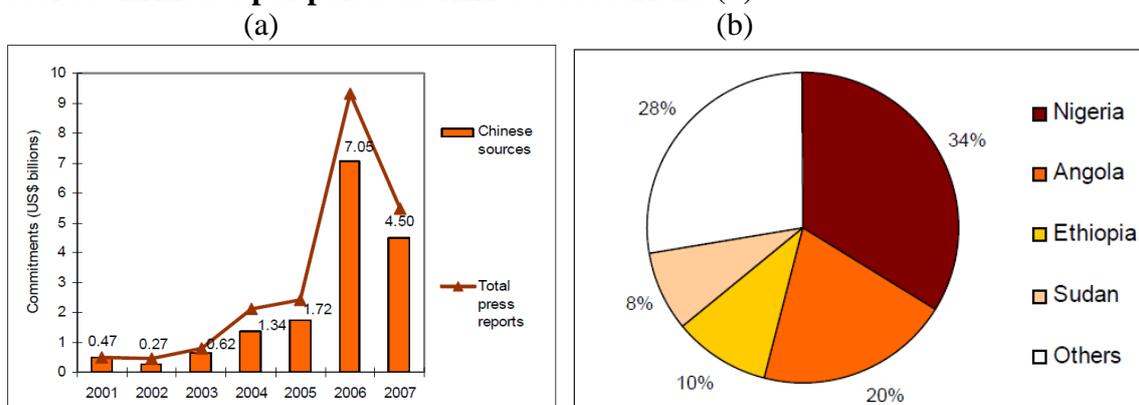
Em documento recente do Banco Mundial intitulado “*Building bridges: China’s growing role as infrastructure financier for Sub-Saharan africa*”, Foster et al (2008) elaboram uma metodologia própria para mensuração dos investimentos chineses nos países da África Subsaariana, voltados para a área de infraestrutura. A partir de informações captadas em diversas fontes secundárias, contendo declarações, pronunciamentos e entrevistas de membros do governo chinês, bem como dados do Ministério do Comércio, os autores conseguem elaborar um painel da aproximação chinesa na infraestrutura africana.

Os resultados gerais da investigação do estudo mostram que a maior parte dos projetos em infraestrutura realizados pela China nos países africanos é nos setores de geração de energia (hidrelétrica) e também no setor de transportes (ferrovias). No final de 2007 a China havia destinado cerca de 3,3 bilhões de dólares para projetos de construção de dez grandes hidrelétricas na África, que atingiriam uma capacidade de 6 mil megawatts de potência de geração de energia. No setor de transportes, acordos de financiamento da ordem de 4 bilhões de dólares foram firmados entre os chineses e africanos, incluindo reabilitação de mais de mil km de ferrovias e construção de mais 1,6 km de novas ferrovias. São mais de 35 os países africanos engajados em projetos com os chineses, entre os maiores estão a Nigéria, Sudão, Angola e Etiópia. O financiamento para realização destes projetos de infraestrutura ocorre principalmente via EximBank, mediante condições que são menos onerosas comparativamente aquelas oferecidas por países da OECD, por meio do Official Development Assistance (ODA). (FOSTER et al, 2008).

A estimativa dos autores, a partir da metodologia empregada mostra que os compromissos firmados entre a China e os países da África Subsaariana alcançaram em valores em 2006 os 7 bilhões de dólares. Em 2001 o valor era de menos de 500 milhões. Em 2007 houve uma queda, mas ainda mantém os 4,5 bilhões de dólares. Esse números relacionam-se a valores envolvidos em acordos firmados oficialmente, projetos que estão em processo de execução e projetos concluídos.

Com relação à distribuição setorial destes montantes, como dito anteriormente, dos compromissos firmados cerca de 33% são em geração de energia (hidrelétrica), 33% em transporte (ferrovias) e ainda 17% em telecomunicações. Cerca de 14% dos acordos não tem uma classificação setorial definida. Os projetos ligados a recursos hídricos atraem menos investimentos.

Gráfico 25 – China: Valor estimado de acordos financeiros para projetos em infraestrutura na África Subsaariana 2001-2007 (bilhões de dólares) (a) ; Distribuição dos acordos firmados por países da África Subsaariana (b)



Fonte: Foster et. al (2008) (elaboração a partir de World Bank–PPIAF Chinese Projects Database, 2007)

Assumindo estas estimativas como valores aproximados do montante de recursos envolvidos em projetos firmados entre China e África Subsaariana tem-se cerca de 4,5 bilhões de dólares em 2007. É importante ressaltar que estes valores seriam uma forma de maior classificação dos investimentos e da ajuda externa⁴³, que corresponde aos empréstimos do EximBank e outras instituições financeiras em projetos ligados especificamente a área de infraestrutura.

O estudo do Banco Mundial (Foster et. alli, 2008) destaca alguns dos projetos em infraestrutura em setores como geração de energia e outros.

Com relação ao setor de geração de energia (um dos mais contemplados) tem-se que no final de 2007 os chineses estiveram envolvidos no financiamento da construção de 10 grandes represas hidrelétricas em 9 países africanos diferentes. Estes projetos envolveram ao longo dos anos cerca de 5 bilhões de dólares, com capacidade de geração de cerca de 6 mil MW de eletricidade. O maior projeto de hidrelétrica desta lista é situado na Nigéria, em Mambilla (com capacidade de geração de 2600 MW). O segundo maior projeto é de uma represa no Sudão (com capacidade de geração de 1250 MW). Na Zâmbia uma hidrelétrica com capacidade de mil MW. A represa do Rio Congo na RDC e a Represa Bui em Gana são alguns projetos que estão em construção, financiadas por empréstimos do EximBank através de garantias de fornecimento de petróleo e cacau. Também na Guiné foram firmados acordos de empréstimos para a construção da represa Souapiti em troca da concessão para exploração

⁴³ A discussão sobre a ajuda externa será tema no próximo item.

de bauxita na região. No Gabão também a represa hidrelétrica de Poubara é construída pela Sinohidro como parte de um projeto denominado Belinga Iron Ore.

Além das hidrelétricas a China também está atuando na construção de estações termais de energia, sendo as mais significativas as que estão sendo construídas no Sudão e na Nigéria. Outros projetos relacionam-se não a geração de energia mas a transmissão realizados por empresas chinesas em Angola e na Tanzânia. (FOSTER et. al, 2008).

No que se refere área de transportes, a segunda com maior investimento segundo o estudo do Banco Mundial, destacam-se os projetos de construção de ferrovias. A China se tornou nos anos recentes a maior investidora em projetos desse tipo na África, financiando acordos da ordem de 4 bilhões de dólares. Eles incluem a reabilitação de mais de 1300 km de ferrovias e construção de mais de 1600 de novas. Os maiores projetos têm sido na Nigéria, Gabão e Mauritânia. Na Nigéria, os chineses tem assinado acordos para financiar a construção da ferrovia Abuja Rail Mass Transit System e para reabilitar ferrovias na linha Lagos-Kano. Esta reconstrução é parte de um programa maior de modernização ferroviária da Nigéria. O custo total do projeto da ferrovia Lagos-Kano é estimado em 8.3 bilhões de dólares, dos quais os chineses concederiam 2,5 bilhões através de linhas de crédito. (FOSTER et al, 2008).

O China Exim Bank também está se preparando para financiar a construção de 560 km da ferrovia Belinga-Santa Clara no Gabão. Esta ferrovia, juntamente com uma barragem hidrelétrica em Poubara e um porto de águas profundas, em Santa Clara, faz parte de um grande projeto no Gabão denominado Belinga Iron Ore. Os empréstimos do EximBank para o projeto seriam pagos através da venda de minério de ferro para China.

Outro projeto ferroviário foi o financiamento de uma ferrovia de 430 km ligando a cidade de Nouakchott ao região rica em fosfato em Bofal, na Mauritânia, que foi acordado em 2007. O projeto é financiado por um empréstimo de 620 milhões de dólares do EximBank e vai ser implementado por uma empresa chinesa, a Chinese Transtech Engineering Corporation. (FOSTER et al, 2008).

Com relação aos projetos de rodovias segundo o estudo do Banco Mundial, os chineses estão envolvidos em mais de 18 projetos para construção e reabilitação de mais de 1,400 km de rodovias, com financiamento de mais de 100 milhões de dólares em Angola, por exemplo. Atividades de construção de rodovias também vêm sendo feitas na Etiópia e em Botsuana. Grande parte delas são feitas pela empresa chinesa China Road and Bridge Corporation (CRBC).

Além dos setores de geração de energia e transportes destaca-se ainda o envolvimento dos chineses em projetos de infra-estrutura ligados a fornecimento de água e saneamento. Os empréstimos são mais dirigidos a necessidades sociais imediatas através da construção de pequenas represas voltadas para fornecimento de água em países como Cabo Verde, Moçambique e Angola.

V.4. Ajuda Externa

A expansão dos investimentos chineses na África está fortemente relacionada ao aumento dos fluxos financeiros concedidos aos governos africanos, a partir de instituições chinesas, como o China EximBank. Estes fluxos, que são concedidos também a empresas chinesas dispostas a investir externamente, são parte fundamental da estratégia chinesa de expansão não apenas para a África mas para diversos países.

A ajuda externa corresponde a fluxos financeiros que se dirigem tanto através de linhas de créditos especificamente dirigidas a projetos voltados ao desenvolvimento, ligados a projetos de infraestrutura e também para áreas sociais ou humanitárias, além de recursos destinados a projetos de cooperação ou assistência técnica em diversas áreas.

No caso da China na África, a ajuda se dá principalmente através de grandes fluxos financeiros que são concedidos a governos africanos por meio de empréstimos. Estes têm sido um componente importante da aproximação chinesa no continente e é parte fundamental da articulação interna de aproximação que une as empresas estatais, o governo e as instituições financeiras. Outra parte dos fluxos financeiros são destinados ao apoio de projetos de assistência técnica, projetos de cooperação, cancelamento de dívidas, que também são considerados como “ajuda” financeira.

Grande parte destes fluxos, principalmente os empréstimos, surge a partir do China Development Bank e principalmente do EximBank, o Banco de exportação e importação chinês de propriedade estatal e que opera a serviço do governo, realizando empréstimos, oferecendo garantias, créditos à exportação e cancelamento de dívidas. Os fluxos a partir do EximBank vêm aumentando substancialmente nos últimos anos, o que explica a vantagem que a China assume na disputa por projetos de exploração de recursos e investimentos externos. Em 2010 o EximBank concedeu um total de U\$ 32 bilhões de fluxos financeiros,

incluindo créditos a exportação, empréstimos concessionados e garantias. (EximBank Anual Report, 2011).

A grande dificuldade com relação à descrição da ajuda financeira chinesa é que, ao contrário dos fluxos de comércio e Investimentos Diretos Externos, que são declarados oficialmente através das bases de dados do país e de boletins fornecidos pelo Ministério do Comércio, o governo chinês não disponibiliza os dados totais de ajuda financeira, tal como fazem os países ocidentais. Há uma forte relutância por parte do governo em divulgar estes dados. Os poucos dados disponibilizados pelo governo e pelas instituições financeiras, como o EximBank, não são desagregados, nem por países nem por setores. (Ver Box 1). Essa dificuldade faz com que alguns autores procurem adicionar as estatísticas disponíveis algumas estimativas mais detalhadas, elaboradas com base em documentos oficiais e declarações do governo chinês.

Box 1 – Ajuda externa chinesa e as dificuldades de mensuração e comparação

Um dos maiores problemas na investigação da presença chinesa na África relaciona-se a carência de dados oficiais divulgados pelo governo chinês, principalmente com relação a “ajuda financeira”. Ao contrário dos Investimentos Diretos, os empréstimos, doativos, créditos e cancelamento de dívidas realizados pelo governo chinês aos governos africanos não são bem divulgados. Isto se apresenta como um grande desafio já que estes empréstimos e doações, assim como o cancelamento de dívidas, tem sido amplamente utilizados pela China na África, sendo parte importante do projeto mais amplo de cooperação e expansão das empresas, funcionando muitas vezes como uma “moeda de troca” nas negociações envolvendo a expansão das empresas chinesas na África. Os países ocidentais, mais especificamente os países membros da OECD e da Development Assistance Committee (DAC), procuraram sistematizar os dados relativos à ajuda financeira aos países em desenvolvimento criando uma classificação comum, a ODA (Official Development Assistance), que facilita a mensuração e comparação entre os países. A ODA é definida como “fundos e assistência técnica, oferecida a partir de termos específicos e privilegiados, primariamente para promover o bem estar e desenvolvimento econômico, em países em desenvolvimento e com baixos níveis de vida”. As doações são incorporadas automaticamente como ODA, mas os empréstimos tem que seguir regras tais como taxas de juros abaixo daquelas praticadas pelo mercado e longos períodos para pagamento. O custo total de um “empréstimo ODA” deve estar 25% abaixo do custo de um empréstimo comercial normal.

Além da classificação ODA, os membros da OECD utilizam também os OOF (other official fluxs) que incluem transações bilaterais oficiais que facilitam a exportação. Inclui também fundos do governo que dão suporte a investimentos privados realizados em países em desenvolvimento.

O grande problema com as estatísticas chinesas é que os fluxos financeiros não estão reunidos em algo do tipo da ODA ou OFF. Eles estão dispersos e são divulgados de maneira separada em estatísticas oficiais ou declarações do governo. Uma causa para isso seria, segundo Brautigam (2009), o fato de que existem dentro da China muitas críticas com relação a postura do país em ajudar outros países – dadas as desigualdades profundas que persistem na China.

Diante disso, principalmente para fins de comparação com os dados relativos a ajuda realizada pelos membros da OECD, alguns autores procuram reunir as diversas fontes de dados chinesas em uma classificação única relativa à ajuda externa. Brautigam (2009) procurou fazer isso reunindo estas fontes e estimando os valores envolvidos na ajuda chinesa, como veremos mais abaixo.

Como mencionado, a importância de tentar mensurar a ajuda financeira chinesa na África deve-se ao fato de que ela tem sido um componente fundamental da estratégia de aproximação do país, ao lado dos investimentos, dirigidos principalmente a países que podem

atender à demanda por bens primários. Esta estratégia de aproximação corresponde a uma articulação interna realizada pela China, que une grandes empresas estatais, governo e instituições de financiamento. Ainda que não se possa falar de um modelo ou padrão, parece clara a existência de uma política externa a partir de uma convergência entre os objetivos das empresas e os objetivos estratégicos do Estado chinês, voltados principalmente para a garantia de recursos naturais e para expansão de mercados. Todos estes objetivos fariam parte da mesma estratégia.

No topo desta articulação e no centro de operações da política chinesa está o governo, através do Ministério do Comércio, a partir do qual emana uma série de outros órgãos tanto voltados à articulação política e diplomática como também responsáveis pela garantia de financiamento. (BRAUTIGAM, 2009).

Ao lado do Ministério do Comércio estão o Ministério dos Assuntos Exteriores e o China Eximbank, formando assim as três instituições centrais envolvidas na política externa de cooperação econômica chinesa.⁴⁴

Como dito, grande parte da ajuda financeira que a China concede aos países é feita justamente por meio do EximBank. Na África a expansão dos investimentos foi feita após a assinatura de diversos acordos de empréstimos que previam quantidades volumosas de crédito a vários países africanos, como Angola, RDC e Nigéria. O Eximbank tem portanto papel fundamental nos assuntos estratégicos chineses e nas decisões relativas à política de investimento e ajuda externa. Para muitos autores ele é o centro da estratégia global chinesa.

O EximBank foi fundado em 1994 de propriedade exclusiva do estado chinês, tendo 18 ramos de negócios domésticos e 3 escritórios representativos externos: um na África, o Representative Office for Southern & Eastern África, outro na França, o Paris Representative Office e outro na Rússia, o St. Petersburg Representative Office. (EXIMBANK, Anual Report, 2011).

O objetivo geral do Banco, de acordo com documentos oficiais da instituição, é facilitar a exportação e importação de produtos chineses dos mais diversos ramos e setores,

⁴⁴ O Ministério das Finanças (quarto pilar do State Council chinês) também influencia nas questões externas, por exemplo nos assuntos relativos a cancelamento de dívidas de outros países e até de concessão de empréstimos, mas é menos importante que o EximBank (BRAUTIGAM,2009). Dentro do Ministério do Comércio existem ainda três órgãos que participam da política externa: o Departamento de Ajuda Externa, o Executive Bureau os Foreign Ecoomic Cooperation e o Department od International Economic Cooperation. No caso do Ministério dos Assuntos Exteriores há um papel importante de convergir os interesses de expansão econômica das empresas com os objetivos políticos do governo chinês.

além de dar apoio a empresas chinesas, permitindo que elas operem com vantagens comparativas em seus contratos e projetos externos de investimento, promovendo o relacionamento da China com outros países e a cooperação internacional. Além disso, o banco atua também em projetos realizados pelo próprio governo chinês, todos estes voltados principalmente para grandes projetos de infraestrutura e construção. (EXIMBANK, Anual Report, 2011)

De acordo com Brautigam (2009) cerca de 60% do portfólio do EximBank consiste atualmente de créditos concedidos para exportadores (*exports sellers's credits*), que são empréstimos preferenciais concedidos a empresas chinesas que operam fora da China. Há também uma parcela do portfólio destinado aos *exports buyers's credits*, que são créditos concedidos a compradores das exportações chinesas. Além destes créditos o EximBank oferece também os “*concessional loans*”, empréstimos realizados com taxas de juros baixas e prazos longos e ainda as “garantias”.

O Eximbank possui atualmente um volume de recursos muito elevado, aumentando a cada ano sua capacidade de financiamento. A Tabela 4 apresenta o portfólio do banco ao longo dos últimos anos.

Tabela 4 - China Eximbank – Portfólio (bilhões de dólares) (2006-2010)

	2006	2007	2008	2009	2010
<i>Exports seller's credits</i>	12,8	16,3	19,4	25,8	21,5
<i>Exports buyer's credits</i>	1,9	2,3	2,7	4,3	4,9
Garantias	0,5	1,2	1,2	1,0	1,5
<i>Concessional loans</i>	0,7	1,1	1,8	3,0	5,0
<i>Total</i>	15,9	20,9	25,2	34,1	32,9

Fonte: EximBank Annual report, 2010. (conversão própria do reimimbi para dólar); Brautigam, 2009 (estimativa)

Uma ideia mais clara da dimensão destes valores pode ser obtida mediante a comparação com os montantes oferecidos pelo Banco Mundial nos anos recentes. Segundo o Banco Mundial, em 2010 foram oferecidos cerca de 43 bilhões de empréstimos e ajuda externa, isto inclui montantes referentes aos recursos do *International Bank of Reconstruction and Development* (IBRD) e do *International Development Association* (IDA), ambas classificações do Banco Mundial (World Bank Annual Report 2012). Os empréstimos do EximBank alcançaram portanto em 2010 quase o volume total dos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial (32,8 bilhões de dólares).

Ainda segundo dados do Banco Mundial, daquele valor total de empréstimos concedidos a todo o Mundo em 2010, 16% foram destinados a África, o que representa cerca de 6,8 bilhões de dólares (World Bank, Anual report, 2011). Tal valor representaria pouco mais do que o total investido pelo EximBank na África, segundo as estimativas elaboradas por Brautigam (2009)⁴⁵. De acordo com a autora, os dados do Eximbank e as estimativas realizadas revelam que já em 2007 o Eximbank sozinho concedeu apenas para a África cerca de 6 bilhões de dólares, incluindo tanto os *concessional loans* como os créditos e garantias.

Mas os empréstimos e garantias oferecidas pelo EximBank não são os únicos instrumentos através dos quais a China se aproxima financeiramente dos países africanos.

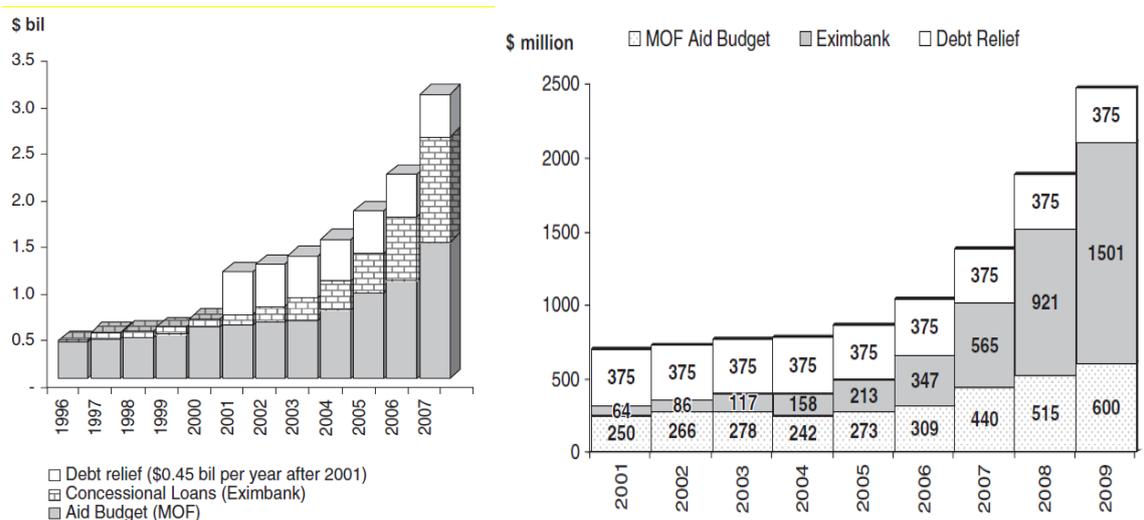
Para se ter uma noção da ajuda financeira seria preciso somar aos valores do EximBank a parcela do orçamento do governo chinês que é destinada à ajuda externa, a *external assistance*. Estes valores são disponibilizados pelo governo em suas estatísticas oficiais. Desde os anos 90 a assistência externa chinesa para o mundo vem aumentando progressivamente e já em 2006 ultrapassa os 1 bilhão de dólares. Em 2009 este montante chega a 1.5 bilhão. Deste total, a assistência dirigida à África representou em 2009 cerca de 600 milhões de dólares. (National Bureau of Statistics of China).

Além desta parte do orçamento também é preciso considerar como outro componente dos fluxos financeiros chineses (além dos *concessional loans* do EximBank e da Assistência externa) as dívidas canceladas (*debts relief*). Segundo estimativas de Brautigam os valores relativos aos cancelamentos de dívida totais realizados pela China chegam a cerca de 400 milhões de dólares anuais a partir de 2000 até 2008.

Para Brautigam, estes 3 itens juntos (*concessional loans* do EximBank, assistência externa e cancelamento de dívida) podem dar uma dimensão aproximada da ajuda externa chinesa realizada no mundo e na África. Os gráficos abaixo mostram os resultados.

Gráfico 26 – China: Ajuda externa para o Mundo (a); e ajuda externa para África (b)
(a) (b)

⁴⁵ O valor total do portfólio do EximBank não é divulgado pela China. Isto porque, o banco a partir de 2002 parou de divulgar em seu anuário o montante de financiamento dos *concessional loans*, sendo divulgado apenas os *exports buyer's credits*, *seller's credits* e garantias. Brautigam então estimou a partir de 2002 o volume dos *concessional loans* realizados pelo Eximbank não só na Africa mas em todo o Mundo. A partir dos valor divulgado em 2001, de US\$ 128 milhões de dólares e com base em proposta firmada pelos representantes do EximBank, publicada em documento oficial, que previa um crescimento de 35% ao ano nos empréstimos, a autora estimou o volume dos anos seguintes.



(a) Na ordem em que aparecem: Cancelamento de dívidas (\$0.45 bilhões por ano depois de 2001), Empréstimos concessionados (EximBank) e ajuda orçamentária; (b) Ajuda orçamentária, empréstimos Eximbank e Cancelamento de dívida
Fonte: BRAUTIGAM, 2009.

No gráfico da esquerda o total da ajuda externa chinesa para o Mundo, a partir da soma dos três itens discutidos anteriormente. Como se percebe os volumes aumentam substancialmente deste a segunda metade dos anos 90, alcançando em 2007 quase 3,5 bilhão de dólares. No gráfico da direita o volume total destinado à África da ajuda chinesa na última década que alcança em 2007 quase 2,5 bilhão de dólares.⁴⁶

Este esforço no sentido de mensurar a ajuda externa que a China realiza na África através da incorporação dos vários canais através dos quais esses fluxos financeiros ocorrem foi realizado por Brautigam para que se pudesse ter uma noção da amplitude destes montantes e do quando a presença chinesa é significativa. Unindo estes canais consegue-se estabelecer comparações com a presença de outros países na África, permitindo assim o maior entendimento da dimensão da presença chinesa no continente.

Como dissemos anteriormente no Box 1, outros países, membros da OECD, estipularam uma medida única do que eles chamam de ajuda externa, que é a ODA (*official development assistance*) que representaria a união daqueles instrumentos de ajuda que, no caso da China, foi preciso um esforço para unir.

⁴⁶ Há que se ressaltar que esse resultado final contempla apenas o financiamento do EximBank via “**concessional loans**”, que foram estimados pela autora porque não são divulgados. Ao lado destes empréstimos há também, como mostrado anteriormente, os créditos a exportação e as garantias. Quando somados estes dados a ajuda total externa chinesa aumenta substancialmente, alcançando para o Mundo mais de 30 bilhões de dólares e os quase 6 bilhões só para a África realizada em 2009.

As estatísticas da OECD oferecem os dados relativos à ajuda realizada pelos países membros tanto no mundo como por continentes e países. A Tabela a seguir apresenta o montante de ODA concedida por alguns países membros para a África nos últimos anos e também a ajuda chinesa.

Tabela 5 – África: Ajuda externa oficial (ODA) - Países OECD e China (bilhões de dólares) 1999-2010

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DAC countries	11575,1	11624,49	10994,12	14659,43	20660,66	22798,89	28969,81	37036,29	30255,04	36706,66	35930,15	34192,84
França	2663,1	2065,25	1929,05	3256,95	4724,45	4636,78	5656,96	6512,53	4892,34	5460,83	5522,02	5957,57
Alemanha	1177,13	845,58	859,31	1239,8	2353,7	1794,48	3143,4	4103,38	2494,35	3631,32	2394,85	2993,71
Japão	1166,1	1239,32	1374,57	977,03	858,59	2506,69	2365,16	3922,56	2734,03	2055,11	1894,11	3828,46
Inglaterra	810,77	1177,14	1282,85	1082,94	1550,11	2454,52	3958,73	5611,3	2825,35	2813,22	4330,86	1676,9
Estados Unidos	2357,03	2571,89	2085,51	3147,93	4962,73	4398,27	5134,27	6887,38	7624,63	10970,61	9873,01	9626,09
China			689	727	770	775	861	1031	1400	1800	2500	

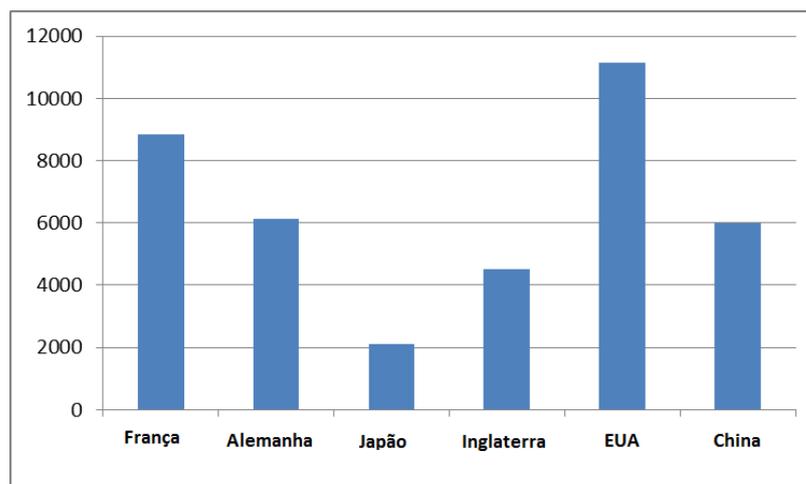
Fonte: OECD <http://stats.oecd.org/#>; China: Brautigam, 2009 (Estimativa a partir dos dados EximBank, National Bureau of Statistics of China)

Estes dados dizem respeito apenas a ajuda para o desenvolvimento (ODA) realizada pelos membros da OECD e a ajuda total chinesa (medida através da soma dos empréstimos concessionados do EximBank, a assistência externa e o cancelamento de dívida). Assim tem-se que em 2009, por exemplo, a China esteve próxima a países como Alemanha e Japão num total de 2,5 bilhões de dólares.

No entanto, é preciso somar a ODA outros fluxos, os OOF (*other official fluxs*) e também os fluxos privados. Estes fluxos são computados separadamente dos fluxos da ODA, representando créditos à exportação e outros, além dos fluxos privados. No caso da China vamos inserir aqueles outros componentes do EximBank (os exports buyer's credits, seller's credits e garantias dirigidos à África).

Quando inserimos estes outros fluxos os montantes de ajuda externa aumentam para todos, mas no caso da China há um aumento substancial, colocando o país como um dos maiores financiadores da África nos anos recentes. Como vimos anteriormente, o total investido pelo EximBank destes fluxos (os créditos à exportação) são muito significativos. O gráfico abaixo apresenta a posição dos países em 2009, quando inserimos junto a ODA os OOF e fluxos Privados.

Gráfico 27: Ajuda externa total para a África (ODA+OFF+privados) países da OECD e China (bilhões de dólares) (2009)



Fonte: OECD Stats; BRAUTIGAM, 2009.

Como se percebe, a China vem se posicionando como grande fornecedora de recursos ao continente africano. Em 2009 o país fica ao lado de países como Alemanha e à frente do Reino Unido e Japão como grandes provedores da ajuda externa à África.

Esta realidade da expansão dos empréstimos do EximBank e da ajuda oferecida pelo governo à África faz parte, como dito anteriormente, de um projeto amplo de fortalecimento das relações da China com diversos países africanos, que resulta em grande medida de um esforço político voltado para estabelecimento de canais diplomáticos e âmbitos de discussão relacionados a projetos de cooperação, seja dentro do Ministério do Comércio como do Ministério dos Assuntos Exteriores ou do FOCAC (Fórum de Cooperação China-África). Estas instituições são bases fundamentais para a promoção da expansão dos financiamentos chineses e dos programas de cooperação.⁴⁷

A atuação de vários âmbitos de governo, juntamente com as empresas e as instituições de financiamento conformam a articulação interna chinesa. As instituições financeiras, principalmente o Eximbank, fornecem o diferencial da política chinesa. Isto porque os

⁴⁷ Vale ressaltar ainda que além das instituições voltadas para o esforço diplomático de cooperação, existem outros atores envolvidos nas questões ligadas à expansão para África, entre eles está o Exército e setores do governo ligados a Defesa e Inteligência. Seu envolvimento relaciona-se a um componente importante da política externa chinesa recente, qual seja a questão da segurança internacional. A política chinesa para a África teria um caráter estratégico não apenas porque é pautada pela necessidade de acesso a recursos energéticos e primários, mas também porque estes objetivos relacionam-se a um projeto de conquista de pontos importantes para segurança do país. Em 1998, por exemplo, é criada uma comissão militar (Peoples Liberation Army (PLA) para preparar uma base para a nova política de defesa dirigida ao continente africano na qual envolveram-se vários órgãos regionais, todos parte do Ministério da Segurança chinês. (Executive Research Associates-ERA, 2009).

empréstimos concedidos a empresas chinesas e a governos africanos que demandam recursos para suprir carências históricas é crucial na vantagem que os chineses têm em relações a outros investidores. Como bem resumem Cardenal e Araújo (2011)

Al empuje del sector privado chino hay que añadir, por otro lado, la eficacia de un modelo chino que pone su fabulosa pegada financiera al servicio de los objetivos estratégicos nacionales. La financiación casi ilimitada que ofrecen los «bancos de desarrollo» chinos como el Exim Bank y el China Development Bank (CDB), suponen una ventaja comparativa de incalculable valor en una época dominada por arcas vacías y mercados secos de liquidez. De entrada, sus préstamos sirven para que las empresas estatales de sectores extractivos compren activos estratégicos, cierren acuerdos de suministro a largo plazo o desarrollen proyectos para la explotación de recursos naturales; o, también, para que sus constructoras vayan a las licitaciones de obras internacionales con el paquete financiero más tentador del mercado. Además, los fondos del Exim Bank y del CDB son recurrentes para conceder a países como Irán, Ecuador, Venezuela, Angola o Kazajistán, entre muchos otros, créditos millonarios casi siempre garantizados con petróleo y bajo condiciones habitualmente clasificadas como confidenciales. Apesar de la crisis, Pekín se convirtió en 2009-2010 en el primer prestamista del planeta al conceder en esos dos años más de 110.000 millones de dólares en créditos, superando al Banco Mundial. El arma financiera no puede ser más letal: ser el banquero del mundo sirve al gigante asiático para apuntalar su diplomacia e influencia internacionales, pero también para dar a China S.A. —el triunvirato formado por Estado-Partido, bancos y empresas estatales— la munición necesaria para desbancar, como hemos comprobado en un sinfín de países, a sus competidores. Todo ello sin rendir cuentas a nadie. (CARDENAL E ARAÚJO, 2011).

V.4.1. Migração

Um ponto importante da expansão chinesa na África, mas que não trataremos de maneira detalhada no trabalho, diz respeito à migração da população chinesa na África. Vários autores têm tratado deste fenômeno (CARDENAL e ARAÚJO, 2011; KAPLINSKY e MESSNER, 2008; GRIMM, 2011) que reflete principalmente a ampliação das relações econômicas sino-africanas.

Como ressalta Klaplinsky e Messner (2008), a migração da população chinesa pode ser vista como um dos pontos chave do processo de expansão e um canal de impacto fundamental que a China promove nos países africanos. Segundo os autores este movimento migratório representa fenômeno histórico, em que povos asiáticos migram para África, Europa, América do Norte e Austrália há séculos. Mais recentemente tem se observado um aumento dos migrantes chineses na África Subsaariana.

Estima-se que entre 3 e 7 milhões de chineses saíram de seu país entre os séculos XVII e XX em busca de oportunidades. No século XX, diante da repressão comunista e para fazer

frente à guerra ideológica, o Estado exportou recursos humanos a países de terceiro mundo para alimentar a guerra ideológica. Milhares de chineses foram enviados para trabalhar como doutores, engenheiros agrícolas e pedreiros. Neste momento a África começa a se acostumar com a presença chinesa, principalmente com a construção da rodovia Tamzam onde estiveram cerca de 25 mil trabalhadores chineses.

Segundo Cardenal e Araújo (2011) a população chinesa vivendo atualmente na África do Sul, por exemplo, cresceu de 4 mil em 1946 para 10 mil em 1980 e para 20 mil em 1994. Em 2004 já eram 200 mil chineses. A população chinesa de Lusaka, capital da Zâmbia, cresceu de 3 mil para 30 mil entre 1995 e 2005. As comunidades migrantes chinesas têm crescido em várias partes da África, oriundas principalmente de regiões pobres da China.

Johanesburgo tem a maior população chinesa da África. Estima-se que existam cerca de 300 mil chineses migrantes. A maior parte destes migrantes era, até os anos 2000, proveniente de Pequim e Shangai, que iam para África trabalhar nas empresas estatais chinesas. Mas na medida em que estas pessoas ficavam no país algumas decidiam ficar na África do Sul, muito em função dos melhores salários. Alguns conseguem sucesso em alguns empreendimentos, criando redes de negócios em todo Sudeste da África. (GRIMM, 2011)

Jovens que se aventuram em negócios próprios, muitas vezes ligadas ao comércio e venda de porta a porta são comuns em vários países africanos⁴⁸. Muitos conseguem êxito envolvendo-se em negócios pequenos, como fábricas de vestuário localizadas em bairros periféricos de grandes cidades, como Cairo, no Egito, recebendo matérias-primas e artigos intermediários chineses (mais baratas) e utilizando trabalhadores chineses mas também africanos (que aceitam trabalhar por menos que os próprios chineses). Muitos conseguem aos poucos converter-se de funcionários a empresários, subindo na cadeia produtiva, através da utilização de seus próprios contatos na China, efetuando acordos com importadores têxteis e formando seus próprios negócios. (CARDOSO e ARAÚJO, 2011).

Na China existe atualmente uma facilidade muito maior de saída do país para viver em outros lugares. Migrantes oriundos principalmente de regiões mais pobres ou que sofreram perda de empregos com os processos de privatização não vêem grandes dificuldades para entrar em países onde existe também pouco controle de entrada, como muitos países africanos.

⁴⁸ Cardoso e Araújo (2011) relatam o caso de Lan, uma jovem chinesa que vende artigos de vestuário no Cairo, de porta a porta para mulheres do Cairo. Milhares de homens e mulheres integram esse que se chama no Egito de «shanta sini», ou chineses de bolsa, um exercito de emigrantes que chegam de partes pobres da China muitas vezes de forma irregular e sem visto de permanência, ocupando pequenas posições no setor têxtil.

Uma questão importante com relação à expansão da população chinesa no mundo diz respeito a como ela pode ter um impacto regional significativo. Tem-se o impacto no empresariado local, que de repente se depara com uma perda de espaço diante de uma concorrência imbatível com relação a custos. Segundo Pal Nyri, a expansão dos chineses empreendedores representa a emergência de um empresariado global, vinculado a redes de negócios multifuncionais de grande mobilidade e grandes fluxos de capital, bens e informação, que mantêm um caráter marginal das sociedades em que se insere. (PAL NYRI apud CARDOSO E ARAÚJO, 2011).

V.5. Conclusão

Como se observou as relações entre a China e África vêm se intensificando consideravelmente nos últimos anos. Fluxos comerciais, investimentos, empréstimos e até mesmo a migração chinesa para a África aumentam a partir da última década.

O estabelecimento da China como pólo comercial mundial vem fazendo com que o país amplie estas relações com os países da África, a partir de um imperativo relacionado à necessidade de acesso aos recursos primários. Tanto os fluxos comerciais como os investimentos na região estão ligados ao acesso a recursos primários, ainda que a busca por mercados de consumo também venha determinando o perfil dos investimentos chineses no continente.

A descrição do quadro geral da aproximação da China na África permitiu observar que alguns países tais como África do Sul e Angola estão entre os que mais exportam para China os produtos primários, tais como petróleo e minério. Estas vem sendo as principais exportações africanas para a China nos últimos anos.

Já as exportações chinesas para a África distribuem-se por diversos países e correspondem a artigos manufaturados, bens leves e também equipamentos de transporte e maquinários.

Com relação aos investimentos observa-se um peso importante dos IDEs para o setor de energia, extração de petróleo e minérios. Diversos projetos distribuem-se por toda a África voltados para exploração primária.

Além disso os investimentos chineses no setor de infraestrutura na África são consideráveis. Grandes montantes de recursos são disponibilizados para construção de

hidrelétricas, ferrovias, rodovias, represas e diversos outros projetos essenciais para a recuperação das economias africanas, muitas delas destruídas pelas guerras nos anos 90.

Como se observou a aproximação chinesa na África ocorre a partir de uma articulação interna dirigida para a ampliação das relações sino-africanas. Esta articulação uniria três elementos: o governo chinês, interessado na garantia do fornecimento dos artigos primários essenciais a continuidade do crescimento do país; as instituições financeiras, principalmente o EximBank, que dispõe de um volume substancial de recursos; e as empresas estatais chinesas.

A partir dessa articulação o movimento geral parece seguir certa lógica de aproximação. O governo, amparado em uma capacidade financeira surpreendente, se dirige aos países africanos oferecendo grandes volumes de recursos, através de créditos e empréstimos aos países africanos. Nesse momento o papel das instituições financeiras e principalmente do EximBank é fundamental, concedendo empréstimos volumosos, a prazos longos e sem condicionalidades.

Com os acordos financeiros consolidados, as empresas chinesas entram nos países africanos, investindo em projetos de exploração de recursos primários, principalmente de petróleo e mineração. Além disso as empresas chinesas entram também na área de construção, assumindo a condução dos projetos de infraestrutura que ela mesma financia. Juntamente com estes investimentos e de olho no mercado de consumo africano, empresas chinesas da área de manufatura e telecomunicações também se expandem para África, construindo subsidiárias e vendendo produtos manufaturados.

É a partir desta articulação que se explica o aumento surpreendente dos fluxos comerciais e de investimentos observados entre a China e a África. As empresas chinesas estabelecem-se na África e a partir daí garantem o fluxo de recursos naturais. Estas empresas têm vantagens com relação a outras empresas estrangeiras, uma vez que o governo chinês, por meio do EximBank, tem a capacidade de conceder empréstimos de grande porte para governos que precisam de recursos.

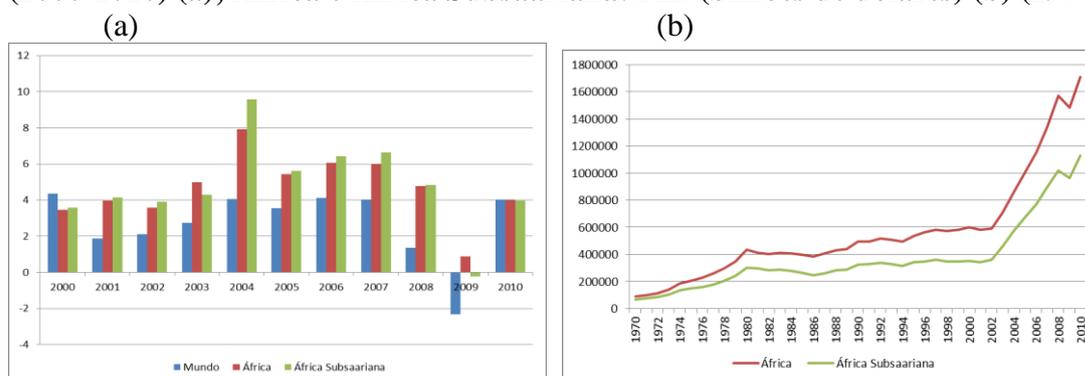
VI. A RETOMADA DO CRESCIMENTO AFRICANO E A CONTRIBUIÇÃO CHINESA – ÁFRICA DO SUL, ANGOLA E ZÂMBIA

VI.1. Introdução – África atual: expansão e crescimento econômico

Contrariamente ao quadro de recessão e crise das últimas décadas do século XX, nos primeiros anos do século XXI observa-se uma mudança na trajetória de grande parte das economias africanas. Após quase três décadas de crise de endividamento e recessão, a partir dos anos 2000 boa parte dos países do continente vêm apresentando sinais de avanço nas taxas de crescimento do PIB e PIB per capita, maior inserção no comércio internacional e melhora nos índices de pobreza.

Entre 2000 e 2010 o continente cresceu em média 5,12% ao ano, contra 1,59% de crescimento das economias avançadas no mesmo período e 2,76% de crescimento mundial (UNCTAD, 2012). A África Subsaariana cresceu 5,3% neste período. O Gráfico 28 apresenta as taxas médias de crescimento do PIB anual.

Gráfico 28 - Mundo, África e África Subsaariana: Taxa média de crescimento do PIB (2000-2010) (a); África e África Subsaariana: PIB (bilhões de dólares) (b) (1970-2010)



Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2013.

Como se observa desde os anos 2000 o continente apresenta melhora na taxa média de crescimento do PIB anual. Em 2004 a África chega a crescer 8% e a África Subsaariana a quase 10%. Após a piora nos resultados com a crise econômica de 2008, em 2010 já se observa uma retomada, com crescimento do continente ficando em 4% nesse ano.

Em 2010 o PIB da África foi de US\$ 1,71 trilhões e da África Subsaariana de mais de 1 trilhão de dólares (UNCTAD). Desde o início da década o PIB africano dobrou (em 2000 alcançava a marca dos 600 bilhões de dólares). No caso da África Subsaariana o aumento foi

ainda maior: o PIB em 2000 era de cerca de 300 bilhões de dólares. Se comparado às últimas décadas do século XX, como visto no Capítulo III, tais resultados ganham ainda mais notoriedade. Naquele período o PIB africano e da África Subsaariana cresceram bem abaixo das necessidades do continente, agravando a situação de países que já conviviam com problemas de endividamento. A partir dos anos 2000 a mudança é visível.

Um dado importante do crescimento africano recente é que, embora as maiores economias ainda sejam as do norte, como Egito e Nigéria - mais a África do Sul -, países da África Subsaariana vem apresentando grande dinamismo, como Angola por exemplo. Entre 2000 e 2009 o país apresentou uma taxa média anual de crescimento do PIB de 10,9% e um PIB de 82 bilhões de dólares em 2010. Países como Guiné Equatorial, Chade e Etiópia também vem apresentando taxas altas de crescimento.

Apesar do crescimento, o PIB per capita dos países africanos ainda é baixo, principalmente os da África Subsaariana. Em 2010, apesar dos mais de 1 trilhão de dólares, o PIB per capita da região foi de apenas 2,3 mil dólares. Ainda assim mesmo o PIB per capita de diversos países vem apresentando aumento. Em 1990 a média do PIB per capita da África Subsaariana era de 628,77 dólares, em 2010 já passa para 5748,93. As Tabelas abaixo apresentam os resultados de PIB e PIB per capita por países.

Tabela 6: África, África Subsaariana e países africanos: Taxa média de crescimento anual do PIB dos países africanos entre 2001-2011

África	4,76	Botsuana	4,2
África Subsaariana	5,6	Senegal	4,2
Guiné Equatorial	16,0	Lesoto	4,1
Chade	11,2	Mauritania	3,9
Angola	10,8	Mauritius	3,9
Nigéria	8,8	Djibouti	3,8
Serra Leoa	8,8	Tunísia	3,8
Etiópia	8,3	Benin	3,8
Ruanda	8,2	Argélia	3,7
Moçambique	7,9	Burundi	3,7
Uganda	7,4	Gambia	3,5
Niger	7,1	África do Sul	3,5
Tanzânia	6,9	Camarões	3,4
Gana	6,6	Libéria	3,3
Cabo Verde	5,9	Guiné	2,9
Burkina Faso	5,7	Madagascar	2,9
Zâmbia	5,7	Guiné-Bissau	2,8
Sudão	5,4	Seychelles	2,7
Mali	5,4	Togo	2,7
República Democrática do Congo	5,1	Comoros	2,6
São Tomé e Príncipe	5,0	Suazilândia	2,4
Marrocos	4,9	Gabão	2,1
Congo	4,9	República Centro Africana	1,9
Egito	4,6	Eritreia	1,9
Malawi	4,6	Costa do Marfim	0,6
Namíbia	4,6	Libia	-1,5
Quênia	4,5	Zimbábue	-2,9

Fonte: IMF, World Economic Outlook Database, 2013

Tabela 7 – Países africanos: PIB total (Paridade Poder de Compra - bilhões de dólares) (2010)

África	1,736,610		
África Subsaariana	1,818.254	Guiné Equatorial	17.395
África do Sul	528.035	Congo	17.106
Egito	499.269	Mali	17.041
Nigéria	377.616	Namíbia	14.775
Argélia	250.071	Benin	13.945
Marrocos	152.334	Malawi	12.906
Angola	109.534	Ruanda	12.778
Tunísia	99.746	Niger	11.114
Líbia	95.952	Guiné	10.840
Sudão	87.446	Mauritania	6.702
Etiópia	86.389	Serra Leoa	6.270
Quênia	66.797	Suazilândia	6.079
Gana	64.759	Zimbábue	6.038
Tanzânia	62.459	Togo	6.035
Camarões	44.794	Burundi	4.872
Uganda	44.342	Eritreia	3.636
Costa do Marfim	37.088	Lesoto	3.556
Botsuana	27.809	República Centro Africana	3.480
Senegal	24.059	Gambia	3.290
República Democrática do Congo	23.171	Libéria	2.201
Moçambique	21.892	Djibouti	2.090
Gabão	21.566	Seychelles	2.065
Burkina Faso	20.771	Cabo Verde	1.912
Zâmbia	20.105	Guiné-Bissau	1.790
Madagascar	19.846	Sudão do Sul	n/a
Chade	18.821	Comoros	0.802
Mauritius	18.123	São Tomé e Príncipe	0.354

Fonte: IMF, World Economic Outlook Database, 2013

Tabela 8 – Países africanos: PIB per capita 2010 (dólares)

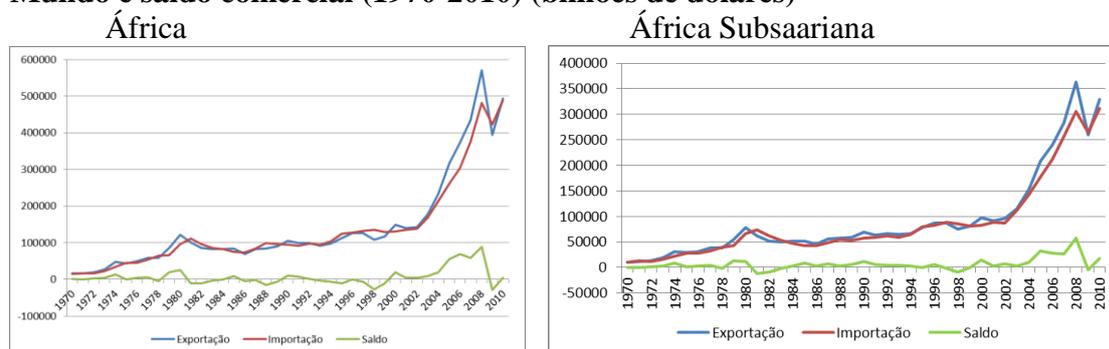
Líbia	11.239.482	Senegal	1.036.068
Guiné Equatorial	10.961.209	Chade	836.930
Seychelles	10.727.488	Comoros	817.608
Gabão	8.820.171	Quênia	809.754
Botsuana	8.142.801	Benin	740.994
Mauritius	7.575.391	Mali	614.180
África do Sul	7.270.802	Zimbábue	591.104
Namíbia	5.244.091	Ruanda	558.669
Argélia	4.572.871	Tanzânia	553.838
Angola	4.328.513	Gambia	550.187
Tunísia	4.199.346	Burkina Faso	544.403
Cabo Verde	3.242.193	Togo	527.069
Suazilândia	3.130.649	Guiné-Bissau	508.339
Congo	3.112.866	Uganda	508.026
Marrocos	2.850.864	Guiné	477.105
Egito	2.775.924	Moçambique	442.353
Sudão do Sul	1.690.740	Serra Leoa	435.714
Sudão	1.615.838	República Centro Africana	429.122
Nigéria	1.465.149	Madagascar	410.010
Djibouti	1.369.520	Eritreia	397.719
Gana	1.358.161	Niger	370.481
Zâmbia	1.221.256	Etiópia	350.051
São Tomé e Príncipe	1.215.487	Malawi	343.454
Lesoto	1.130.480	Libéria	342.000
Camarões	1.100.088	Burundi	242.210
Mauritania	1.065.510	República Democrática do Congo	186.263
Costa do Marfim	1.042.554		

Fonte: IMF, World Economic Outlook Database, 2013

Como é possível observar, apesar de alguns países como África do Sul, Egito e Nigéria continuarem assumindo a liderança como as maiores economias do continente, países como Argélia, Marrocos, Angola, Líbia e Sudão vem apresentando PIBs elevados. Com relação ao ritmo de crescimento, Angola, Guiné Equatorial e Chade se destacam na última década, ficando à frente até mesmo de economias maiores e mais diversificadas como Egito e Marrocos.

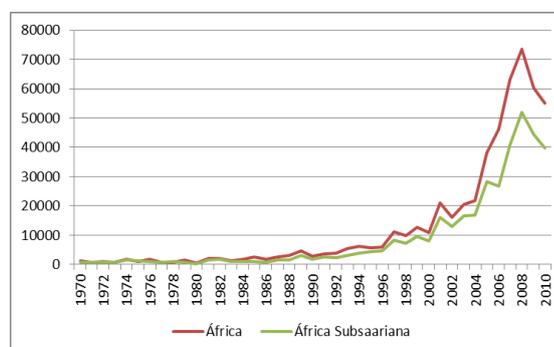
As respostas para os melhores resultados da década de 2000 relacionam-se em grande medida a uma melhora da inserção dos países africanos no comércio internacional, com as exportações de bens primários aumentando substancialmente. Como visto anteriormente, além do petróleo e derivados, os países africanos possuem grandes reservas de bens minerais como aço, cobalto, bauxita, zinco, alumina e carvão. Beneficiados pela alta dos preços dos artigos primários os países africanos expandem suas rendas de exportação e atraem investimentos.

Gráfico 29 - África e África Subsaariana: Exportações, Importações totais para o Mundo e saldo comercial (1970-2010) (bilhões de dólares)



Fonte: Unctad. UnctadStat Database, 2013

Gráfico 30 - África: África e África Subsaariana: Fluxo de IDEs totais recebidos (bilhões de dólares) (1970-2010)



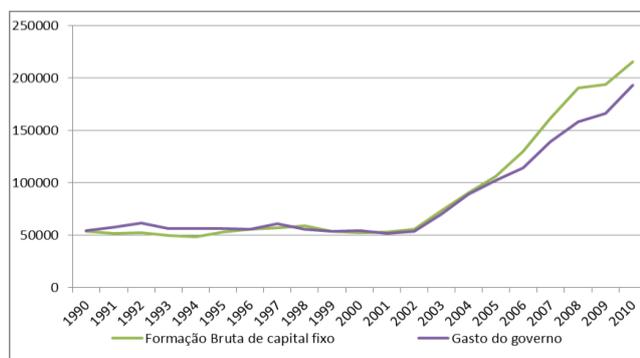
Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2013

O valor total exportado pelos países africanos aumentou consideravelmente. Em 2008 o total exportado chega a cerca de 60 bilhões de dólares. As exportações continuam muito dependentes de produtos primários (cerca de 80% do total exportado) e a participação dos bens manufaturados ainda é pequena na pauta africana.

A maior parte das economias do continente depende muito das exportações de produtos primários. Na primeira década do século XXI a participação das exportações no PIB da África Subsaariana foi em média 32,4%. (World Bank, 2011). Países como Angola, Nigéria, Argélia e Sudão contam com alta participação das exportações no PIB. No caso de Angola, a participação das exportações é muito alta (60% do PIB).

Dada a alta participação das exportações de primários no PIB, a melhora da inserção externa dos países africanos e o aumento das rendas de exportação têm sido fundamentais para o estabelecimento de um quadro macroeconômico mais favorável à expansão do crescimento. Observa-se desde os anos 2000 uma expansão dos gastos do governo e dos investimentos na África como um todo e também na África Subsaariana, como mostra o Gráfico abaixo.

Gráfico 31 – África: Formação Bruta de Capital Fixo e Gasto do Governo (1990-2010)
(milhões de dólares)



Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2013

No que se refere ao quadro político institucional também observam-se mudanças. As guerras e conflitos internos declinaram consideravelmente e tem permitido certa estabilidade na maior parte dos países africanos. O número de democracias africanas cresceu para 25, com a maior parte realizando eleições periodicamente. Os exércitos não são utilizados com tanta frequência e a figura de lideranças autoritárias também diminuiu. (*The Economist*, 2013). Países

como Angola, Serra Leoa, Chade, Eritréia e Libéria estão estáveis, e outros como Somália e Sudão convivem com conflitos menos violentos⁴⁹.

A melhora dos indicadores econômicos e do ambiente político também se reflete em uma melhoria dos níveis de renda e pobreza. Ao contrário das últimas décadas do século XX, período em que a desigualdade aumentou tanto na África como na África Subsaariana, a partir de 2000 observa-se uma melhora dos indicadores de desigualdade, com uma das exceções sendo a África do Sul, país que permanece como um dos mais desiguais do mundo, mesmo ao longo da década de 2000.

Como discutido no item II, grande parte da melhora dos países africanos corresponde a uma mudança na conjuntura da economia internacional, caracterizada pela melhora dos termos de troca para os países produtores de primários. A ascensão da China como consumidora de recursos naturais e também como produtora de artigos manufaturados tem papel fundamental nesta mudança.

A China se apresenta atualmente como um dos maiores consumidores de grande parte dos artigos primários produzidos mundialmente, aumentando suas importações e ampliando investimentos. Na África, tanto o comércio com a China como os investimentos chineses no continente cresceram fortemente na última década, assim como a ajuda financeira para alguns países, como visto no capítulo anterior.

Neste Capítulo pretende-se analisar de maneira mais detalhada como as economias africanas vêm respondendo às mudanças na economia internacional a partir dos anos 2000 e como tem se dado a expansão chinesa nos países africanos por meio do aumento do comércio e dos investimentos.

Para esta análise selecionou-se três países: África do Sul, Angola e Zâmbia, que são representativos da forma como cada economia do continente, a partir de suas especificidades e trajetórias distintas, vem reagindo a uma nova conjuntura que se diferencia amplamente daquela observada nas últimas décadas do século XX e até mesmo de períodos anteriores.

⁴⁹ Mesmo com a melhora geral alguns conflitos e tensões permanecem. O Mali, por exemplo, vem sofrendo intervenções externas para conter tropas rebeldes islâmicas. (*THE ECONOMIST*). Em Moçambique recentemente tensões entre rebeldes ligados a Renamo -acusados de assassinatos nos últimos meses - e o atual governo da Frelimo tem sido observados. Além disso as lutas pelo fim dos regimes ditatoriais do Norte da África, como na Líbia, Tunísia e Egito, vem encontrando dificuldades em meio a disputas políticas internas, muitas delas ligadas a questões religiosas.

Como visto anteriormente a África do Sul, a maior economia africana, é um dos principais parceiros comerciais da China na África e o maior receptor dos investimentos diretos chineses na região. Após um longo período de convívio com um regime ditatorial baseado na segregação racial, o país vem apresentando crescimento expressivo desde o início dos anos 2000. A expansão econômica é fundamental para uma sociedade que mesmo tendo conquistado os direitos políticos ainda enfrenta grandes desafios como o alto nível de desemprego, um dos maiores índices de desigualdade de renda do mundo e a pobreza de grande parte de sua população. O aumento das rendas de exportação de bens primários e a melhora das condições macroeconômicas têm permitido ao governo ampliar gastos e investimentos, ainda que a entrada das empresas e dos bens de consumo chineses venha causando impactos negativos em alguns setores da indústria no país.

O caso de Angola é bastante representativo da forma como a África vem reagindo à conjuntura externa que se estabeleceu nos últimos anos. O país que apresenta uma das maiores taxas de crescimento da África Subsaariana é fortemente dependente das exportações de artigos primários (petróleo) que aumentaram substancialmente nos últimos anos. Após uma guerra civil que só termina em 2002 Angola é atualmente um grande exportador de petróleo na África e o segundo maior exportador para China. Os investimentos chineses espalham-se pelo país em setores chave da economia como construção e infraestrutura. Grandes volumes de ajuda financeira concedidos pelo governo chinês tem tido papel fundamental na capacidade de expansão do gasto do governo em infra-estrutura.

O mesmo movimento de expansão dos investimentos chineses é observado na Zâmbia. País de economia relativamente diversificada e que sai de um período nos anos 90 marcado pela adoção de medidas neoliberais que pouco contribuíram para expansão da economia. Desde os anos 2000, com a expansão das exportações de cobre e a chegada dos Investimentos chineses em diversas áreas como na construção, o país vem crescendo em média 5% ao ano.

O Capítulo está dividido da seguinte forma: no item VI.2 analisa-se o caso da África do Sul, destacando o quadro macroeconômico do país e os motores do crescimento entre 2000 e 2010, além das medidas adotadas pelo governo neste período. Analisam-se ainda as relações comerciais entre o país e a China e os investimentos chineses na região, bem como a discussão das importações de têxteis chineses e os impactos na economia sul africana. O item VI.3 discute o caso de Angola, trazendo a descrição do seu quadro macroeconômico e as relações com a China na última década. Na sessão VI.4 trata do caso da Zâmbia, sua inserção na atual conjuntura e as relações com a China. O item VI.5 traz as conclusões.

VI.2. África do Sul

A África do Sul é a maior economia africana, com um PIB de cerca de 528.035 bilhões de dólares em 2010 que representa 21% do PIB total do continente. Desde 2000 o país vem crescendo a taxa média de 3,6% ao ano. (IMF, 2013). Com uma população de 50 milhões de pessoas, sendo 62% delas residindo nas cidades, o país tem também o maior PIB per capita do continente: 7.270 mil dólares em 2010 (o continente africano registra uma média de 1,6 mil dólares de PIB per capita). (IMF, 2013; UNCTAD, 2012).

A economia sul africana é a mais diversificada da África: o país possui grandes reservas minerais (44% das reservas mundiais de diamante, 82% das reservas de manganês e 64% das reservas de platina, além de reservas de ouro, aço e cromo); indústrias manufatureiras; além de um amplo setor de serviços que se expande nos últimos anos reunindo atividades comerciais e um setor financeiro consolidado. (Meredith, 2011, p. 655). Mesmo sendo uma economia diversificada, a África do Sul tem uma pauta de exportações muito concentrada em produtos primários. Aproximadamente 43% da pauta de exportações do país são de bens primários minerais como pedras preciosas, pérolas, ferro e aço, combustíveis minerais e óleos. Já as importações concentram-se em produtos com valor agregado maior e mais sofisticados, tais como reatores nucleares, veículos e suas partes, máquinas, equipamentos eletrônicos e produtos químicos e farmacêuticos. (BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

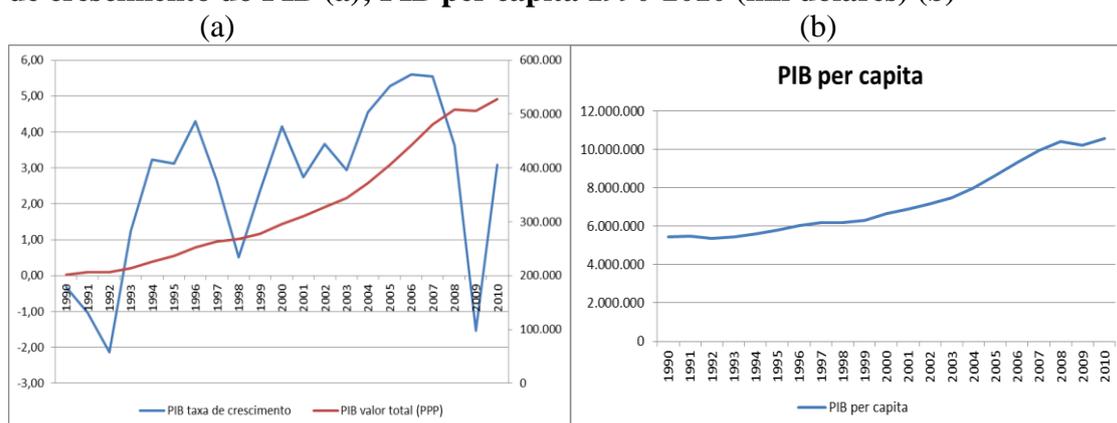
Como visto no Capítulo III, a transição para o regime democrático na África do Sul coincidiu na metade dos anos 90 com a adoção do ideário neoliberal pelo recém eleito governo do ANC. Naquele momento, frente aos inúmeros desafios e demandas da população, o governo optou pela implementação de medidas que se adequavam às recomendações das instituições bilaterais, ligadas a manutenção da estabilidade econômica e às medidas de liberalização.

Quase vinte anos depois do fim do regime do *apartheid* o país vem apresentando uma expansão econômica que se acentua a partir dos anos 2000. Embora muitos autores destaquem algum sucesso obtido com a adoção das medidas restritivas dos anos 90, o crescimento recente dos anos 2000 relaciona-se justamente à expansão dos gastos do governo e do consumo e à ampliação do investimento, em um ambiente externo marcado pela melhora dos termos de troca para os produtos primários.

Mesmo com o atual avanço econômico e com a expansão de programas públicos de inclusão, os dois grandes problemas do país persistem: o alto desemprego e a desigualdade de renda, problemas que atingem principalmente a maioria da população negra do país⁵⁰.

Desde o ano 2000, logo após Thabo Mbeki assumir a presidência (assume em 1999 e se reelege em 2004), a África do Sul vem expandindo a taxa de crescimento do PIB e do PIB per capita (Gráfico 32). Mais recentemente em 2011, o país ingressou no grupo dos países emergentes BRICs, embora venha apresentando dificuldades em manter o crescimento após a crise de 2008. Ainda assim o crescimento sul africano da década é considerável, ainda mais quando comparado aos anos 80 e 90.

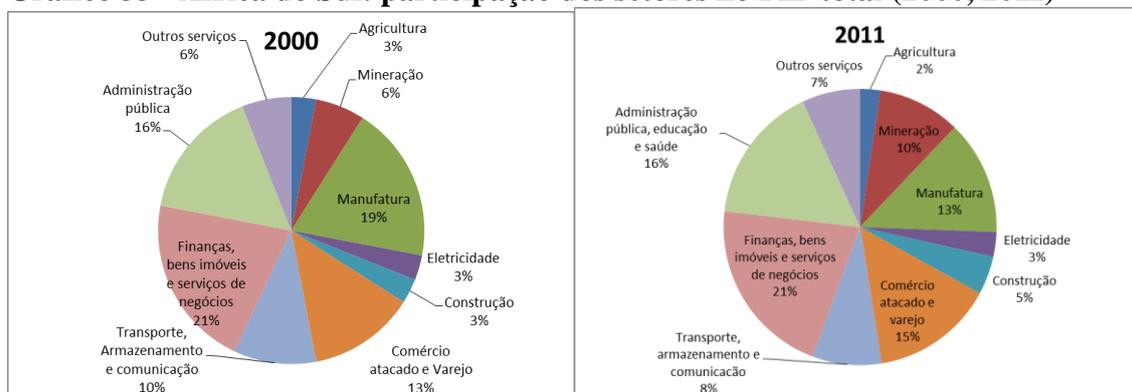
Gráfico 32 - África do Sul: PIB a preços correntes 1980-2010 (bilhões de dólares) e taxa de crescimento do PIB (a); PIB per capita 1990-2010 (mil dólares) (b)



Fonte: IMF, World Economic Outlook Database, 2013.

Como apontado anteriormente a economia sul-africana é bastante diversificada, principalmente se comparada as outras economias do continente. O setor de serviços tem uma grande participação no PIB do país, principalmente serviços financeiros, que em 2011 representam 21%. O setor de comércio (varejo e atacado) também tem participação importante na economia sul africana (15% em 2011). A agricultura tem baixa participação no PIB e permanece pouco representativa ao longo da década. Nos últimos anos o setor de mineração aumentou sua participação para 10%. Já o setor de manufatura teve sua participação reduzida de 2000 para 2011 de 19% para 13%.

⁵⁰ Quase 80% da população sul africana é negra; indianos somam 2,5%; cerca de 9% da população é mestiça e apenas 8,6% são brancos. (2011 Census of South Africa). Devido ao passado marcado pela segregação racial e exclusão da população negra dos benefícios do crescimento econômico, há uma forte correlação no país entre desigualdade de renda e diferenças de raça.

Gráfico 33 - África do Sul: participação dos setores no PIB total (2000, 2011)

Fonte: African Economic Outlook 2013.

Apesar da expansão econômica recente e de uma economia diversificada o país ainda apresenta alto índice de desemprego. Ao longo dos anos 2000 a taxa de desemprego se manteve constante: em média 25% do total da força de trabalho. (IMF, 2013). Alguns autores falam em uma taxa real de desemprego de mais de 40%. (Centre for Chinese Studies, 2007). A maior parte dos empregos está no setor de serviços. Em 2000 os empregos neste setor representavam 59.4% do total de emprego do país. Em 2009 este percentual já chega a quase 70%. A agricultura ocupa cerca de 5% do emprego e a indústria 25%. (WORLD BANK, 2012).

Grande parte das medidas governamentais implementadas desde a democratização e ao longo dos anos 2000 são dirigidas à diminuição da alta taxa de desemprego do país, que atinge principalmente a população mais jovem. Em 2011 49,8% do total da força de trabalho que possui entre 15 e 24 anos estava desempregada. Do total de desempregados, cerca de 33% possui educação secundária. (WORLD BANK, 2013).

Nos anos 2000, principalmente a partir de 2004, houve uma percepção no país de que as medidas liberais implementadas após a instauração do regime democrático em 1995 não tiveram sucesso em expandir o emprego e diminuir a desigualdade. A partir daí o Estado vem assumindo postura mais ativa no enfrentamento dos principais problemas do país, mesmo mantendo os pilares ortodoxos básicos propostos no âmbito dos programas liberais, do tipo do GEAR de 1996, como por exemplo a manutenção do regime de metas de inflação.

Através da implementação de políticas dirigidas à parcela mais pobre da população e programas de incentivo ao crescimento econômico via investimento público, estes últimos principalmente a partir da segunda metade dos anos 2000, o governo vem expandindo gastos e criando programas importantes de incentivo ao crescimento.

No âmbito das políticas governamentais o passo inicial foi, segundo Ncube et alii (2012) o “*Black Economic Empowerment (BEE)*”. O programa consistiu na criação de benefícios e incentivos para instituições e empresas que promovessem uma alteração do perfil étnico dos seus funcionários, empregando trabalhadores negros. O programa previa ainda a transferência de ações em empresas de setores específicos e de exigências de participação mínima de “empresas negras” em licitações públicas. Estas empresas contariam com acesso a financiamento de instituições bancárias públicas e privadas (CCS, 2007; Barbosa e Tepassê, 2009). Em 2003 o programa foi ampliado e se transformou no BBEE (*Broad-based Black Economic Empowerment*). A partir da criação do BBEE, o governo passou a atuar mais ativamente na implementação das medidas direcionadas a inclusão, aumentando os incentivos para instituições que empregassem trabalhadores negros. Medidas de maior regulação para o programa foram implementadas, além de novas medidas como a transferência ou venda de participações no capital de empresas estatais (SOEs) para empresas de propriedade de pessoas negras. O governo passou a contar também com a participação mais ativa dos sindicatos e organizações da sociedade para implementação dos incentivos e benefícios para empresas que ampliassem a contratação da população negra. (NCUBE et al, 2012).

Ainda assim, críticos ao programa afirmaram que os resultados não foram satisfatórios. Apenas um pequeno grupo teria sido beneficiado, pois a elite do país teria se empenhado em minar a expansão das medidas. Apesar disso o programa é considerado um primeiro passo para a redução da desigualdade. (NCUBE et al, 2012).

Em 2002 o governo implementou um conjunto de ações de caráter mais microeconômico, o *Microeconomic Reform Strategy*. O programa foi dirigido a áreas como qualificação, infraestrutura e acesso a crédito e tecnologia, além de transportes, telecomunicações e energia. Havia ainda uma priorização do investimento em setores com potencial de expansão do emprego como o turismo, tecnologia da informação e economia criativa. (KALIMA-PHIRI, 2008 apud BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

Mais recentemente, depois da crise de 2008, o governo sul africano implementou outros programas, agora voltados à aceleração do crescimento do país (ver Box 2). Tais programas são dirigidos ao crescimento econômico mais inclusivo que permita expansão do emprego disponível e reduza a desigualdade de renda.

Box 2**National Development Plan (NDP)**

O National Development Plan (NDP) é uma estratégia pensada a partir da Comissão de planeamento Nacional, criada em Agosto de 2012 com objetivos de expansão do crescimento económico sul africanos até 2030.

A Comissão do governo identificou nove desafios principais para o crescimento económico inclusivo do país, que incluem: qualidade da saúde e educação, infraestrutura pobre e inadequada, corrupção, desemprego, alta dependência dos recursos naturais, desigualdade na qualidade dos serviços públicos.

A partir destes desafios, o objetivo central do NDP é erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade através de uma série de metas específicas incluindo criação de 11 milhões de empregos e uma média de crescimento do PIB de 5,7%. Reformas estruturais e institucionais também serão implementadas.

New Growth Path

O New Growth Path (NGP) é uma estratégia económica prevista para o período de 2010-20. Criado a partir do Departamento de Desenvolvimento Económico para substituir o Accelerated Shared Growth Initiative for South Africa (AsgiSA) de 2006, que foi criticado por não conseguir alcançar as metas de aumento do emprego e redução da desigualdade.

O principal objetivo do NGP é o emprego. O objetivo é criar 5 milhões de empregos até 2020 através da identificação de setores que apresentam boas oportunidades de crescimento do emprego e através de políticas voltadas para estas oportunidades. O NGP surge a partir de um plano de avanço industrial, o Industrial Policy Action Plan II, desenvolvido pelo departamento de comércio e indústria.

Fonte: OECD Economic Surveys: South Africa, 2013

Mesmo diante da dificuldade em combater os problemas do desemprego, a África do Sul vem crescendo desde os anos 2000. O motor deste crescimento relaciona-se a uma expansão da despesa interna no país, ligada principalmente à expansão do consumo, que se alia a uma conjuntura externa mais favorável associada à melhora do termos de troca para os produtos primários e ao aumento dos fluxos de capitais. A África do Sul é um grande exportador de bens primários, principalmente minerais, que tiveram aumentos substanciais na demanda externa e aumento dos preços ao longo dos anos 2000. Como discutido no Capítulo II o aumento da demanda chinesa por artigos primários é fator importante na explicação desta melhora da conjuntura externa associada aos termos de troca para os países primário exportadores como a África do Sul.

A análise do PIB decomposto por fontes de Gasto/demanda permite observar um aumento do consumo interno das famílias e do governo, principalmente após o fim do regime do *apartheid* em 1994 e mais ainda depois dos anos 2000. A taxa média de crescimento do consumo das famílias passou de 1,4%, entre 1984 e 1995, para 3,3% entre 1995 e 2004. Já a partir de 2005 e até 2010 a taxa média de crescimento do consumo aumenta para 4,3%⁵¹.

Observa-se também um aumento dos gastos do governo, principalmente na segunda metade dos anos 2000. Embora tenha se mantido em torno dos 2% dos anos 80 para os 90, a

⁵¹ O aumento do consumo privado sustenta-se no consumo de bens duráveis como carros e computadores e serviços como recreação e bens de entretenimento, segundo Du Plessis e Smit (2006).

taxa média de crescimento dos gastos internos do governo aumentou para 4,6% entre 2005 e 2010.

Houve uma expansão dos gastos do governo em programas de assistência social, tais como aposentadorias e transferência de renda, que passaram de 2% do PIB em 1994 para 3,5% a partir de 2005 (Seekings, 2007 apud Barbosae Tepassê, 2009). Desde 2001 observa-se um salto de 4 milhões para 12 milhões de beneficiários destes programas sociais. Os gastos sociais são importantes porque atingem a população mais pobre e permite um incremento de renda para as famílias. Mas apesar de contribuir para uma redução da pobreza, os programas não foram suficientes para alterar a estrutura social do país ou reduzir a desigualdade. Os dados abaixo mostram o PIB sul africano decomposto.

Tabela 9 - África do Sul: PIB decomposto por Despesas/Gasto Interno (% no PIB e taxa de crescimento anual (1984-2010))

	% PIB				% PIB (crescimento anual)		
	1984	1994	2004	2010	1985-1994	1995-2004	2005-2010
Despesas de consumo Final das Famílias	55,6	60,9	62,9	59,4	1,4	3,3	4,3
Despesas de consumo Final do Governo	17,6	20,0	19,4	21,5	2,4	2,1	4,6
Formação Bruta de Capital	24,0	15,2	16,0	19,6	-1,7	5,7	7,5
Gasto Doméstico Bruto	98,2	97,8	100,3	100,2	0,6	3,2	8,4
Exportações de Bens e Serviços	25,5	22,1	26,4	27,3	3,8	4,3	1,5
Importações de Bens e Serviços	23,7	19,9	26,7	27,5	3,3	5,9	5,3

Fonte: World Bank, World Development Indicators Database, 2013.

Como um todo a taxa de crescimento do Gasto Doméstico Bruto aumenta desde os anos 80, passando de apenas 0,6% entre 1985-94 para 3,2% entre 1995-2004. Entre 2005 e 2010 a taxa de crescimento do gasto doméstico bruto é de 8,4%.

Com relação à Formação Bruta de Capital também se observa aumentos importantes. Desde 1995 a taxa de crescimento da FBC era de 5,7% e entre 2005 e 2010 passa para 7,5%. Esse aumento reflete uma expansão dos investimentos no país. A média de investimento total como porcentagem do PIB entre 1995 e 1999 foi de 16,2%. Nos anos 2000 o volume de investimentos se mantém estável com média de 16,5% do PIB até 2005. Deste ano até 2010 a participação dos investimentos no PIB já corresponde a 20%. (IFM,2013).

Segundo Aron et al (2009) desde 2003 o aumento dos investimentos tem sido um dos ímpetus do crescimento sul africano. O governo vem implementando alguns programas voltados à aceleração do crescimento via aumento do investimento. Em 2006 o governo lançou o AsgiSA (*Accelerated and Shared Growth Initiative for South Africa*). O programa tem metas para o crescimento do país até 2014 e os principais objetivos são a redução da pobreza e aumento do emprego através da manutenção de uma taxa de crescimento de cerca

da 6% ao ano entre 2010 e 2014. O programa surgiu a partir do diagnóstico de que o setor exportador de recursos naturais é forte e tem peso importante no crescimento, mas é preciso ampliar os esforços para expandir setores não ligados a exportação de primários, como manufatura e construção, como uma forma de fazer com que o crescimento permita expansão do emprego. Segundo o anuário da AsgiSA de 2007 “*the challenge was to use strong demand for South Africa’s natural resources to build foundations for sustainable growth and bring the economically marginalised third of the population in the mainstream economy.*” (ASGISA, ANNUAL REPORT, 2007).

O programa AsgiSA é amplo e envolve uma série de ações ligadas a gestão macroeconômica e estratégias setoriais que procuram enfrentar desafios como a volatilidade cambial, problemas logísticos relacionados a custo e eficiência e ainda escassez de mão de obra qualificada. O programa prevê expansão dos gastos públicos, principalmente em infraestrutura, aumento dos investimentos e também um programa de política industrial, denominado *National Industrial Policy Framework* (NIPF). Segundo Barbosa e Tepassê (2009) o AsgiSA é o exemplo de que houve uma mudança de foco do governo na direção de uma política menos ortodoxa, voltada para o desenvolvimento econômico por meio do Estado e dos investimentos. Pretende-se com o programa aumentar os investimentos do setor público em 1% ao ano a partir de 2006 através do governo, das estatais, das parcerias público-privadas e financiamentos concedidos pelo Industrial Development Corporation, Development Bank of South Africa (DBSA) e LandBank. (BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

No caso do programa de política industrial, o NIPF, o objetivo é promover a diversificação da economia, principalmente nos setores intensivos em trabalho e naqueles com potencial para maior agregação de valor.

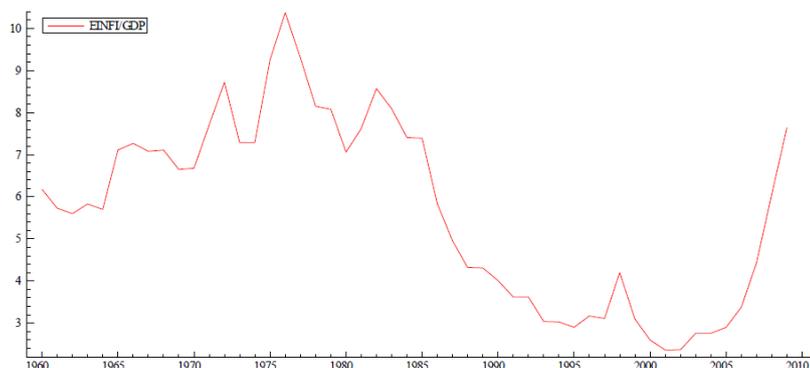
Uma das medidas mais importantes no âmbito do AsgiSA são os investimentos em infraestrutura, conduzidos principalmente pelas empresas estatais⁵².

Embora o país tenha uma infraestrutura relativamente ampla se comparada a outros países em desenvolvimento, como rodovias, escolas e sistema de saúde, os investimentos em infraestrutura básica, como de energia, tem ficado muito aquém das necessidades e potenciais

⁵² Investimentos em infraestrutura a partir de 2005 são realizados por empresas estatais como a Eskon (que investe principalmente em geração de energia, transmissão e distribuição) e também a Transnet, que investe em portos e rodovias.

da demanda interna (Kumo, 2012). O Gráfico 34 apresenta os investimentos em infraestrutura como porcentagem do PIB desde 1960 e 2010, segundo dados de Kumo (2012).

Gráfico 34 - África do Sul: Investimentos em infraestrutura % do PIB (1960-2010)



Fonte: Kumo (2012); EINFI = investimentos em infraestrutura econômica

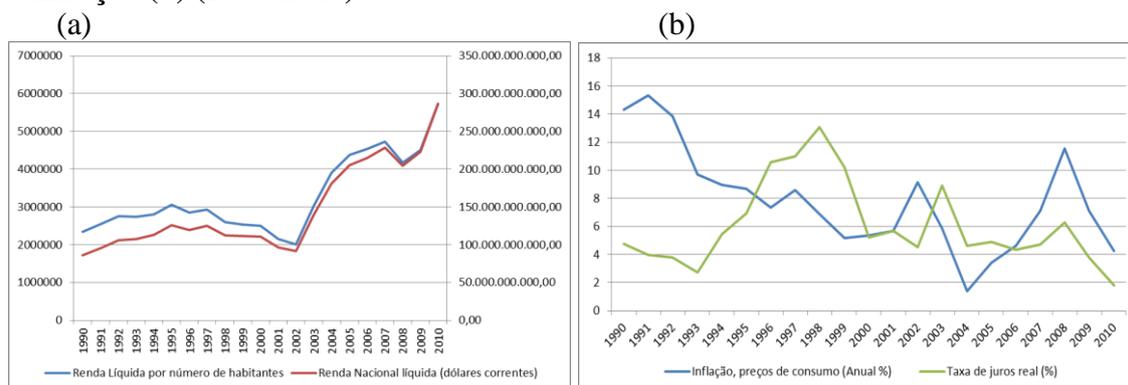
O trabalho de Kumo analisa o investimento em infraestrutura desde os anos 60 na África Sul e sua relação com o crescimento econômico. Segundo o estudo observam-se ao longo deste período alguns momentos de grande expansão dos investimentos, principalmente entre 1975 e 1980. Já a partir dos anos 80 e nos anos 90 há uma queda brusca do investimento em infraestrutura, que aumenta apenas em 1998. Na primeira metade dos anos 2000 o investimento se manteve baixo, mas a partir de 2003 há uma retomada e no ano de 2005 observa-se uma recuperação importante com nível de investimento chegando a 6,05% do PIB em 2008 e 7,64% em 2009. Segundo Kumo parte da explicação é atribuída ao AsgiSA. (KUMO, 2012).

O aumento dos investimentos permitiu um crescimento da taxa de Formação Bruta de Capital, como visto na Tabela 9. De 1995 a 2004 a taxa de crescimento da FBC foi de 5,7%, e entre 2005 e 2010 aumenta para 7,5%. Apesar desse resultado, Aron et al (2009) ressaltam que o investimento sul africano se mantém ainda muito abaixo dos padrões internacionais e abaixo da meta da AsgiSA. (ARON et al, 2009).

Tanto a expansão dos investimentos como o aumento das despesas internas (das famílias e do governo) apoiam-se em um crescimento da renda real das famílias e da queda relativa da taxa de juros real, principalmente a partir de 1998. De 2000 a 2003 há um aumento dos juros, causada por uma fuga de capitais e a desvalorização do rand. Após 2004 os juros voltam a patamares menores a partir de uma retomada dos fluxos de capitais desde 2003. A inflação também vem diminuindo ao longo dos anos, mas aumenta entre 2000 e 2001 e

também a partir de 2004. Segundo Barbosa e Tepassê (2009) o aumento da inflação não se deveu a problemas fiscais, uma vez que o déficit orçamentário de manteve estável, e nem pode ser atribuída ao aumento do consumo, sendo muito mais explicada por problemas de oferta ligados a capacidade produtiva bastante constrangida ao longo dos anos 90.

Gráfico 35 - África do Sul: Renda Doméstica (bilhões de dólares) (a); Taxa de juros real e inflação (b) (1990-2010)



Fonte: World Bank, World Development Indicators, 2013.

A melhora das condições macroeconômicas do país, assim como a expansão da despesa interna e dos investimentos relaciona-se principalmente, como mencionado, a expansão das exportações na última década. Desde os anos 2000 o valor total exportado é considerável, saindo de menos de 40 bilhões no ano 2000 para mais de 100 bi em 2011. (Unctad, 2013). Apesar do aumento das exportações houve também um aumento das importações, fazendo com que o país incorresse em um déficit comercial, que em 2012 foi de cerca de 35 bilhões de dólares. Parte deste déficit tem explicação na valorização do rand principalmente a partir de 2003, devido a forte entrada de fluxos de capitais.

Gráfico 36: África do Sul: exportações e importações totais (Mundo) e Saldo da Balança Comercial (bilhões de dólares) (1980-2012)

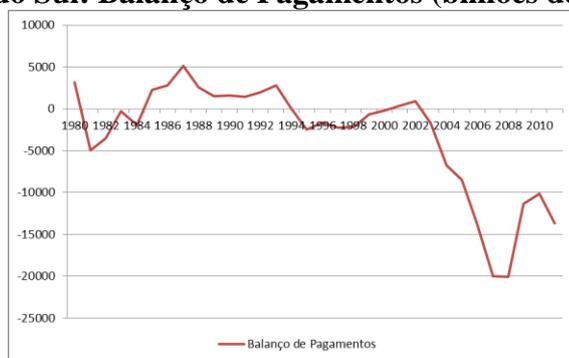


Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2013

Mesmo com o déficit na conta corrente, a entrada dos fluxos de capitais de curto prazo permitiu certo equilíbrio interno, compensando o déficit comercial. Segundo Barbosa e Tepassê (2009), “foi a expansão dos fluxos de capital de curto prazo que permitiu o financiamento do déficit em transação corrente num contexto de expansão do consumo”. Segundo o autor isto foi fundamental num contexto em que os investimentos, embora tenham aumentado, não foram consistentes o suficiente para sustentar o crescimento.

De modo geral, a conjuntura favorável às exportações de artigos primários, que correspondem a boa parte do total exportado pelo país, embora não tenham uma influência direta no crescimento (via multiplicador de renda e acelerador do crescimento), permitiram um efeito indireto na economia, mantendo o déficit comercial estável, mesmo que deficitário e, principalmente um relaxamento do Balanço de Pagamentos. Esta melhora do quadro macroeconômico foi fundamental para expansão do consumo interno e manutenção da taxa de juros a níveis menores.

Gráfico 37 - África do Sul: Balanço de Pagamentos (bilhões de dólares) (1980-2010)



Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2013

O déficit no Balanço de Pagamentos permanece devido ao déficit em transações correntes e também é explicado pelos gastos com a dívida externa. A África do Sul ainda possui uma dívida externa alta e destina de 33% do saldo da Balança Comercial para pagamentos de serviços de dívida, segundo dados do African Economic Outlook, 2013.

Apesar deste contexto mais favorável dos anos 2000, a crise de 2008 e seu impacto da economia internacional vêm revelando as fragilidades da economia sul africana. O país vem encontrando muita dificuldade em manter o crescimento econômico a partir de uma queda das exportações de minério desde 2009. Há uma dificuldade em diversificar as exportações e

ampliar o mercado doméstico e superar a dependência do país com relação ao comércio externo e os fluxos de capitais. O governo vem tentando estimular a economia, diminuindo a taxa de juros desde 2009 e ampliando gastos em infraestrutura. (BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

Ainda assim a expansão da primeira década do século XXI permitiu uma queda da taxa de desemprego e a diminuição da pobreza. Entre 2003 e 2007 a taxa de desemprego caiu de 29,3% para 23,6% mas foi mais acentuada entre a população branca do que para a população negra, aumentando o diferencial entre a taxa de desemprego inter-racial. Além disso observou-se um crescimento do emprego informal acima da expansão do emprego formal.

A pobreza diminuiu, com a porcentagem de população que vive com menos de 1,25 dólares caindo de 21,43% em 1995 para 13,77% em 2010. A taxa de mortalidade infantil também caiu para 35,5%. Apesar disso a expectativa de vida não aumentou ao longo dos anos 2000, caindo de 59 anos em 1995 para 52 em 2010. (World Bank, 2013). Alguns autores afirmam que esta queda tem relação com a permanência do alto índice de incidência de AIDS no país, assim como em diversos países da África Subsaariana. A Tabela 10 apresenta alguns dados relativos à pobreza e desigualdade.

Tabela 10 – África do Sul: Indicadores de Pobreza e Desigualdade (1995-2010)

	1995	1995-1999	2000	2006	2010
Gini	0.565		0.577	0.674	0.631
Human Development Index (UNDP)			0.622	0.606	0.621
% da pop. vivendo com menos de US\$ 1.25 por dia	21.43		26.2	17.35	13.77
Mortalidade infantil (cada mil nascimentos)	47,5	49.34	52.3	50	35.5
Expectativa de vida (idade)	59.88	57.99	54.77	50.92	52.08
Anos de escolaridade esperado	13.1	13.1	13.1	13.1	13.1

Fonte: World Bank, World Development Indicators, Database, 2013; HDI: International Human Development Indicators (UNDP), 2013

Ao contrário de toda a África e da África Subsaariana e também de economias em desenvolvimento como o Brasil, nos últimos anos a desigualdade de renda aumentou na África do Sul. Mesmo com o crescimento econômico recente, a expansão dos gastos sociais e dos investimentos o país continua sendo um dos mais desiguais do mundo e certamente o mais desigual entre aqueles que possuem uma economia relativamente avançada.

Desde os anos 80 observa-se na África do Sul uma queda da participação dos salários no produto. No início dos anos 80 os salários correspondiam a quase 60% do produto, em 2010 a participação caiu para 50%. A distribuição funcional da renda revela ainda que em 2005 na África do Sul, os 1% mais ricos detinham 20% da renda do país. Em 1975 esse percentual era de 10%. (UNCTAD, TDR, 2012).

Ao contrário da África, que teve uma redução na desigualdade, a África do Sul apresentou piora tanto no período imediato ao fim do *apartheid* como depois, ao longo dos anos 2000. O coeficiente de Gini aumentou de 0,63 em 1993 para 0,70 em 2005. A parcela com menores rendimentos continua sendo a população negra, embora a desigualdade inter-racial tenha aumentando menos do que a desigualdade intra-racial. (UNCTAD, 2012).

VI.2.1. China-África do Sul: comércio

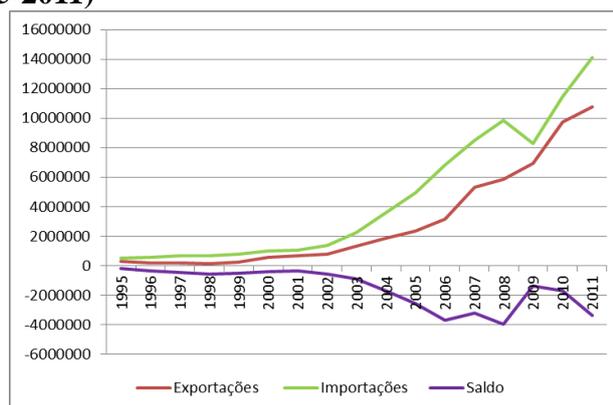
As relações entre a China e a África do Sul já existem antes do regime do *Apartheid*, principalmente durante o período em que o ANC lutava contra a ditadura do Partido Nacional. Neste período o Partido Comunista Chinês concedeu ajuda aos membros da ANC na luta, assim como fazia com diversas lideranças africanas envolvidas em conflitos internos e na luta pela independência. Ainda assim as relações diplomáticas oficiais foram interrompidas durante a vigência do regime de segregação racial a partir de uma decisão interna ao Partido Nacional.

Desde 1998, com a transição para o regime democrático, as relações diplomáticas sul africanas com o governo chinês são estabelecidas formalmente. Já em 2006 o parlamento sul africano assina um acordo com o parlamento chinês (Chinese National People's Congress) que formaliza a parceria. Visitas entre líderes dos dois países são constantes e contribuem para manutenção de um ambiente propício às transações comerciais e aos investimentos. (CENTRE FOR CHINESE STUDIES, 2007).

Com relação ao comércio observa-se que, embora as exportações sul africanas sejam tradicionalmente destinadas às economias centrais, nos últimos anos a China vem aumentando sua participação na Balança Comercial do país. Em 2010 as exportações para a China já correspondem a 11.3% das exportações totais sul africanas e as importações a partir da China correspondem a 16% do total importado. (UNComtrade,2013).

O comércio sul africano com a China apresenta déficit para África do Sul. As importações chinesas crescem mais rápido que as exportações, ainda que ambas tenham crescido substancialmente na última década. Este dado é importante porque a participação da China no saldo total da balança comercial sul africana é significativo, representando cerca de 28% entre exportações e importações. (UNCTAD)

Gráfico 38 - África do Sul: Exportações, Importações e Saldo Comercial com a China (bilhões de dólares) (1995-2011)



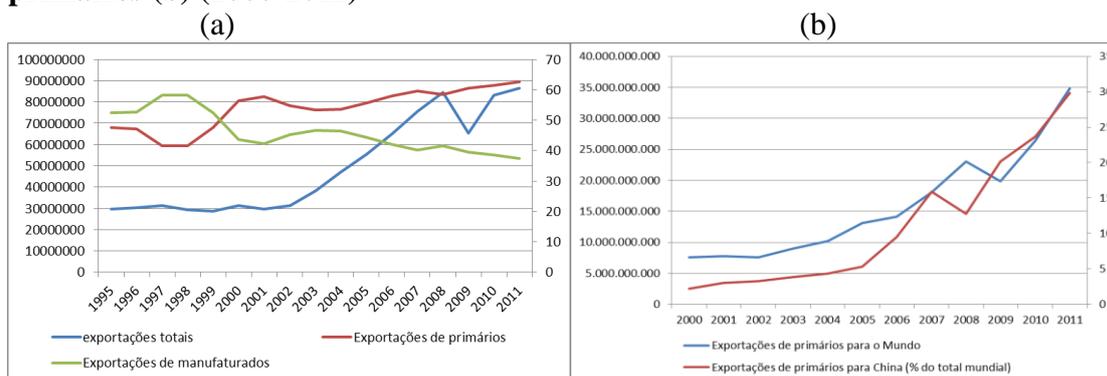
Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2012

Ainda que as exportações sul-africanas sejam muito concentradas em produtos primários, como visto, a parcela dirigida a China é ainda mais especializadas nesse tipo de produto. Em 2010 a pauta exportadora total sul africana conta com mais de 60% de exportação de artigos primários, incluindo aí alimentos e os materiais em bruto/crus, minérios e metais não ferrosos. Dado importante é que, ao contrário de muitas economias africanas, menos de 10% das exportações do país são de petróleo e gás, ficando o foco principalmente nos artigos primários e minérios.

O país foi beneficiado pelo aumento do preço destes produtos primários, impulsionada em grande medida pela demanda chinesa nos últimos anos. Esta alta dos preços e o aumento do volume exportado permitem um aumento geral das rendas de exportação sul africanas.

Mesmo assim a parcela das exportações de bens primários para China é grande, correspondendo a cerca de 30% do total.

Gráfico 39 - África do Sul: Exportações totais (bilhões de dólares) e participação das exportações de primários e manufaturados (a); Parcela da China nas exportações de primários (b) (2000-2011)



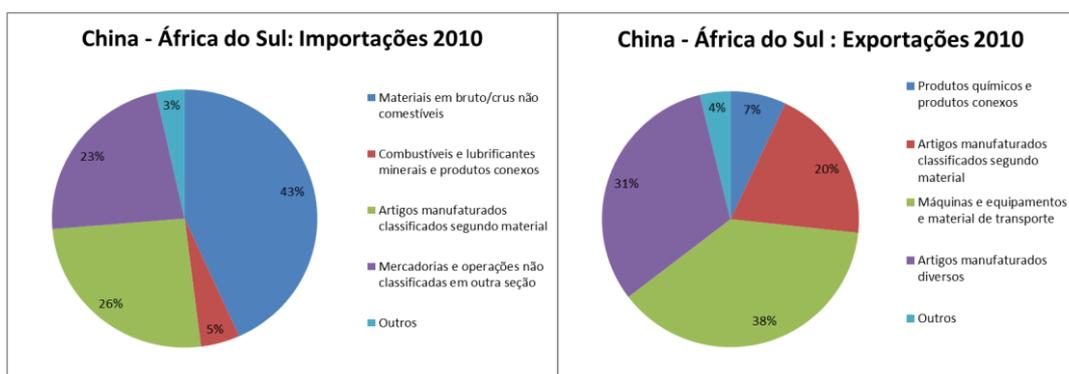
Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2012.

A África do Sul é a segunda maior exportadora africana de artigos primários para a China. Em primeiro lugar está Angola que responde por 33% de todas as exportações, em seguida a África do Sul com 20% em 2009. (UNCTAD,2012). Ao contrário de Angola, que exporta principalmente o petróleo, a África do Sul exporta para a China os materiais em bruto/cru, incluindo principalmente minérios (artigos de aço, diamantes, platina, cromo) e alguns produtos de origem animal. Em 2010, do valor total importado pela China de toda a África desse tipo de produto, 56% eram sul africanos.

Em contrapartida a África do Sul também é o país africano que mais exporta artigos manufaturados para China. Quase 50% das exportações deste tipo têm origem sul africana, ainda que representem artigos levemente manufaturados, muitas vezes derivados de metais básicos.

Já nas importações sul africanas a partir da China, tem-se uma concentração em artigos manufaturados como vestuário, sapatos, têxteis, e também máquinas e equipamentos de transporte. Os gráficos abaixo apresentam a pauta importadora e exportadora da China com a África do Sul.

Gráfico 40: China-África do Sul: Pauta exportadora e importadora, 2010



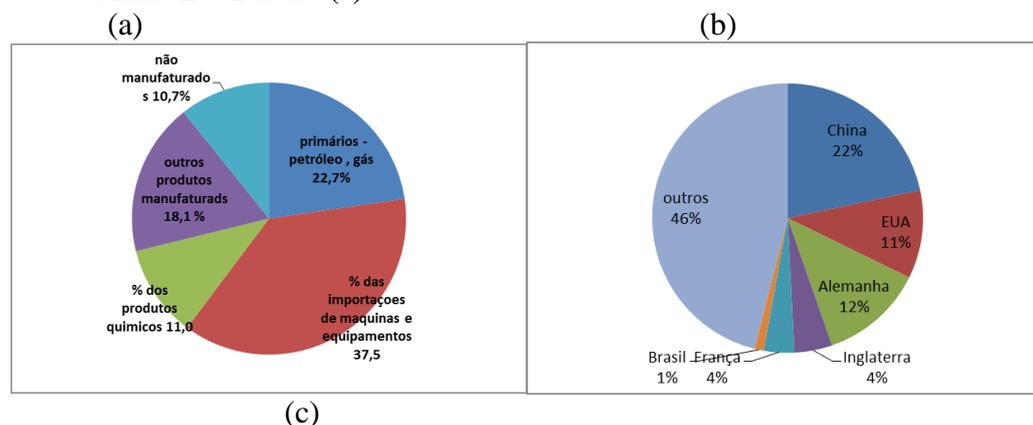
Fonte: UNComtrade, 2011.

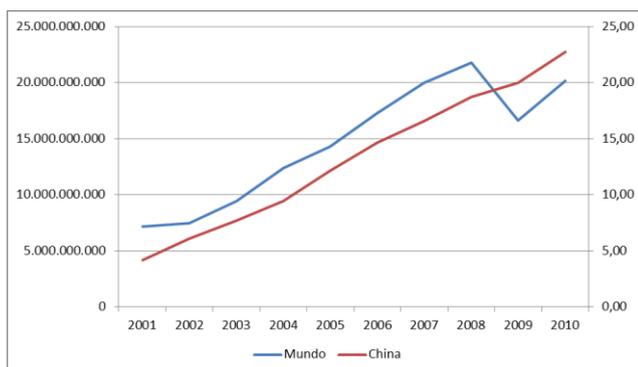
Como se observa, a China importa da África do Sul os materiais em bruto (43%) como minérios e artigos manufaturados leves e exporta produtos como manufaturados diversos (51%) como vestuário, calçado, equipamentos fotográficos e móveis; e ainda máquinas e equipamentos e materiais de transporte (38%).

O comércio China-África do Sul se apresenta nesse sentido como o quadro clássico em que um país exporta basicamente primários e o outro exporta manufaturados.

Nos últimos anos as importações sul africanas vêm aumentando consideravelmente, grande parte delas de artigos manufaturados e também de bens de capital como máquinas e equipamentos de transporte (quase 70% do total). Boa parte destas importações tem origem chinesa. Como sugere Kaplinsky (2007, 2008) esse poderia ser visto como um efeito positivo das relações comerciais entre os dois países, ou seja, a China fornecendo máquinas e equipamentos necessários à diversificação da indústria sul africana. O gráfico 41 mostra a distribuição das importações sul-africanas nos últimos anos.

Gráfico 41 - África do Sul: Pauta importadora total 2011 (a); Participação dos países nas importações de artigos manufaturados (2011) (b); importações de bens de capital* do Mundo e da China 2001-2010 (c)





FONTE: UNCTAD; *UNComtrade (classificação BEC item 4 (bens de capital e partes e componentes de bens de capital, excluindo equipamentos de transporte))

Como se observa a participação da China nas importações de máquinas e equipamentos é representativa (22% em 2011). Em 1995 a África do Sul importava da China menos de 2% deste tipo de produto. O contrário ocorre com os outros países, principalmente as economias centrais, de onde a África do Sul importa cada vez menos. Além disso, quando observamos as importações dos Bens de Capital, tem-se alta participação da China no total e, principalmente ao longo da década, um crescimento substancial da participação da China neste tipo de importação.

Este quadro do comércio África do Sul-China indica, segundo as definições de Kaplinsky, um sentido de complementaridade relacionado ao canal direto de comércio: as exportações de primários resultando em aumento de reservas, que resultam por sua vez na importação de maquinários chineses (do total das importações chinesas de manufaturados quase 50% são de máquinas e equipamentos. (UNComtrade; UNCTAD, 2012). Esses resultados sugerem a complementaridade na área do comércio via canal direto.

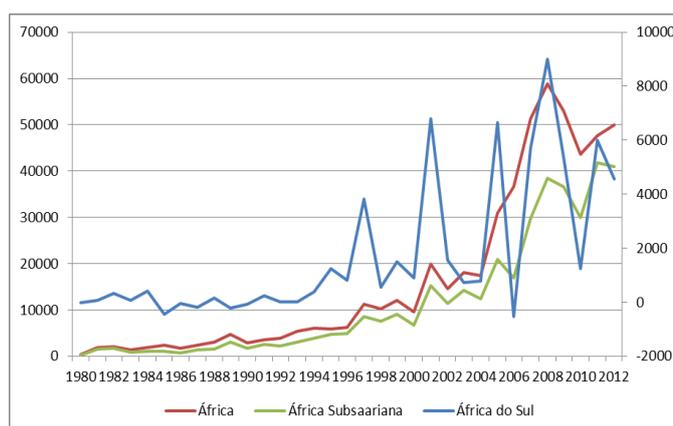
Mas esse quadro aparentemente positivo relacionado à utilização das rendas de exportação de primários para diversificação da indústria (via aumento da importação de máquinas) pode ser questionado. Por mais que os dois países pareçam se beneficiar com o comércio, uma observação mais detalhada dos dados pode sugerir competitividade e impactos negativos das importações de artigos industrializados chineses para África do Sul, como no caso de alguns artigos manufaturados como os têxteis, como se verá em seguida. (KAPLINSKY et al, 2008).

VI.2.2. Investimentos

As empresas chinesas investem cada vez mais na África do Sul, tanto pelo potencial de exploração de recursos naturais, como pelo vasto mercado de consumo. A África do Sul é vista pelos chineses como uma porta de entrada para as empresas do país interessadas em expandir investimentos por todo continente. O país africano é o maior receptor de IDEs chineses do continente. Em 2007 o Banco Comercial e Industrial da China (ICBC) comprou 20% do South Africa Standard Bank, o maior banco da África, em um investimento que alcançou os 5,5 bilhões de dólares.

A partir dos anos 2000 há um movimento de expansão dos IDE totais para a África do Sul, com alguns picos em 2001 e 2005.

Gráfico 42: Fluxos de entrada de Investimentos Direto Externo – África e África Subsaariana (lado esquerdo/bilhões de dólares) e África do Sul (lado direito/bilhões de dólares) 1980-2012



Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2013.

Os maiores investidores na África do Sul são países como Inglaterra e Estados Unidos, mas a participação da China vem crescendo. Embora representando parcela pequena dos IDEs chineses no mundo, os investimentos para África do Sul são representativos e chegam a competir com algumas economias centrais nos anos mais recentes.

Tabela 11 – África do Sul - Fluxo de IDEs (entrada) totais*, países OCED e China (milhões de dólares) 2000-2010**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total - Mundo	887,3	6783,9	1569,2	733,7	798,0	6646,9	-526,8	5694,5	9006,3	5365,4	1228,3
Estados Unidos	346,0	-86,0	125,0	232,0	480,0	82,0	159,0	1000,0	306,0	478,0	715,0
Inglaterra	952,2	468,1	3397,8	3628,9	7035,5	7940,4	2697,8	2211,3	2411,6	1550,0	4002,2
Japão	13,0	68,3	103,0	68,1		-22,7	460,7	79,0	664,5	146,4	106,0
Alemanha	513,3	-1161,6	17,9	-251,9	577,7	476,0	666,5	781,7	424,0	337,6	398,7
França	117,0	78,8	50,9	48,6	48,5	155,4	262,3	197,1	337,7	393,2	173,5
China				8,9	17,8	47,5	40,7	454,4	4807,9	41,6	411,2

Fonte: *UNCTAD UnctadStat Database, 2013; OECD StatExtracts, 2013; ** Ministério do Comércio, Boletim vários anos.

Na última década o Reino Unido aparece como maior investidor na África do Sul, seguido pelos Estados Unidos. A China tem baixa participação na década, mas já em 2010 fica à frente da Alemanha, do Japão e da França.

Os investimentos chineses na África do Sul corresponderam em 2010 a cerca de 19% do total de IDEs chineses no continente. Ao longo da década o país foi o que mais recebeu IDEs. De 2003 a 2008, segundo dados do Ministério do Comércio chinês, a África do Sul recebeu em média 55% do total de investimentos chineses na África, seguida pela Nigéria (com 9%). (MOFCOM. 2010).

Ao contrário da Nigéria, país com grandes reservas de petróleo e onde os investimentos chineses são dirigidos a projetos de exploração e extração deste recurso, na África do Sul o quadro é diferente. Aqui os Investimentos chineses são mais diversificados, dividindo-se entre setores ligados a exploração de recursos naturais (minerais) e também setores como os de manufatura e telecomunicações, em projetos ligados a expansão de mercados para empresas chinesas.

Os investimentos relacionados à exploração de recursos naturais dirigem-se a exploração das grandes reservas minerais que a África do Sul dispõe, como as de alumina, cromo, cromita, cobalto, cobre, ouro, ferro e aço, manganês, zinco, diamantes e carvão. (U.S. Geological survey minerals yearbook, 2009). Nos últimos anos, segundo estudo do Centre for Chinese Studies (2007), os maiores investimentos chineses na África do Sul tem sido na indústria de mineração e extração de cromo.

Segundo estudo do Banco Mundial (Foster et alii, 2008) na África do Sul somam-se cerca de 1 bilhão de dólares os investimentos entre 2001 e 2007 ligados a projetos de extração de cromo e aço. Entre estes projetos está, por exemplo, a construção de uma mina e uma fábrica para extração e desenvolvimento de cromo, realizado pela empresa chinesa Jiuquan Iron & Steel Company em 2006. Outro projeto foi a compra pela chinesa Sino Steel de 50% de uma empresa de extração de Cromo (Samancor Chrome).

Outros investimentos vêm sendo feitos na área de mineração. Em 2010 a estatal chinesa Jinchuan Group realizou um dos maiores investimentos na área de mineração na África do Sul, no setor de platina. Com investimentos da ordem de 800 milhões de dólares a estatal chinesa passa a ter 45% de participação na empresa de mineração sul africana Wesizwe Platinum. O investimento é de longo prazo e acompanha uma demanda potencial da

China pelo minério, dado o aumento do consumo de automóveis. A África do Sul tem cerca de 80% das reservas de platina do mundo.⁵³

Com relação aos investimentos em manufatura, de acordo com Brautigam (2009), a África do Sul é um dos países que mais recebem investimentos chineses.⁵⁴ Exemplos dos investimentos em manufatura ocorrem nas mais diversas áreas, com destaque para empresas de montagem de artigos eletrônicos e telecomunicações, como a Hisense, a FAW Vehicle Manufatura (pty) Ltda, a Hence Trade, a ZTE e a Huawei.

A Hisense é uma das maiores empresas chinesas do setor de eletrônicos, exportando para todo o mundo e para a África do Sul televisores e artigos eletrônicos. A partir do final dos anos 90 a empresa adquire uma fábrica na África do Sul e começa a produzir no país, exportando a partir de lá. Subsidiárias de empresas chinesas na África do Sul, como a Sinoprime Investment and Manufacturing South Africa foram estabelecidas também no final dos anos 90, produzindo e distribuindo produtos eletrônicos, como televisores e partes e componentes de computadores. (CENTRE FOR CHINESE STUDIES, 2007).

Na área de telecomunicações, grandes empresas chinesas do setor, como a ZTE e a Huawei, vêm expandindo suas atividades na África do Sul, não apenas como local de expansão e venda de produtos e peças e equipamentos mas também através da construção de centros de treinamento e pesquisa localizados em diversas cidades sul africanas. O país funcionaria para estas empresas como um centro importante de pesquisa, de investimentos e de logística, para expansão dos investimentos da África. (FOSTER et al, 2008).

Um ponto importante dos Investimentos chineses na África do Sul relaciona-se ao setor de infra-estrutura. Como visto no Capítulo V a África do sul, embora seja destino importante dos IDEs chineses, não está entre os maiores países que recebem este tipo de investimentos. Os principais receptores de investimentos em infra-estrutura são principalmente Nigéria e Angola. Este dado pode revelar o fato de que, ao contrário de outros países africanos a África do Sul, por ser a economia mais rica da região e mais diversificada, dispõe de mais infra-estrutura, ainda que ofereça diversas carências nesta área. Desse modo a expansão chinesa voltada para extração de recursos minerais pode não prescindir

⁵³ Juntamente com a estatal chinesa Jinchuan, o investimento conta ainda com a participação do Fundo de Desenvolvimento China-Africa.(FINANCIAL TIMES,2013).

⁵⁴ Segundo a autora em 2005 haviam 23 projetos de expansão das empresas chinesas da área de manufatura em toda a África. Plantas de firmas chinesas expandiam-se para África ao mesmo tempo em que pequenas empresas eram compradas por investidores chineses. (BRAUTIGAM, 2009).

necessariamente de grandes volumes de investimentos destinados a ampliação de infraestrutura, não da mesma forma que outros países africanos exigem.

Outro aspecto importante é que os Investimentos chineses no país são conduzidos seja por empresas estatais (de extração mineral por exemplo) mas também por empresas privadas, como as de telecom, interessadas na expansão de filiais e mercado de consumo.

Com relação à ajuda externa chinesa na África do Sul, segundo estudo do Centre for Chinese Studies (2007) a ajuda não é tão extensa como em outros países. Como o Eximbank não divulga os montantes de empréstimos por países é impossível saber ao certo a quantidade de fluxos envolvidos. Ainda assim é possível identificar fluxos financeiros dirigidos a projetos para as áreas de educação e treinamento. Segundo o Centre for Chinese Studies (2007), durante uma visita do primeiro ministro chinês Wen Jiabao, em Julho de 2006, o governo anunciou que cerca de 6,3 milhões de dólares seriam disponibilizados para programas de treinamento técnico na África do Sul. Grande parte deste dinheiro foi gasto em projetos na área de agricultura, turismo e defesa. Na área agrícola, onde os chineses vêm se envolvendo em importantes projetos de apoio técnico na África, a África do Sul é um dos países onde foi construído um centro de apoio tecnológico. O centro é voltado para pesquisa e apoio tecnológico e treinamento para área de pesca⁵⁵. (SUN, 2011).

VI.2.3. Comércio China-África do Sul: análise setorial

Apesar do aumento do comércio e dos investimentos, que em geral acompanham um bom relacionamento diplomático entre os dois países, alguns setores da sociedade sul africana tem ressaltado os impactos negativos gerados a partir das importações chinesas no país em alguns setores específicos.

As principais críticas na África do Sul relacionam-se à importação de artigos manufaturados específicos, como os têxteis. Grupos empresariais e sindicatos do país têm argumentado com relação ao risco de declínio da indústria nacional deste tipo de produto bem como a perda de empregos.

Segundo Kaplinsky (2008) para observar os impactos negativos das importações chinesas na África é importante que se faça uma análise setorial, que permita observar como a

⁵⁵ A ajuda chinesa tem sido voltada também para educação, com o intercâmbio de estudantes entre os dois países. Desde 1998 mais de 3.200 estudantes chineses estudaram na África do Sul e mais de 60 estudantes sul africanos foram para China. (CCS, 2007).

entrada dos produtos chineses, principalmente em algumas áreas específicas (como a têxtil e móveis, por exemplo) pode gerar impacto negativo para a indústria local, não só na África do Sul mas em vários países africanos.

Um dos setores onde as críticas são mais fortes é o setor têxtil. Representantes da sociedade vêm articulando-se junto ao governo sul africano na tentativa de criar barreiras a entrada dos artigos têxteis e vestuário chineses. Nesse ponto os sindicatos sul africanos tem tido papel importante. A COSATU (Congress of African Trade Union), organização que reúne os principais sindicatos do país, tem sido atuante no lobby contra a entrada dos produtos chineses e os impactos negativos para a indústria nacional. A organização tem muita influência dentro do ANC. Além disso, outros setores do setor privado sul africano também fazem críticas à entrada dos produtos chineses.

De acordo com Banco Mundial, nos anos 90 o setor têxtil contribuía com cerca de 8% do PIB em termos de valor agregado para a setor de manufatura da economia sul africana. A indústria têxtil (junto com a de roupas e sapatos) representa a sexta maior indústria doméstica da África do Sul e emprega diretamente cerca de 143 mil pessoas e mais 200 mil em indústrias relacionadas. Em 2008 a participação do setor no PIB caiu para menos de 3%. (World Bank, 2013; Centre for Chinese Studies, 2007).

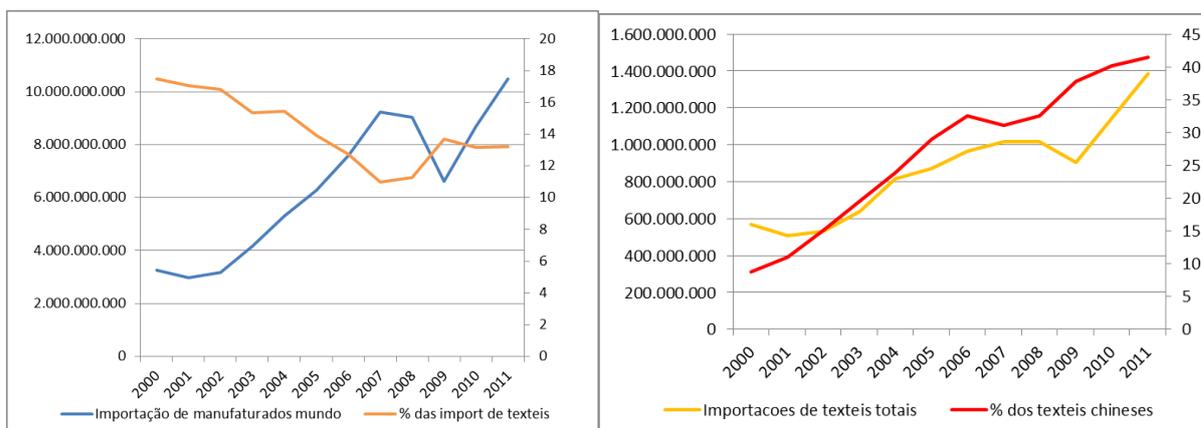
Desde 1995, quando entra em vigor o Acordo Multifibras que liberaliza o comércio de artigos têxteis, a indústria sul africana começou a estagnar e perder espaço. Justamente a partir deste período a produção chinesa expande-se fortemente e começa a ganhar mercados externos, inclusive sul africanos, não apenas com as exportações de artigos têxteis mas de vários artigos de vestuário em geral.

A participação das importações chinesas deste tipo de produto aumentou muito na última década. Em 2000, entre os têxteis, a participação das importações chinesas era de 8,72% (destacam-se os tecidos de fibra sintética – 653). Já em 2011 do total que a África do Sul importou de manufaturas têxteis a participação chinesa alcançou os 41%.

Gráfico 43 - África do Sul: Importações de manufaturados Mundo (bilhões dólares) e participação dos artigos têxteis no total (a); Importações totais de têxteis e participação dos têxteis chineses (b)

(a)

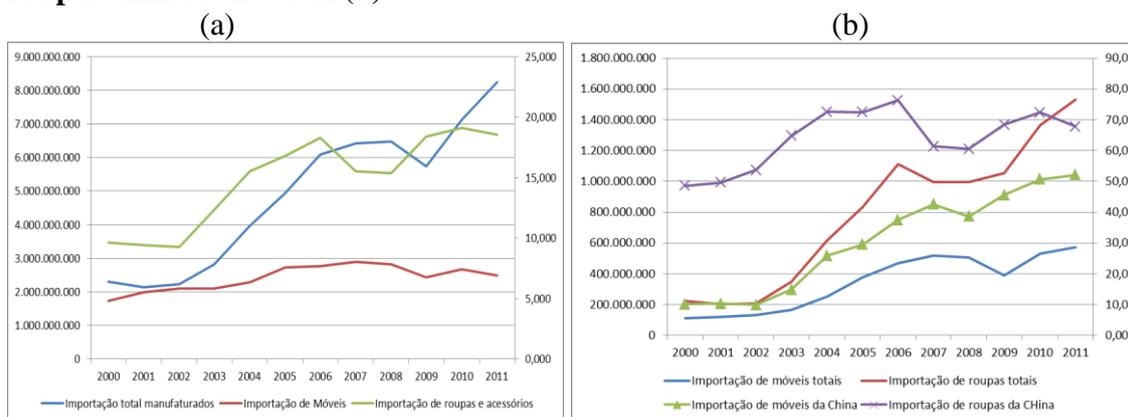
(b)



Fonte: UNComtrade; SITC Rev. 3 (6 = *Manufactured goods classified chiefly by material*; 65 (651-659) = *TEXTILE YARN, FABRIC, ETC. Description: Textile yarn, fabrics, made-up articles, n.e.s., and related product*)

Com relação aos artigos manufaturados referentes a móveis e roupas ⁵⁶ também se observa um aumento expressivo das importações chinesas. Em 2011 a África do Sul importa da China mais de 67% do total de artigos vestuários (roupas) e 52% dos artigos de móveis. (UNComtrade).

Gráfico 44 - África do Sul : Importações de Manufaturados (bilhões de dólares) participação dos móveis e roupas no total importado (a); Participação dos móveis e roupas chineses no total (b)



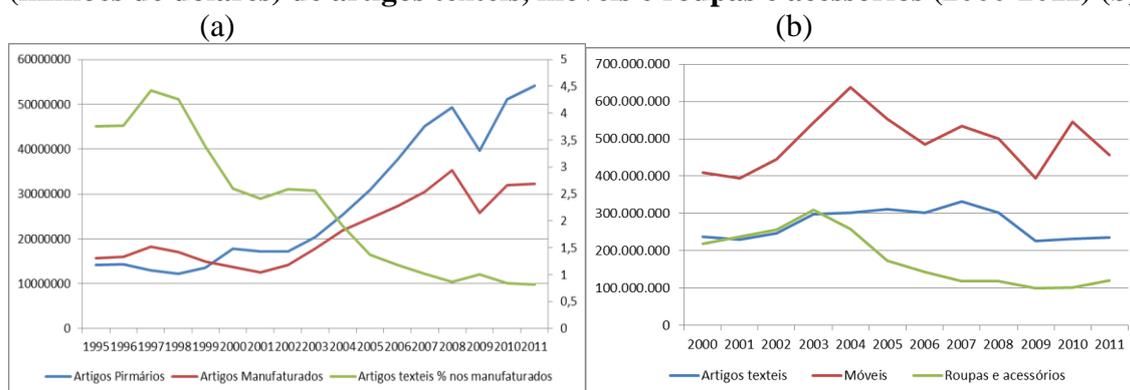
Fonte: UNComtrade; SITC Rev. 3 (8 = *Miscellaneous manufactured articles*; 82 = *FURNITURE, BEDDING, ETC. Furniture, and parts thereof; bedding, mattresses, mattress supports, cushions and similar stuffed furnishings*; 84 = *CLOTHING AND ACCESSORIES. Articles of apparel and clothing accessories*)

⁵⁶ As classificações SITC Rev. 3 82, referentes a Móveis são incluídas aqui porque contemplam artigos relacionados ao setor têxtil, como colchões, roupa de cama, suportes elásticos para camas, almofadas e semelhantes de pelúcia entre outros. A classificação 84 refere-se a roupas e acessórios (Artigos de Vestuário e seus acessórios).

Nos dois casos, tanto nas importações de artigos têxteis como nas de móveis, roupas e acessórios a participação das importações provenientes da China são significativas. Este quadro setorial revelaria, segundo a leitura de Kaplinsky, um impacto negativo para a África do Sul, resultante de um canal direto de comércio que aumenta a competitividade nas relações China-África do Sul. Os produtos chineses estariam comprometendo e competindo com a indústria sul africana existente ou potencial.

Esse sinal de competição pode ser visto mais claramente quando analisamos as exportações sul africanas para o mundo. Além do quadro mais geral do aumento dos produtos primários e uma redução das exportações dos artigos manufaturados observa-se também se não uma queda acentuada, ao menos uma estagnação nas exportações totais para o Mundo de artigos têxteis, móveis e roupas e acessórios sul africanos.

Gráfico 45 - África do Sul: Exportações totais artigos primários e manufaturados (bilhões de dólares) e % dos têxteis nos manufaturados (a) 1995-2011; Exportações totais (milhões de dólares) de artigos têxteis, móveis e roupas e acessórios (2000-2011) (b)



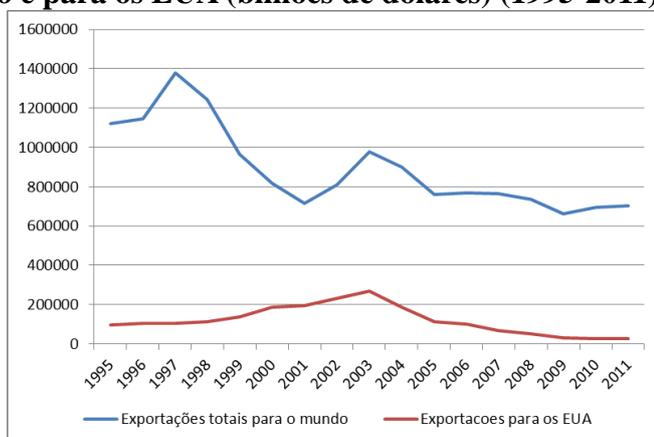
Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database; UnComtrade, 2012.

A questão essencial é que os produtos chineses, ainda que não tenham efeito negativo na indústria sul africana de maneira direta, podem ser prejudiciais quando pensamos nas exportações sul africanas para terceiros mercados. Este seria o que Kaplinsky chama de canal indireto do impacto chinês nos países africanos.

Com relação ao setor têxtil, especificamente, o contexto para se entender o impacto da China na África do Sul relaciona-se a alguns acordos preferências que foram firmados entre os EUA e países africanos a partir de 2002. Tratam-se de acordos em que os EUA privilegiam as importações de têxteis de origem principalmente da África Subsaariana. O acordo *United States Africa Growth and Opportunity Act* (AGOA), firmado em 2002 foi fundamental para que as exportações de têxteis dos africanos aumentassem.

A questão é que a partir de 2004 uma série de derrogações foram sendo feitas permitindo não só que os países africanos importassem de outros países para re-exportar para os EUA, mas também permitindo, em 2007, a abertura do mercado americano para outros continentes e países, incluindo a China. Isso teve um resultado desastroso para as exportações africanas e para a África do Sul. As suas exportações diminuíram muito a partir dessa reviravolta e da entrada da China no mercado mundial/americano.

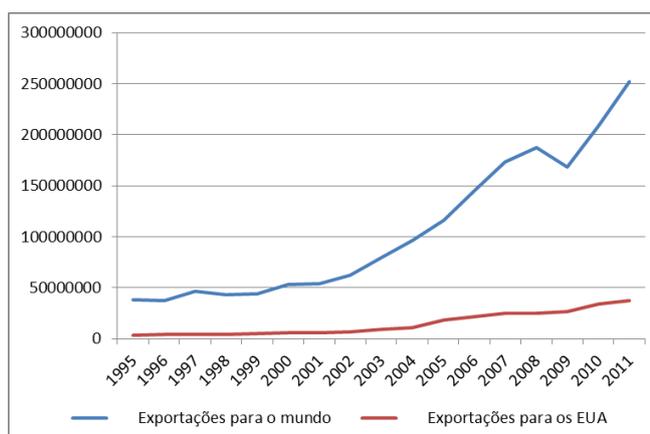
Gráfico 46 - África do Sul: Exportações de artigos de vestuário (roupas e têxteis) para o Mundo e para os EUA (bilhões de dólares) (1995-2011)



Fonte: UNCTAD, 2012. SITC Rev. 3 (26+65+84)

Como se percebe a partir dos anos 2001 há um aumento das exportações de têxteis sul africanos. Em 2003 e 2004 as exportações começam a diminuir e vem caindo deste então. A queda das exportações de têxteis pode ter explicação nesta reviravolta dos acordos firmados com o EUA. O fato a se considerar é que, no mesmo período observa-se a expansão substancial das exportações chinesas tanto para o mundo como para os EUA, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 47 - China: Exportações de artigos têxteis e de vestuário para o Mundo e para os EUA (bilhões de dólares) 1995-2011



Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2013.

Esta derrocada nas exportações sul africanas teve impacto importante, segundo Kaplinsky e outros, no emprego do setor de vestuário e têxtil. Segundo os autores, na África do Sul o emprego neste setor caiu 12% entre 2004 e 2005. Em outros países como Lesoto, Suíza e Quênia a queda é ainda maior, dado o peso que as exportações de têxteis têm nas exportações totais e no PIB destes países.

A resposta do governo sul africano para enfrentar os efeitos negativos da entrada dos têxteis chineses foi um acordo assinado em 2006 entre o governo dos dois países: o *Memorandum of Understanding* (MOU). A partir da pressão exercida principalmente pelo sindicato dos trabalhadores têxteis, o SACTWU (*Southern African Clothing and Textile Workers Union*) - membro da organização sindical COSATU, o governo decidiu pela criação de algumas restrições a entrada de artigos têxteis chineses no país. 31 categorias de produtos exportados pela China foram proibidos de entrar na África do Sul por pelo menos 2 anos. A ideia era de que nesse tempo a indústria têxtil sul africana poderia ser reestruturada e estar preparada para competir com os produtos chineses. O acordo está dentro das medidas propostas no âmbito da WTO e GATT. (CCS, 2007).

Mas mesmo depois da criação do *Memorandum* muitos varejistas continuam importando os vestuários chineses através de mercados diferenciados, como Dubai. Além disso, muitos setores de varejo e atacado que comercializam os produtos chineses não apoiaram as medidas. E mesmo depois das medidas protecionistas as indústrias têxteis sul africanas não apresentaram melhora.

Para Brautigam (2009) os efeitos das quotas na indústria têxtil sul africana foram pouco representativos. A indústria não se reestruturou no período e houve apenas a substituição das importações chinesas a partir de outros mercados como Índia, Malásia e

Vietnã. A autora questiona até que ponto a concorrência chinesa é o principal problema da indústria sul africana. Para ela o problema da África do Sul é o baixo dinamismo de sua indústria local. Mesmo que a competição com a China tenha contribuído para a perda de empregos (segundo ela cerca de 67 mil empregos na indústria têxtil e vestuário foram perdidos entre 2003 e 2006) o maior problema do setor é a baixa produtividade e uma infraestrutura deficiente. Segundo Brautigam, mesmo quando havia uma grande proteção a indústria no país, com tarifas de 30 a 40% a indústria não se desenvolveu.

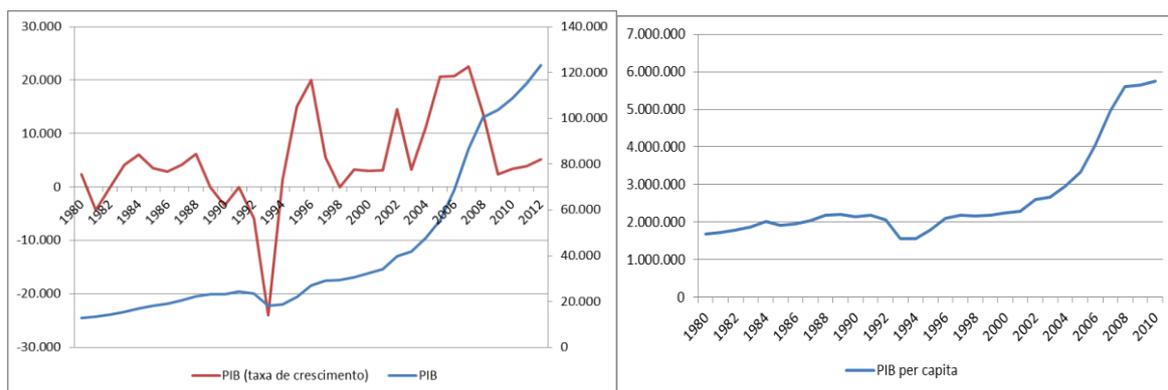
Além disso, alguns autores afirmam que a entrada dos produtos têxteis chineses tem um efeito positivo na África do Sul, na medida em que contribuem para expansão do consumo. Segundo Fundika (2007), a entrada dos produtos chineses permitiu o barateamento dos preços de diversos produtos de vestuário. Segundo o autor houve uma queda importante nos preços e uma ampliação da capacidade de compra desses bens pela parcela mais pobre da população, contribuindo inclusive para amenizar os efeitos da concentração de renda do país. (FUNDIKA, 2007).

VI.3. Angola

Após uma guerra civil de mais de 27 anos e que termina apenas em 2002, Angola é um dos países da África Subsaariana que mais cresce nos anos recentes. Entre 2000 e 2009 o país cresceu a uma taxa de 10% ao ano e em 2011 o PIB alcançou os 116 bilhões de dólares. Com uma população de aproximadamente 20 milhões de habitantes e uma área de cerca de 1,2 milhões de km quadrados, Angola tem quase metade da sua população vivendo na capital Luanda, que concentra entre 80 e 90% da atividade econômica do país.

Com a morte de Jonas Savimbi em 2002, liderança do partido UNITA, as negociações de paz avançam e o MPLA passa a governar com estabilidade, encerrando um longo período desde a independência do país marcado por disputas internas entre grupos políticos rivais. Os gráficos apresentam a expansão do PIB e PIB per capita do país.

Gráfico 48 – Angola: Produto Interno Bruto: Taxa de crescimento, volume total (bilhões de dólares); PIB per capita (mil dólares) (1980-2010)



Fonte: IMF, World Economic Outlook Database, 2013.

De 2001 a 2008 o país apresentou taxas altas de crescimento do PIB anual, acompanhado por um aumento também do PIB per capita. Apesar na crise de 2008 o país vem se recuperando a partir de 2009 e deve manter crescimento significativo de 8.2% em 2013 e 7,8% em 2014, segundo projeções. (African Economic Outlook, 2012)

O crescimento recente do país relaciona-se principalmente a expansão do setor de energia, principalmente a indústria de exploração de petróleo, recurso que o país dispõe em larga escala. A expansão também é apoiada no crescimento dos setores de construção, infraestrutura e transporte, resultante de um esforço de recuperação do país destruído pela guerra.

Angola dispõe de amplas reservas de recursos naturais, principalmente de petróleo, além do gás e diamante. O país é o terceiro maior produtor de petróleo da África, atrás da Nigéria e da Líbia⁵⁷. Em 2007 Angola se tornou o décimo segundo membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Segundo Blankendal, o país esteve no centro do boom do petróleo dos últimos anos. (BLANKENDAL, 2008).

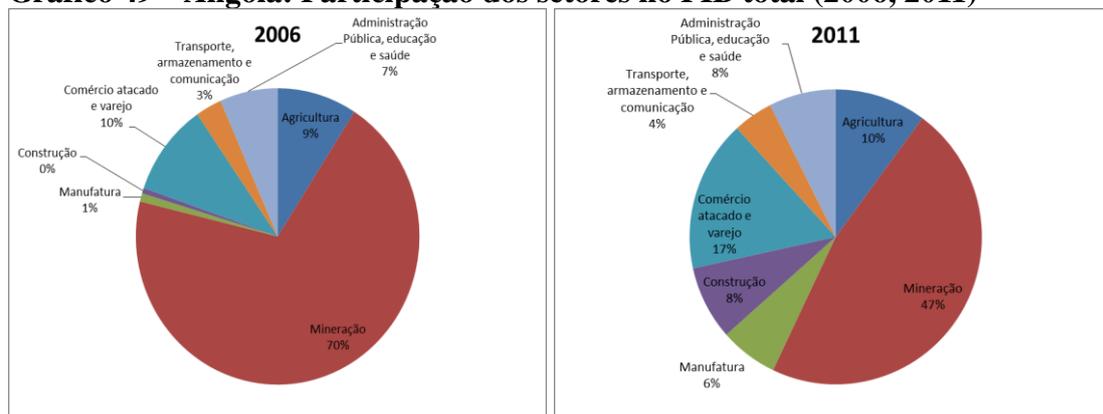
Os recursos naturais do país, principalmente o petróleo, vêm sendo exportados em volumes cada vez maiores desde o início dos anos 2000 e as rendas de exportação tem fornecido uma base importante para a redução da vulnerabilidade externa do país, a ampliação do gasto público e dos investimentos, principalmente no setor de construção e infraestrutura. (African Economic Outlook, 2012). A partir da melhora no quadro macroeconômico o país tem tido sucesso em ampliar os indicadores de desenvolvimento humano incluindo pobreza, saúde e educação, embora os desafios ainda sejam grandes, incluindo a necessidade de

⁵⁷ A África como um todo dispõe de 9.5% dos depósitos de petróleo mundiais em 2010. Nas últimas décadas houve um crescimento expressivo das reservas no continente. As principais reservas são localizadas na Líbia (46.4 bilhões de barris), seguida pela Nigéria (37.2), Angola (13.5) e Argélia (12.2). Em termos de produção diária em primeiro lugar está a Nigéria, com 2.4 milhões de barris por dia e depois Angola com 1.9 milhões bpd. Power e Alves (2012)

diversificação produtiva, expansão do emprego, redução da pobreza e melhora da distribuição da renda.

A economia do país é fortemente dependente do setor de energia e da venda do petróleo. Em 2012 a produção de petróleo correspondeu a cerca de 47% no PIB, 90% das exportações e 80% da renda do governo. Embora alta, a participação da produção de petróleo no PIB já foi de 83% em 2002. Outros setores da economia angolana vêm se expandindo como o de diamantes e gás e o setor de construção tem tido importante papel na expansão econômica, além do setor de serviços (comércio atacado e varejo) e manufatura. Entre 2001 e 2010 o setor de serviços cresceu a uma taxa de 13% ao ano e o setor de manufatura a 17% embora ainda representem parte pequena da economia do país. A participação da agricultura no PIB continua baixa, cerca de 10%, mas apresentou um crescimento anual de 14% ao ano desde 2001, um ritmo de crescimento importante. (African Economic Outlook, 2012). O Gráfico 49 apresenta o PIB de Angola por setores.

Gráfico 49 – Angola: Participação dos setores no PIB total (2006, 2011)



Fonte: African Economic Outlook, 2013.

Embora o setor de mineração (a indústria do petróleo) corresponda à maior parcela do PIB angolano ele incorpora cerca de 1% apenas da oferta de trabalho disponível no país que corresponde a mais de 7 milhões de pessoas. (World Bank). A taxa de desemprego é alta, em média 26% desde os anos 2000. O setor primário agrícola, embora precário, incorpora 85% da força de trabalho e o setor de serviços o restante.

Como apontado anteriormente, o aumento das rendas da exportação de petróleo, devido o aumento no volume exportado e a alta dos preços, representaram receitas fundamentais para Angola e explicam a melhora das condições macroeconômicas do país. O aumento das despesas internas, tanto das famílias como do governo, bem como a expansão do

investimento permitiram a expansão econômica da década de 2000. A Tabela 12 apresenta os resultados do PIB decomposto.

Tabela 12 – Angola: PIB decomposto Gasto e Despesas (% no PIB e taxa de crescimento anual) 1985-2010*

	% PIB				% PIB (crescimento anual)		
	1985	1994	2005	2010	1985-1994	1995-2004	2001-2010
Despesas de consumo Final das Famílias	39,3	33,8	38,8	50,3	-3		48
Despesas de consumo Final do Governo	32,4	40,1	20,0	17,6	2,2		30,4
Formação Bruta de Capital	17,3	30,5	8,8	12,7	56,7	21,5	41,5
Gasto Doméstico Bruto	89,6	90,5	67,6	80,5	-1,7	36,0	38,2
Exportações de Bens e Serviços	35,7	85,4	86,0	62,4	7,5	19,5	24,8
Importações de Bens e Serviços	25,3	75,9	53,6	42,9	2,6	17,0	21,4

Fonte: World Bank, World Development Indicators Database, 2013. *Dados referentes aos anos 1995 a 1999 não estão disponíveis

Como se percebe nos últimos anos observa-se o crescimento tanto das exportações, como da Formação Bruta de Capital e do Gasto Doméstico Bruto (das famílias e do Governo). Essa capacidade de gasto interno explica-se pela folga da conta corrente devido ao aumento das receitas de exportação de petróleo. Embora o governo siga uma política de controle das despesas, os gastos do governo crescem ao longo dos anos, ligados a gastos em serviços públicos como saúde e educação. Houve inclusive uma reversão do déficit fiscal do governo de 4.9% do PIB para um superávit de 7.3% em 2011. (Africa Economic Outlook, 2012).

A ampliação do gasto do governo ocorre por meio de programas criados desde o fim da guerra civil dirigidos a diminuição da pobreza e expansão da economia. Com o Programa Nacional de Combate à Pobreza (PNCP), por exemplo, o governo vem ampliando os gastos em construção e reabilitação de hospitais, centros de saúde e escolas. Já o Água para Todos, programa ligado ao PNCP, beneficiou mais de 600 mil pessoas através da construção de sistemas fornecimento de água e poços artesianos. Os gastos do governo destinaram-se ainda a compra de geradores de energia, além da construção de casas, quadras esportivas, centros infantis comunitários e mercados municipais. (África 21, 2013).⁵⁸

Desde 2002 o governo vem se empenhando no combate a pobreza, através da criação de programas específicos como o Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços

⁵⁸ Embora o PNCP seja elogiado como mecanismo de melhoria das condições de vida da população mais pobre, membros de organizações civis do país fazem críticas ao programa, por ser muito centralizado pelo Executivo e não pensar em projetos de forma ampla. Como no caso da agricultura onde apesar da ampliação do gasto do governo via crédito para população rural, não houve melhorias na assistência técnica à agricultura, nem para escoamentos de produtos ou produção de sementes e agroindustrias. (Africa 21).

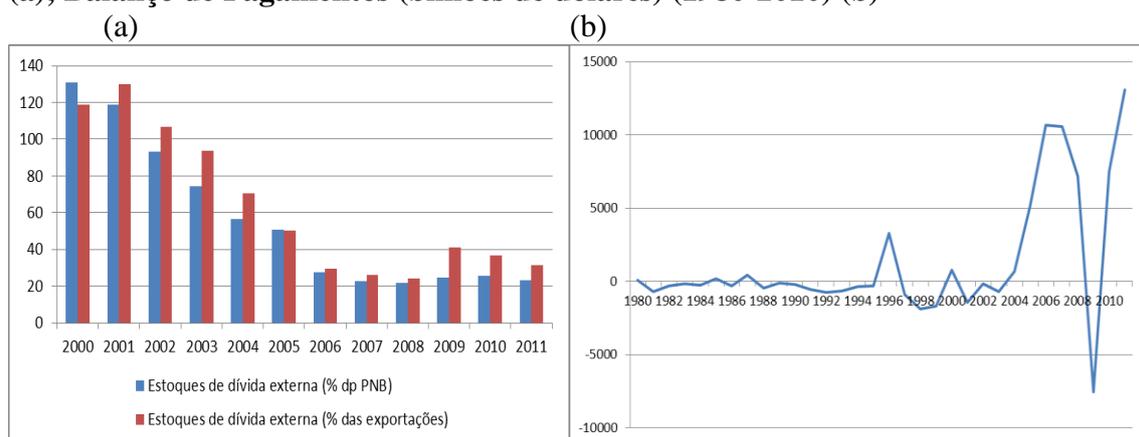
Básicos, criado em 2003, que vem reforçar outros já implementados, como o Fundo de Apoio Social, o Programa de Reabilitação Comunitária e de Reconciliação Nacional e o Programa Nacional de Emergência para Assistência Humanitária (PNEAH) de populações deslocadas pela guerra.

O gasto público também se concentrou na expansão do crédito, através do Programa de Microcrédito criado pelo governo em 2011, para apoiar iniciativas de negócios no meio rural, e do Programa Meu Negócio Minha Vida, que concedeu financiamentos provenientes do Banco de Poupança e Crédito (BCP) e do Banco de Comércio e Indústria (BCI).

Aliado ao aumento do gasto interno observa-se uma expansão da Formação bruta de capital de 41% entre 2001 e 2010, que representa uma expansão do Investimento. O investimento total entre 2000 e 2010 correspondeu em média a 13% do PIB. Até 2005 a taxa era de 12,5%. Entre 2006 e até 2012 a taxa média de investimento foi de 13,9%. (IMF, 2013). Os investimentos têm ocorrido principalmente no setor de construção civil, grande parte a partir de empresas chinesas que se aproximam do país, como se verá adiante.

O ambiente de maior equilíbrio macroeconômico fornecido pelo aumento das exportações também contribui para a queda da dívida externa, para o superávit no Balanço de Pagamentos e para melhora dos índices de inflação.

Gráfico 50 – Angola: Dívida Externa total (% no PNB e das exportações) (2000-2011) (a); Balanço de Pagamentos (bilhões de dólares) (1980-2010) (b)

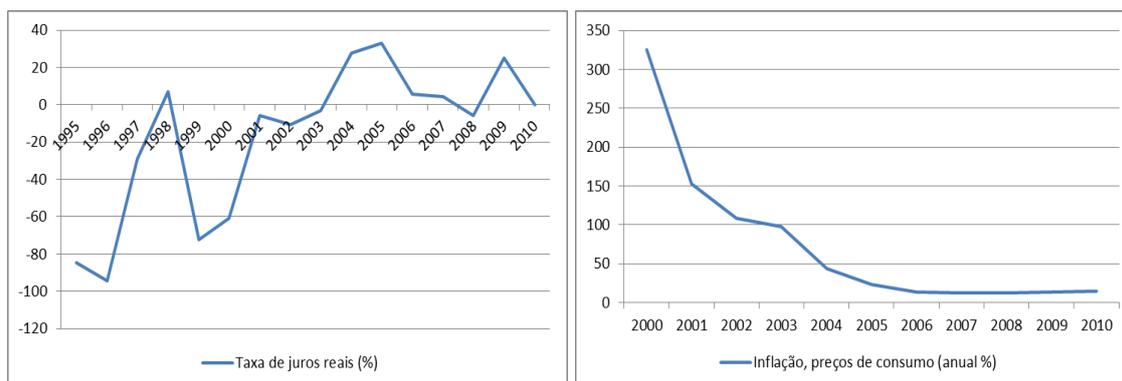


Fonte: World Bank, World Development Indicators Database, 2013; UNCTAD, UnctadStat Database, 2013

Gráfico 51 - Angola: Taxa de juros real (a); Taxa de inflação a preços de consumo (b)

(a)

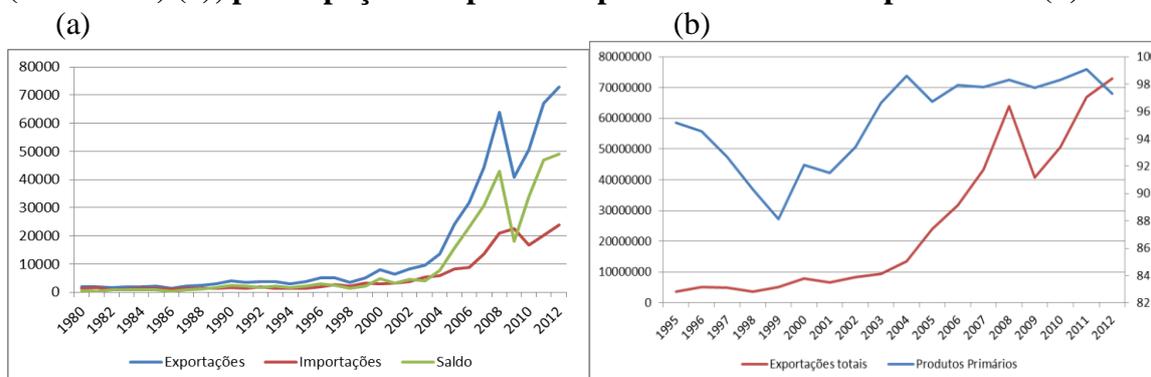
(b)



Fonte: World Bank. World Development Indicators Database, 2013.

O comércio externo portanto tem sido fundamental para melhoria das condições macroeconômicas. As exportações expandiram-se a uma taxa de 24.8% entre 2001 e 2010 e as importações a uma taxa de 21%. Os recursos primários representam a maior parte das exportações do país, com as exportações de petróleo representando 97% das exportações angolanas em 2010, seguido pelos diamantes (2%) e gás e café (0,5%).

Gráfico 52 – Angola: Exportações, Importações e Saldo comercial (bilhões de dólares) (1980-2012) (a); participação dos produtos primários no total exportado % (b)



Fonte: Unctad, Unctastat Database, 2013.

Aliado a melhora das condições econômicas do país observa-se uma melhora das condições de vida da população. O índice de desenvolvimento humano (IDH) que em 2000 era de 0.403 passa para 0.48 em 2011. (MONAWEZA, África 21, 2013, p. 20-21). O índice de Gini melhorou passando para 0.42 em 2009, contra os 0.5 em 2000. O índice de pessoas que se encontram em situação de pobreza no país caiu de 70% entre 2000 e 2001 para 37%, segundo dados do Inquérito Integrado de Bem-Estar da população (IBEP). No início da década 54.3% da população de Angola vivia com menos de 1.25 dólares por dia. Em 2009 o total de pessoas nessa situação caiu para 43.4%. (World Bank, 2013). A Tabela abaixo apresenta alguns resultados com relação à concentração de renda e pobreza.

Tabela 13 - Angola: Indicadores de Pobreza e Desigualdade (1990-2010)

	1990-1999	2000	2009	2000-2010
Gini		0.586	0.427	
Human Development Index (UNDP)		0.375	0.484	0.460
% da pop. vivendo com menos de US\$ 1.25 por dia		54.3	43.4	
Mortalidade infantil (cada mil nascimentos)	132.39	118.7	100	108.17
Expectativa de vida (idade)	42.26	45	50	48.47
Anos de escolaridade esperado	3.95	4.6	10.2	6.46

Fonte: World Bank, World Development Indicators, Database, 2013; HDI: International Human Development Indicators (UNDP), 2013

VI.3.1. Comércio China-Angola

As relações entre China e Angola remetem aos anos 60, no contexto da luta pela independência do país e das disputas internas envolvendo os três grupos rivais (MPLA, UNITA e FNLA). Assim como em diversos outros países do continente, a China se aproxima de Angola disputando com a União Soviética o apoio ao MPLA, grupo ligado à ideologia socialista. Perdendo a disputa com a rival URSS, acaba apoiando o rival UNITA, grupo que também recebia apoio e suporte das potências ocidentais.

Apesar da ligação da China com o UNITA durante a guerra civil, as relações diplomáticas oficiais com Angola foram estabelecidas já em 1983. Mas apenas em 1999 depois do primeiro encontro sino-angolano (Sino-Angolan Joint Economic and Trade Commission) as relações comerciais começaram a expandir e a se fortalecer, ganhando ímpeto a partir do fim da guerra e da abertura do MPLA em aceitar a ajuda chinesa.

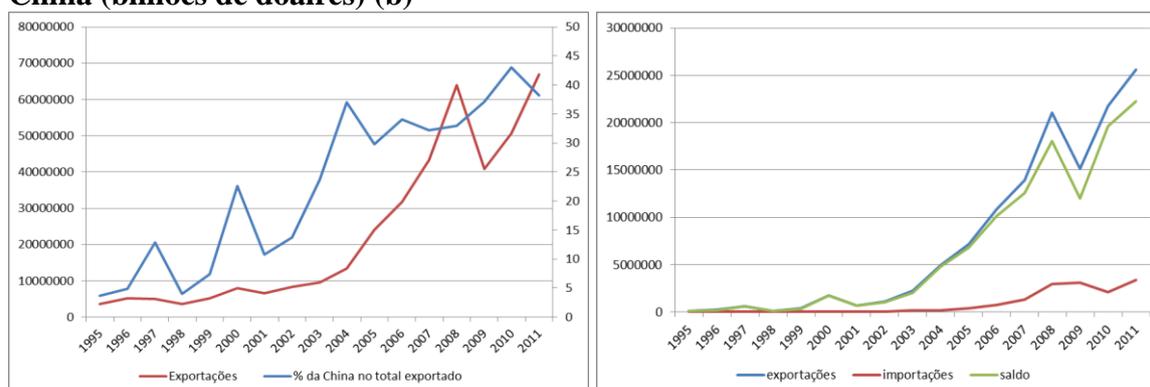
O comércio bilateral entre China e Angola correspondeu em 2010 a mais de 23 bilhões de dólares. As exportações angolanas para China corresponderam a um total de cerca de 21,7 bilhões de dólares, enquanto as importações do país a partir da China foram de 2,1 bilhões.

Angola está portanto entre os países africanos que apresentam superávit no comércio com a China.

O volume exportado para a China aumentou consideravelmente na década de 2000. Em 2010 as exportações chinesas já representavam 43,1% das exportações totais do país, seguido pelos Estados Unidos (23.2%), Índia (9.2%), França (4.0%) e outros. Do lado das importações a China tem uma participação menor (17% em 2012), em meio a outros parceiros tradicionais, como Portugal (cujas importações em 2012 corresponderam a mais de 30% do total), Estados Unidos (11%), Brasil (9,19%) e África do Sul (9%).⁵⁹ O superávit angolano com a China reflete portanto tanto o aumento das exportações como a menor participação das importações chinesas no total importado. (UNCTAD).

A quase totalidade das exportações angolanas para a China são de petróleo (99% do total exportado). Com relação as importações a partir da China observa-se a presença principalmente de artigos manufaturados (96%), entre estes 42.3% de máquinas e equipamentos de transporte e 53,6% de artigos manufaturados diversos como têxteis, vestuários.

Gráfico 53 – Angola: Exportações totais e participação da China no total exportado (bilhões de dólares) (1995-2011) (a); Exportações, importações e Saldo comercial Angola-China (bilhões de dólares) (b)



Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2012.

A China é atualmente o maior parceiro comercial de Angola nas exportações. A taxa média de crescimento das exportações angolanas para China foi de 70% entre 1995 e 2010 e as importações a 50% ao ano. O país africano já é a segunda maior fonte de fornecimento de

⁵⁹ Segundo CCS (2007) a manutenção das importações a partir dos países ocidentais - europeus inclusive - reflete uma característica do padrão de consumo das elites angolanas. Ao contrário de grande parte dos países africanos que importam cada vez mais os produtos mais baratos chineses, Angola continua importando a partir de outros países pois o país apresenta um alto padrão de consumo das elites locais, que acabam influenciando o perfil das importações.

petróleo para China, atrás da Arábia Saudita. O país é visto como estratégico para manutenção do fornecimento de petróleo. (BLANKENDAL, 2007).

A vasta disponibilidade das reservas de petróleo tem atraído as empresas chinesas – como a gigante estatal Sinopec - interessadas na garantia do fornecimento do combustível, dado o aumento da demanda interna de energia para uso industrial e também para atender à expansão do consumo de automóveis do país asiático.

Cada vez mais as empresas chinesas ganham espaço no país, graças a capacidade financeira chinesa de ampliar os créditos e empréstimos que são concedidos ao governo angolano por meio de instituições financeiras e também à urgência destes recursos em Angola para fazer frente às necessidades de reconstrução depois do fim da guerra civil.

VI.3.2. China e Angola: Fluxos financeiros e Investimentos

Angola é um caso ilustrativo da maneira como a China vem se aproximando dos países africanos a partir de uma articulação interna que combina esforços do Governo, instituições financeiras e empresas estatais. Desde o fim da guerra civil no país, grandes volumes de empréstimos vêm sendo concedidos pelas instituições financeiras chinesas ao governo do país, a taxas muito favoráveis, prazos longos e sem condicionalidades, fazendo com que as empresas chinesas tenham cada vez mais acesso ao país, em detrimento de tradicionais parceiros e das instituições bilaterais.

Segundo Malaquias (2012) com o fim da guerra tornou-se urgente em Angola a ajuda financeira externa para a reconstrução da infraestrutura. Contava-se a princípio com a ajuda de países ocidentais, como Estados Unidos, e das instituições bilaterais como Banco Mundial e FMI. No entanto, houve muita relutância por parte de países ocidentais e das IFIs em fornecer empréstimos a Angola, muito em função de acusações de prática de corrupção, desvio de dinheiro e de recursos do FMI. Países como Estados Unidos e também as instituições bilaterais exigiam melhora da governança e combate a corrupção como condição pra realizar empréstimos.

Mas o país devastado pela guerra não podia atender às condicionalidades impostas pelos países ocidentais e nem esperar por uma transformação imediata de suas instituições. A partir daí a ajuda chinesa passa a ser fundamental como alternativa de financiamento do país.

Além da disponibilidade de grande volume de empréstimos a partir das instituições como o EximBank e o China Development Bank, os empréstimos chineses poderiam

vincular-se a projetos de longo prazo, principalmente na área de infraestrutura e construção, ao contrário do perfil dos empréstimos das instituições bilaterais, como FMI e Banco Mundial que eram ligados cada vez mais a projetos para áreas sociais, de educação, saúde e ajuda humanitária, mas não em grandes projetos de infraestrutura. (FERNANDES,2012).

A partir desta conjuntura, a China aparece para Angola como uma parceira ideal. Segundo Power e Alves (2012) as instituições financeiras chinesas: o Export-Import Bank of China, o Industrial and Commercial Bank of China e o China Development Bank– gastaram no total mais de 14 bilhões de dólares em créditos para Angola desde 2002. A maior parte destes créditos foram concedidos principalmente via EximBank.

Em Março de 2004 durante a visita do primeiro ministro chinês Zhang Peiyang's em Angola, o China EximBank concedeu uma linha de crédito de 2 bilhões de dólares para o governo angolano, a primeira parcela foi concedida em Setembro de 2004 e a segunda em março de 2005. O empréstimo foi aumentado em 1 bilhão de dólares 2006, fazendo da China o maior parceiro no processo de reconstrução de Angola. Em Maio de 2007 mais 1 milhão de dólares foram agregados ao empréstimo para ações complementares. Ainda em Julho de 2010, o ministro das finanças de Angola confirmou que negociações estavam em andamento para fechar um empréstimo de 6 bilhões de dólares a partir do China EximBank, o que completa um total de cerca de 10,5 bilhões de créditos apenas do China Exim Bank para Angola. (CORKIN, 2012; CCS,2007; Blankendal,2008; Power and Alves,2010). Os empréstimos via EximBank foram negociados para serem pagos em 17 anos, com taxa de juros de 1,5%. Em troca a China tem direito a compra de 10 mil barris de petróleo por dia.

Os recursos concedidos pelo banco chinês foram em sua maior parte utilizados para financiar grandes projetos de infraestrutura em Angola, como o aumento das redes de transportes, rodovias, ferrovias, além de construção de escolas e hospitais no interior do país e também aeroportos e portos. (POWER e ALVES, 2012).

Além dos empréstimos via EximBank e de outras instituições financeiras formais, instituições financeiras privadas chinesas também expandiram créditos para Angola, por meio de canais paralelos aos canais oficiais. O China International Fund Ltd (CIF) é o maior exemplo, segundo Corkin (2012). Trata-se de uma companhia privada criada e baseada em Hong Kong em 2003, para facilitar o crédito e o financiamento de projetos na África. O volume de financiamento que o CIF opera é entre 2.9 e 9 bilhões de dólares. Os recursos a partir deste fundo foram utilizados para financiar projetos de construção de aeroportos, estradas e ferrovias em Angola. (CORKIN, 2012).

Embora os recursos chineses venham sendo amplamente utilizados para o financiamento de diversos projetos em Angola, há um debate com relação ao uso indevido dos recursos que vem entrando no país através das linhas de crédito chinesas, principalmente através destes canais paralelos, como o CIF. (Power and Alves, 2012). Alguns autores alertam para a corrupção e o uso indevido dos recursos por parte de membros do governo e das empresas estatais de Angola. Apesar dos empréstimos chineses não circularem dentro do sistema bancário angolano e serem controlados diretamente pelo EximBank, denúncias de corrupção foram feitas ao longo da década. Em 2005, por exemplo, o ministro da finança angolano José Pedro de Morais foi acusado de apropriação indébita dos fundos do Eximbank. (CORKIN, 2012).

Como forma de estabelecer maior controle no uso dos grandes volumes de recursos provenientes das instituições chinesas o governo de Angola criou órgãos exclusivos responsáveis pela gestão dos recursos, como o Gabinete de Apoio Técnico (GAT), formado por vários representantes do Ministério Público, do Banco Nacional de Angola, Secretários de governo e CEOs da Sonangol, a maior empresa de petróleo do país. Em 2005 foi criado outro gabinete, voltado para o gerenciamento dos projetos de investimento a partir dos empréstimos externos, o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), controlado pela divisão militar da presidência. O GRN é considerado o epicentro onde os empréstimos chineses são administrados para serem direcionados para reconstrução do país. Em 2010 o controle do GRN foi descentralizado para membros do governo e CEOs da estatal Sonangol, ainda assim o gabinete é totalmente controlado pela presidência do país.⁶⁰

Apesar das denúncias de corrupção e desvios de recursos, o fluxo de recursos a partir da entrada dos empréstimos chineses vem sendo fundamentais para que o país africano se abra para a entrada das empresas chinesas no país. A maior parte dos projetos na área de construção e reabilitação da infraestrutura em Angola são feitos por empresas chinesas, que entram no país a partir da disputa de licitações e contratos públicos. Mesmo que parte destes concursos (cerca de 30%) sejam destinados a empresas nacionais, as empresas chinesas vêm

⁶⁰Segundo Clerk (2012) de um modo geral a elite angolana e membros da Presidência, em particular, acumulam benefícios significativos a partir das linhas de crédito chinesas, por meio de vários caminhos. O controle muito centralizado do governo no executivo permite que a elite do país tenha muita influência nas decisões com relação ao destino dos recursos, ainda que o governo angolano venha conseguindo direcionar as linhas de crédito para um conjunto mais amplo de objetivos.

monopolizando os projetos, dado que poucas empresas nacionais podem se responsabilizar por projetos de grande porte como construção de portos, estradas e aeroportos.

Estes investimentos, aliados aos investimentos para extração de petróleo foram o núcleo dos IDEs chineses em Angola nos últimos anos. Em 2010 as empresas chinesas investiram cerca de 100 milhões de dólares em Angola em setores diversos como extração de petróleo e também construção e telecomunicações. A Tabela 14 apresenta o montante total de IDEs recebidos por Angola, os IDEs a partir de países da OECD e também os investimentos chineses, a partir dos dados do Ministério do Comércio chinês.

Tabela 14 – Angola: fluxo de IDEs (entrada) total, países da OECD e China (bilhões de dólares) (2001-2011)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
IDE total	2145,501	1672,06	3504,7	1449,31	-1303,85977	-37,71486	-893,342152	1678,97101	2205,29818	-3227,21182	-3023,770965
Estados Unidos		-263.0	-36.0	-22.0	98.0	280.0	-99.0	789.0	77.0	1 968.0	707.0
Portugal	51	47.8	26.4	69.4	154.6	195.8	-767	-658	-358	157.3	-325
França	43.0	-204.0	-70.0	18.0	545.0	553.0	507.0	354.0	-344.0	847.0	1 184.0
Dinamarca					24.0	..			-403.0	1 146.0	1 343.0
Alemanha	3.0	-3.0		2.0	2.0		23.0	13.0	8.0	23.0	48.0
China						2239	4119	-957	831	10111	16343

Fonte: UNCTAD UnctadStat Database; OECD StatExtracts, 2013; *MOFCOM, 2010

É importante ressaltar que muitos investimentos feitos por empresas chinesas em Angola na área de infraestrutura e construção não são computados como IDEs e sim dentro daqueles valores referentes aos empréstimos do EximBank e outros. Os IDEs de fato, declarados pelo Ministério do Comércio chinês, representam assim apenas uma parte dos fluxos financeiros, realizados tanto por empresas estatais que expandem suas atividades no país, como por empresas privadas que vão sendo conduzidas para Angola muitas vezes a partir do avanço das grandes empresas.

Os IDEs chineses tem tido grande importância para Angola e para o processo de reconstrução do país a partir de 2002. As empresas da área de petróleo e construção entram muitas vezes substituindo empresas portuguesas, brasileiras (Odebrecht) e sul africanas que operavam a algum tempo em Angola. (CENTRE FOR CHINESE STUDIES,2005).

Os investimentos chineses são dirigidos principalmente para setores de indústria extrativa de petróleo, para o setor de infraestrutura – construção e de telecomunicações – e também de manufatura. Empresas da área de petróleo como a Sinopec, da área de construção como a China National Engineering Corporation, a China Road and Bridge Corporation (CRBC) e a gigante China State Shipbuilding Corporation (CSSC) são algumas das principais

no país, além das ligadas ao setor de telecomunicações, como a ZTE, a Huawei. (CENTRE OF CHINESE STUDIES, 2007).

O petróleo é o principal foco dos investimentos chineses. É a garantia do controle das reservas angolanas que dita os grandes volumes de empréstimos, os projetos de cooperação e acordos comerciais entre China e Angola.

O caso mais expressivo dos IDEs da área de petróleo é o da aproximação da estatal chinesa Sinopec (China Petroleum and Chemical Corporation), a segunda maior do petróleo na China. Ainda nos 90 a empresa se aproxima de Angola comprando direitos de exploração do petróleo até então controlado pela francesa French Total. Em 2004 a Sinopec começa a investir em Angola, logo depois do pagamento da primeira parcela do empréstimo do EximBank no país. Neste mesmo ano, em setembro de 2004, a Sinopec propôs a formação de uma *joint-venture* com a estatal angolana Sonangol. Seria criada uma nova empresa que uniria a estatal de petróleo chinesa e a estatal angolana formando a Sonangol-Sinopec International (SSI). (CCS, 2007; POWER e ALVES, 2012; BLANKENDAL, 2008).

A nova empresa passaria a controlar a maior parte da exploração de reservas do país, em níveis de exploração correspondentes a cerca de 4 bilhões de barris, totalizando quase 2,4 bilhões de dólares. A partir da criação da empresa, aos poucos a Sinopec – por meio da SSI - foi ampliando a participação em outros campos de exploração do petróleo em Angola, por meio de financiamentos chineses.

Após ampliar a participação na exploração de campos de petróleo, a Sinopec empenhou-se para criação de uma refinaria em Lobito, a Sonaref, em um investimento total de 3.5 bilhões divididos entre a Sinopec e a Sonangol, com capacidade para 240 milhões de barris por dia, aumentando muito a capacidade de refino em Angola. Do montante refinado, 80% seriam para exportação.

De acordo com Alves (2012) a criação da refinaria gerou uma série de divergências entre as duas estatais do petróleo com relação ao controle e o destino do petróleo refinado. Membros da Sonangol afirmavam que a Sinopec estava ampliando muito o controle do petróleo do país e que o processo de refino poderia ser disputado por outras empresas internacionais e não apenas a estatal chinesa. (Alves, 2012).

Na área de construção e infraestrutura de transporte as empresas chinesas investem em Angola em grandes projetos de construção e reabilitação de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. A China Road and Bridge Corporation (CRBC) foi contratada para o projeto da estrada Luanda-nordeste (371 km de estradas que liga Luanda ao nordeste do país) e investiu

Além dos investimentos da área de energia/petróleo, as empresas chinesas também se aproximam de Angola para expansão do setor de telecomunicações do país. Em 2006 a chinesa ZTE investiu cerca de 400 milhões de dólares em Angola na indústria de Telecom, a partir de um acordo firmado com a angolana Mundo Startel, para construção de infraestrutura física para expansão da rede de telefonia e também para sistema de comunicação militar do país. A ZTE investiu também na construção de fábricas de aparelhos celulares e na criação de um instituto de treinamento em telecoms direcionado para trabalhadores angolanos, além de um laboratório de pesquisa. (CCS, 2007).

Os empréstimos e investimentos chineses em Angola são acompanhados de outras formas de ajuda, tais como cancelamento de dívidas e garantias e projetos de cooperação e assistência técnica e programas de treinamento, projetos de assistência médica, melhorias de serviços básicos como fornecimento de água e saneamento foram realizados por empresas chinesas em Angola. Além do envio de 10 mil técnicos agrícolas para África enviados para províncias do interior de Angola.

Apesar do amplo envolvimento da China em Angola, seja através das exportações de petróleo, dos investimentos, empréstimos e ajuda, diversas críticas tem sido feitas a aproximação chinesa do país. Algumas delas são dirigidas, por exemplo, às empresas de construção chinesas, acusadas de não utilização de mão de obra angolana, mesmo diante de uma lei no país que obriga 70% de trabalho angolano no setor de construção. O argumento das empresas chinesas é que as empresas não encontram trabalho qualificado suficiente para ocupar determinados cargos, tendo por isso que empregar mão de obra chinesa. Outras críticas são feitas até mesmo à qualidade das construções chinesas. Segundo CCS (2007) rodovias construídas por construtoras chinesas foram danificadas após serem construídas devido chuvas.

Muitas críticas se dirigem a elite de Angola e ao governo, que, segundo se argumenta é a principal beneficiária da aproximação chinesa. Mesmo com a expansão dos projetos em infraestrutura a elite do país não parece disposta a criar mecanismos voltados para o desenvolvimento social da população. Nem mesmo o governo, apesar dos gastos sociais, parece estar comprometido com uma transformação mais profunda no país a partir da ajuda externa. Segundo Power e Alves (2012) as elites políticas têm interesse em manter um monopólio sobre a atividade econômica existente e em manter a estrutura de dominação que sempre existiu no país. A elite se alia ao Estado fortalecendo-se a partir da expansão das rendas de exportação do petróleo e dos empréstimos chineses. (POWER e ALVES, 2012).

VI.4. Zâmbia

A antiga Rodésia do Norte, protetorado britânico que se torna independente em 1964 tornando-se a atual Zâmbia, é um país de 13 milhões de habitantes localizado na África Oriental, com uma área de 752,6 Km quadrados e uma economia relativamente diversificada. O país foi ainda nos anos 20 e 30 e durante boa parte do século XX um grande produtor de cobre e o maior produtor do “*premium quality copper*”, cobre de primeira qualidade.

No período após a independência o país era um dos mais prósperos da África Subsaariana, com o setor de mineração bem desenvolvido devido as condições favoráveis dos preços internacionais. A partir das rendas da exportação o governo ampliou as manufaturas do país e os níveis salariais. (UNITED NATIONS, 2006).

A partir dos anos 70 o país é prejudicado pela crise do petróleo logo no início da década e pela queda do preços do cobre no mercado internacional. A crise externa faz com que as exportações diminuam levando o país a uma grave crise interna, com a piora do Balanço de Pagamentos e a dívida externa em alta. Já em 1973/74 o país toma o primeiro empréstimo com FMI e a partir de 1983 o Banco Mundial introduz medidas de ajustamento. Em 1984 a Zâmbia se torna um dos países mais endividados do mundo. (UNITED NATIONS, 2006; ELIASSEN,2012).

Ao longo dos anos 80 o país adota programas de ajuste estrutural que levam a privatização de grande parte das minas de cobre de propriedade estatal. Com o processo de privatização e abertura do país ao mercado externo houve retomada dos Investimentos Externos, mas não uma recuperação da economia. (UNITED NATIONS, 2006; Centre for Chinese Studies, 2005).

No início dos anos 90 a Zâmbia adota um regime político multipartidário a partir de uma ação empreendida pelo MMD (*Moviment of Multiparty Democracy*) que põe fim ao governo de Kenneth David Kauanda, que governava o país desde a independência. O novo governo de Fredrick Chiluba promoveu uma extensiva reforma econômica no país e um programa de combate a corrupção. Esta reorganização política teria sido fundamental para a

estabilidade do país, também a partir da implementação das medidas de ajuste estrutural a partir da orientação das instituições bilaterais.⁶¹

Os programas de liberalização adotados resultaram em uma ampliação dos investimentos externos, mas limitaram a capacidade do governo de ampliar medidas voltadas ao desenvolvimento econômico. Na segunda metade dos anos 90 o país recebeu incentivos para redução da dívida, através do *Heavily Indebted Poor Countries Initiative* (HIPC), que melhorou a situação interna mas fez com que o país tivesse que ampliar as políticas liberais e de privatização. (ELIASSEN, 2012).

A partir dos anos 2000, o governo de Mwanawasa, eleito em 2002, não interrompe a orientação ortodoxa do governo, adotando uma política econômica de restrição do gasto que repercutiu na melhora das contas públicas e impacto positivo na inflação, mas também limitou as possibilidades de enfrentamento dos problemas do país, tais como o alto nível de desemprego e a pobreza extrema.

Mesmo mantendo uma política de austeridade o governo do país vem implementando reformas para aceleração da economia e incentivo ao investimento, como o *Private Sector Development Reform Programme* (PSDRP) e a criação do *Zâmbia Development Agency* (ZDA) em 2006. Este último estabelecido para promover o crescimento através da criação de atrativos para o investimento externo, promoção das exportações, suporte as pequenas e médias empresas. (ELIASSEN, 2012).

Em 2006 o governo criou o “*Fifth National Development Plan* (FNDP)”, um programa criado para ser implementado entre 2006 e 2010, dirigido a expansão da riqueza e criação de empregos através do avanço tecnológico, ampliação do investimento nacional e externo para ampliar o setor de manufaturas doméstico, estimulando o crescimento e a redução da pobreza.

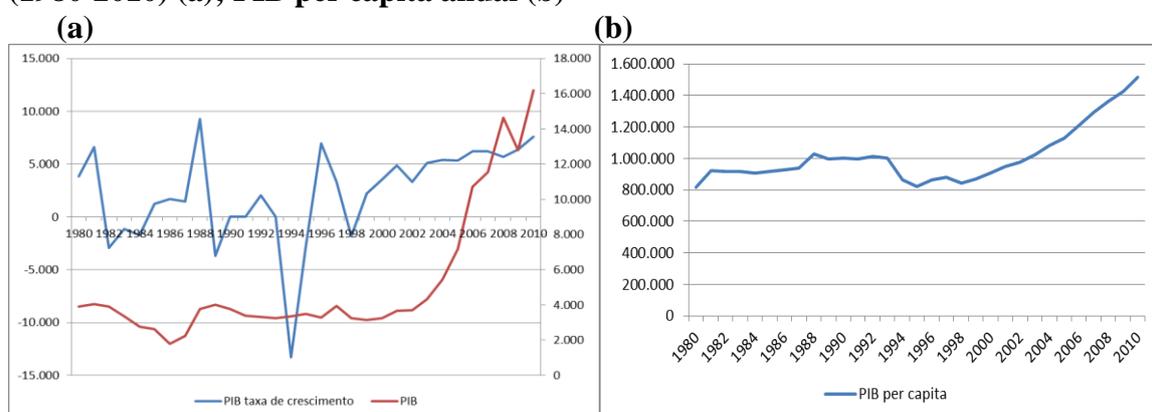
Em 2011, o governo do país começou a implementar o “*Sixth National Development Plan* (NDP)” com objetivo de dar continuidade ao FNDP. O novo programa esteve focado

⁶¹ Dentre as medidas adotadas pelo novo governo do MMD estavam o fim dos subsídios, estabilização e liberalização comercial, financeira e cambial – tal como recomendado pelo FMI – como meio de atrair investimentos externos. Em 1996, como condição para expansão dos empréstimos do Banco Mundial, o governo implementou um ato que introduziu menores restrições para importação de bens de capital, fim das tarifas e criação do *Zambian Investment Centre* (ZIC), centro que daria assistência a empresas estrangeiras dispostas a investir na economia do país, como parte do programa de privatização. Muitas empresas estatais foram privatizadas, com exceção de algumas de setores vitais como de serviços públicos, petróleo e finanças como a *Zambia Telecommunication Company* (ZAMTEL); *Zambia Electricity Supply Corporation* (ZESCO); *Indeni Oil Refinery*; *INDENI. Oil Refinery*, *Zambia National Oil Company*; *National Airports Corporation*; and *Zambia National Commercial Bank* (ZANACO). (United Nations, 2006)

em algumas áreas que seriam estratégicas para redução da pobreza, tais como a infraestrutura, desenvolvimento humano e manufatura. O programa visava criar joint-ventures e parcerias público-privadas; desenvolver o setor privado, promover as pequenas e médias empresas; desenvolver as áreas rurais. (ELIASSEN, 2012).

Na primeira década dos anos 2000 o país vem expandindo as taxas do PIB e PIB per capita, muito em função da melhora das condições externas, com os termos de troca favoráveis para produtos primários, como o cobre.

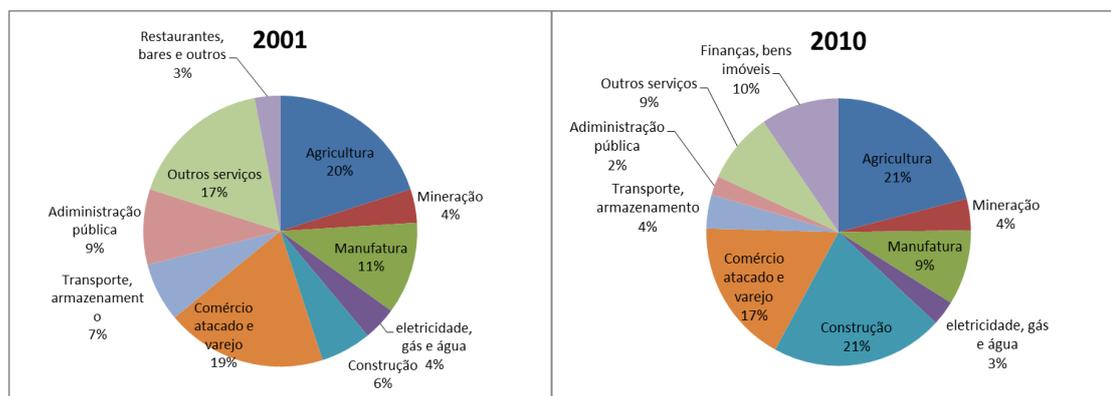
Gráfico 54 – Zâmbia: Taxa de crescimento anual do PIB, PIB total (bilhões de dólares) (1980-2010) (a); PIB per capita anual (b)



Fonte: IMF, World Economic Outlook Database, 2013.

Segundo African Economic Outlook (2012) mesmo com a preocupação na contenção dos gastos, o governo vem conseguindo ampliar gastos nas áreas de saúde, infraestrutura e educação. As exportações minerais (cobre) e agrícolas se expandem e diversificam-se para artigos como cobalto, tabaco, algodão. O setor de construção se expandiu fortemente na década devido à ampliação dos investimentos em infraestrutura e também o setor de serviços financeiros, como mostram os gráficos abaixo.

Gráfico 55 – Zâmbia: Participação dos setores no PIB total (2001,2011)



Fonte: African Economic Outlook, 2012.

A economia do país cresce sustentada principalmente no crescimento das exportações minerais mas também na expansão da agricultura, construção, manufatura, transporte e comunicações. A inflação controlada mantida em 1 dígito contribui para a estabilidade interna, apesar dos juros ainda altos que limitam a expansão do crédito, fundamental para o setor de manufatura e pequenas empresas. Os investimentos em construção são um dos motores da economia nos anos recentes, bem como os gastos do governo na área de infraestrutura que impulsionam o setor de construção.

Tabela 15 – Zâmbia: PIB decomposto – Gastos e Despesas Internas (% do PIB e taxa de crescimento) (1990-2010)

	% do PIB			% PIB crescimento anual	
	1990	2000	2010	1990-1999	2000-2010
Despesas de consumo Final das Famílias	64,4	87,0	49,2	4,2	7,3
Despesas de consumo Final do Governo	19,0	9,5	16,4	-1,3	9,5
Formação Bruta de Capital	13,5	15,9	21,1	17,4	14,9
Gasto Doméstico Bruto	100,7	113,9	88,1	0,8	14,7
Exportações de Bens e Serviços	35,9	26,5	46,8	5,5	12,7
Importações de Bens e Serviços	36,6	40,4	34,9	11,2	12,8

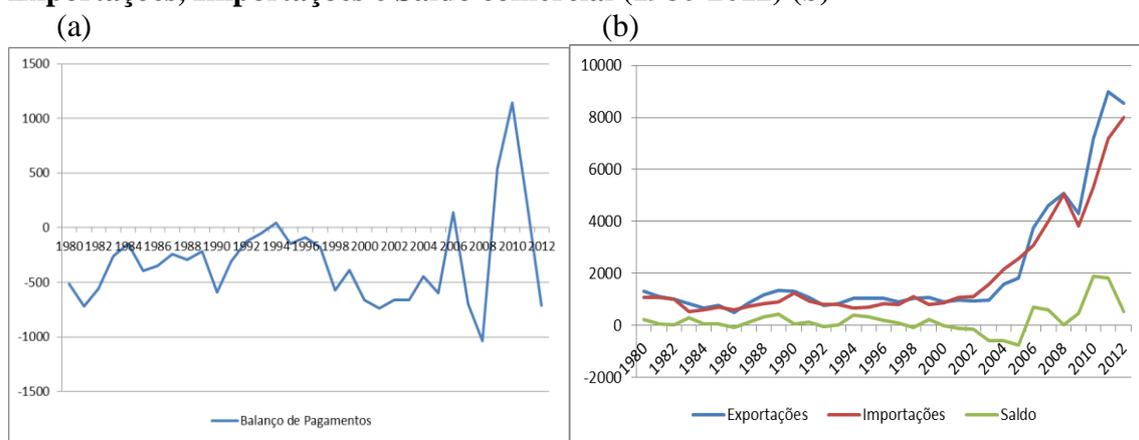
Fonte: elaboração própria a partir de dados do World Bank, World Development Indicators, Database, 2013.

Como se observa, há uma expansão importante do Gasto Doméstico Bruto na década de 2000, principalmente das despesas do governo, que crescem a uma taxa de 9.5%, contra um crescimento negativo de -1.3% nos anos 90. As despesas das famílias também aumentaram e apresentam uma taxa de crescimento de 7,3% entre 2000 e 2010.

A formação bruta de capital também apresenta taxas altas de crescimento, embora menores do que nos anos 90. Como proporção do PIB os investimentos crescem nos anos 2000. A média da década é de 21% do PIB. Em 2011 os investimentos alcançaram 25% do PIB e em 2012 26%. (IMF, 2013).

As exportações cresceram a uma taxa de 12,5% desde os anos 2000 e representam 46,8% do PIB do país permitindo um amplo superávit na Balança Comercial e uma redução da vulnerabilidade externa. Após um pequeno déficit em conta corrente até 2004, as exportações crescem mais que as importações permitindo um superávit que em 2010 chega a 18 bilhões.

Gráfico 56 – Zâmbia: Balanço de Pagamentos (bilhões de dólares) (1980-2012) (a); Exportações, Importações e Saldo comercial (1980-2012) (b)



Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2013.

As exportações da Zâmbia são formadas por artigos primários principalmente, como minérios e metais (principalmente o cobre) e alguns artigos manufaturados, cerca de 5% em 2010. Em 2012, embora a participação dos manufaturados tenha aumentado para 13%, a presença dos primários ainda é grande, 85%. Dentre estes a quase maioria de minérios, a outra parcela correspondendo a artigos agrícolas como tabaco, algodão.

Com relação às importações, em 2010 o país importou cerca de 33% de artigos primários (incluindo alimentos e bens agrícolas) e 66% de artigos manufaturados, incluindo máquinas, equipamentos de transporte, produtos derivados do petróleo, fertilizantes, alimentos e artigos têxteis. (UNCTAD, 2013).

Os maiores parceiros comerciais são África do Sul, Suíça, China, Tanzânia, Zimbábue, República Democrática do Congo, Tailândia e Inglaterra. (Centre for Chinese Studies, 2007).

Mesmo com o recente crescimento econômico, a expansão dos investimentos e dos gastos internos o país continua sendo um dos países mais pobres do mundo. Em 1991 cerca de 61% da população viva com menos de 1,25 dólares por dia no país. Em 2010 essa porcentagem chegou a aumentar para 75%. Mais de 60% da população do país vive abaixo da linha de pobreza e o país está em 165 no ranking de 177 países pobres segundo a *United*

Nations Development Programme's (UNDP) Human Development Index. O desemprego no país que chegou a 19% em 1993 em 2005 corresponde a 15,9% do total da força de trabalho. No final dos anos 90 o índice de gini no país era de 0.53 em 2010 já chega a 0.57.

Tabela 16 - Zâmbia: Indicadores de Pobreza e Desigualdade (1990-2010)

	1990-1999	2000	2009	2000-2010
Gini	0.519	0.420 (2003)	0.574	0.491
Human Development Index (UNDP)	0.398	0.376	0.431	0.411
% da pop. vivendo com menos de US\$ 1.25 por dia	61.0	64.6 (2003)	74.4	67.96
Mortalidade infantil (cada mil nascimentos)	106.82	91	60.5	61.015
Expectativa de vida (idade)	44.2	41.92	48.45	44.71
Anos de escolaridade esperado	7.9	7.9	8.5	

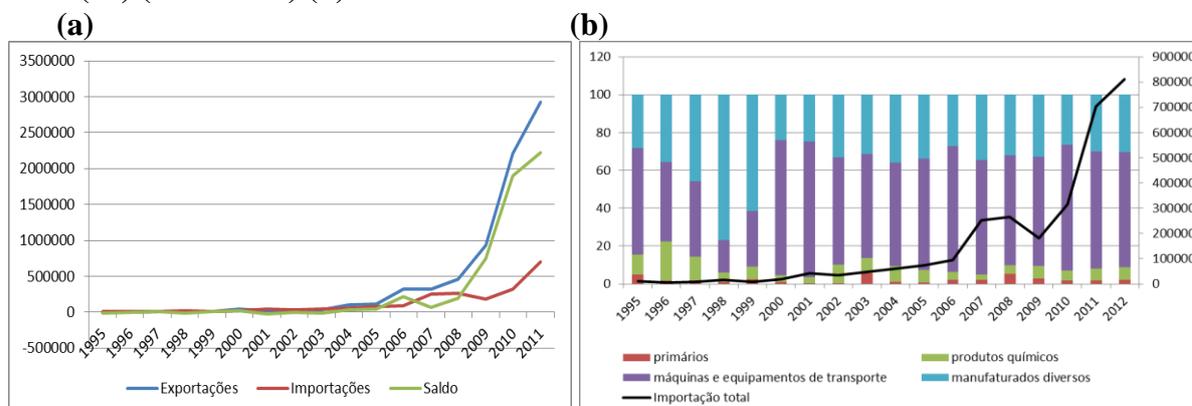
Fonte: World Bank, World Development Indicators Database, 2013; Human Development Reports (UNDP), 2013.

VI.4.1. Comércio China-Zâmbia

A China foi o destino de 42% das exportações totais da Zâmbia em 2012 e 48% das exportações de artigos primários. As exportações aumentaram substancialmente a partir dos anos 2000 e mais ainda a partir de 2005. Em 2011 elas já correspondem a mais de 30 bilhões de dólares. Na metade dos anos 90 a participação chinesa correspondia a menos de 1% do total exportado. Os principais produtos exportados são o cobre, algodão, minério de ferro e outros minerais.

Do lado das importações a participação da China corresponde a 10% do total. Entre os bens importados estão máquinas, equipamentos de transporte e manufaturados diversos, como têxteis. O país africano tem um superávit com a China que em 2012 já alcança 280 bilhões de dólares.

Gráfico 57 – Zâmbia: Exportações, Importações e saldo comercial com a China (bilhões de dólares) (1995-2011) (a); Total importado da China e participação dos produtos no total (%) (1995-2011) (b)



Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2013; UNComtrade, 2013.

Além do aumento da demanda chinesa pelos artigos minerais do país, como o cobre, que promoveu um aumento dos preços e principalmente do volume exportado, outra explicação para o aumento substancial das exportações para a China é o fato de a Zâmbia ser um dos 25 países africanos que tem tarifas preferencias (ou tarifa zero) para exportação de produtos. Cerca de 422 itens entram na China sem nenhum tipo de tarifa para importação. Esta medida está prevista nos acordos de cooperação firmados entre o governo dos dois países no âmbito do FOCAC, o Forum de Cooperação China-África.

A Zâmbia tem grande importância para a China devido às amplas reservas de minérios que o país possui, incluindo além do cobre, o cobalto, carvão, zinco e ouro (Minerals UK). Em 2007, em uma visita ao país, o presidente Hu Jintao anunciou um pacote de medidas dirigidas a expansão das relações bilaterais, incluindo o cancelamento de dívidas, ampliação dos itens com tarifas zero para as importações e também a criação de uma Zona Econômica e Comercial Especial na região de mineração de Chambishi, norte do país. (Centre for Chinese Studies, 2007).

O comércio bilateral com a China tem permitido ampliar as receitas de exportação que tem sido importantes para redução da vulnerabilidade externa do país e melhora do quadro macroeconômico. A China importa a maior parte do cobre do país e envolve-se na área de mineração também através da compra de minas, expansão de empresas chinesas no país e criação de novas empresas. Além disso as empresas chinesas na área de construção expandem suas atividades.

VI.4.2. Investimentos

A Zâmbia vem atraindo muitos investimentos não apenas chineses mas de vários países, principalmente após os anos 90, com o processo de privatização das grandes empresas. Os vastos recursos naturais atraem os investidores externos para o setor e também para atividades relacionadas, como o setor de serviços (principalmente nas atividades bancárias), agricultura e também turismo. Os investimentos externos somam parte importante dos investimentos totais do país e podem ser utilizados para promover a diversificação produtiva, e ampliar a industrialização. (United Nations, 2006). A China é atualmente o terceiro maior investidor no país, atrás da África do Sul e da Inglaterra.

Tabela 17– Zâmbia: Fluxo de IDEs (entrada) total, países da OECD e China* (milhões de dólares) (2002-2011)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total - Mundo	298,4	347,0	364,0	356,9	615,8	1323,9	938,6	694,8	1729,3	1108,0
Inglaterra		16,3	20,2	38,2	20,2	10,0	250,2	26,5	78,5	107,4
Alemanha	-2,7	9,4	11,2	1,2			17,5	-12,5	-1,3	2,8
Estados Unidos	-5,0	-4,0	-3,0		15,0	5,0	-1,0	6,0	22,2	-1,0
China		5,5	2,2	10,1	87,4	119,3	214,0	111,8	75,1	

Fonte: UNCTAD UnctadStat Database; OECD StatExtracts, 2013; *MOFCOM, 2010.

Em 2006 a China investiu quatro vezes mais que a Inglaterra na Zâmbia. Estes investimentos dirigem-se principalmente ao setor de mineração, mas também de manufatura e construção. Na área de mineração observam-se grandes estatais chinesas expandindo-se pelo país, por meio da compra de empresas nacionais, expansão de filiais e criação de joint ventures.

O caso mais representativo dos investimentos na área de mineração é o da compra da *Chambichi Copper Mine*. A empresa era uma das maiores do país na área de mineração e foi comprada pela China Nonferrous Metal Mining Co. (CNMC) através de uma licitação internacional em 1998. A partir da compra a CNMC obteve o direito de uso de 41 quilômetros quadrados de terra na superfície da mina por 99 anos. As reservas têm capacidade para extração de 5 milhões de toneladas de cobre e 120 mil toneladas de cobalto e os investimentos totalizam 160 milhões de dólares. O projeto envolve a construção e desenvolvimento da exploração de minérios na região de Chambichi. É o maior projeto de mineração de não ferrosos externo⁶².

⁶² http://www.cnmc.com.cn/detailen2.jsp?article_millseconds=1318946120329&column_no=011501

Com a compra da *Chambichi Copper Mine* outras empresas chinesas expandiram suas atividades para Zâmbia, impactando diretamente na economia do país. Empresas menores ligadas a atividades diversas como restaurantes, hospitais e lojas de comércio a varejo foram surgindo a partir dos grandes investimentos na mineração. (Centre for Chinese Studies, 2007).

Muitos investimentos em manufatura feitos pelas empresas chinesas são relacionados às atividades de mineração. Empresas envolvidas em atividades incluindo produção têxtil e vestuário, químicos, madeira, alimentos tem como foco a produção de serviços associados ao setor de mineração. Um dos maiores investimentos em manufatura foi dirigido para a fábrica têxtil *Mulungushi Textile Mill*, situada a 140 km da capital Lusaka e construída com empréstimos chineses ainda entre 1977 e 1981 e inaugurada em 1982. A empresa chinesa operou durante todo os anos 90 mas em 2006 encerrou suas atividades, devido à liberalização do comércio de têxteis e o aumento da concorrência com o fim dos acordos preferenciais para mercados externos.

Na área de construção, nos últimos dez anos o número de empresas chinesas na Zâmbia passou de cerca de 2 ou 3 empresas para quase 20 companhias. Os investimentos em construção incluem construção de hidrelétricas, pontes e estradas. Em 2006, por exemplo, a China se envolve na construção da ponte Chembe Bridge sob o rio Luanpula, na fronteira entre a Zâmbia e a RDC. Projetos na área de fornecimento de energia também contam com a presença das empresas chinesas. O China Development Bank (CDB) e o governo de Zâmbia assinaram em 2010 um acordo de 1,5 bilhão para desenvolver uma estação de geração de energia (Kafue Gorge Lower) através da empresa chinesa Sinohydro Corporation. Além disso o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) concedeu 285 milhões de empréstimos para expandir 365km de linhas de hidrelétrica ligando o Southern and Eastern Africa (Centre for Chinese Studies, 2007).

Os investimentos a partir das empresas construtoras chinesas contribuem para o impulso de expansão da infraestrutura, fornecendo elemento importante para dinamizar a economia e promover a manutenção do crescimento econômico dos anos recentes.

Destacam-se ainda investimentos chineses na área de agricultura. Segundo CCS (2007), o setor atraiu cerca de 25 diferentes empresas chinesas que declararam investimentos de cerca de 10 milhões, empregando mais de mil pessoas. Muitas das empresas começaram pequenas através de trabalhadores que foram para Zâmbia trabalhar nos grandes projetos de mineração e construção. Grande parte das empresas chinesas da área de agricultura localiza-se perto de Lusaka e se envolvem em atividades para mercado local.

Além dos investimentos diversos projetos de cooperação foram firmados entre a China e a Zâmbia, incluindo apoio técnico a agricultura, desenvolvimento de infraestrutura como construção de estradas e ferrovias, construção de prédios públicos (Government Complex), infraestrutura de distribuição de energia, complexos esportivos (Football Association of Zambia) e projetos de captação de água. Além disso, a China recebe anualmente centenas de estudantes de Zâmbia e oferece grande número de professores e médicos para assistência no país.

A presença chinesa no país é observada também, além do aumento do comércio e dos investimentos, através da ajuda financeira. Segundo Brautigam a assistência chinesa para o desenvolvimento da Zâmbia foi de 372 milhões de dólares desde 1967, quando o primeiro acordo de cooperação foi estabelecido. A China esteve envolvida em mais de 35 projetos incluindo projetos de infraestrutura, projetos na área agrícola, projetos de extração de água, além de cancelamentos de dívida.

O FOCAC foi um veículo importante por meio do qual a ajuda chinesa em Zâmbia foi institucionalizada. Os acordos e políticas de cooperação do FOCAC 2006 foram implementados apenas alguns meses depois a visita do presidente Hu Jintao no país. Entre estas medidas estão: cancelamento de dívidas em valor de cerca de 3 milhões de dólares; criação de uma zona econômica especial em Copperbelt⁶³; aumento do número de itens com tarifa zero que passa de 190 para 440; construção de um estádio de esportes em Ndola; um centro de agricultura; duas escolas rurais; um hospital. Um centro de saúde anti malária; aumento do número de profissionais de Zâmbia recebendo treinamento na China; e aumento do número de técnicos em agricultura chineses voluntários no país.

VI.4.3. Impactos no setor têxtil

Com o aumento da participação das importações chinesas e a entrada de produtos manufaturados diversos, alguns autores (Kaplyinsk et al, 2008, 2009; Elianssen, 2012) tem analisado criticamente os impactos para a indústria nacional da entrada dos produtos chineses em alguns setores, como o de artigos têxteis, roupas e vestuário. Segundo os autores, estes

⁶³ O projeto para a construção da Zona Econômica Especial na Zambia –Chambishi começou em 2003. O investimento total foi de 410 milhões de dólares em uma área de 11 mil km quadrados. No local a China Nonferrous metal mining Group busca ampliar a capacidade de extração do cobre e produtos relacionados. As negociações para construção foram feitas entre os dois governos. (Brautigam, 2010)

produtos entram no país e são vendidos a um preço bem abaixo do mercado, levando ao aumento da concorrência e a deterioração da indústria local com conseqüências para perdas de emprego.

Com a ampliação da agricultura de algodão as manufaturas têxteis ganharam destaque na economia da Zâmbia. No contexto da ampliação da indústria nos anos 60 e das políticas de substituição de importações, os recursos provenientes das exportações minerais foram utilizados pelo governo para ampliação das manufaturas e indústrias têxteis do país. Com a crise dos anos 70 e a queda das exportações os investimentos na expansão das manufaturas têxteis diminuíram.

Nos anos 90, com a abertura do país aos investimentos externos, as indústrias têxteis ganham novo ímpeto. Observa-se uma melhora da produção do algodão –matéria-prima essencial da produção têxtil - em termos de qualidade e preço, mas a indústria ainda tem dificuldade em avançar na cadeia produtiva e depende muito da tecnologia externa para se desenvolver. Investimentos externos foram importantes nesse período para o setor, como a criação da empresa Mulungushi Textiles, em Kabwe. A empresa criada a partir de uma parceria entre empresas do país e o governo chinês, contribui para aumentar a produção têxtil local, mas ao mesmo tempo contribuiu para a concentração do setor.

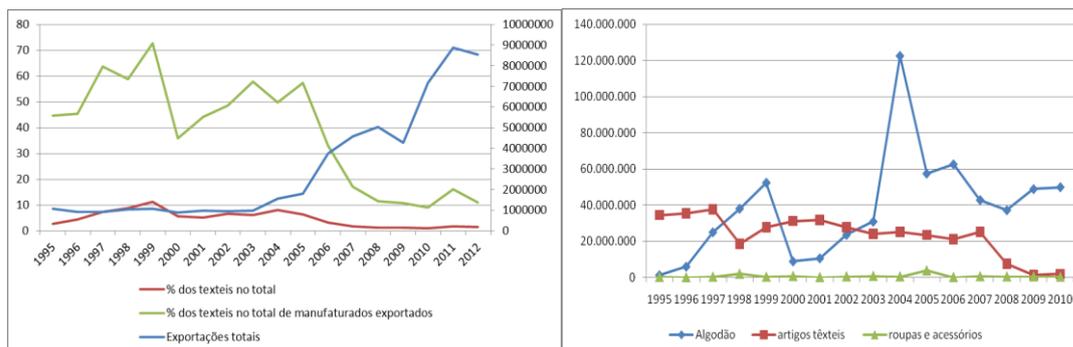
Apesar da atração dos investimentos externos, a abertura do mercado levou a liberalização do setor, com a revogação de tarifas que protegiam a indústria nacional. As importações de artigos de vestuário e têxteis aumentam e começam a prejudicar a indústria nacional. Segundo Kaplinsky (2008) e Elliasen (2012) muitos empregos foram perdidos.

O fim dos acordos preferências a partir de 2005, que favoreciam as exportações africanas em terceiros mercados e a importação dos artigos chineses mais baratos contribuíram ainda mais para a derrocada do setor. Apenas 4 fábricas têxteis ainda existem na Zâmbia em 2011, todas em Lusaka. Em 2006 houve o encerramento da produção da Mulungushi Textiles (ZCMT), contribuindo para a queda da produção do país. Em geral as exportações de têxteis diminuíram enquanto as de algodão expandiram-se, reforçando o caráter primário exportador da economia da Zâmbia.

Gráfico 58 - Zâmbia: Exportações totais (milhões de dólares) e % dos têxteis no total (a); Exportações totais de algodão, artigos têxteis e roupas e acessórios (milhões de dólares) (b) (1995-2010)

(a)

(b)

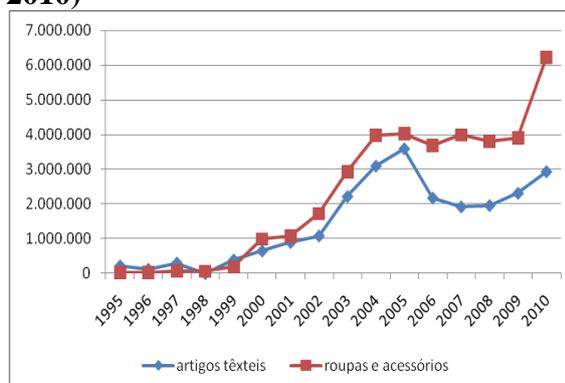


Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database; UNComtrade, 2013.

De modo geral a participação da manufatura no PIB diminuiu entre 2001 e 2011 e também a participação nas exportações do país. As exportações de artigos têxteis também diminuíram desde 1995 (chegavam a 11% das exportações totais e em 2012 representam apenas 1,4%). As exportações de roupas e acessórios permaneceram muito pequenas e sem avanços desde os anos 90. As exportações de algodão foram as únicas que aumentaram, principalmente a partir de 2000 com uma queda de 2004 para 2005 e depois uma recuperação. As exportações de algodão tem sido importantes na diversificação das exportações do país, ainda muito centradas nos minérios, como o cobre.

Segundo Kaplinsky et al as manufaturas do país estariam sofrendo com a entrada dos artigos chineses, não apenas devido à concorrência no mercado interno e a desindustrialização, mas também no mercado externo, com a redução das exportações de roupas e acessórios em terceiros mercados.

Gráfico 59 - Zâmbia: Importações totais de têxteis e roupas e vestuário da China (milhões de dólares) (1995-2010)



Fonte: UNComtrade, 2013.

Como se observa as importações de têxteis e roupas e vestuários a partir da China aumentaram principalmente desde 2000, o que estaria segundo os autores, prejudicando a indústria nacional.

Além do impacto negativo da entrada dos artigos chineses, a forte demanda por artigos primários como os minérios e o algodão tem levado a apreciação da moeda do país, o Kwacha, com efeitos negativos nas exportações. Segundo Elliassen (2012) com o aumento das exportações de algodão e a dificuldade em diversificar a pauta exportadora o país estaria sofrendo um processo de desindustrialização e especialização primário exportadora.

Os esforços chineses em expandir empresas têxteis para a Zâmbia, no sentido de estimular o setor, transferir tecnologia e ampliar a produção local não tem surtido efeitos positivos. Mesmo a criação da Zona Econômica especial, a Multi-Facility Economic Zone não tem representado estímulo a expansão do setor. A ZEE, localizada em Lusaka próxima ao Aeroporto Internacional, foi inaugurada em 2009 a partir do governo do país e de investimentos chineses e tinha como objetivo criar uma espécie de cluster em que indústrias têxteis e comerciais seriam estabelecidas.

Mesmo com os impactos negativos para o setor têxtil, a aproximação chinesa no país também é vista como sendo positiva. Elliassen (op. cit) destaca que a aproximação chinesa vem contribuindo para a melhora da infraestrutura do país e que isso é um fator importante para expansão do mercado interno, inclusive para as firmas têxteis. A melhora das condições de infraestrutura como a construção de ferrovias, rodovias, pontes e portos, muitas delas financiadas com empréstimos chineses contribuem para redução de custos de transporte e logística e ajudam na melhora do comércio externo para as indústrias têxteis.

VI.5. Conclusões

O capítulo procurou analisar de maneira mais específica como os países africanos vem se inserindo em uma conjuntura mais favorável que se estabelecesse na primeira década do século XX, relacionada principalmente a melhor inserção externa e expansão das exportações de bens primários. Além disso procurou-se identificar de maneira mais detalhada a aproximação chinesa na África, por meio da análise de alguns países selecionados.

De um modo geral observa-se que, apesar da melhora do quadro macroeconômico africano propiciado pela mudança da conjuntura externa, existem fortes limitações para mudanças internas relacionadas a mudança estrutural e ao desenvolvimento. As limitações

africanas são de ordem estrutural e histórica, o que impõe uma série de dificuldades para promoção das condições de vida da sua população.

Ainda assim, como se percebeu, a melhora do quadro econômico tem permitido uma expansão dos indicadores de crescimento econômico e um esforço por parte dos governos em ampliar programas de governo, investimento e gastos sociais na tentativa de ampliar o mercado interno e desenvolver as economias do continente.

No caso da África do Sul observa-se o aumento das exportações de bens primários, grande parte deles dirigidos à China, que por sua vez avança também a partir da entrada de investimentos externos no país, não apenas nas áreas de mineração mas também na indústria manufatureira.

O crescimento da década no país permitiu uma certa melhora da capacidade de atuação do governo, principalmente a partir de 2005, quando ampliam-se os investimentos em infraestrutura, os gastos públicos e as despesas internas. Esse movimento repercutiu em alguma melhora em termos de emprego e redução da pobreza. Ainda assim as taxas de desemprego continuam altas, assim como a pobreza da população. O fato com certeza mais alarmante é a manutenção de um quadro gravíssimo de concentração de renda, que faz com que o país continue como um dos mais desiguais do mundo. Desigualdade que se reflete em termos raciais, fazendo com que a histórica trajetória de lutas por direiros políticos e pelo fim da segregação racial se perca em meio a diferenças econômicas entre pobres (negros) e ricos (brancos), fato que fica evidente quando se visita qualquer cidade sul africana.

No caso de Angola, país que sai dos anos 90 devastado pela guerra civil, a inserção da conjuntura dos anos 00 parece bem mais promissora, assim como a entrada dos fluxos financeiros e investimentos chineses no país. A expansão das exportações de petróleo e o aumento das rendas de exportação tem permitido a manutenção de um ritmo acelerado de crescimento econômico, assim como a entrada dos grandes volumes de empréstimos chineses direcionados para grandes projetos de infraestrutura tem sido fundamentais na expansão do país.

Mais uma vez observa-se a ampliação dos gastos do governo, do consumo e dos investimentos como motores do crescimento no país. A China tem tido papel fundamental desde o início dos anos 2000 contribuindo para reconstrução de Angola, através dos investimentos e da importação do petróleo. Os indicadores de pobreza e desigualdade apresentaram alguma melhora, embora as condições de pobreza permaneçam para grande maioria da população.

No caso da Zâmbia observa-se que o aumento das exportações de bens primários tem contribuído para a redução da vulnerabilidade externa do país e permitido uma expansão do gasto interno, assim como dos investimentos. Ainda assim a economia apresenta grandes deficiências relacionadas ao alto desemprego, alta desigualdade e pobreza de grande parte da população. Os investimentos chineses dirigidos ao setor de mineração tem permitido uma ampliação também dos investimentos na área de construção e de manufatura. Apesar disso a entrada dos artigos têxteis tem provocado controvérsias com relação ao impacto na indústria do país.

VII. CONCLUSÕES

Como foi possível analisar ao longo do trabalho, a trajetória de expansão da China a partir dos anos 2000 vem promovendo transformações fundamentais na economia internacional.

Após uma longa trajetória de expansão fundada sobretudo em um esforço de planejamento e investimento estatal com foco na indústria, na primeira década do novo milênio a China entra em seu mais recente ciclo de crescimento caracterizado principalmente pelos investimentos na indústria pesada. Este novo ciclo vem fazendo com a que China se apresente não apenas como um pólo importante de produção manufatureira, mas também como grande importadora de recursos naturais.

Embora o país possua grandes quantidades de recursos naturais, incluindo reservas de petróleo e diversos recursos minerais, a demanda interna por este tipo de bem vem se expandindo em um ritmo acelerado, fazendo com que a China se torne um pólo mundial de demanda por matérias-primas.

Como visto, esta posição atual chinesa promove transformações na conjuntura externa e gera importantes implicações para os países periféricos. Isto porque a posição chinesa como consumidora mundial de recursos naturais contribui para uma reversão dos termos de troca para os produtos primários e com isso altera a forma de inserção das economias periféricas primário exportadoras. Além disso, a nova posição chinesa vem fazendo com que o país se expanda mundialmente, ampliando investimentos e fluxos financeiros dirigidos às economias periféricas detentoras de recursos naturais.

Os países africanos, tradicionalmente especializados na exportação de recursos naturais, inserem-se nesta nova conjuntura na última década favorecidos pela melhora das condições do comércio internacional para produtores de recursos naturais. Além disso vem se estabelecendo como destino importante dos investimentos e fluxos financeiros chineses.

Como analisado no capítulo III, a África teve sua inserção externa marcada historicamente pela especialização na produção de artigos primários desde o período de colonização do continente pelas potências europeias. Ao longo de suas trajetórias, os países africanos enfrentaram muitas dificuldades em romper com a estrutura produtiva altamente especializada e em avançar economicamente de forma a melhorar as condições de vida de sua

população. Mesmo com a independência nos anos 60 do século XX, os países do continente não conseguiram promover transformações internas para o desenvolvimento.

A partir dos anos 70 a África passa a sofrer os efeitos negativos das transformações da economia internacional relacionadas em grande medida aos esforços empreendidos pela economia norte-americana em manter sua posição hegemônica. O fim do regime de paridades fixas de Bretton Woods e a flexibilização cambial, a alta dos juros no final dos anos 70 e as duas crises do petróleo na década instauram um ambiente de crise mundial que repercute de maneira ainda mais negativa no continente africano. Sofrendo com a queda das exportações de artigos primários e com o aumento da dívida externa, nos anos 70 os países africanos entram em um período de crise profunda que se acentuará ao longo dos anos 80 e 90. Nestas duas décadas, as instituições financeiras internacionais, o FMI e o Banco Mundial, alinhados aos Estados Unidos no esforço de propagar a ordem liberal em todo o mundo, aproximam-se dos países africanos oferecendo empréstimos para reversão dos desequilíbrios do Balanço de Pagamentos e endividamento. Os empréstimos por sua vez vêm associados a uma série de condicionalidades e a imposição dos Programas de Ajuste Estrutural.

Em um contexto de crise de endividamento e envolvidos em uma série de conflitos internos e guerras civis, os Programas de Ajuste repercutem de maneira extremamente negativa na África, reduzindo os investimentos e os gastos públicos do Estado em um contexto de baixo crescimento e aumento populacional. Os resultados são desastrosos e o continente apresenta os mais graves indicadores sociais e econômicos.

A partir dos anos 2000 observa-se uma retomada do crescimento dos países africanos. Os países do continente apresentam uma melhora dos indicadores econômicos e de alguns indicadores de pobreza, assim como a diminuição acentuada dos conflitos internos e uma maior estabilidade política.

A retomada do crescimento da África nesse período relaciona-se a uma redução importante da vulnerabilidade externa dos países do continente. A expansão das exportações de artigos primários tem permitido a expansão do gasto interno, tanto do governo como das famílias e uma maior capacidade de investimento. Esta melhora da inserção externa relacionada a expansão do volume exportado relaciona-se fortemente a expansão da demanda chinesa por artigos primários desde os anos 2000.

A partir dos anos 2000 as exportações de produtos primários dos países africanos aumentaram substancialmente. Grande parte destas exportações dirige-se a China.

Como analisado o país vem se estabelecendo cada vez mais como importante destino das exportações africanas, assumindo uma posição tradicionalmente ocupada pelos países ocidentais, principalmente os Estados Unidos e a Europa.

As exportações africanas para a China concentram-se em alguns países, como Angola e África do Sul e correspondem principalmente a artigos primários, petróleo, minérios e artigos agrícolas. As importações africanas a partir da China também aumentam no período, ligadas a artigos manufaturados e também equipamentos de transporte e maquinários.

Os investimentos chineses no continente africano também aumentam substancialmente na década. Grande parte deles dirigindo-se a setores relacionados aos recursos naturais, como exploração de petróleo e extração mineral. As empresas chinesas expandem-se para diversos países africanos construindo filiais e novas empresas associadas a empresas africanas e voltadas para exploração primária. Ressalta-se também os investimentos dirigidos a setores diversos como o de manufatura, com as empresas chinesas da área de telecomunicações, por exemplo, buscando locais para expansão de matrizes e mercado consumidor para seus produtos.

Como discutido no Capítulo V a forma como a China se aproxima dos países africanos é baseada em uma articulação interna formada por um esforço conjunto do governo, das instituições financeiras e as empresas estatais. Grandes volumes de recursos a partir principalmente do EximBank são disponibilizados através da concessão de empréstimos de grande porte aos governos africanos, em condições bastante favoráveis, prazos longos e juros baixos e, principalmente, sem condicionalidades relacionadas a medidas internas como ajuste fiscal. Estes grandes volumes de recursos são fundamentais para a abordagem chinesa e para a entrada das empresas nos países da região. Contratos de exploração e acordos são firmados entre a China e os africanos a partir dessas grandes quantias de recursos dirigidos em sua grande maioria para projetos de infraestrutura.

Os investimentos chineses na área de infraestrutura tem sido um elemento importante da aproximação do país na África. Grandes projetos de construção e reabilitação de rodovias, ferrovias, portos, pontes, aeroportos, hidrelétricas, represas e diversos projetos de construção de escolas, hospitais, casas, prédios públicos têm sido permitidos a partir da entrada dos fluxos financeiros e das empresas chinesas no continente.

Esta aproximação da China na África e a melhora na inserção externa dos países do continente através do aumento das exportações tem contribuído para a formação de um quadro africano bastante distinto daquele que se observava nas últimas décadas do século XX.

A natureza não doutrinária da ajuda chinesa e os investimentos do país na área de infraestrutura associados a melhora dos termos de troca para os produtos primários tem contribuído para a expansão econômica dos países africanos e vem permitindo uma maior autonomia na condução política econômica.

Como visto no Capítulo VI a partir dos anos 2000 os países africanos vêm expandindo suas exportações de artigos primários e com isso reduzindo a vulnerabilidade externa e melhorando seu quadro macroeconômico. A melhora do Balanço de Pagamentos permite a expansão do gasto interno e dos investimentos. Para países como a África do Sul, por exemplo, esta melhora no quadro macroeconômico vem permitindo a expansão da demanda interna que sustenta o crescimento ao longo dos anos 2000.

Países como Angola vem apresentando taxas expressivas de crescimento a partir do aumento das exportações e dos gastos internos, além dos investimentos relacionados a reconstrução do país após o fim da guerra em 2002. Os grande montantes de empréstimos chineses tem sido fundamentais no projeto de reconstrução angolano. Os fluxos financeiros e as empresas chinesas entram no país a partir do interesse pelo acesso aos recursos primários, como o petróleo. A partir desta aproximação as empresas chinesas da área de construção também avançam, contribuindo para dinamizar a economia local. O mesmo movimento observa-se na Zâmbia, a partir da entrada das empresas chinesas para exploração mineral, principalmente do cobre.

Para os países africanos a China parece representar um aliado. Apesar disso, segundo Grimm (2011) o país não deve ser visto como agente capaz de salvar os africanos. Isto porque a aproximação chinesa gera efeitos adversos, uma vez que o país asiático persegue antes de tudo objetivos internos. Os impactos da entrada dos bens de consumo chineses, por exemplo, como os têxteis, provocam efeitos negativos para indústria local de países como África do Sul e Zâmbia.

Portanto é preciso ter cautela ao defender os efeitos positivos que a China vem causando na África. Não apenas porque alguns aspectos da expansão chinesa, como a competição na produção manufatureira, repercute de forma negativa nas economias do continente, assim como em diversos países em desenvolvimento, mas também porque os países africanos caracterizam-se por apresentar grandes limitações internas para o desenvolvimento e mudanças estruturais.

Os limites para transformação dos países africanos são de toda ordem, relacionando-se a uma infraestrutura precária, a forte especialização, a concentração de renda e a pobreza

extrema. Como se percebeu mesmo países que apresentam uma economia mais diversificada, como a África do Sul, permanecem como países extremamente desiguais e pobres. Outros países, como Angola, mesmo apresentando crescimento expressivo encontram limitações de ordem interna para promoção de transformações mais estruturais, relacionadas em grande medida a uma concentração de poder nas mãos de uma elite econômica e política.

Nesse sentido, mesmo com a melhora do quadro macroeconômico e com a entrada dos investimentos chineses as transformações dos países africanos parecem tímidas frente aos enormes desafios que o continente como um todo ainda enfrenta.

Ainda assim, a conjuntura da primeira década do século XX e a melhor inserção no comércio externos, assim como a aproximação da China, contribuem para uma mudança significativa da África, ainda mais quando comparado ao quadro observado nas últimas décadas do século XX. Ao contrário daquele período as exportações dos países africanos expandem-se e a entrada dos fluxos financeiros chineses não estão associados a condicionais relativas a medidas de política fiscal e econômica. Os governos africanos vem conseguindo expandir o gasto interno e os investimentos em infraestrutura geram efeitos positivos nas economias locais.

REFERÊNCIAS

- AFRICAN DEVELOPMENT BANK. “*The Middle of the Pyramid: Dynamics of the Middle Class in Africa*”. Market Brief, April, 2011.
- AJAYI, J. F. Ade (orgs.). (2010). “África do século XIX à década de 1880”. In: UNESCO (2010). “*Coleção História Geral da África – Volume VI*”. Brasília.
- AKYUZ, Yumaz; GORE, Charles. (2001). “African economic development in a comparative perspective”. *Cambridge Journal of Economics*. Vol. 25, Issue 3, pages 265-88.
- ALDEN, Chris. (2008). “*China in Africa*”. African Arguments.
- ALDEN, Chris. (2012). “China and Africa: from engagement to partnership.” In: POWER; ALVES (2012). “*China and Angola – A marriage of convenience?*”. Pambazuka Press.
- ALVES, Ana Cristina. (2012). “Taming the dragon: China’s oil interests in Angola”. In: POWER; ALVES (2012). “*China and Angola – A marriage of convenience?*”. Pambazuka Press.
- AREMU, Fatai Ayinde. (2009) “*A Comparative Study of Japan and China’s African Diplomacy in Contemporary Historical Context.*” Ritsumeikan Asia Pacific University. In: http://r-cube.ritsumei.ac.jp/bitstream/10367/225/1/RJAPS23_A%20Comparative%20Study%20of%20Japan%20and%20China's%20African%20Diplomacy%20.pdf
- ARNOLD, Guy. (2008). “*Historical dictionary of civil wars in Africa / Guy Arnold. — 2nd ed.*”. The Scarecrow Press, Inc. Lanham, Maryland. Toronto. Plymouth, UK
- ARON, Janine; KHAN, Brian; KINGDON, Geeta Kingdon. (2009). “South African Economic Policy under Democracy: Overview and Prospects”. In: *South African Economic Policy Under Democracy*. Oxford University Press.
- BARBOSA, Alexandre F.; TEPASSÊ, Angela C. (2009). “África do Sul pós apartheid: entre a ortodoxia da política econômica e a afirmação de uma política externa soberanda.” In: IPEA. “*Trajetórias recentes de desenvolvimento. Livro 2.*”
- BHORAT, Haroon; WESTHUIZEN, Carlene. (2008). “*Economic Growth, Poverty and Inequality in South Africa: The First Decade of Democracy.*” Conferece: The Regulatory Environment and its Impact on the Nature and Level of Economic Growth and Development in South Africa. School of Economics. University of Cape Town.
- BIELSHOVSKY, Ricardo. (2000). “*Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*” – Vol 1 e 2. Editora Record.
- BIJIAN, Zheng (2005). “Chinas’s ‘Peaceful Rise’ to Great-Power Status”. In: *Foreign Affairs*, Vol. 84 n. 5.

- BLANKENDAL, Nzinga (2008). *“China’s Energy Supply Security: The Quest for African Oil”*. Msc Political Science Thesis (International Relations). International School for Humanities and Social Sciences University of Amsterdam.
- BOND, Patrick. (2000). *“The Elite Transition: From Apartheid to Neoliberalism in South Africa”*. Pluto Press.
- BOND, Patrick. (2007). *“A pilhagem da África”*. Rio de Janeiro. Versão traduzida para ser publicada. Disponível em: <http://ccs.ukzn.ac.za/files/Bond%20A%20Pilhagem%20na%20Africa.pdf>
- BOAHEN, Albert Adu (editor). (2010). “História Geral da África –Volume VII. África sob dominação colonial, 1880-1935”. In: *“Coleção História Geral da África”*. UNESCO.
- BRAGA, José C. S.; CINTRA, Marcos A. M. (2004). “Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano”, in: FIORI, J.L. (Org.). *“O poder americano”*. Petrópolis: Editora Vozes.
- BRAUTIGAM Deborah, FAROLE Thomas, and XIAOYANG Tang, (2010). *“China’s Investment in African Special Economic Zones: Prospects, Challenges, and Opportunities.”* Poverty reduction and economic management (prem) network. World Bank. Number 5
- BRAUTIGAM, Debora. (2011). “DRC Debates: Is China's Sicomines Project Good or Bad for the Congo?”. In: *“China in Africa: The Real Story”* (blog). Disponível em: <http://www.chinaafricarealstory.com/2011/08/drc-debates-is-chinas-sicomines-project.html>
- BRAUTIGAM, Deborah (2009). *“The Dragon’s Gift – the reall history of China in Africa”*. Oxford Press, 2009.
- BRAÜTIGAM, Deborah; XIAOYANG, Tang. (2009). “China’s Engagement in African Agriculture: “Down to the Countryside””. *Foreign Affairs*. The China Quarterly, 199, September 2009, pp. 686–706
- BUNKER, S. G.; CICCANTELL, P. S.; (2004) “The Economic Ascent of China and the Potential for Restructuring the Capitalist World Economy”, *Journal of World Systems Research*, X, 3, 565-589
- CARDENAL, Juan P.; ARAÚJO, Heriberto. (2011). *“La silenciosa conquista China”*. CRITICA 12.; 1ST edition (October 27, 2011).
- CENTRE FOR CHINESE STUDIES (2005). *“China’s Interest and Activity in Africa’s Construction and Infrastructure Sectors: A research undertaking evaluating China’s involvement in Africa’s construction and infrastructure sector.* China Centre for Chinese Studies, Stellenbosch University.

- CENTRE FOR CHINESES STUDIES. (2007). *“China’s Engagement of Africa: Preliminary Scoping os African case studies”*. Centre for Chinese Studies, Stellenbosch, South Africa.
- CHINA ECONOMIC NET. <http://en.ce.cn/>
- CHINA VIEW. www.chinaview.cn
- CISSÉ, Daouda.(2012). *“FOCAC: trade, investments and aid in China-Afric relations”*. Policy Briefing. Centre of Chinese Studies. Stellenbosch University. Maio 2012.
- COELHO, Jaime C. (2002). *“Economia, Poder e Influência Externa: O grupo Banco Mundial e as Políticas de Ajuste Estruturais na América Latina, nas décadas de 80 e 90.”* Tese de Doutorado. Unicamp.
- CORKIN, Lucy. (2012). “Angolan political elites’ management of Chinese credit lines.” In: POWER; ALVES (2012). *“China anda Angola – A marriage of convenience?”*.Pambazuka Press
- CORKIN, Lucy; BURKE, Christopher; DAVIES, Martyn. (2008). *“China’s Role in the Development of Africa’s Infrastructure.”* Centre for Chinese Studies, Stellenbosch University
- COWALOOSUR, Honita. (2010). *“Exporting Zones to Africa: The New Strategy of Asian Powers.”* University of St Andrews. The Nordic Africa Institute. In: <http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/1-20/panel-2/>
- DU PLESSIS, Stand; SMITH, Ben. (2006). *“Economic growth in South Africa since 1994.”* Stellenbosch Economic Working Papers : 1 / 2006.
- EIA, U.S Energy Information Administration. (2012). *“EIA Analisis Coutries, China.”* Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CH>
- ELAIGWU, J. Isawa. (2010). “Construção da nação e evolução das estruturas políticas”. In: MAZRUI, Ali A. (editor). (2010). *“África desde 1935”*. Brasília. UNESCO
- ELIASSEN, Ina Eirin. (2012). *“Chinese Investing: Saving the zambian têxtil e and clothing industry”*. Centre for Chinese Studies. Stellenbosch. South Africa.
- ENTERPLAN (2005). *“The Effect of China and India’s Growth and Trade Liberalisation on Poverty in Africa”* . Final Report. Department for International Development United Kingdom. Disponível em: http://www.sarpn.org/documents/d0001312/P1555-China_trade_Report_May2005.pdf
- ERA - Executive Research Associates. (2009). *“China in Africa – Strategic Overview.”* Disponível em http://www.ide.go.jp/English/Data/Africa_file/Manualreport/pdf/china_all.pdf
- FERNANDES, Sofia. (2012). “China and Angola: a strategic partnership?”. In: POWER; ALVES (2012). *“China anda Angola – A marriage of convenience?”*.Pambazuka Press

- FINANCIAL TIMES. <http://www.ft.com/cms/s/0/e40ad752-0a0a-11e0-9bb4-00144feabdc0.html#axzz2aMdokEzc>
- FOSTER, Vivien; BUTTERFIELD, W.; CHEN, C.; PUSHAK, N.(2008). *“Building Bridges - China’s Growing Role as Infrastructure Financier for Africa.”*. Trends and policy options. no.5. publication forthcoming. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank.
- FUNDIKA, Taku. (2007). *“Update: South African quotas on Chinese clothing and textiles: has there been sufficient economic justification?”*. Tralac – Trade Law Centre for Southern Africa.
- GRIMM, Sven. (2011). *“China as Africa’s Ambiguous Ally – Why China has a responsibility for Africa’s development”*. Centre for Chinese Studies. Stellenbosch University. 2011
- JENKINS, Rhys. (2011). “El “efecto China” en los precios de los productos básicos y en el valor de las exportaciones de América Latina”. *Revista da Cepal*, 103. Abril.
- JIANG, Wenran. “Fuelling the dragon: China’s rise and its energy and resources extraction in Africa”. *The China Quarterly*, pp. 585-609, 2009.
- KAPLINSKY, R.; MCCORMICK. D.; MORRIS M. (2007). *“The Impact of China on Sub-Saharan Africa”* . IDS, Institute of Development Studies. November 2007
- KAPLINSKY, R.; MCCORMICK. D.; MORRIS M. (2008). *“China and Sub Saharan Africa: Impacts and Challenges of a Growing Relationship”*. SAIIS - Working Papers in African Studies. African Studies Program. Johns Hopkins University. Washington DC.
- KAPLINSKY, R; MESSNER, D. (2008). “Introduction: The Impact of Asian Drivers on the Developing World”. *World Development*, 36. Vol. 36, No. 2, pp. 197–209
- KAPLINSKY, Raphael and MORRIS, Mike (2008). “Do the Asian Drivers undermine the export-oriented industrialisation in SSA?”. *World Development*, 36(2), pp. 254–273.
- KAPLINSKY, Raphael; MORRIS, Mike (2009). “Chinese FDI in Sub Saharan Africa: engaging with large dragons”. *European Journal of Development Research Special. Issue*, Vol. 24, No. 1.
- KIGGUNDU, N. Moses (2008). *“A profile of China’s outward foreign direct investment to Africa”*. Proceedings of ASBBS, volume 15 number 1, PP. 130-144, fevereiro, 2008.
- KLEIN, Naomi. (2008). *“A doutrina do choque – a ascensão do capitalismo de desastre”*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2008.
- KUMO, Wolassa. (2012). *“Infrastructure Investment and Economic Growth in South Africa: A Granger Causality Analysis.”* African Development Bank. Working Paper N. 160. Novembro de 2012.

- LEE, Peter. (2009). "China's copper deal back in the melt". *AsiaTimes*. Disponível em: http://www.atimes.com/atimes/China_Business/KF12Cb02.html
- LEE, Peter. (2010). "China has a Congo copper headache". *Asia Times*. Disponível em: http://www.atimes.com/atimes/China_Business/LC11Cb02.html
- MALAQUIAS, Assis. (2012). "China is Angola's new best friend – for now." In: POWER; ALVES (2012). "*China anda Angola – A marriage of convenience?*". Pambazuka Press.
- MAZRUI, Ali A. (editor). (2010). "África desde 1935". In: "*Coleção História Geral da África – Volume VIII.*" Brasília. UNESCO.
- MEDEIROS C. A. DE; SERRANO, F.; FREITAS, F. (2013). "*The Decoupling of Economic Growth of the Developing Countries in the Last Decade*". Paper elaborado para o World Keynes Conference at Izmir Economics University 26-29th of June 2013
- MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. (2001). "Inserção externa, exportações e crescimento." In: Fiori J. L. ; Medeiros, C.A. de. (Orgs.) "*Polarização Mundial e Crescimento*". Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. (2009). "*Padrões de Investimento, Mudança Institucional e Transformação Estrutural na Economia Chinesa*". Trabalho elaborado para o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE). Não publicado.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. (2010). "*The Political Economy of the Rise and Decline of Developmental States*". Paper prepared for Sraffa Conference, Roma, 2 – 4 December 2010. Versão não publicada.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. (2011). "A China e as matérias primas." In: "*Brasil e China - no reordenamento das relações internacionais: oportunidades e desafios.*". Fundação Alexandre Gusmão.
- MENDES, Ana P.; BERTELLA, Mário A.; TEIXEIRA, Rodolph F. A. P. (2011). "*A Industrialização da África Subsaariana e a Política de Substituição de Importação*". Artigo apresentado da SEP, 2011.
- MEREDITH, Martin.(2011). "*The State of Africa – A History of the continent since independence*". Simom & Schuster UK Ltd. (2011).
- MIYAZAKI, Silvio. (2005) "*O caráter do investimento externo japonês: a influência da modernização e das relações internacionais no período pré Segunda Guerra Mundial*". X Encontro Nacional de Economia Política
- MKANDAWIRE, P. Thandika; SOLUDO, Charles C. (1998). "*Our continent, our future: African perspectives on structural adjustment*". International National Development Research Centre Council for the Development of Social Science Research in Africa. Africa World Press.

- MKANDAWIRE, P. Thandika; SOLUDO, Charles C. (editores). (2003). *“African Voices on Structural Adjustment – A Companion to Our Continent, Our Future”*. International National Development Research Centre Council for the Development of Social Science Research in Africa. Africa World Press.
- MOFFIT, Michael. (1984). *“O dinheiro do mundo”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- MONAWEZA, Divina. (2013). *“Pobreza em Angola – A luta contra a pobreza”*. In: *África 21 – Revista de Informação, Economia e Análise*. Luanda, Angola. No 73 – Abril.
- NCUBE Mthuli; SHIMELES, Abebe Shimeles; VERDIR-CHOUCHANE, Audrey. (2012). *“South Africa’s Quest for Inclusive Development”*. Working Paper Series, No 150. African Development Bank.
- NCUBE, Mthuli; LUFUMPA, Charles L.; NDIKUMANA, Leonce. (2010). *“Chinese Trade and Investment Activities in Africa”*. Policy Brief. Volume1, Issue 4. The African Development Bank Group Chief Economist Complex.
- OLIVEIRA, Amaury Porto.(2007). *A política africana da China*. Disponível em <http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/674760.pdf>
- OYEJIDE, T. A.(2003). “Trade liberalization, regional integration”. In: MKANDAWIRE, P. Thandika; SOLUDO, Charles C. (editores). (2003). *“African Voices on Structural Adjustment – A Companion to Our Continent, Our Future”*.
- PAZZINATO, Alceu L.; SENISE, Maria H. V. (2008). *“História Moderna e Contemporânea”*. Editora Ática.
- PITFIELD, P. E. J ; BROWN, T.J.; IDOINE, N. E. (2010). *“Mineral Information and Statistics for the BRIC countries 1998-2008”*. British Geological Survey (BGS). 2010. Disponível em: <http://www.bgs.ac.uk/mineralsuk/statistics/worldStatistics.html>
- POWER, Marcus; ALVES, Ana Cristina. (2012). *“China anda Angola – A marriage of convenience?”*.Pambazuka Press.
- PREBISCH, Raul. (1949). “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”. In: BIELSHOWSKY (2000). *“Cinquenta anos de pensamento da CEPAL”*
- QUIANG, Zeng. (2008). *“African Forum & Network on Debt and Development (AFRODAD). Mapping Chinese Development Assistance in Africa. A synthesis analysis of Angola, Mozambique e Zimbabwe”*. Disponível em: <http://www.afrodad.org/downloads/publications/China%20in%20Africa%20Draft.pdf>
- RACHED, Gabriel. (2008). *“As políticas de desenvolvimento do banco mundial no contexto das transformações internacionais.”*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- RIBEIRO, Valéria L. (2008). *“A China e a economia mundial: uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do Século XX”*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.
- RODRÍGUEZ Octavio. (2009). *“O Estruturalismo latino-americano”*. 1º Edição. Editora Civilização Brasileira.
- SHAMBAUGH, David. (2013). *“China Goes Global – A partial power”*. Oxford University Press.
- STEIN, Howard. (1992). “Deindustrialization, Adjustment, the World Bank and the IMF in Africa”. *World Development*. Volume 20, Issue 1, January 1992, Pages 83–95
- SUN, Helen Lei. (2011). *“Understanding China’s Agricultural Investments in Africa”*. *South African Institute of International Affairs (SAIIA)*. African perspectives. Global insights. Occasional Paper, N. 102. South African Institute os International Affairs (SAIIA).
- TAVARES, M. da Conceição; MELIN, Luis E. (1997). “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”, in TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.). *“Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização”*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, p. 55-86.
- TAVARES, Maria da Conceição (1985). “A retomada da hegemonia norte-americana”, *Revista de Economia Política*, Vol. 5, No. 2, abril/junho. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- TAYLOR, Ian. (2009). *“China’s New Role in Africa”*. 2009. Lynne Rienner Pub.
- TAYLOR, Ian. (2011). *“The Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC)”*. Global Institutions. Routledge. Nova York.
- THE ECONOMIST. (2013). *“A hopeful continent”*. Special Report Emerging Africa. Março 2013.
- UNCTAD (1998). *“Trade and Development Report, 1998 - Financial Instability Growth in Africa”*.
- UNCTAD. (2012). *“Trade and Development Report (TDR)”*.
- UNCTAD. (2012). “Trade Development Report”. Disponível em: http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tdr2012_en.pdf
- UNITED NATIONS (2006). *“Investment Policy Review – Zambia”*.
- UNCTAD. (2007). *“Asian Foreign Direct Investment in Africa - Towards a New Era of Cooperation among Developing Countries.”* UNITED NATIONS. New York and Geneva.
- WANGWE, Samuel M.; SEMBOJA, Haji H. (2003). “Impact of Structural Adjustment on Industrialization and Technology in Africa.”. In: MKANDAWIRE, P. Thandika;

- SOLUDO, Charles C. (editores). (2003). *“African Voices on Structural Adjustment – A Companion to Our Continent, Our Future”*.
- WONDJI, Christophe; ZERBO, Joseph Ki; MAZRUI, Ali A. (2010). *“Construção da nação e evolução dos valores políticos”*. In: MAZRUI, Ali A. (2010). (op. cit).
- WORLD BANK. (1994). *“Adjustment in Africa: Reforms, Results and the Road Ahead.”* World Bank Policy Research Report, Washington, DC: World Bank.
- YANG, Dexin. *“Foreign Direct Investment from developing countries: a case study of china’s outward investment”*. Centre for Strategic Economic Studies. Victoria University, Melbourne, Australia, September, 2003.
- YONG, Wang. (2012). *“South Africa’s Role in the BRICS and the G-20: China’s View”*. Occasional Paper No 127. South African Institute of International Affairs (SAIIA).
- YOUFA, Liu. (2011). *“Chinese Expert on China-Africa Relations over Past 55 Years”*. Entrevista vice-presidente do China Institute of International Studies. Disponível em: <http://www.focac.org/eng/zfgx/t805423.htm>
- ZWEIG, David and BI, Jianhan. *“China's Global Hunt for Energy”*. *Foreign Affairs*. V. 84. N. 5, 2005.

DOCUMENTOS

- AFRICAN POLICY PAPER, 2006. Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>
- ASGISA ANNUAL REPORT. (2007). ACCELERATED AND SHARED GROWTH INITIATIVE FOR SOUTH AFRICA 2006 Annual Report. http://www.info.gov.za/asgisa/ASGISA_Annual_Report.pdf
- CHINA-AFRICA ECONOMIC AND TRADE COOPERATION. 2010. Information Office of the State Council. The People's Republic of China. December 2010, BeijingContents
- BEIJING ACTION PLAN (2007-2009). Forum on China-Africa Cooperation. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zyzl/hywj/t280369.htm>
- WHITE PAPER. (2006). *China's African Policy*. Information Office of the State Council. The People's Republic of China January 2006
- WHITE PAPER, (2010). *China-Africa Economic and Trade Cooperation*. The Information Office of the State Council. Dezembro 2010, Pequim. Disponível em: http://www.gov.cn/englisFh/official/2010-12/23/content_1771603.htm

FONTES DE DADOS

CHINA DEVELOPMENT BANK, 2013. <http://www.cdb.com.cn/english/>

BRITISH PETROLIUM, (2009). “Statistical Review of World Energy”. <http://www.bp.com/>

EXIMBANK. Annual Reports. (vários anos). <http://english.eximbank.gov.cn/>

FAOSTAT, 2013. <http://faostat.fao.org/>

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook Database. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx>

MINISTRY OF COMMERCE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA (MOFCOM). “*Statistical Bulletin of China’s Outward Foreign Direct Investment (vários anos)*”. <http://english.mofcom.gov.cn/>

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). China Statistical Yearbook. Vários anos. <http://www.stats.gov.cn/english/>

OECD Economic Surveys: South Africa 2013

OECD. *African Economic Outlook*, 2012. South Africa; Angola; Zambia.

OECD. StatExtracts Database. <http://stats.oecd.org/#>

USGS. U.S. Geological Survey. 2009. Minerals Yearbook.África. *The Mineral Industries of Africa*. Harold R. Newman, Omayra Bermúdez-Lugo, Philip M. Mobbs, Mowafa Taib, Glenn J. Wallace, David R. Wilburn, and Thomas R. Yager

UNComtrade. Database. <http://comtrade.un.org/db/>

UNCTAD. UnctadStats Database. <http://unctadstat.unctad.org/>

UNITED NATIONS. Human Development Report. (UNDP). <http://hdr.undp.org/en/>

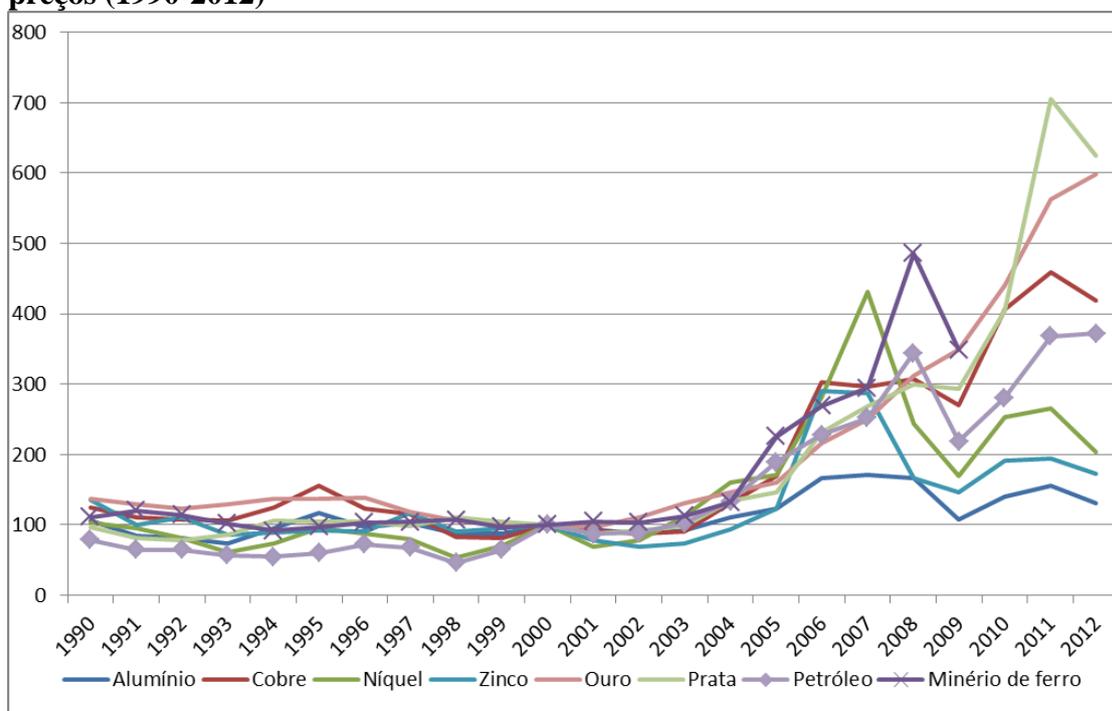
WORLD BANK. (2012). African Regional Briefing.

WORLD BANK. Annual Report 2012.

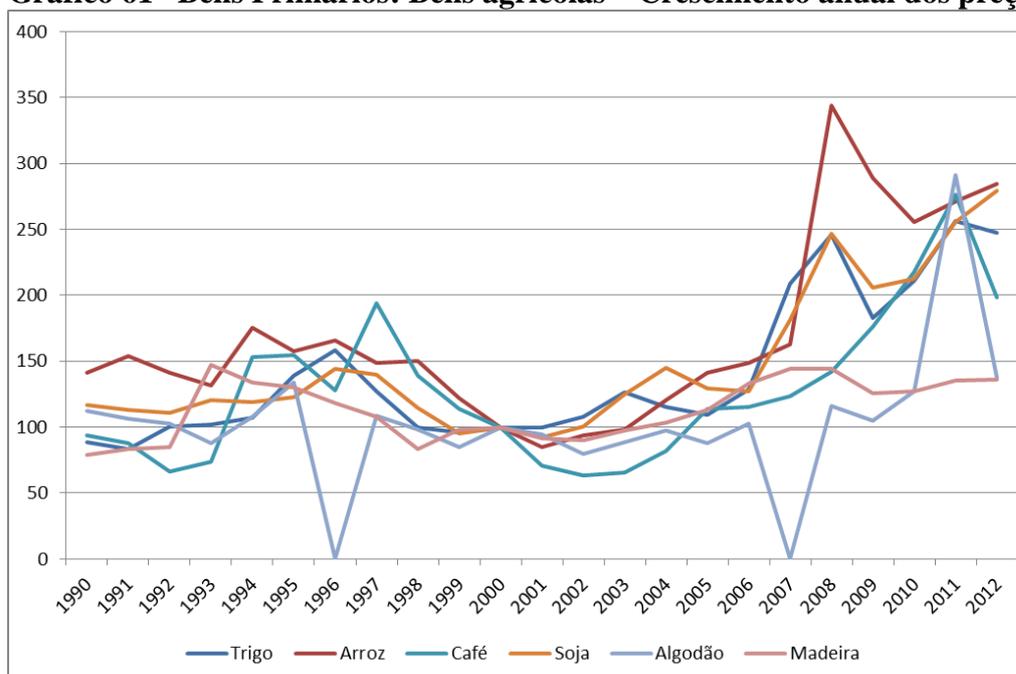
WORLD BANK. World Development Indicators Database. <http://databank.worldbank.org/data/views/variableSelection/selectvariables.aspx?source=world-development-indicators>

ANEXOS

ANEXO A – Preços dos Bens Primários

Gráfico 60 – Bens Primários: Petróleo e minérios diversos – Crescimento anual dos preços (1990-2012)

Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2013.

Gráfico 61 – Bens Primários: Bens agrícolas – Crescimento anual dos preços (1990-2012)

Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2013.

ANEXO B – Lista de produtos Classificação SITC Rev.3 (Standard International Trade Classification, Rev.3) UNComtrade Database.

- 0 - Food and live animals
 - 00 - Live animals other than animals of division 03
 - 01 - Meat and meat preparations
 - 02 - Dairy products and birds' eggs
 - 03 - Fish (not marine mammals), crustaceans, molluscs and aquatic invertebrates, and preparations thereof
 - 04 - Cereals and cereal preparations
 - 05 - Vegetables and fruit
 - 06 - Sugars, sugar preparations and honey
 - 07 - Coffee, tea, cocoa, spices, and manufactures thereof
 - 08 - Feeding stuff for animals (not including unmilled cereals)
 - 09 - Miscellaneous edible products and preparations
- 1 - Beverages and tobacco
 - 11 - Beverages
 - 12 - Tobacco and tobacco manufactures
- 2 - Crude materials, inedible, except fuels
 - 21 - Hides, skins and furskins, raw
 - 22 - Oil-seeds and oleaginous fruits
 - 23 - Crude rubber (including synthetic and reclaimed)
 - 24 - Cork and wood
 - 25 - Pulp and waste paper
 - 26 - Textile fibres (other than wool tops and other combed wool) and their wastes (not manufactured into yarn or fabric)
 - 27 - Crude fertilizers, other than those of division 56, and crude minerals (excluding coal, petroleum and precious stones)
 - 28 - Metalliferous ores and metal scrap
 - 29 - Crude animal and vegetable materials, n.e.s.
- 3 - Mineral fuels, lubricants and related materials
 - 32 - Coal, coke and briquettes
 - 33 - Petroleum, petroleum products and related materials
 - 34 - Gas, natural and manufactured
 - 35 - Electric current
- 4 - Animal and vegetable oils, fats and waxes
 - 41 - Animal oils and fats
 - 42 - Fixed vegetable fats and oils, crude, refined or fractionated
 - 43 - Animal or vegetable fats and oils, processed; waxes of animal or vegetable origin; inedible mixtures or preparations of animal or vegetable fats or oils, n.e.s.
- 5 - Chemicals and related products, n.e.s.
 - 51 - Organic chemicals
 - 52 - Inorganic chemicals
 - 53 - Dyeing, tanning and colouring materials
 - 54 - Medicinal and pharmaceutical products
 - 55 - Essential oils and resinoids and perfume materials; toilet, polishing and cleansing preparations
 - 56 - Fertilizers (other than those of group 272)
 - 57 - Plastics in primary forms
 - 58 - Plastics in non-primary forms
 - 59 - Chemical materials and products, n.e.s.
- 6 - Manufactured goods classified chiefly by material
 - 61 - Leather, leather manufactures, n.e.s., and dressed furskins
 - 62 - Rubber manufactures, n.e.s.
 - 63 - Cork and wood manufactures (excluding furniture)
 - 64 - Paper, paperboard and articles of paper pulp, of paper or of paperboard

- 65 - Textile yarn, fabrics, made-up articles, n.e.s., and related products
- 66 - Non-metallic mineral manufactures, n.e.s.
- 67 - Iron and steel
- 68 - Non-ferrous metals
- 69 - Manufactures of metals, n.e.s.
- 7 - Machinery and transport equipment
 - 71 - Power-generating machinery and equipment
 - 72 - Machinery specialized for particular industries
 - 73 - Metalworking machinery
 - 74 - General industrial machinery and equipment, n.e.s., and machine parts, n.e.s.
 - 75 - Office machines and automatic data-processing machines
 - 76 - Telecommunications and sound-recording and reproducing apparatus and equipment
 - 77 - Electrical machinery, apparatus and appliances, n.e.s., and electrical parts thereof (including non-electrical counterparts, n.e.s., of electrical household-type equipment)
 - 78 - Road vehicles (including air-cushion vehicles)
 - 79 - Other transport equipment
- 8 - Miscellaneous manufactured articles
 - 81 - Prefabricated buildings; sanitary, plumbing, heating and lighting fixtures and fittings, n.e.s.
 - 82 - Furniture, and parts thereof; bedding, mattresses, mattress supports, cushions and similar stuffed furnishings
 - 83 - Travel goods, handbags and similar containers
 - 84 - Articles of apparel and clothing accessories
 - 85 - Footwear
 - 87 - Professional, scientific and controlling instruments and apparatus, n.e.s.
 - 88 - Photographic apparatus, equipment and supplies and optical goods, n.e.s.; watches and clocks
 - 89 - Miscellaneous manufactured articles, n.e.s.
- 9 - Commodities and transactions not classified elsewhere in the SITC
 - 91 - Postal packages not classified according to kind
 - 93 - Special transactions and commodities not classified according to kind
 - 96 - Coin (other than gold coin), not being legal tender
 - 97 - Gold, non-monetary (excluding gold ores and concentrates)
- I - Gold, monetary
- II - Gold coin and current coin

Fonte: UNComtrade Database. In: <http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=14>

ANEXO C – Lista das Zonas Econômicas Especiais africanas

Tabela 18 – Zonas de Cooperação Econômicas e Comerciais na África aprovadas pelo Ministério do Comércio chinês

País e ZEE	Investimento Total	Início do planejamento	Status	Desenvolvedores chineses	Foco industrial
Zâmbia, Chambishi	US\$ 410	2003	Em operação e construção	China Nonferrous Metal Mining Group	Carvão e cobre e indústrias minerais relacionadas
Zâmbia, Lusaka	Subzona		Construção	China Nonferrous Metal Mining Group	Vestuário, alimentos, aparelhos, tabaco e eletrônicos
Nigéria, Lekki	US\$ 254 milhões por 2 a 3 anos, US\$ 369 milhões no total	2003	Construção	China Civil engineering Construction, Jiangning Dev. Corp., Nanjing Beyond, China Railway	Equipamentos de transporte, têxteis e indústrias leves, aplicações para casa e telecomunicações
Nigéria, Ogun	US\$ 220 milhões iniciais; US\$ 500 milhões por toda a primeira fase	2004	Construção	Guangdong Xinguang, South China Developing Group	Materiais de construção e cerâmica, móveis, madeira processada, materiais médicos, computadores
Mauritius, Jinfei	US\$220 milhões para a primeira fase; US\$ 720 no total	2006-06	Construção	Shanxi-Tianli Group, Shanxi Coking Coal Group, Taiyan Iron and Steel Company	Artigos manufaturados, têxteis, vestuário,
Etiópia, leste	US\$ 101 milhões	2006-07	Construção	Yonggang, Qiyuan Group, Jianglian International Trade, Yangyang Asset Management, Zhangjiagang Free Trade Zone	Maquinários eletrônicos, aço e metalurgia e materiais para construção

Fonte: BRAUTIGAM D; FAROLE T.; XIAOYANG T. (2010). “China’s Investment in African Special Economic Zones: Prospects, Challenges, and Opportunities”. World Bank. Economic Premisse. World Bank.